



SENADO FEDERAL

Relatório da Presidência

**Referente aos trabalhos da 1.^a Sessão
Legislativa Ordinária da 48.^a Legislatura**

Presidência do Senhor
Senador Humberto Lucena

SECRETARIA GERAL DA MESA

BRASÍLIA — 1987

INDICE

	Pág.
I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	7
II — REUNIÕES PREPARATÓRIAS	11
III — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA	17
IV — O SENADO FEDERAL NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 48ª LEGISLATURA	21
A — Composição	23
B — Alterações na Representação	25
C — Renúncia	27
D — Afastamento do exercício do mandato	29
E — Falecimento	31
F — Afastamento do País	33
a) em missões do Senado	33
b) em missões do Executivo	34
c) em caráter particular	34
G — Licença para tratamento de saúde	37
H — Direção	39
I — Lideranças	41
J — O Senado Federal em Funcionamento	43
J.1 — Sessões Realizadas	43
J.1.1 — Comparecimento de Ministros de Estado	45
J.2 — Representação Externa	47
J.2.1 — Missões do Senado	47
J.2.2 — Missões do Executivo	48
J.3 — Comissões	49
J.3.1 — Comissões Permanentes	51
a) composição	51
b) direção	52

	Pág.
J.3.2 — Comissões Parlamentares de Inquérito	53
a) apura problemas relacionados com o racionamento de energia elétrica em vários Estados brasileiros;	53
b) apura a política de concessões de emissoras de rádio e televisão em todo o País e irregularidades ocorridas no Ministério das Comunicações;	54
c) apura as irregularidades divulgadas no jornal "A Folha de S. Paulo", na concorrência para implantação da Ferrovia Norte-Sul, e analisa os aspectos da viabilidade sócio-econômica daquela ferrovia	54
d) apura as irregularidades e responsáveis pelas importações de alimentos, por órgãos governamentais, que provocaram uma comissão de sindicância através do Gabinete Civil da Presidência da República	55
e) investiga a intermediação de pessoas físicas e jurídicas na captação de recursos públicos e privados	56
f) investiga fatos ligados ao acidente com a cápsula de Césio 137 em Goiânia	56
J.3.3 — Comissões Especiais Internas	57
a) estudos sobre a questão da dívida externa brasileira e avaliação das razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dele decorrentes, nos planos externo e interno	57
b) levantamento do grau de estatização da economia brasileira e participação das empresas estatais no endividamento externo e interno do País	58
J.3.4 — Comissões Especiais Externas	59
a) destinada a verificar os acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro	59
b) destinada a representar o Senado nos funerais de Da. Ruth Passarinho	59
J.3.5 — Comissão Especial Mista	60
a) destinada a programar a comemoração dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana do País	60
J.3.6 — Comissões Especiais Criadas para Exame de Projetos de Código	61
a) constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984 (nº 634/75, na Casa de origem), que institui o Código Civil	61
b) constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1984 (nº 1.655/83, na Casa de origem), que institui o Código de Processo Penal	61
c) constituída para exame do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 1986, que institui o Código Tributário Nacional	62
J.4 — Participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa	63
J.4.1 — Proposições apresentadas	63

	Pág.
J.4.2 — Pronunciamentos	65
J.5 — Matéria Legislativa	67
J.5.1 — Projetos de Lei do Senado	67
a) de sessões legislativas anteriores	67
aa) que continuaram em tramitação	67
ab) arquivados na sessão legislativa anterior e desarquivados	75
ac) considerados definitivamente arquivados	81
b) da presente sessão legislativa	141
c) súmula	145
J.5.2 — Projetos de Lei da Câmara	146
a) de sessões legislativas anteriores	146
b) da presente sessão legislativa	181
c) súmula	185
J.5.3 — Projetos de Decreto Legislativo	186
a) de sessões legislativas anteriores	186
b) da presente sessão legislativa	191
c) súmula	192
J.5.4 — Projetos de Resolução	194
a) arquivados na sessão legislativa anterior e desarquivados	194
b) da presente sessão legislativa	195
c) súmula	224
J.5.5 — Requerimentos	225
a) da presente sessão legislativa	225
b) súmula	234
J.5.6 — Proposta de Fiscalização e Controle	235
J.5.7 — Escolha de Autoridades	236
a) Mensagens recebidas na sessão legislativa anterior ...	236
b) Mensagens recebidas nesta sessão legislativa	236
L — O Senado Federal em sua relação com outros Órgãos	239
L.1 — Elementos de Ligação	239
L.2 — Jornalistas Credenciados	240
V — O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO	243
A — Sessões realizadas	245
B — Comissões Mistas	247
B.1 — Para estudo de matéria legislativa	247
B.2 — Parlamentares de Inquérito	248
a) CPMI da Seca no Nordeste	248
b) CPMI do CIMI	249
c) CPMI da Política Nacional de Energia Nuclear	250
d) CPMI dos Direitos da Pessoa Humana	250
e) CPMI do “Grupo dos Treze”	250

	Pág.
C — Matéria legislativa	251
C.1 — Propostas de Emenda à Constituição	251
a) de sessões legislativas anteriores	251
b) da presente sessão legislativa	267
c) súmula	275
C.2 — Projeto de Lei	276
C.3 — Decretos-leis	277
a) com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	277
b) com tramitação iniciada na presente sessão legislativa	277
c) aguardando leitura	287
d) súmula	290
C.4 — Propostas de Delegação Legislativa	291
a) de sessões legislativas anteriores	291
b) aguardando leitura	291
c) súmula	292
C.5 — Projetos de Resolução	293
a) de sessões legislativas anteriores	293
b) da presente sessão legislativa	293
c) súmula	294
C.6 — Vetos Presidenciais	295
a) da presente sessão legislativa	295
b) aguardando leitura	302
c) súmula	303
C.7 — Requerimentos	304
a) de sessões legislativas anteriores	304
b) da presente sessão legislativa	304
c) súmula	305
D — Participação dos Senhores Parlamentares nos trabalhos do Congresso Nacional	306
Errata do relatório anterior	318

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

A Primeira Sessão Legislativa da Quadragésima Oitava Legislatura decorreu num período de excepcional atividade do Poder Legislativo, constituindo marco histórico devido à instalação e o funcionamento concomitante do Congresso Nacional e da Assembléia Nacional Constituinte quando, Deputados e Senadores, atuaram sob condição dual como legisladores ordinários e Constituintes incumbidos de elaborar a nova Carta Magna do País.

Período de grande efervescência de idéias, de reivindicações e de luta pela conquista de espaço, para a consolidação de aspirações dos vários segmentos da sociedade na nova conjuntura jurídica que se organiza para um novo Brasil.

E, neste cenário, de grande interação dos diversos setores e lideranças da sociedade com as duas Casas do Congresso Nacional, com os seus membros — legisladores e constituintes — o Senado cumpriu suas funções e desenvolveu suas atividades, dentro de suas prerrogativas, com soberania e independência, mais uma vez liberto de influências totalitárias, abolidas com estes novos tempos de liberdades democráticas.

A representação no Senado, neste início de legislatura, foi grandemente alterada, em consequência das eleições realizadas em novembro do ano anterior, quando foram eleitos quarenta e nove Senadores, dois terços da composição da Casa, mais três Senadores do Distrito Federal que, em virtude das disposições da Emenda Constitucional nº 25, pela primeira vez, tem representação na Casa. Dos Senadores eleitos, onze exerceram o mandato na legislatura anterior e foram reconduzidos, quatro já o haviam exercido em legislaturas passadas, todavia, a grande maioria, representando os diversos matizes da raça, da cultura e das aspirações populares, estreou, no Senado.

Apesar do limitado número de sessões realizadas, noventa e cinco ao todo, consequência do funcionamento prioritário da As-

sembléia Nacional Constituinte, o Senado Federal, cumprindo as necessidades legislativas impostas pelo ritmo da administração federal e em atendimento às solicitações dos Estados e Municípios brasileiros, conseguiu os seguintes dados de desempenho: 50 projetos enviados à sanção presidencial, sendo 8 de interesse do Distrito Federal, quando a competência cabe privativamente ao Senado e 42 originários da Câmara dos Deputados, funcionando o Senado como Casa revisora; 452 projetos promulgados, destes 12 relativos à homologação de acordos internacionais e 439 de interesse dos Estados e Municípios, quando a competência é, também, privativa do Senado Federal; 11 projetos enviados à Câmara dos Deputados, sendo 6 para revisão e 5 com emendas desta Casa. Apreciou, ainda, o Senado 43 Mensagens do Presidente da República que se referiam à indicação de autoridades, tendo nesse período, os Senhores Senadores, englobadamente, apresentado 288 requerimentos, na forma regimental.

Foram instaladas e mantidas em funcionamento várias Comissões Parlamentares de Inquérito e Comissões Especiais Internas a fim de tratarem de assuntos da maior relevância e relativamente a energia elétrica, a importação de alimentos durante o programa de estabilização econômica, a Ferrovia Norte-Sul, a dívida externa, que passa agora por um processo de auditoria, e outras referidas neste relatório.

Convocados, compareceram ao Plenário do Senado os Ministros de Estado dos Transportes, Dr. José Reinaldo Carneiro Tavares e o da Previdência e Assistência Social, Dr. Raphael de Almeida Magalhães. O primeiro a fim de prestar esclarecimentos sobre a situação das vias de comunicação do País — ferroviárias, rodoviárias e fluviais, e o segundo sobre temas vinculados à Pasta sob sua direção.

Pelos dados constantes deste Relatório, verifica-se que, como nas sessões legislativas anteriores, embora funcionando concomitante-

mente com a Assembléia Nacional Constituinte, o Senado não se descuidou, em momento algum, de qualquer de suas atribuições, desempenhando, além de suas funções legislativas e fiscalizadoras, o papel de verdadeiro "forum" de debates dos grandes temas, eventos e preocupações nacionais, estando vigilante a todos os acontecimentos de destaque da vida do País, fazendo com que esses fatos repercutissem em seu recinto, num processo de clarificação, avaliação crítica e postura política.

Ao lado dos eventos positivos assinalados, para tristeza nossa e de todo o povo amazonense que o trouxe, por duas vezes, ao Senado, cabe registrar, com verdadeira mágoa, o falecimento do nobre Senador Fábio Lucena, lamentável acontecimento que enlutou o Senado, principalmente pela forma trágica e inesperada de que se revestiu. Por todos estimado e merecedor da mais elevada consideração de seus Pares, pela postura de crítico e político vigilante, Fábio Lucena deixou nesta Casa saudades, amigos e admiradores.

II – REUNIÕES PREPARATÓRIAS

II – REUNIÕES PREPARATÓRIAS

A 1ª de fevereiro, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 29 da Constituição Federal, o Senado fez realizar três reuniões preparatórias.

A 1ª realizada às dez horas, destinou-se à posse dos Senadores eleitos a 15 de novembro de 1986, sendo presidida pelo Senador Guilherme Palmeira, conforme o estabelecido na alínea b do art. 3º do Regimento Interno.

Ao iniciar-se a reunião, o Primeiro-Secretário leu a seguinte comunicação encaminhada à Mesa pelo Senador Fábio Lucena:

“Sr. Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que renuncio ao mandato de Senador da República, pelo Estado do Amazonas, eleito que fui em 15 de novembro de 1982, no ato e no momento em que me emposso, em 1º de fevereiro de 1987, no mandato de Senador da República pelo Estado do Amazonas, para o qual fui eleito em 15 de novembro de 1986, conforme diploma já encaminhado à Mesa.”

Em seguida o Senhor Aluizio Bezerra, da representação do Estado do Acre, leu o compromisso regimental, prometendo guardar a Constituição Federal e as leis do País. O Senador Fernando Henrique Cardoso, da Bancada do PMDB, do Estado de São Paulo, quanto à prestação do compromisso à Constituição vigente, esclareceu que o faz para evitar o vácuo na ordem jurídica e para simbolizar o empenho em efetivar uma transição política que leve o País ao estado de direito, evitando o arbítrio.

Os demais Senadores eleitos prestaram o compromisso na forma do disposto no § 3º do art. 4º do Regimento Interno.

Pelo Presidente foram declarados empossados os Senadores abaixo relacionados que, na mesma reunião, encaminharam a sua filiação partidária e nome parlamentar.

Senadores empossados a 1º de fevereiro de 1987:

Estado	Nome	Nome parlamentar	Partido
Acre	Aluizio Bezerra de Oliveira	Aluizio Bezerra	PMDB
	Nabor Teles da Rocha Jr.	Nabor Júnior	PMDB
Alagoas	Teotônio Brandão Vilela Fº	Teotônio Vilela Filho	PMDB
	Divaldo Suruagy	Divaldo Suruagy	PFL
Amazonas	Fábio Pereira de Lucena Bittencourt	Fábio Lucena	PMDB
	Carlos Alberto De'Carli	Carlos De'Carli	PMDB
Bahia	Joaquim Ruy Paulilo Bacelar	Ruy Bacelar	PMDB
	Jutahy Borges Magalhães	Jutahy Magalhães	PMDB
Ceará	Cid Sabóia de Carvalho	Cid Sabóia de Carvalho	PMDB
	Carlos Mauro Cabral Benevides	Mauro Benevides	PMDB
Distrito Federal	João Assis Meira Filho	Meira Filho	PMDB
	Roberto Pompeu de Sousa Brasil	Pompeu de Sousa	PMDB
	Maurício José Corrêa	Maurício Corrêa	PDT

Estado	Nome	Nome parlamentar	Partido
Espírito Santo	Gerson Camata	Gerson Camata	PMDB
	João de Medeiros Calmon	João Calmon	PMDB
Goiás	Irapuan Costa Júnior	Irapuan Costa Júnior	PMDB
	Iram de Almeida Saraiva	Iram Saraiva	PMDB
Maranhão	Edison Lobão	Edison Lobão	PFL
	Alexandre Alves Costa	Alexandre Costa	PFL
Mato Grosso	José Márcio Panoff de Lacerda	Márcio Lacerda	PMDB
	Louremberg Ribeiro Nunes Rocha	Louremberg Nunes Rocha	PMDB
Mato Grosso do Sul	Wilson Barbosa Martins	Wilson Martins	PMDB
	Rachid Saldanha Derzi	Rachid Saldanha Derzi	PMDB
Minas Gerais	Ronan Tito	Ronan Tito	PMDB
	Alfredo José de Campos Melo	Alfredo Campos	PMDB
Pará	Jarbas Gonçalves Passarinho	Jarbas Passarinho	PDS
	Almir José de Oliveira Gabriel	Almir Gabriel	PMDB
Paraíba	Humberto Coutinho de Lucena	Humberto Lucena	PMDB
	Raymundo Lira	Raymundo Lira	PMDB
Paraná	José Richa	José Richa	PMDB
	Affonso Alves Camargo Neto	Affonso Camargo	PMDB
Pernambuco	Antônio Arruda de Farias	Antônio Farias	PMB
	Pedro Mansueto de Lavor	Mansueto de Lavor	PMDB
Piauí	Francisco das Chagas Caldas Rodrigues	Chagas Rodrigues	PMDB
	Hugo Napoleão do Rego Neto	Hugo Napoleão	PFL
	Nelson de Souza Carneiro	Nelson Carneiro	PMDB
Rio de Janeiro	Affonso Arinos de Melo Franco	Afonso Arinos	PFL
	José Agripino Maia	José Agripino Maia	PFL
Rio Grande do Norte	Lavoisier Maia Sobrinho	Lavoisier Maia	PDS
	José Paulo Bisol	José Paulo Bisol	PMDB
Rio Grande do Sul	José Alberto Fogaça de Medeiros	José Fogaça	PMDB
	Olavo Gomes Pires Filho	Olavo Pires	PMDB
Rondônia	José Ronaldo Aragão	Ronaldo Aragão	PMDB
	Nelson Wedekin	Nelson Wedekin	PMDB
Santa Catarina	Dirceu José Carneiro	Dirceu Carneiro	PMDB
	Mário Covas Júnior	Mário Covas	PMDB
São Paulo	Fernando Henrique Cardoso	Fernando Henrique Cardoso	PMDB
	Lourival Baptista	Lourival Baptista	PFL
Sergipe	Francisco Guimarães Rollemberg	Francisco Rollemberg	PMDB

A 2ª reunião preparatória realizou-se às onze horas, iniciada com a posse do Senador Leopoldo Peres, na vaga deixada pelo Senador Fábio Lucena.

Precedeu-se, em seguida, à eleição do Presidente do Senado com o seguinte resultado:

Senador Humberto Lucena — 67 votos;
 Senador Nelson Carneiro — 1 voto e
 Em branco — 4 votos.

Proclamando eleito o Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado, o Senador Guilherme Palmeira, antes de lhe transmitir o cargo, proferiu a seguinte oração:

“Senhores Senadores:

O Senado acaba de cumprir um ritual que se repete de dois em dois anos: a eleição de seu presidente. Outro ritual que se renova ao início de cada Legislatura — o compromisso de posse — foi previamente celebrado. Estas habituais solenidades regimentais revestem as sessões preparatórias da Quadragésima

Oitava Legislatura, de significado novo, em virtude de sua coincidência com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

Essa circunstância cria situações peculiares, uma vez que é de supor que o novo texto constitucional introduzirá profundas alterações na vida política, econômica e social do País. Sabe-se, desde já, que, no terreno insti-

tucional, dois temas provocarão intensos estudos e acirrados debates e dividem, desde logo, as opiniões dos delegados constituintes: a instalação do parlamentarismo e a manutenção ou não do bicameralismo.

Trata-se de temas que envolvem, diretamente, a estrutura e até os destinos do Senado Federal. Se a adoção do unicameralismo extinguiria, pura e simplesmente, esta Câmara alta, a implantação do parlamentarismo lhe determinaria atribuições constitucionais bem diferentes das que hoje exerce.

Não me cabe, neste momento, entrar no mérito dessas questões, a não ser considerar um perigo para a Federação a abolição do sistema bicameral.

Essas ligeiras considerações servem apenas para realçar a importância de que se reveste o ritual das presentes sessões, notadamente a desta, em que foi eleito o novo Presidente do Senado da República.

Estou convicto de que a escolha do Senador Humberto Lucena é segura garantia de

que tanto a dignidade desta Casa como, no que concerne, os interesses maiores da Nação estarão resguardados.

Ele é o retrato perfeito do Presidente do Senado, descrito pelo inolvidável Senador Ruy Santos, pois é dotado, entre outras, de virtudes como experiência parlamentar, vivacidade intelectual, autoridade moral, equilíbrio no dosar a energia e a cordura, sensibilidade e atenção a tudo o que diz respeito à vida do Parlamentar e do Parlamento e capacidade de julgar.

Como Primeiro-Vice-Presidente da Comissão Diretora que encerrou seu mandato, não posso deixar de registrar o desempenho firme, seguro, competente, íntegro e austero do Presidente José Fragelli, que honrou e dignificou o Senado e o Congresso e suas respectivas cadeiras presidenciais.

Convido Sua Excelência o Senhor Senador Humberto Lucena a assumir a Presidência dos trabalhos."

Sua Excelência, o Senador Humberto manifestou:

"Senhores Senadores, meus companheiros de Mesa Diretora:

A Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional é, sem dúvida, a culminância da carreira parlamentar. Aqui chego, através da honrosa escolha de meus pares, depois de uma longa caminhada que começa na Assembleia Legislativa de meu Estado da Paraíba, passa por quatro mandatos na Câmara dos Deputados e atinge o início de meu segundo mandato do Senado Federal. A minha vida de homem público foi construída nas casas legislativas e em todas elas tive a honra de exercer a liderança de meu Partido, inclusive em momentos particularmente difíceis e graves de nossa recente história política. No Senado, por três anos consecutivos, exerci a liderança da Oposição e fui escolhido o primeiro líder do Governo na Nova República.

Desnecessário se torna, portanto, insistir no quanto significa para mim — homem do Legislativo — assumir a Presidência do Senado, principalmente no momento em que instalamos também a Assembleia Nacional Constituinte.

Senhores Senadores, vivemos um período de transição política rumo à plenitude democrática. Nunca será demais lembrar — num país de memória curta como o nosso, que às vezes se esquece rápido demais de suas próprias experiências e das inúmeras lições da História — os longos anos de autoritarismo que conseguimos superar através do trabalho, da luta e do sacrifício de muitos patriotas.

Lucena, já na Presidência do Senado, assim se

O País se reencontrou consigo mesmo num processo longo e tortuoso que ganhou as praças públicas na memorável campanha das diretas-já prolongada pela pregação de Tancredo Neves até o fim do Colégio Eleitoral.

O Brasil mudou e na Nova República, apesar de todas as nossas inegáveis dificuldades e crises e apesar da persistência de nossas desigualdades regionais, representa um avanço histórico sem precedentes cujos resultados já podem, hoje, ser observados em diferentes aspectos da vida nacional.

A Constituinte, todos sabemos, é um compromisso assumido pela Aliança Democrática em praça pública e resgatado com a Nação através da iniciativa do Presidente José Sarney e da aprovação da Emenda nº 26 pelo Congresso Nacional.

Há muito o País reclama e espera por essa oportunidade.

Temos o dever histórico de elaborar uma Carta que responda aos desafios e aos anseios de um Brasil ainda cheio de esperanças e seguro de seu potencial imenso para oferecer uma vida digna a todos que ainda vivem e trabalham.

Temos o dever histórico de escrever uma Constituição que seja, sobretudo, justa e garanta na sua plenitude os direitos e liberdades individuais e sociais.

Senhores Senadores:

Em nenhum outro momento da nossa História tivemos condições tão favoráveis como as

que agora se oferecem para a elaboração de uma Carta Constitucional. Os atuais Deputados e Senadores chegam à Assembléia Nacional Constituinte legitimados pela vontade popular expressa em pleito soberano e livre. Além disso, vivemos hoje, no País, um clima de serena tranquilidade dentro de um quadro institucional balizado pelo funcionamento pleno dos três poderes da República. Essas são as condições indispensáveis para que se possa produzir uma Carta duradoura, voltada para a construção de um novo País, verdadeiramente justo e livre.

Como Presidente do Senado Federal cabe-me, nesse momento histórico, zelar pela primazia indiscutível da Assembléia Nacional Constituinte, respeitadas as atuais atribuições da Câmara e do Senado para elaborar a legislação ordinária. Reafirmo o compromisso intransigente de defender a plena restauração das prerrogativas do Poder Legislativo nos moldes das democracias modernas, incluindo a preservação do bicameralismo dentro de nossa melhor tradição republicana e como condição necessária a um verdadeiro federalismo.

Internamente reafirmo meus compromissos de propiciar melhor assessoria técnica aos Senadores, às Comissões e ao Plenário e de não transigir na preservação da imagem pública do Senado Federal, numa gestão de absoluta austeridade.

Na 3ª reunião preparatória, realizada às onze horas e quarenta e cinco minutos, foram eleitos os demais membros da Mesa, inclusive os suplentes de Secretário, verificando-se, na apuração, o seguinte resultado:

- 1º-Vice-Presidente — Senador José Ignácio Ferreira — 67 votos;
- 2º-Vice-Presidente — Senador Lourival Baptista — 67 votos;
- 1º-Secretário — Senador Jutahy Magalhães — 67 votos;
- 2º-Secretário — Senador Odacir Soares — 68 votos;
- 3º-Secretário — Senador Dirceu Carneiro — 65 votos;
- 4º-Secretário — Senador João Castelo — 66 votos;
- Suplentes de Secretário:
 - Senador Francisco Rollemberg — 54 votos;
 - Senador Wilson Martins — 49 votos;
 - Senador João Lobo — 45 votos; e
 - Senador Aluizio Bezerra — 42 votos.

Senhores Senadores:

No homem público devem estar sempre presentes a noção de seu tempo e a compreensão dos limites que a História lhe impõe dentro das possibilidades da ação política. Tenho consciência da importância do momento em que vivemos e da responsabilidade que temos perante a Nação brasileira. Não seria exagero afirmar que da correção de nosso trabalho como Senadores Constituintes e dos rumos que forem traçados na Carta que conseguirmos produzir dependerá, em boa medida, os destinos político-institucionais de nosso País.

É com essa certeza que pretendo presidir o Senado Federal e o Congresso Nacional. Sei que para isso torna-se necessário uma administração com a grandeza do suprapartidarismo e a capacidade de articular a colaboração de todos.

Desde já convoco todos os Srs. Senadores, em particular os meus ilustres companheiros de Mesa Diretora, e convoco também os dedicados funcionários da Casa para a grande tarefa que nos espera.

Agradeço, finalmente, a confiança de todos e prometo o melhor de meu esforço e dedicação.

Muito obrigado.”

III – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

III – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em obediência ao preceituado no art. 29, § 3º, item I, da Constituição, o Congresso Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador Humberto Lucena, reuniu-se solenemente, às dez horas do dia 1º de março de 1987, instalando a 1ª Sessão Legislativa da 48ª Legislatura.

Presentes à Mesa, além de seus Membros, o Senhor Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, e o Senhor Ministro Moreira Alves, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Após a execução do Hino Nacional, deu entrada em Plenário, o Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Senador Marco Antonio de Oliveira Maciel, procedendo à entrega da Mensagem Presidencial.

Lida a Mensagem pelo Senhor Primeiro-Secretário, o Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena, proferiu a seguinte oração:

“Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Moreira Alves, Srs. Ministros de Estado, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, Srs. Líderes, Srs. Congressistas, Senhoras e Senhores: cumprindo preceito constitucional, instalamos, hoje, a Primeira Sessão Legislativa Ordinária da quadragésima oitava Legislatura, sob condições particularmente singulares em nossa história política.

A caminhada para a democratização do País, iniciada há anos pelo idealismo e a coragem de alguns brasileiros, atinge agora o seu ponto culminante com a Assembléia Nacional Constituinte, em funcionamento desde 1º de fevereiro último.

O Presidente José Sarney, ao convocar a Constituinte, livre e soberana, resgatou o principal compromisso político-institucional da Nova República.

Mas a Emenda Constitucional que formalizou a sua convocação preservou o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, com as atribuições pertinentes à legislação ordinária.

O que nos cabe agora, conscientes da total e absoluta prioridade da Assembléia Nacional Constituinte, é compatibilizar o seu funcionamento com os trabalhos das duas Casas do Congresso Nacional.

Na verdade, depois de mais de vinte anos de autoritarismo desenfreado, a Constituinte vai nos retirar do caos institucional a que nos levou o Movimento Militar de 1964. É bastan-

te lembrar que, no Brasil de hoje, não há uma Constituição, mas apenas uma carta outorgada pelo arbítrio dos Ministros Militares, nos idos de 1969.

A Constituinte, portanto, veio para reorganizar a ordem jurídica, na linha de um projeto genuinamente democrático.

Pesa sobre a Assembléia Nacional Constituinte, composta por Representantes escolhidos nas urnas para atribuições de tão elevadas responsabilidades, o ônus de uma grande expectativa nacional de resgatar os compromissos assumidos na campanha eleitoral com milhões de brasileiros.

Todos sabemos do esvaziamento de atribuições que sofreu o Poder Legislativo nos últimos anos. Ainda vivemos sob a égide de uma ordem jurídica que, deliberadamente marginalizou o Parlamento das grandes decisões nacionais. No atual sistema, o Congresso Nacional aprecia, apenas, 25% de toda a despesa pública, que é o orçamento fiscal, ficando os orçamentos monetário e das estatais na órbita do Executivo.

A nova Constituição haverá de incluir normas que decidam questões fundamentais, como uma reforma tributária que assegure maior autonomia financeira aos Estados e Municípios; a restauração plena das prerrogativas do Poder Legislativo; a democratização da vida partidária, inclusive com a adoção do sistema de eleições primárias para a escolha dos candidatos aos postos eletivos; as reformas agrária e urbana; o sistema de governo.

E se nos afigura também essencial que a nova Constituição, ao fortalecer o Poder Legis-

lativo, coloque sob sua competência a fixação das diretrizes globais e setoriais do planejamento governamental e da política econômica, pois é inadmissível, num regime plenamente democrático, que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central tenham mais poder do que o Congresso Nacional, que é a expressão maior da vontade popular.

Promulgada a nova Constituição, restabeleceremos no País o Estado de Direito, que consolidará o nosso processo de democratização, iniciado na praça pública com o apoio das multidões, nas campanhas das "Diretas-Já" e da eleição do inesquecível Presidente Tancredo Neves.

Essas campanhas foram o alicerce da Nova República que, por sua vez, prometeu mudar o Brasil, política, econômica e socialmente.

O Presidente José Sarney, que assumiu o Governo sob o impacto emocional de uma grande tragédia, tomou decisões patrióticas e corajosas na direção daqueles compromissos com a Nação.

No campo político-institucional, caminhamos, celeremente, para a plenitude democrática, com a legalização dos partidos e entidades clandestinas; com o restabelecimento das eleições diretas, em todos os níveis; com o recadastramento eleitoral; com a revogação da Lei Falcão e, afinal, com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

Realmente, ainda há resquícios de autoritarismo que precisam ser definitivamente expurgados da ordem jurídica vigente. Urge a revisão substancial da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Imprensa, da Lei das Inelegibilidades, da Lei dos Estrangeiros e da Lei de Greve.

Entretanto, essa tarefa do legislador ordinário dependerá agora da Constituinte. Após a nova Constituição, vamos desempenhá-la, sem demora, para que os direitos individuais e sociais possam ser exercidos em toda a sua dimensão, numa democracia autêntica e estável.

No campo econômico, é indiscutível a profunda reforma estrutural introduzida pelo Presidente José Sarney através do Plano Cruzado, cujos principais objetivos foram: o combate sistemático e eficaz à inflação; o crescimento econômico; a criação de novos empregos.

São inegáveis, porém, as distorções do Plano Cruzado que precisam ser urgentemente corrigidas, para que esse arrojado programa econômico retome a confiança popular. São preocupantes, por exemplo, as altas taxas de juros que, a persistirem no mercado, tendem a realimentar cada dia mais, a chamada "ciranda financeira", cuja extinção foi um dos aspectos mais positivos do Plano Cruzado.

Ainda no campo econômico, grande é a expectativa nacional quanto ao grave problema do nosso endividamento externo. Mereceu aplausos gerais a decisão presidencial de suspender o pagamento do serviço da dívida que estava consumindo anualmente doze a quinze bilhões de dólares, com sérios prejuízos para o nosso desenvolvimento.

Sensibiliza-nos a idéia de uma auditoria na dívida externa brasileira, para separarmos o joio do trigo. E ao mesmo tempo cumpridos, nesse setor, enfatizar a clara posição, contra o monitoramento da economia brasileira pelo Fundo Monetário Internacional.

No campo social, além das prioridades selecionadas pela Nova República, visando a alimentação das populações carentes, devemos insistir na concretização da reforma agrária que pretende democratizar o direito de propriedade, para incorporar, ao mercado de consumo interno, milhões de brasileiros, hoje, inteiramente marginalizados do nosso processo produtivo.

Srs. Congressistas, o Congresso Nacional, renovado e engrandecido pela legitimidade dos mandatos conquistados nas eleições mais livres que já tivemos no País, está cômico do papel secundário que lhe é reservado, durante o período de funcionamento prioritário da Assembléia Nacional Constituinte. Mesmo assim, porém, procurará cumprir a sua missão constitucional, conjunta ou separadamente, através do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Enquanto a Assembléia Nacional Constituinte, por ser o constituinte originário, tem absoluta e total soberania para fazer a nova Constituição, podendo até abolir a Federação e a República e restaurar a Monarquia, o Congresso que detém o poder constituinte derivado, possui apenas a competência de emendar a Constituição vigente.

Neste particular, aliás, estaremos prontos, a qualquer hora, para servir aos altos desígnios da Assembléia Nacional Constituinte, contanto que ela funcione num clima de absolutas e plenas garantias.

Ao Congresso retornaram alguns parlamentares, todavia a grande maioria é constituída dos que nela têm assento pela primeira vez, representantes dos diversos matizes da raça, da cultura e das aspirações populares. O novo Congresso Nacional saúda também a presença, em seus quadros, pela primeira vez, de representantes do Distrito Federal.

Sob a proteção de Deus, vamos trabalhar, para prestigiar aos olhos da Nação a imagem do Poder Legislativo, dando tudo de nós pelo êxito da Assembléia Nacional Constituinte, que há de escrever, para o Brasil, sob o comando de Ulysses Guimarães, uma Constituição sintética, democrática e progressista, como o deseja e espera o povo brasileiro."

IV – O SENADO FEDERAL

Na Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura

A — COMPOSIÇÃO

Funcionaram no Senado Federal, nesta 1ª sessão legislativa, os Partidos Políticos abaixo relacionados, com a seguinte composição:

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (46 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Aluizio Bezerra Nabor Júnior	Rio de Janeiro	Nelson Carneiro
Amazonas	(1) Leopoldo Perez Carlos De'Carli (2) Fábio Lucena	Minas Gerais	Alfredo Campos Ronan Tito
Rondônia	Olavo Pires Ronaldo Aragão	São Paulo	Severo Gomes Fernando Henrique Cardoso Mário Covas
Pará	(2) Hélio Gueiros Almir Gabriel	Goiás	Iram Saraiva Irapuan Costa Júnior
Piauí	Chagas Rodrigues		
Ceará	Cid Sabóia de Carvalho Mauro Benevides	Distrito Federal	Meira Filho Pompeu de Sousa
Paraíba	Humberto Lucena Raimundo Lira	Mato Grosso	Louremberg Nunes Rocha Márcio Lacerda
Pernambuco	Mansueto de Lavor		
Alagoas	Teotônio Vilela Filho	Mato Grosso do Sul	(3) Marcelo Miranda Rachid Saldanha Derzi Wilson Martins
Sergipe	Albano Franco Francisco Rollemberg	Paraná	(4) Álvaro Dias (6) Affonso Camargo José Richa
Bahia	Luiz Viana Jutahy Magalhães Ruy Bacelar	Santa Catarina	Dirceu Carneiro Nelson Wedekin
Espírito Santo	José Ignácio Fer- reira Gerson Camata João Calmon	Rio Grande do Sul	José Fogaça José Paulo Bisol

- 1) Substitui o Senador Fábio Lucena pelo restante do Mandato anterior.
 2) Assume, a 15 de março, o cargo de Governador do Estado do Pará, sendo substituído no Senado pelo Senador João Menezes, que integra a Bancada do PFL.
 3) Assume, a 15 de março, o cargo de Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo substituído no Senado pelo Senador Mendes Canalle.
 4) Assume, a 15 de março, o cargo de Governador do Estado do Paraná, sendo substituído no Senado pelo Senador Leite Chaves.
 5) Falecido em 15 de junho, é substituído pelo Senador Aureo Mello.
 6) Em 11 de novembro desliga-se do PMDB e filia-se ao PTB.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

(14 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Rondônia	Odacir Soares	Pernambuco	(¹) Nivaldo Machado
Maranhão	Alexandre Costa Edison Lobão	Alagoas	Guilherme Palmeira Divaldo Suruagy
Piauí	João Lobo (²) Hugo Napoleão	Sergipe	Lourival Baptista
Rio Grande do Norte	José Agripino	Rio de Janeiro	Affonsos Arinos
Paraíba	Marcondes Gadelha	Santa Catarina	(²) Ivan Bonato
		Rio Grande do Sul	Carlos Chiarelli

1) Término do Mandato em 30-4-87, tendo em vista o retorno ao Senado do Senador Marco Maciel, titular do Mandato.

2) Término do Mandato em 8-10-87, tendo em vista o retorno ao Senado do Senador Jorge Bornhausen, titular do Mandato.

3) Substituído, em 3 de novembro, pelo seu 1º suplente, Senador Alvaro Pacheco.

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

(5 membros)

Estado	Senadores
Pará	Jarbas Passarinho
Maranhão	João Castelo
Ceará	Virgílio Távora
Rio Grande do Norte	Lavoisier Maia
Mato Grosso	Roberto Campos

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

(2 membros)

Estado	Senadores
Acre	Mário Maia
Distrito Federal	Maurício Corrêa

PARTIDO LIBERAL

(1 membro)

Estado	Senador
Minas Gerais	(¹) Itamar Franco

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

(1 membro)

Estado	Senador
Goiás	Mauro Borges

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

(1 membro)

Estado	Senador
Rio de Janeiro	Jamil Haddad

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

(1 membro)

Estado	Senador
Rio Grande do Norte	Carlos Alberto

PARTIDO MUNICIPALISTA BRASILEIRO

(1 membro)

Estado	Senador
Pernambuco	Antônio Farias

(1) Em 5-11-87 comunica seu desligamento do PL.

B — ALTERAÇÕES NA REPRESENTAÇÃO

A Representação dos Estados nesta sessão legislativa foi assim alterada:

- Estado do Amazonas — em vaga ocorrida com a renúncia do Senador Fábio Lucena, foi empossado, a 1º de fevereiro, o Senhor Leopoldo Perez Sobrinho que, filiando-se à Bancada do PMDB, adota o nome Parlamentar “LEOPOLDO PEREZ”.
- em vaga ocorrida com o falecimento do Senador Fábio Lucena, foi empossado, a 18 de junho, o Senhor Aureo Bringel de Mello que, filiando-se à Bancada do PMDB, adota o nome parlamentar “AUREO MELLO”.
- Estado do Pará — em vaga ocorrida com o afastamento do Senador Hélio Gueiros, foi empossado, a 18 de março, o Senhor João de Paiva Menezes que, filiando-se à Bancada do PFL, adota o nome parlamentar “JOÃO MENEZES”.
- Estado do Paraná — em vaga ocorrida com a renúncia do Senador Álvaro Dias, foi empossado, a 18 de março, o Senhor Francisco Leite Chaves que, filiando-se à Bancada do PMDB, adota o nome parlamentar “LEITE CHAVES”.
- Estado de Pernambuco — retorno, em 30 de abril, do Senador MARCO MACIEL, que até então exercia a Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, e o conseqüente afastamento do suplente Senador Nivaldo Machado.
- Estado do Mato Grosso do Sul — em vaga ocorrida com a renúncia do Senador Marcelo Miranda, foi empossado, a 29 de junho, o Senhor Antônio Mendes Canale que, filiando-se à Bancada do PMDB, adota o nome parlamentar “MENDES CANALE”.
- Estado de Santa Catarina — retorno, em 8 de outubro, do Senador JORGE BORNHAUSEN que até então exercia a função de Ministro de Estado da Educação, e o conseqüente afastamento do Suplente, Senador Ivan Bonato.
- Estado do Piauí — substituição, em 3 de novembro, do Senador Hugo Napoleão, afastado do exercício do mandato a fim de exercer a função de Ministro de Estado da Educação, pelo Sr. Alvaro Santos Pacheco que, filiando-se ao PFL, adota o nome parlamentar “ALVARO PACHECO”.

C — RENÚNCIA

Renunciaram ao mandato, nesta sessão legislativa, os seguintes Senhores Senadores:

1) Fábio Lucena, a 1º de fevereiro, tendo em vista ter sido eleito para novo mandato de Senador pelo mesmo Estado do Amazonas;

2) Hélio Gueiros, a partir de 15 de março, quando assume o governo do Estado do Pará, para o qual foi eleito a 15 de novembro de 1986;

3) Marcelo Miranda, a partir de 14 de março, a fim de assumir o governo do Estado de Mato Grosso do Sul, para o qual foi eleito a 15 de novembro de 1986;

4) Alvaro Dias, a partir de 15 de março, quando assume o governo do Estado do Paraná, para o qual foi eleito a 15 de novembro de 1986.

D — AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Conforme comunicação da Presidência, na sessão extraordinária realizada às 21 horas do dia 5 de novembro, o Senador Hugo Napoleão afasta-se do exercício do Mandato a fim de exercer a função, para a qual foi nomeado pelo Presidente da República, de Ministro de Estado da Educação.

E — FALECIMENTO

A 15 de junho — Senador Fábio Lucena, da Representação do Estado do Amazonas, filiado ao PMDB.

F — AFASTAMENTO DO PAÍS

Comunicações enviadas à Mesa nos termos do disposto na alínea "a" do art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal.

a) em missões do Senado

Senadores	Período
Marcondes Gadelha	por 15 dias, a partir de 6 de março, DCN (seção II), de 10-3-87
Mauro Borges	a partir de 22 de março, DCN (seção II), de 24-3-87
José Ignácio Ferreira	a partir de 22 de março, DCN (seção II), de 24-3-87
João Calmon	de 24 a 29 de março, DCN (seção II), de 24 de março de 1987
Francisco Rollemberg	de 24 de março a 5 de abril, DCN (seção II), de 24-3-87
Odacir Soares	de 24 de março a 5 de abril, DCN (seção II), de 24-3-87
Lourival Baptista	a partir de 25 de março, DCN (seção II), de 31-3-87
Guilherme Palmeira	a partir de 27 de abril, DCN (seção II), de 24-4-87
Ruy Bacelar	a partir de 27 de abril, DCN (seção II), de 24-4-87
Marcondes Gadelha	a partir de 18 de junho, DCN (seção II), de 19-6-87
Nelson Carneiro	a partir de 19 de junho, DCN (seção II), de 19-6-87
Luiz Viana	a partir de 22 de junho, DCN (seção II), de 23-6-87
Fernando Henrique Cardoso	a partir de 27 de junho, DCN (seção II), de 30-6-87
Raimundo Lira	a partir de 27 de junho, DCN (seção II), de 30-6-87
Virgílio Távora	a partir de 27 de junho, DCN (seção II), de 30-6-87
Carlos Chiarelli	a partir de 27 de junho, DCN (seção II), de 30-6-87

Senadores	Período
Saldanha Derzi	a partir de 23 de setembro, DCN (seção II), de 22-9-87
Gerson Camata	a partir de 21 de setembro, DCN (seção II), de 22-9-87
Guilherme Palmeira	a partir de 21 de setembro, DCN (seção II), de 22-9-87
Marcondes Gadelha	de 8 a 28 de outubro, DCN (seção II), de 9-10-87
Chagas Rodrigues	de 9 a 25 de outubro, DCN (seção II), de 9-10-87

b) em missões do Executivo

Senadores	Período
Aluizio Bezerra	a partir de 2 de julho, DCN (seção II), de 4-8-87
Hugo Napoleão	de 16 a 20 de agosto, DCN (seção II), de 29-8-87
Leopoldo Perez	
Mauro Benevides	a partir de 3 de outubro, DCN (seção II), de 6-10-87
José Agripino	a partir de 2 de outubro, DCN (seção II), de 6-10-87
Divaldo Suruagy	de 15 a 17 de outubro, DCN (seção II) de 20-10-87
Meira Filho	de 15 a 17 de outubro, DCN (seção II), de 20-10-87
Lourival Baptista	a partir de 21 de outubro, DCN (seção II), de 21-10-87
Carlos De'Carli	a partir de 26 de outubro, DCN (seção II), de 28-10-87
Nabor Júnior	a partir de 14 de novembro, DCN (seção II), de 13-11-87

c) em caráter particular

Senadores	Período
Albano Franco	a partir de 3 de julho, para tratar de assuntos ligados ao SENAI, com a direção do Centro Internacional de Formação Profissional Avançado (OIT-TURIM) a partir de 23 de outubro, em viagem a Paris — França
Alfredo Campos	a partir de 17 de dezembro de 1986
Carlos Chiarelli	de 21 a 25 de novembro, a Nova Iorque, EUA, atendendo convite da Universidade de Colúmbia

Senadores	Período
Carlos De'Carli	de 13 a 23 de julho, à cidade de Miami, EUA, onde receberá o Título de Cidadão daquela cidade e a partir de 22 de dezembro
Divaldo Suruagy	de 27 de fevereiro a 9 de março a partir de 11 de setembro, em viagem a Berlim—Alemanha Ocidental, presidindo a delegação brasileira ao Seminário sobre Administração Pública e Controle Financeiro-Orçamentário
Edison Lobão	de 14 a 30 de julho, em caráter particular
Fernando Henrique Cardoso	a partir de 22 de abril, para participar da Sessão Inaugural da Comissão Sulamericana de Paz, Segurança Regional e Democracia, a realizar-se na Argentina
Francisco Rollemberg	de 15 a 19 de junho, em visita à Estação Antártica "Comandante Ferraz", atendendo convite formulado pelo Ministro da Marinha
Gerson Camata	de 17 a 19 de março, acompanhando o Ministro das Relações Exteriores em visita oficial a Cuba a partir de 29 de maio, atendendo a convite do Governo da Indonésia, para participar do II Seminário sobre café "ROBUSTA" a realizar-se naquele país de 23 a 27 de julho, a convite do Governo da Síria, visitando aquele país
Guilherme Palmeira	a partir de 23 de agosto, em caráter particular
Hugo Napoleão	durante os meses de agosto e setembro, em caráter particular
Irapuan Costa Júnior	de 23 de agosto a 1º de setembro em caráter particular
Itamar Franco	durante o mês de dezembro, em caráter particular
Ivan Bonato	de 7 a 17 de fevereiro, de 15 a 26 de abril, a partir de 17 de agosto e a partir de 3 de setembro, em caráter particular
Jamil Haddad	de 23 a 28 de junho, em viagem à República do Peru, em caráter particular
João Menezes	a partir de 16 de agosto, com destino à Rússia, atendendo convite do Ministro Marat I. Granov
Jorge Bornhausen	a partir de 14 de outubro, em caráter particular
José Fogaça	em 22 e 23 de julho, para participar do Simpósio Internacional de Juristas, em Assunción, Paraguai de 8 a 21 de agosto, ao Canadá e EUA

Senadores	Período
José Richa	de 21 de março a 4 de abril, em viagem aos EUA, a convite do Governo daquele país
Lourival Baptista	a partir de 19 de maio, à cidade de Nova Iorque, EUA, atendendo a convite do Presidente da Câmara de Comércio Brasil-EUA. a partir de 31 de julho, para participar do Simpósio sobre "Tabaco e Câncer" do 9º Congresso Latino-Americano de Cancerologia, em Assunção, Paraguai
Leopoldo Perez	de 16 a 20 de agosto, em caráter particular
Márcio Lacerda	a partir de 19 de julho, acompanhando a comitiva do Governador de Mato Grosso
Marco Maciel	de 4 a 12 de setembro, à República Federal da Alemanha, a convite da Fundação Friedrich Naumann
Marcondes Gadelha	de 15 a 21 de novembro, em caráter particular, para tratar de assuntos de interesse do Parlamento Latino-Americano
Mário Maia	de 19 a 20 de novembro, em viagem ao Uruguai
Maurício Corrêa	de 15 a 30 de abril e de 23 a 30 de junho, a Argel, atendendo convite formulado pela Organização para Libertação da Palestina (OLP) de 23 a 30 de junho, a convite da Organização para a Libertação da Palestina e de 5 a 12 de setembro em Berna, Suíça, a convite dos organismos não governamentais que integram a Organização das Nações Unidas
Nelson Wedekin	a partir de 16 de abril e a partir de 23 de junho, em caráter particular
Odacir Soares	de 26 de junho a 10 de julho, em caráter particular a partir de 21 de setembro, a convite do Diretor do Grupo de Estudos Brasileiros da Universidade de Laval, em Quebec e pela Universidade do Canadá no Brasil, e de 7 a 16 de outubro
Olavo Pires	a partir de 1º de novembro, em caráter particular
Roberto Campos	de 7 a 13 de fevereiro, em caráter particular de 2 a 21 de maio, para participar do Grupo dos Trinta sobre Reforma Monetária Internacional de 25 de julho a 1º de agosto e 29 de setembro a 16 de outubro, para viagem de conferências
Ronan Tito	de 7 a 14 de novembro, a convite do Governo italiano, em Roma
Severo Gomes	de 21 a 24 de março, com destino a Assunção, Paraguai, em caráter particular
Wilson Martins	a partir de 5 de abril, em caráter particular

G — LICENÇA

Para tratamento de saúde

Senador Fábio Lucena — de 20 de abril a 19 de maio (30 dias)
DCN-II, de 28-4-87

H — DIREÇÃO

A Comissão Diretora, a quem compete exercer a administração do Senado Federal, é constituída dos titulares da Mesa que é, observadas as normas constitucionais e regimentais, eleita nas reuniões preparatórias que antecedem a instalação da 1ª e 3ª sessões legislativas ordinárias de cada Legislatura, para um mandato de dois anos.

Desta forma, dirigiu a Casa nesta 1ª Sessão Legislativa da 48ª Legislatura, a Mesa eleita a 1º de fevereiro de 1987, sendo assim constituída:

Presidente:	Senador Humberto Lucena
1º-Vice-Presidente:	Senador José Ignácio Ferreira
2º-Vice-Presidente:	Senador Lourival Baptista
1º-Secretário:	Senador Jutahy Magalhães
2º-Secretário:	Senador Odacir Soares
3º-Secretário:	Senador Dirceu Carneiro
4º-Secretário:	Senador João Castelo
Suplentes de Secretários:	Senador Francisco Rollemberg
	Senador Aluizio Bezerra
	Senador João Lobo
	Senador Wilson Martins

I — LIDERANÇAS

Funcionou o Colégio de Líderes no Senado, nesta 1ª Sessão Legislativa da 48ª Legislatura, com a seguinte composição:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO -- PMDB

(indicados em 9-3-87)

Líder — Senador Fernando Henrique Cardoso
Vice-Líderes — Senadores
(*) Fábio Lucena
João Calmon
José Fogaça
Louremberg Nunes Rocha
Mauro Benevides
Olavo Pires
Raimundo Lira
Severo Gomes (indicado em 11-5-87)
Nelson Wedekin (indicado em 3-6-87)
Leopoldo Perez (indicado em 28-8-87)

(*) Falecido em 15-6-87

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

(*) Líder — Senador Carlos Chiarelli
(**) Vice-Líderes — Senadores
João Menezes e
(***) Nivaldo Machado
Edison Lobão (indicado em 30-6-87)
Marcondes Gadelha (indicado em 3-8-87)

(*) Indicado em 11-3-87

(**) Indicados em 8-4-87

(***) Afastado em 30-4-87, com o retorno do Senador Marco Maciel, titular do Mandato

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

(*) Líder — Senador Jarbas Passarinho
(**) Vice-Líderes — Senadores
Virgílio Távora
Roberto Campos

(*) Indicado em 9-3-87

(**) Indicados em 18-3-87

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

(*) Líder Senador Maurício Corrêa

(*) comunicação de 9-3-87

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

(*) Líder Senador Jamil Haddad

(*) comunicação de 9-3-87

PARTIDO MUNICIPALISTA BRASILEIRO — PMB

(*) Líder Senador Antônio Farias

(*) comunicação de 9-3-87

PARTIDO LIBERAL — PL

(*) Líder Senador Itamar Franco

(*) comunicação de 10-3-87

Em 5-11-87, com o desligamento do Senador Itamar Franco, o PL fica sem representação no Senado.

J — O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

J.1 — SESSÕES REALIZADAS

O Senado fez realizar 95 sessões plenárias, sendo:

ordinárias	21
extraordinárias	70
especiais	4

Deixaram de ser realizadas 8 sessões ordinárias em virtude de:

convocação de sessão da Assembléia Nacional Constituinte	2
reunião da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte	1
feriado nacional	2
requerimento	2
reunião	1

Como homenagem de pesar foram levantadas as seguintes sessões extraordinárias:

- em 17-6-87 — às 18:30h — falecimento do Senador Fábio Lucena — Requerimento nº 88, de autoria do Senador Leopoldo Perez e outros Senadores;
- em 9-9-87 — às 10:00h — falecimento do Deputado Alair Ferreira — Requerimento nº 140, de autoria do Senador Carlos Chiarelli e outros Senadores.

As sessões especiais foram destinadas às seguintes comemorações:

- em 30 de abril, às 18:30h — Dia Nacional da Mulher — Requerimento nº 35, de autoria do Senador João Menezes e outros Senadores;
- em 17 de setembro, às 10:00h — bicentenário da Constituição Americana — Requerimento nº 89, de autoria do Senador Marcondes Gadelha;
- em 24 de setembro, às 10:00h — reverenciar a memória do ex-Senador Menezes Pimentel — Requerimento nº 123, de autoria do Senador Mauro Benevides e outros Senadores; e
- em 29 de outubro, às 10:00h — reverenciar a memória do Ministro José Américo de Almeida, pelo centenário de seu nascimento — Requerimento nº 131, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros Senadores.

O tempo dos oradores da Hora do Expediente da sessão extraordinária, realizada às 10:00h do dia 27 de outubro, foi destinado a homenagear o **Jornal do Commercio** pela comemoração dos 160 anos de sua fundação — Requerimento nº 144, de autoria do Senador Jamil Haddad.

O Senado, em virtude de requerimentos aprovados pelo Plenário, prestou, ainda, homenagens de pesar pelo falecimento das seguintes personalidades:

— na sessão extraordinária, realizada a 9 de março, às 18:30h:

ex-Deputado Federal Raimundo Asfora — Requerimento nº 2, de autoria do Senador Raimundo Lira;

— na sessão ordinária do dia 6 de abril:

ex-Senador Arthur Virgílio Filho — Requerimento nº 28, de autoria do Senador Leopoldo Perez;

— na sessão extraordinária, realizada a 13 de agosto, às 10:00h:

Jornalista Thomaz Coelho — Requerimento nº 125, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho;

ex-Senador Octacílio Jurema — Requerimento nº 126, de autoria do Senador Humberto Lucena;

— na sessão extraordinária, realizada a 9 de setembro, às 10:00h:

ex-Senador Marcos Freire — Requerimento nº 139, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso e outros Senadores;

— na sessão ordinária do dia 29 de setembro:

ex-Senador João Cleofas — Requerimento nº 146, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros Senadores;

General Golbery do Couto e Silva — Requerimento nº 147, de autoria dos Senadores Jarbas Passarinho e Nelson Carneiro;

— na sessão extraordinária, realizada a 3 de dezembro, às 19:00h:

ex-Senador Fernando Corrêa da Costa — Requerimento nº 282, de autoria do Senador Wilson Martins e outros Senadores.

J.1.1 — COMPARECIMENTO DE MINISTROS DE ESTADO

A Constituição Federal, no seu art. 38, **caput**, regula o comparecimento de Ministros de Estado ao Plenário do Senado Federal, quando convocados para prestarem informações acerca de assunto previamente determinado.

Nos termos do disposto no art. 413, item I, do Regimento Interno, compareceram perante o Plenário do Senado Federal os seguintes Ministros:

na sessão ordinária do dia 18 de maio

Dr. José Reinaldo Carneiro Tavares, Ministro de Estado dos Transportes, convocado nos termos do Requerimento nº 66/87, de autoria dos Senadores Carlos Chiarelli, Líder do PFL e Fernando Henrique Cardoso, Líder do PMDB, a fim de dissertar e ser argüido sobre temas referentes àquela Pasta, particularmente a respeito da situação de nossas vias ferroviárias, rodoviárias e portuárias, bem como investimentos e obras em andamento, previstos para esses importantes setores.

Após a explanação do Sr. Ministro, usaram da palavra, como interpelantes, os Senadores Carlos Chiarelli, Affonso Camargo, Mário Maia, Virgílio Távora, João Menezes, Itamar Franco, Alexandre Costa, Louremberg Nunes Rocha, Mansueto de Lavor, Nabor Júnior, Rachid Saldanha Derzi, Ruy Bacelar, Iram Saraiva, Jarbas Passarinho, Marcondes Gadelha e Fernando Henrique Cardoso.

na sessão extraordinária realizada às nove horas do dia 19 de agosto

Dr. Raphael de Almeida Magalhães, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, convocado nos termos do Requerimento nº 114/87, de autoria das Lideranças do PFL e do PMDB, a fim de prestar informações sobre temas vinculados ao Ministério sob sua responsabilidade.

Após a explanação do Sr. Ministro, usaram da palavra, na qualidade de interpelantes, os Senadores Carlos Chiarelli, Nelson Wedekin, Mansueto de Lavor, Nabor Júnior, Nelson Carneiro, Pompeu de Sousa, Lourival Baptista, Albano Franco, João Calmon, Lavoisier Maia, Márcio Lacerda, Fernando Henrique Cardoso, encaminhando perguntas, por escrito, através da Presidência, o Senador Teotônio Vilela Filho.

J.2 — REPRESENTAÇÃO EXTERNA

J.2.1 — MISSÕES DO SENADO

Na presente Sessão Legislativa, foram designados para representar o Senado no exterior os seguintes Senhores Senadores:

Senadores

Marcondes Gadelha	Reunião do Parlamento Latino-Americano, Quito — Equador, de 6 a 20 de março.
João Calmon Odacir Soares Francisco Rollemberg Lourival Baptista	Integrantes da 13ª Reunião do Comitê de Membros Afiliados da Organização Mundial de Turismo, a realizar-se em Granada — Espanha, de 25 a 30 de março.
Mauro Borges José Ignácio Ferreira	Participantes da 1ª Conferência Interparlamentar sobre o Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, a realizar-se na Cidade do México, a partir de 22 de março.
Guilherme Palmeira Ruy Bacelar	Integrantes da 77ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Manágua, de 27 de abril a 2 de maio.
Marcondes Gadelha	Chefiando a Delegação do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, reunido em Lisboa — Portugal, a partir de 18 de junho.
Nelson Carneiro Luiz Viana	A partir de 19 de junho, como integrantes do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, em Lisboa — Portugal.
Fernando Henrique Cardoso Carlos Chiarelli Raimundo Lira Virgílio Távora	De 27 de junho a 3 de julho, em viagem aos EUA como integrantes da Comissão Especial da Dívida Externa Brasileira
Rachid Saldanha Derzi Guilherme Palmeira Gerson Camata	Participantes da Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo à VII Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo e à XIV Reunião do Comitê de Membros Afiliados daquela organização, a realizar-se em Madrid — Espanha, a partir de 22 de setembro.
Chagas Rodrigues Marcondes Gadelha Edison Lobão Alexandre Costa Rachid Saldanha Derzi	De 9 a 25 de outubro, como participantes da 78ª Conferência da União Interparlamentar, em Bangkok — Tailândia.

J.2.2 — MISSÕES DO EXECUTIVO

O Senado Federal concedeu licença para aceitarem missões, para as quais foram designados pelo Poder Executivo, aos seguintes Senhores Senadores:

Como integrantes de comitiva oficial durante viagens ao exterior do Senhor Presidente da República:

Ao Peru, a partir de 2 de junho:	Aluizio Bezerra
Ao México, de 16 a 20 de agosto:	Hugo Napoleão Leopoldo Perez
A República da Venezuela, de 15 a 17 de outubro:	Divaldo Suruagy Meira Filho

Como Observadores Parlamentares à 42ª Sessão da Organização das Nações Unidas:

a partir de 2 de outubro	José Agripino Maia
a partir de 3 de outubro	Mauro Benevides
a partir de 21 de outubro	Lourival Baptista
a partir de 26 de outubro	Carlos De'Carli
a partir de 14 de novembro	Nabor Júnior

J. 3 — COMISSÕES

Na sessão extraordinária, realizada às 18:30h do dia nove de março, os Líderes do PMDB, PFL e PDS apresentaram à Mesa o Projeto de Resolução nº 2, de 1987, estabelecendo normas de elaboração legislativa do Senado, durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

O projeto, aprovado em regime de urgência, na sessão extraordinária realizada às dez horas do dia seguinte, deu origem à Resolução nº 1, de 1987, que assim estabeleceu:

“O Senado Federal resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal vigorará, durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, com as alterações estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As sessões do Senado serão:

I — ordinárias, as realizadas às segundas-feiras, das 14:30h às 18:30h;

II — extraordinárias, as realizadas em horário diverso do prefixado para as sessões ordinárias.

Parágrafo único. O horário de realização das sessões extraordinárias não poderá coincidir com o das sessões plenárias da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 3º A sessão extraordinária, que terá o mesmo rito e duração da ordinária, poderá ser convocada de ofício, pelo Presidente, ou por 1/3 (um terço) da composição do Senado.

Parágrafo único. O dia, a hora e a Ordem do Dia de sessão extraordinária serão dados a conhecer, previamente, ao Senado, em sessão, ou pelo **Diário do Congresso Nacional**, sendo, no último caso, os Senadores avisados, também, por comunicação telegráfica, ou por telefone.

Art. 4º As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, pelo Presidente, dispensados interstícios e formalidades regimentais, salvo publicação e distribuição de cópias das proposições principais.

Art. 5º As Comissões Permanentes não serão instaladas até ulterior deliberação do Plenário.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às Comissões Diretora, de Fiscalização e Controle e do Distrito Federal.

Art. 6º Os Relatores das matérias incluídas em Ordem do Dia serão designados pelo Presidente e seus pareceres serão proferidos oralmente em Plenário.

Parágrafo único. Se a complexidade da matéria dificultar sua instrução em Plenário, a Mesa poderá conceder ao Relator prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 7º Encerrada a discussão da proposição com a apresentação de emendas, o Relator proferirá parecer sobre as mesmas, imediatamente, podendo ser concedido, em virtude da complexidade da matéria, prazo não excedente a 2 (duas) horas.

Art. 8º O segundo turno e o turno suplementar serão realizados imediatamente após a aprovação do projeto em primeiro turno, e do substitutivo, em segundo turno ou turno único, respectivamente.

Art. 9º A redação final e a redação do vencido, que não dependem de publicação, serão submetidas à discussão imediatamente após a apresentação do respectivo parecer, pelo Relator, considerando-se aprovadas independentemente de votação

Art. 10. Os funcionários da Subsecretaria de Comissões, desde que requisitados, prestarão seus serviços à Assembléia Nacional Constituinte.

Parágrafo único. As salas das Comissões Permanentes poderão ser utilizadas pelas Comissões Constitucionais.

Art. 11. Os projetos de lei em curso e os que vierem a ser apresentados por parlamentares, durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, ficarão sobrestados até a promulgação da nova Constituição, ressalvados os projetos de lei previstos no art. 42 da Constituição vigente.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.”

Nos termos do disposto no **caput** do art. 5º da referida Resolução foram instaladas as seguintes Comissões:

- a) de Relações Exteriores, pela aprovação, a 1º de abril, do Requerimento nº 26, de autoria dos Líderes do PMDB, PFL, PDS, PL, PDC e PDT;
- b) de Constituição e Justiça, pela aprovação, a 27 de abril, do Requerimento nº 47, de autoria do Senador Alfredo Campos e outros Senadores.

A Comissão de Fiscalização e Controle, embora mantida pela resolução, uma vez criada por lei, não chegou a se instalar.

J.3.1 — COMISSÕES PERMANENTES

a) Composição

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(15 membros, designados em 20 de março de 1987)

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Saraiva

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

Pequenos Partidos

(*) Lavoisier Maia — PDS
Antônio Faria — PMB
Maurício Corrêa — PDT

Carlos Alberto — PTB

Em 27 de maio é instalada a Comissão e eleitos o Presidente e os dois Vice-Presidentes.
(*) Em 10 de setembro é substituído pelo Senador Roberto Campos.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 membros, designados em 30 de março de 1987)

PMDB

Titulares

Pompeu de Souza
Meira Filho
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Saraiva
Chagas Rodrigues

Suplentes

Ronan Tito
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

Alexandre Costa
Edison Lobão

João Menezes
Nivaldo Machado

Pequenos Partidos

Maurício Corrêa — PDT
Mauro Borges — PDC

Lavoisier Maia — PDS

Em 8 de abril é instalada a Comissão, sendo eleitos o Presidente e o Vice-Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 membros, designados em 23 de abril de 1987)

PMDB

Titulares

(¹) Alfredo Campos
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Rachid Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluízio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Fábio Lucena
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

(³) Hugo Napoleão
João Lobo
José Agripino

Divaldo Suruagy
Edison Lobão

Pequenos Partidos

Jarbas Passarinho — PDS
(²) Roberto Campos — PDS
Itamar Franco — PL

Jamil Haddad — PSB

Em 29 de abril é instalada a Comissão, sendo eleitos o Presidente e os dois Vice-Presidentes.

(1) Em 10 de setembro é substituído pelo Senador Albano Franco.

(2) Em 10 de setembro é substituído pelo Senador Lavoisier Maia.

(3) Em 5 de novembro é substituído pelo Senador Marco Maciel.

b) Direção

Dirigiram os trabalhos das Comissões Permanentes os seguintes Senadores:

Comissões	Presidentes	Vice-Presidentes
Constituição e Justiça	Alfredo Campos	1º — Guilherme Palmeira 2º — Chagas Rodrigues
Distrito Federal	Meira Filho	Edison Lobão
Relações Exteriores	Luiz Viana	1º — Hugo Napoleão 2º — Nelson Wedekin

J.3.2 — COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

a) DESTINADA A APURAR PROBLEMAS RELACIONADOS COM O RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM VÁRIOS ESTADOS BRASILEIROS.

(Criada pela Resolução nº 8/87)

- Autoria — Senador Jutahy Magalhães e outros Senadores
- Instalação — 6 de maio, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator
- Nº de membros — 9 (nove), designados em 29 de abril
- Prazo — 60 dias — até 8 de junho
- Prazo prorrogado — Requerimento nº 80/87 — 30 dias — até 10 de agosto
- Prazo prorrogado — Requerimento nº 97/87 — 30 dias — até 9 de setembro
- Prazo prorrogado — Requerimento nº 137/87 — 45 dias — até 26 de outubro
- Prazo prorrogado — Requerimento nº 170/87 — 30 dias — até 25 de novembro
- Prazo prorrogado — Requerimento nº 248/87 — 30 dias — até 5 de dezembro

Composição

Titulares

Almir Gabriel
Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Dirceu Carneiro
Jutahy Magalhães — Relator
Mansueto de Lavor

PMDB

Divaldo Suruagy
José Agripino — Presidente

PFL

PMB

Antonio Farias — Vice-Presidente

PDT

Suplentes

Leopoldo Peres
Pompeu de Sousa
Ruy Bacelar
Severo Gomes

João Lobo

Mário Maia

Depoimentos prestados perante a Comissão

- 4 de junho — Dr. Dorany de Sá Barreto Sampaio
- 5 de junho — Dr. José Carlos Aleluia
— Dr. Miguel Nunes
- 11 de junho — Dr. Mário Penna Bhering
— Dr. Jurandir Picanço
- 25 de junho — Dr. Adjarma Azevedo
— Dr. Benedito Carraro

- 9 de julho — Dr. Egmont Bastos Gonçalves
 — Dr. Masato Yokota
 19 de agosto — Dr. Vicente Cavalcante Fialho
 2 de setembro — Dr. Drumont Xavier
 10 de novembro — Dr. Aureliano Chaves

b) DESTINADA A APURAR A POLÍTICA DE CONCESSÕES DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO EM TODO O PAÍS E IRREGULARIDADES OCORRIDAS NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

(Criada pela Resolução nº 16/87)

- Autoria — Senador Fábio Lucena e outros Senadores
 — Instalação — 18 de agosto, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator
 — Nº de membros — 9 (nove) designados em 18 de junho
 — Prazo — 180 dias — até 6 de novembro
 — Prazo prorrogado — Requerimento nº 223/87 — 90 dias — até 2 de maio de 1988

Composição

Titulares

Wilson Martins — Relator
 Chagas Rodrigues
 Luiz Viana
 Teotônio Vilela Filho
 Nelson Wedekin
 Gerson Camata

PMDB

Edison Lobão
 Marcondes Gadelha — Presidente

PFL

Mário Maia — Vice-Presidente

PDT

PDS

Suplentes

Márcio Lacerda
 José Paulo Bisol
 Irapuan Costa Júnior
 Pompeu de Sousa

João Lobo

Lavoisier Maia

Depoimento prestado perante a Comissão.
 16 de setembro — Dr. Rômulo Villar Furtado.

c) DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES DIVULGADAS NO JORNAL "A FOLHA DE S. PAULO", NA CONCORRÊNCIA PARA IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA NORTE-SUL, E ANALISAR OS ASPECTOS DA VIABILIDADE SÓCIO-ECONÔMICA DAQUELA FERROVIA.

(Criada pela Resolução nº 41/87)

- Autoria — Senador Mansueto de Lavor e outros Senadores
 — Instalação — 2 de junho, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator
 — Nº de membros — 9 (nove), designados em 27 de maio
 — Prazo — 60 dias — até 17 de agosto
 — Prazo prorrogado — Resolução nº 105/87 — 60 dias — até 16 de outubro
 — Prazo prorrogado — Resolução nº 174/87 — 20 dias — até 5 de novembro

Titulares	Composição	
	PMDB	Suplentes
Mansueto de Lavor — Relator Ruy Bacelar — Vice-Presidente Leopoldo Peres Affonso Camargo Iram Saraiva Olavo Pires		Teotônio Vilela Filho Pompeu de Sousa Aluizio Bezerra Dirceu Carneiro
Alexandre Costa João Menezes — Presidente	PFL	Edison Lobão
Itamar Franco	PL	
	PDC	Mauro Borges

Em 5 de novembro, a Mesa recebeu o Relatório Final.

Depoimentos prestados perante a Comissão

16 de junho	— Dr. Paulo Augusto Vivacqua — Dr. Stanley Fortes Baptista — Dr. Francisco de Paula Pereira da Cunha
23 de junho	— Dr. Antônio Henrique Santillo — Dr. Lúcio Vasconcelos Lana e Souza
30 de junho	— Dr. Eptácio Cafeteira — Dr. Jânio de Freitas — Dr. Eduardo Borges de Andrade
4 de agosto	— Dr. Murillo Valle Mendes
13 de agosto	— Dr. Vasco Neto
11 de setembro	— Dr. Anibal Teixeira de Souza — Dr. José Reinaldo Tavares

d) DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES E RESPONSÁVEIS PELAS IMPORTAÇÕES DE ALIMENTOS, POR ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, QUE PROVOCARAM UMA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ATRAVÉS DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

(Criada pela Resolução nº 59/87)

— Aatoria	— Senador Mauro Borges e outros Senadores
— Instalação	— 25 de agosto, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator
— Nº de membros	— 9 (nove), designados em 19 de agosto
— Prazo	— 60 dias — até 23 de setembro
— Prazo prorrogado	— Requerimento nº 143/87 — 60 dias — até 23 de novembro
— Prazo prorrogado	— Resolução nº 196/87 — 90 dias — até 27 de maio de 1988

Titulares	Composição	
	PMDB	Suplentes
Dirceu Carneiro — Presidente Nabor Júnior Gerson Camata José Paulo Bisol Cid Sabóia de Carvalho Ronaldo Aragão		Márcio Lacerda Ronan Tito Nelson Wedekin Mendes Canale

PFL

Lourival Baptista — Vice-Presidente
(*) Ivan Bonato

João Lobo

PDC

Mauro Borges — Relator

(*) Não mais integra a composição da Comissão.

Depoimentos prestados perante a Comissão

9 de setembro — Sr. Sebastião Baptista Affonso
Sr. Wagner Gonçalves

17 de setembro — Dr. Carlos Theóphilo de Souza e Mello
Dr. Marcos Antônio Rota

24 de setembro — Dr. Flávio Telles de Menezes

e) DESTINADA A INVESTIGAR A INTERMEDIÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS.

(Criada pela Resolução nº 173/87)

— Autoria — Senador José Ignácio Ferreira e outros Senadores

— Prazo — 90 (noventa) dias — até 11 de abril de 1988

— Observação: até o encerramento da Sessão Legislativa, a 5 de dezembro, não haviam sido indicados os membros para designação da Comissão.

f) DESTINADA A INVESTIGAR FATOS LIGADOS AO ACIDENTE COM A CÁPSULA DE CÉSIO 137, EM GOIÂNIA.

(Criada pela Resolução nº 184/87)

— Autoria — Senador Iram Saraiva e outros Senadores

— Instalação — 25 de novembro, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator

— Nº de membros — 9 (nove), designados em 18 de novembro

— Prazo — 60 dias — até 30 de março de 1988

Composição

Titulares

Iram Saraiva — Presidente
José Ignácio Ferreira
Dirceu Carneiro
Jutahy Magalhães
José Paulo Bisol
Severo Gomes

Suplentes

Almir Gabriel
Nelson Carneiro
Alfredo Campos
Wilson Martins

PMDB

PFL

Odacir Soares — Relator
Lourival Baptista — Vice-Presidente

João Menezes

PDT

Mário Maia

J.3.3 — COMISSÕES ESPECIAIS INTERNAS

a) DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS SOBRE A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO.

(Criada pelo Requerimento nº 17/87)

- Autoria — Líderes do PMDB — PFL — PDS — PSB e PDT
- Instalação — 14 de abril, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator
- Nº de membros — 9 (nove) designados em 6 de abril
- Prazo — 90 dias — até 21 de junho
- Prazo prorrogado — Requerimento nº 90/87 — 90 dias — até 21 de outubro
- Prazo prorrogado — Requerimento nº 171/87 — 30 dias — até 20 de novembro
- Prazo prorrogado — Requerimento nº 245/87 — 90 dias — até 16 de maio de 1988

Composição

Titulares		Suplentes
	PMDB	
* José Ignácio Ferreira Leopoldo Peres Raimundo Lira Ronan Tito Fernando Henrique Cardoso — Relator		Aluizio Bezerra Leite Chaves Teotônio Vilela Filho Affonso Camargo
	PFL	
Carlos Chiarelli — Presidente ** Ivan Bonato		*** Odacir Soares
	PDS	
Virgílio Távora — Vice-Presidente		
	PSB	
Jamil Haddad		
	PL	
		Itamar Franco

(*) Substituído pelo Senador Aluizio Bezerra em 29 de abril.

(**) Substituído pelo Senador Odacir Soares em 27 de outubro.

(***) Substituído pelo Senador Jorge Bornhausen em 27 de outubro.

b) DESTINADA A LEVANTAR O GRAU DE ESTATIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS NO ENDIVIDAMENTO EXTERNO E INTERNO DO PAÍS.

(Criada pelo Requerimento nº 73/87)

- Aatoria — Senador Irapuan Costa Júnior e outros
- Instalação — 18 de setembro, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator
- Nº de membros — 7 (sete), designados em 31 de agosto
- Prazo — 90 dias — até 29 de setembro
- Prazo prorrogado — Requerimento nº 148/87 — 90 dias — até 5 de dezembro
- Prazo prorrogado — Requerimento nº 249/87 — 90 dias — até 29 de maio de 1988

Composição

PMDB

Titulares

Irapuan Costa Júnior — Presidente
Chagas Rodrigues
José Fogaça
Dirceu Carneiro

Suplentes

Nabor Júnior
Saldanha Derzi
Mansueto de Lavor

PFL

Divaldo Suruagy — Relator
José Agripino Maia

Odacir Soares

PMB

Antonio Farias — Vice-Presidente

PDS

Virgílio Távora

Depoimentos prestados perante esta Comissão

- 6 de maio — Dr. Dilson Funaro
- 14 de maio — Dr. Fernão Bracher
- 5 de agosto — Dr. Bresser Pereira
- 4 de novembro — Dr. Fernando Milliet
- 9 de novembro — Dr. Fernão Bracher
Dr. Fernando Milliet

J.3.4 — COMISSÕES ESPECIAIS EXTERNAS

a) DESTINADA A VERIFICAR OS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS NO RIO DE JANEIRO.

(Constituída por deliberação da Presidência)

Composição: em 30 de junho, designados os Senhores Senadores Jamil Haddad, Pompeu de Sousa e Leite Chaves.

b) DESTINADA A REPRESENTAR O SENADO NOS FUNERAIS DE D^a RUTH PASSARINHO.

Composição: em 6 de agosto, designados os Senhores Senarodes Virgílio Távora, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Chiarelli e João Menezes.

J.3.5 — COMISSÃO ESPECIAL MISTA

a) DESTINADA A PROGRAMAR A COMEMORAÇÃO DOS CENTENÁRIOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E DA PRIMEIRA CARTA REPUBLICANA NO PAÍS.

(Criada pelo Requerimento nº 712/83)

- Composição em 5 de dezembro de 1986
- Prazo — até 18 de novembro
- Prazo prorrogado — Requerimento nº 246/87
- Novo prazo — um ano — até 18 de novembro de 1988

Composição	
Senadores	Deputados
	PMDB
Luiz Viana	Israel Dias-Novaes
(*) Hélio Gueiros	(**) João Gilberto
(*) Gastão Müller	Virgildásio de Sena
Fernando Henrique Cardoso	
João Calmon	
	PFL
(*) Nivaldo Machado	
Lourival Baptista	
(*) Amir Gaudêncio	
	PDS
Roberto Campos	
(*) Amaral Peixoto	
	PDT
	Bocayuva Cunha
	PTB
	Gastone Righi

(*) Não mais integram a composição do Senado.

(**) Não mais integra a composição da Câmara dos Deputados

**J.3.6 — COMISSÕES ESPECIAIS CRIADAS PARA EXAME DE
PROJETOS DE CÓDIGO**

- a) Constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984 (nº 634/75, na Casa de origem), que institui o Código Civil.

(composição em 5-12-86)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Ignácio Ferreira		
(*) Hélio Gueiros		Alfredo Campos
Nelson Carneiro		(*) Passos Porto
Luiz Viana		
	PFL	
Carlos Chiarelli		
Odacir Soares		(*) Moacyr Dalla
(*) Nivaldo Machado		(*) Aloysio Chaves
	PDS	
(*) Murilo Badaró		(*) Octávio Cardoso
		João Castelo

Pequenos Partidos

(*) Raimundo Parente

Em 6-4-87 — Designado o Senador Maurício Corrêa para titular da Comissão, na representação do PDT.

Em 3-12-87 — Designado o Senador Cid Sabóia de Carvalho para titular da Comissão, na representação do PMDB.

(*) Não mais integram a composição do Senado.

- b) Constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1984 (nº 1.655/83, na Casa de origem), que institui o Código de Processo Penal.

(composição em 5-12-86)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
(**) Hélio Gueiros		Alfredo Campos
José Ignácio Ferreira		(**) Fábio Lucena
	PFL	
(*) Carlos Chiarelli		(**) Moacyr Dalla
Odacir Soares		(**) José Urbano
(**) Aloysio Chaves		
	PDS	
(**) Helvídio Nunes		(**) Jorge Kalume
(**) Octávio Cardoso		João Castelo

(*) Substituído em 30 de março pelo Senador João Menezes.

(**) Não mais integram a composição do Senado.

c) Constituída para exame do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 1986, de autoria do Senador Cid Sampaio, que institui o novo Código Tributário Nacional.

(composição em 5-12-86)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Jutahy Magalhães Fernando Henrique Cardoso Affonso Camargo Alfredo Campos		(**) Fábio Lucena Albano Franco
	PFL	
(*) Odacir Soares (**) Ivan Bonato (**) Nivaldo Machado		João Lobo (**) José Urbano
	PDS	
(**) Jorge Kalume (**) Helvidio Nunes		(**) César Cals (**) Afonso Sancho
	Pequenos Partidos	
Itamar Franco (PL) Jamil Haddad (PSB)		Carlos Alberto (PTB)

(*) Substituído em 30 de março pelo Senador José Agripino.

(**) Não mais integram a composição do Senado.

J.4 — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES SENADORES NOS TRABALHOS DA CASA

J.4.1 — PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Parecer	Proposta de Fiscalização	Requerimento	Emenda
Affonso Camargo	1	—	4	—	2	1
Albano Franco	—	—	5	—	—	—
Alexandre Costa	—	—	7	—	1	2
Alfredo Campos	—	—	30	—	5	3
Almir Gabriel	—	—	2	—	—	—
Aluizio Bezerra	—	—	1	—	2	1
Antonio Farias	—	—	4	—	—	—
Aureo Mello	—	—	18	—	1	—
Carlos Alberto	—	—	1	—	—	1
Carlos Chiarelli	3	—	1	—	14	—
Carlos De'Carli	—	—	—	—	1	—
Carlos Lyra	—	—	5	—	—	—
Chagas Rodrigues	—	—	16	—	—	—
Cid Sabóia de Carvalho	—	—	8	—	2	1
Dirceu Carneiro	—	1	4	—	1	—
Divaldo Suruagy	2	—	—	—	2	1
Edison Lobão	3	—	6	—	6	5
Fábio Lucena	—	1	—	—	1	—
Fernando Henrique Cardoso	1	1	2	—	7	—
Francisco Rollemberg	5	—	16	—	9	—
Gabriel Hermes	—	—	1	—	—	—
Gerson Camata	—	—	11	—	—	—
Guilherme Palmeira	—	—	—	—	1	—
Hélio Gueiros	—	—	1	—	—	1
Hugo Napoleão	—	—	—	—	1	1
Humberto Lucena	—	—	—	—	4	—
Iram Saraiva	1	1	4	—	—	—
Irapuam Costa Junior	1	—	1	—	3	2
Itamar Franco	—	1	11	1	11	6
Ivan Bonato	—	—	1	—	—	—
Jamil Haddad	9	—	8	—	6	—

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Parecer	Proposta de Fiscalização	Requerimento	Emenda
Jarbas Passarinho	1	—	3	—	1	—
João Calmon	—	—	4	—	—	—
João Castelo	—	—	2	—	—	—
João Menezes	—	1	6	—	5	8
Jorge Bornhausen	—	—	5	—	—	—
José Agripino	—	1	1	—	7	—
José Fogaça	—	—	15	—	11	—
José Ignácio Ferreira	—	1	4	—	6	—
José Paulo Bisol	—	—	7	—	—	—
José Richa	—	—	1	—	1	—
Jutahy Magalhães	—	1	18	—	23	2
Lavoisier Maia	—	—	—	—	2	—
Leite Chaves	1	—	18	—	3	—
Leopoldo Peres	—	—	6	—	4	—
Louremberg Nunes Rocha	2	1	14	—	—	—
Lourival Baptista	—	—	1	—	3	—
Luiz Viana	—	—	—	—	1	—
Mansueto de Lavor	—	1	4	—	1	—
Márcio Lacerda	—	—	5	—	43	—
Marco Maciel	—	—	—	—	1	—
Marcondes Gadelha	2	—	—	—	2	—
Mário Maia	—	—	9	—	—	4
Martins Filho	—	—	2	—	—	—
Maurício Corrêa	2	1	13	—	2	1
Mauro Benevides	—	—	14	—	6	—
Mauro Borges	1	1	6	—	—	—
Meira Filho	1	—	32	—	2	1
Mendes Canale	—	—	11	—	—	—
Nabor Junior	—	—	6	—	1	—
Nelson Carneiro	2	1	14	—	6	12
Nelson Wedekin	—	—	26	—	1	1
Nivaldo Machado	—	—	—	—	—	1
Odacir Soares	1	—	—	—	3	—
Pompeu de Sousa	—	—	43	—	3	2
Rachid Saldanha Derzi	—	—	17	—	2	—
Raimundo Lira	—	—	3	—	2	—
Roberto Campos	—	—	—	—	21	6
Ronaldo Aragão	—	—	15	—	—	—
Ronan Tito	—	—	32	—	—	—
Ruy Bacelar	—	1	2	—	2	2
Severo Gomes	—	—	5	—	1	1
Teotônio Vilela Filho	—	—	—	—	1	—
Virgílio Távora	—	—	3	—	1	15
Wilson Martins	—	—	17	—	1	—

J.4.2 — PRONUNCIAMENTOS

	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de Votação	Questão de Ordem
Affonso Camargo	4	5	3	1	—
Afonso Arinos	1	6	—	—	—
Albano Franco	11	2	—	—	—
Alexandre Costa	1	8	1	2	2
Alfredo Campos	13	4	—	—	—
Almir Gabriel	1	2	—	—	—
Aluizio Bezerra	10	10	1	—	—
Alvaro Pacheco	2	—	—	—	—
Antônio Farias	1	1	1	1	—
Aureo Mello	13	3	—	—	—
Carlos Alberto	1	4	—	1	—
Carlos Chiarelli	17	30	4	7	3
Carlos De'Carli	2	—	—	—	—
Chagas Rodrigues	4	37	5	6	—
Cid Sabóia de Carvalho	10	29	7	7	3
Dirceu Carneiro	5	5	—	—	—
Divaldo Suruagy	24	36	4	2	—
Edison Lobão	11	32	2	—	1
Fábio Lucena	2	8	—	—	—
Fernando Henrique Cardoso	16	20	2	7	3
Francisco Rollemberg	25	6	—	—	—
Gerson Camata	—	13	—	—	1
Guilherme Palmeira	2	1	—	—	—
Hélio Gueiros	1	1	—	—	—
Hugo Napoleão	2	14	2	—	—
Humberto Lucena	13	—	—	—	—
Iram Saraiva	10	4	—	1	—
Irapuan Costa Júnior	4	1	—	—	—
Itamar Franco	19	14	3	4	7
Jamil Haddad	36	20	12	9	2
Jarbas Passarinho	14	45	1	5	—
João Calmon	3	3	—	—	—
João Castelo	—	1	—	1	—
João Lobo	4	29	—	1	—

	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de Votação	Questão de Ordem
João Menezes	26	58	7	12	7
Jorge Bornhausen	1	—	—	—	—
José Agripino	3	10	—	—	—
José Fogaça	10	29	1	5	—
José Ignácio Ferreira	21	10	1	3	2
José Paulo Bisol	1	2	—	—	—
José Richa	—	1	—	1	—
Jutahy Magalhães	49	28	3	1	—
Lavoisier Maia	5	3	—	—	—
Leite Chaves	19	27	3	5	—
Leopoldo Perez	—	20	—	2	—
Lourenberg Nunes Rocha	7	4	1	—	—
Lourival Baptista	49	3	—	—	—
Luiz Viana	3	5	—	—	—
Mansueto de Lavor	6	21	2	—	1
Marcelo Miranda	1	—	—	—	—
Márcio Lacerda	1	—	—	1	—
Marco Maciel	12	—	—	—	—
Marcondes Gadelha	5	11	3	1	—
Mário Covas	—	1	1	—	—
Mário Maia	13	13	—	2	—
Maurício Corrêa	20	9	6	7	1
Mauro Benevides	22	51	2	3	—
Mauro Borges	11	12	1	1	—
Meira Filho	3	4	1	—	—
Nabor Júnior	8	6	—	1	—
Nelson Carneiro	16	31	9	7	3
Nelson Wedekin	16	20	3	7	3
Nivaldo Machado	7	3	—	—	—
Odacir Soares	14	4	1	1	1
Olavo Pires	7	8	—	—	—
Pompeu de Sousa	20	37	2	2	—
Rachid Saldanha Derzi	4	6	—	—	—
Raimundo Lira	9	9	—	1	—
Roberto Campos	6	2	5	7	6
Ronaldo Aragão	11	7	—	—	—
Ronan Tito	3	16	1	1	2
Ruy Bacelar	13	9	1	—	—
Severo Gomes	1	—	—	—	—
Teotônio Vilela Filho	3	—	—	—	—
Virgílio Távora	24	65	4	3	1
Wilson Martins	1	4	—	—	—

J.5 — MATÉRIA LEGISLATIVA

J.5.1 — PROJETOS DE LEI DO SENADO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

aa) que continuaram em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
54/62	Afrânio Lages (tramita em conjunto com o PLC nº 118/84)	Dá nova redação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil.	Em tramitação
154/75	Luiz Cavalcante (Complementar)	Altera as Leis Complementares n.ºs 7/70 e 8/70, com as alterações estabelecidas pelas Leis Complementares n.ºs 17/73 e 19/74; cria o Banco Nacional do Trabalhador (BNT), e dá outras providências.	Em tramitação
276/76	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 4.591, de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Em tramitação
183/77	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei Complementar nº 26/75.	Em tramitação
269/77	Osires Teixeira (Complementar)	Acrescenta parágrafo ao art. 5º do Decreto-lei nº 406/68.	Em tramitação
305/77	Itamar Franco (Complementar)	Dá nova redação aos §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 91 e acrescenta §§ à Lei nº 5.172/66 — Código Tributário Nacional.	Em tramitação
128/78	Vasconcelos Torres (Complementar — tramita em conjunto com os PLS n.ºs 153, 159, 252, 330/78 e 50 e 152/79)	Determina que o pagamento do PIS/PASEP seja efetuado através de cheques bancários.	Em tramitação
153/78	Franco Montoro (Complementar. nº 128/78) (Vide PLS	Permite aos assalariados a utilização do PIS/PASEP para custeio do curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
159/78	Nelson Carneiro (Complementar. Vide PLS nº 128/78)	Dispõe sobre a obtenção de empréstimo simples pelos servidores públicos, dos recursos gerados pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.	Em tramitação
252/78	Nelson Carneiro (Complementar. Vide PLS nº 128/78)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26/75, que dispõe sobre o PIS/PASEP, para o fim de autorizar a concessão de empréstimo simples aos participantes do Fundo.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
330/78 (Complementar. Vide PLS nº 128/78)	Franco Montoro	Estabelece a participação de representantes dos trabalhadores e dos funcionários na administração do PIS/PASEP. Dispõe sobre a descentralização do PIS/PASEP e sua administração nos Municípios. Determina que os recursos do PIS/PASEP serão aplicados preferencialmente no financiamento da produção de alimentos, vestuário, habitação e outros bens de uso ou consumo popular.	Em tramitação
50/79 (Complementar. Vide PLS nº 128/78)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o Programa de Integração Social — PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.	Em tramitação
53/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 6.179, de 1974, que instituiu amparo previdenciário para os maiores de 70 anos e para os inválidos.	Em tramitação
152/79 (Complementar. Vide PLS nº 128/78)	Franco Montoro	Permite aos assalariados a utilização do PIS/PASEP para custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seu dependente.	Em tramitação
196/79 (Complementar)	Franco Montoro	Dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 21 de dezembro de 1971.	Em tramitação
238/79	Franco Montoro (sobrestado)	Determina o reajuste automático dos salários sempre que a inflação atingir 10%.	Em tramitação
153/80 (Complementar)	Franco Montoro	Estabelece que o PIS/PASEP terá correção anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Em tramitação
217/80 (Complementar)	Henrique Santillo	Faculta aos participantes do Fundo de Participação do PIS/PASEP a utilização do saldo de seus depósitos para construção de casa própria ou aquisição de imóvel já edificado.	Em tramitação
274/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho — CLT.	Em tramitação
298/80 (Complementar)	Amaral Furlan	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971.	Em tramitação
305/80 (Complementar)	Humberto Lucena	Altera a Lei Complementar nº 26, de 1975.	Em tramitação
25/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a isenção do IPI na aquisição de veículos por cooperativas que visem a explorar o transporte coletivo urbano.	Em tramitação
71/81	Roberto Saturnino	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Decreto-lei nº 594, de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva.	Em tramitação
97/81 (Complementar)	Humberto Lucena	Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 5, de 1970.	Em tramitação
160/81 (Complementar — tramita em conjunto com o PLS nº 48/83)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRORURAL.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
226/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de um departamento de educação física nos nosocômios psiquiátricos.	Em tramitação
241/81	Roberto Saturnino	Modifica dispositivo do vigente Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), para o fim de dar destinação específica à parte da receita obtida com a cobrança de ingressos aos visitantes de parques nacionais.	Em tramitação
255/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
260/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
286/81	Franco Montoro (Complementar)	Autoriza os empregados a utilizar o seu saldo do PIS/PASEP para a aquisição ou construção de casa própria.	Em tramitação
287/81	Lázaro Barboza (Complementar)	Altera a Lei Complementar nº 26, de 1975, permitindo a utilização da conta individual do PIS/PASEP para saldar débito perante o Programa de Crédito Educativo.	Em tramitação
293/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
309/81	Franco Montoro (Complementar)	Elimina a inelegibilidade política dos líderes sindicais afastados de cargos de direção, administração ou representação de entidade sindical.	Em tramitação
312/81	Nelson Carneiro (Complementar — tramita em conjunto com os PLS n.ºs 342/81 e 162/83)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
339/81	Humberto Lucena (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/PASEP.	Em tramitação
342/81	Nelson Carneiro (Complementar — Vide PLS nº 312/81)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
379/81	José Richa (Complementar)	Dispõe sobre a remoção na Magistratura de carreira dos Estados e dá outras providências.	Em tramitação
1/82	Nelson Carneiro (Complementar — tramita em conjunto com os PLS n.ºs 105/82 e 12/83)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviço de saúde.	Em tramitação
75/82	Lázaro Barboza	Acrescenta parágrafo ao art. 552 do Código de Processo Civil.	Em tramitação
105/82	Nelson Carneiro (Complementar — vide PLS nº 1/82)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
114/82	Eunice Michiles	Dispõe sobre licença especial para a empregada adotante de menor de dois anos.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
122/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 1971, que dispõe sobre o PRORURAL.	Em tramitação
124/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
150/82 (Complementar)	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 1975, que dispõe sobre a remuneração de vereadores.	Em tramitação
158/82 (Complementar)	Itamar Franco	Veda a instituição ou majoração de tributo por decreto-lei, e dá outras providências.	Em tramitação
164/82 (Complementar)	Itamar Franco	Assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais.	Em tramitação
241/82	Benedito Ferreira	Dispõe sobre a exploração da navegação turística no transporte de passageiros, ao longo da costa brasileira e entre portos brasileiros, e dá outras providências.	Em tramitação
10/83	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 6º "caput", da Lei nº 5.107, de 1966, elevando de 10 para 50 o percentual nele previsto e referente à complementação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a cargo da empresa, pela rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.	Em tramitação
12/83 (Complementar — Vide PLS nº 1/82)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
48/83 (Complementar — Vide PLS nº 160/81)	Alvaro Dias	Introduz alterações no art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 1971, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRORURAL.	Em tramitação
49/83 (Complementar)	Alvaro Dias	Dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.	Em tramitação
58/83	Murilo Badaró	Dispõe sobre cobrança de multas pelas concessionárias de serviço público.	Em tramitação
98/83	Alvaro Dias	Dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.	Em tramitação
121/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/PASEP.	Em tramitação
145/83 (Complementar)	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/PASEP, visando possibilitar que os seus depósitos sejam utilizados na aquisição da casa própria.	Em tramitação
160/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 1971, que dispõe sobre o PRORURAL.	Em tramitação
162/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
165/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
176/83	Hélio Gueiros	Estabelece a garantia da estabilidade para todos os empregados.	Em tramitação
192/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-PASEP, para o fim de determinar que os trabalhadores desempregados não sejam excluídos do direito à retirada anual prevista no § 3º do art. 4º	Em tramitação
193/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
198/83 (Complementar)	Mauro Borges	Estabelece a região metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano.	Em tramitação
205/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
230/83 (Complementar)	Gastão Müller	Revoga a Lei Complementar nº 28, de 1975, e dá outras providências.	Em tramitação
232/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Estende aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assistência social urbana, bem como a legislação do seguro de acidentes do trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
252/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
256/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 1970, que instituiu o PIS.	Em tramitação
271/83 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Autoriza o levantamento de recursos do PIS-PASEP para aquisição da casa própria.	Em tramitação
292/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviços de saúde.	Em tramitação
296/83	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre abatimento, da renda bruta, de despesas com empregados domésticos.	Em tramitação
13/84	Comissão Especial	Estabelece normas sobre a aplicação da Lei de Segurança Nacional, revoga o Decreto-Lei nº 898, de 1969, e dá outras providências.	Em tramitação
51/84 (Complementar — Tramita em conjunto com o PLS nº 132/84)	Humberto Lucena	Dá nova redação aos arts. 4º, inciso X, e 7º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 25, de 1975, alterada pela Lei Complementar nº 45, de 1983, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de vereadores.	Em tramitação
63/84	Albano Franco	Dispõe sobre as Letras Comerciais.	Em tramitação
80/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da CLT, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho.	Em tramitação
85/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, com vistas a permitir a utilização dos depósitos do PIS-PASEP na amortização de empréstimos para a casa própria.	Em tramitação
91/84	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre contagem de tempo de serviço público e da atividade privada, para efeito de aposentadoria pelo INPS.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
98/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Dispõe sobre isenção do tributo municipal, no caso e forma que especifica, nos termos do disposto no § 2º do art. 19 da Constituição Federal.	Em tramitação
132/84 (Complementar) — vide PLS nº 51/84	Henrique Santillo	Altera o inciso X do art. 4º da Lei Complementar nº 25, de 1975, com a alteração introduzida pela Lei Complementar nº 38, de 1979.	Em tramitação
150/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.771, de 1965, com vistas ao estabelecimento de mais restrições ao desmatamento.	Em tramitação
177/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, com vistas a atribuir à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões relacionadas com o PIS, bem como a fixar prazo de prescrição para reclamar direitos nesse campo.	Em tramitação
180/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-PASEP, com vistas a permitir a utilização do saldo das contas individuais, no caso que especifica.	Em tramitação
193/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-PASEP, para o fim de permitir a movimentação da conta individual, na situação que especifica.	Em tramitação
277/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Autoriza a movimentação das contas individuais do PIS-PASEP, pelos participantes que especifica, durante tempo certo.	Em tramitação
235/84	Henrique Santillo	Substitui no texto da Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976, e nos artigos onde constar o termo Movimento Estudantil por Movimento Jovem, dá nova redação ao item II do art. 2º da mesma lei e revoga o parágrafo único do mesmo artigo.	Em tramitação
244/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Isenta de encargos fiscais as transmissões imobiliárias que especifica.	Em tramitação
246/84 (Complementar)	Raimundo Parente	Altera a redação do art. 7º da Lei Complementar nº 1, de 1967, modificada pelas Leis Complementares nº 28, de 1977, nº 33, de 1978 e nº 46, de 1984.	Em tramitação
250/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
10/85 (Complementar)	Afonso Camargo	Revoga o art. 6º da Lei Complementar nº 42, de 1982, que altera a Lei Complementar nº 5, de 1970, que estabeleceu casos de inelegibilidade.	Em tramitação
14/85 (Complementar)	Fábio Lucena	Restringe a exigência do art. 6º da Lei Complementar nº 1, de 1967.	Em tramitação
19/85 (Complementar)	Odacir Soares	Cria o Estado de Brasília, e dá outras providências.	Em tramitação
44/85 (Complementar)	Carlos Chiarelli	Altera a redação do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 1975, que regula o Programa de Integração Social — PIS, e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
91/85 (Complementar)	Carlos Alberto	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), com vistas a facultar a movimentação das contas individuais, no caso de calamidade pública, decorrente de enchente ou inundação.	Em tramitação
95/85 (Complementar)	Guilherme Palmeira	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, alterada pela Lei Complementar nº 16, de 1973, e dá outras providências.	Em tramitação
105/85	Jutahy Magalhães	Cria o Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral, e dá outras providências.	Em tramitação
122/85 (Complementar)	Carlos Alberto	Dá nova redação ao § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) para o fim de permitir, ao titular de conta individual, o recebimento do respectivo saldo, na hipótese de desemprego involuntário.	Em tramitação
127/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a extensão dos efeitos das Leis nºs 3.502, de 1985 e 3.164, de 1957, a outros casos que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
184/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 11, de 1971, com vistas a atribuir aos sindicatos a competência para comprovar a condição de trabalhador rural de pretendente a benefício do PRORURAL.	Em tramitação
202/85 (Complementar)	Heráclito Rollemberg	Altera o Código Tributário.	Em tramitação
208/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 7, de 1970, que instituiu o PIS, de modo a determinar que reverta em favor do trabalhador prejudicado a multa aplicada ao empregador por omissão dolosa ou declaração falsa.	Em tramitação
220/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 1975, que estabelece critérios e limites para fixação da remuneração dos vereadores, com vistas a determinar um piso para tal remuneração.	Em tramitação
231/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação da Polícia Florestal, e dá outras providências.	Em tramitação
232/85	Gastão Müller	Torna isenta de custas judiciárias e cartorárias a ação ou contestação judicial de qualquer natureza, visando a preservação do meio ambiente.	Em tramitação
254/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, concedendo o direito de saque do Fundo Pis-Pasep a todos os participantes casados, mesmo que o casamento tenha sido realizado anteriormente.	Em tramitação
255/85	Comissão Diretora	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Bibliotecário, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
275/85 (Complementar)	Raimundo Parente	Isenta do Imposto Predial os promitentes-compradores de imóveis adquiridos através do Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
280/85	Poder Executivo DF	Concede ao Dr. Plínio Catanhede, ex-Prefeito do Distrito Federal, um subsídio mensal e vitalício e dá outras providências.	Em tramitação
311/85 (Complementar)	Jorge Kalume	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).	Em tramitação
337/85 (Complementar)	Enéas Faria	Dispõe sobre o subsídio de vereadores e dá outras providências.	Em tramitação
352/85	Nivaldo Machado	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 1978, para o fim de permitir a transferência de pensão especial, devida a ex-combatente, a dependentes específicos, e a acumulação desta com a pensão previdenciária.	Em tramitação
358/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a profissão de Zootecnista.	Em tramitação
378/85	Comissão do Distrito Federal	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.277, de 10-12-84, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1985.	Em tramitação
22/86 (Complementar)	Aloysio Chaves	Extingue a candidatura nata e a sublegenda nas eleições para o Senado Federal.	Em tramitação
23/86 (Complementar)	Alvaro Dias	Revoga o art. 6º da Lei Complementar nº 42, de 1º de fevereiro de 1982.	Em tramitação
24/86 (Complementar)	Odacir Soares	Altera o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).	Em tramitação
47/86 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o Pis-Pasep.	Em tramitação
80/86	Comissão do Distrito Federal	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.426, de 17 de dezembro de 1985, alterada pelo Decreto nº 9.320, de 14 de março de 1986, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1986.	Em tramitação
131/86 (Complementar)	Alfredo Campos	Veda o registro de candidato que não tenha sido submetido à aprovação da Convenção Partidária e dá outras providências.	Em tramitação
170/86 (Complementar)	Octávio Cardoso	Altera disposições da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981, que tomou o nº 170, de 1986, Complementar.	Em tramitação
174/86	Poder Executivo DF	Altera os arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 5.619, de 1970, que dispõe sobre vencimentos, indenizações, proventos e outros direitos da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.591, de 29-3-87
215/86 (Complementar)	Jorge Kalume	Isenta, na forma da lei estadual, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, os veículos automotores quando especificamente adaptados para permitir sua utilização por paraplégicos ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem de dirigir veículos comuns.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
226/86	Carlos Chiarelli (Complementar)	Acrescenta alínea ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 11, de 1971, e altera a redação do § 2º do mesmo artigo, para assegurar à esposa ou companheira do trabalhador rural a condição de titular de direitos previdenciários.	Em tramitação
240/86	Nivaldo Machado (Complementar)	Dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis de passageiros adquiridos por Oficiais de Justiça Avaliadores dos Tribunais do Trabalho e da Justiça.	Em tramitação
254/86	Presidente do Tribunal Federal de Recursos	Altera a redação original do art. 4º da Lei nº 7.007, de 29 de junho de 1982, bem como a Justificativa que o acompanha.	Retirado
255/86	Comissão Diretora	Altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976 que reajusta os vencimentos dos servidores do Senado Federal.	Em tramitação
270/86	Comissão Diretora	Altera dispositivo da Lei nº 7.338, de 8 de julho de 1985.	Em tramitação
277/86	Cid Sampaio (Complementar)	Institui um novo Código Tributário Nacional.	Em tramitação
278/86	Poder Executivo DF	Solicita autorização para que o Governo do Distrito Federal possa contratar operação de crédito para os fins que especifica.	Transformado no PR nº 4/87 que deu origem à Resolução n.º 5, de 1987.

ab) arquivados na Sessão Legislativa anterior e desarquivados nos termos do art. 364, *in fine*, do Regimento Interno.

Nº	Autor	Assunto	Resultado
262/79	Humberto Lucena (tramita em conjunto com o PLC 68/79)	Estabelece condições para a transferência do controle de capital de empresa nacional para pessoa jurídica estrangeira.	Em tramitação
53/81	Gastão Müller	Obriga os fabricantes de colas ou fluidos para limpeza de máquinas a adicionarem, a estes, produtos repelentes odoríficos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes e dá outras providências.	Em tramitação
73/81	Passos Pôrto	Cria o Instituto Nacional de Conservação do Solo e dá outras providências.	Em tramitação
90/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de seguro nos hospitais e estabelecimentos similares, nas condições e para o fim que especifica.	Em tramitação
110/81	Jutahy Magalhães (Ver PLC 118/84)	Dá nova redação ao § 2º do art. 589 do Código Civil.	Em tramitação
150/81	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a arrecadação de bens vagos, para os efeitos que especifica.	Em tramitação

Nº	Autor	Assunto	Resultado
173/81	Passos Pôrto	Extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicáveis na compra de ações e debêntures conversíveis em ações, mediante a composição de Fundos de Investimentos autorizados pelo Decreto-Lei nº 157, de 1967.	Em tramitação
211/81	Gastão Müller	Torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassis nos vidros de veículos automotores fabricados no País e dá outras providências.	Em tramitação
258/81	Gastão Müller	Autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S.A. Embrafilme, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta-metragem nas programações das estações de televisão.	Em tramitação
74/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a padronização dos contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens e dá outras providências.	Em tramitação
86/82	Gastão Müller	Torna obrigatória a impressão, no rótulo e na bula de produtos industriais que contenham a substância benzeno, da palavra "veneno" e da indicação do correspondente antídoto, e dá outras providências.	Em tramitação
93/82	Gastão Müller	Obriga os cartórios da Vara Cível a fazerem comunicação ao Cartório de Distribuição, para efeito de baixa, das ações arquivadas ou julgadas improcedentes.	Em tramitação
116/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana.	Em tramitação
137/82	Gastão Müller	Altera o art. 132 do Código Penal e revoga o art. 34 da Lei das Contravenções Penais.	Em tramitação
204/82	Gastão Müller	Veda a comercialização de plantas ornamentais, venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde.	Em tramitação
216/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou venenosa.	Em tramitação
11/83	Gastão Müller	Altera a Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências.	Em tramitação
29/83	Gastão Müller	Limita a utilização de bromato de potássio, como aditivo químico, pelos moinhos, na industrialização da farinha de trigo.	Em tramitação
66/83	Passos Pôrto	Institui o Projeto Nordeste e dá outras providências.	Em tramitação
133/83	Roberto Campos	Reforça o Fundo de Assistência ao Desemprego e dispõe sobre o auxílio-desemprego.	Em tramitação
134/83	Roberto Campos	Estabelece a livre negociação salarial e dá outras providências.	Em tramitação
135/83	Roberto Campos	Cria contratos de trabalho simplificados para facilitar novos empregos.	Em tramitação
136/83	Roberto Campos	Autoriza a delegação de atividade de previdência social a empresas privadas.	Em tramitação
137/83	Roberto Campos	Cria nas empresas privadas, como alternativa à dispensa de empregados, a disponibilidade remunerada e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Assunto	Resultado
140/83	Roberto Campos	Favorece as aposentadorias e a renovação de quadros.	Em tramitação
141/83	Roberto Campos	Agiliza as reduções de jornada de trabalho e conseqüentes de salários para evitar dispensa de pessoal.	Em tramitação
142/83	Roberto Campos	Regulariza, sem aumento de incidência, o imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.	Em tramitação
144/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a proibição de importação de bebidas alcoólicas em tonéis ou acondicionamento assemelhado e dá outras providências.	Em tramitação
178/83	Gastão Müller	Veda a utilização de corantes artificiais na fabricação de produtos alimentícios ou mediciais e dá outras providências.	Em tramitação
185/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a cobertura da apólice de seguro habitacional.	Em tramitação
187/83	Passos Pôrto	Estabelece normas de uso do solo agrícola.	Em tramitação
189/83	Roberto Campos	Dispõe sobre a antecipação parcelada da gratificação salarial e respectiva correção monetária e dá outras providências.	Em tramitação
29/84	Passos Pôrto	Inclui, ao polígono das secas, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.	Em tramitação
48/84	Roberto Campos	Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências.	Em tramitação
62/84	Gastão Müller	Habilita as microdestilarias de álcool para fins carburentes a participarem dos programas oficiais de financiamento, libera a comercialização da respectiva produção e dá outras providências.	Em tramitação
75/84	Gastão Müller	Acrescenta alínea ao item II do § 1º do art. 250 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
107/84	Gastão Müller	Proíbe ao BNH e quaisquer outras entidades financeiras vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação o fornecimento de informações sobre mutuários em débito.	Em tramitação
111/84	Gastão Müller	Estabelece o Seguro Fiança como garantia indiscutível e irrecusável para a locação de imóveis residenciais ou comerciais e dá outras providências.	Em tramitação
114/84	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação de um Conselho de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica de Brasília.	Em tramitação
147/84	Nelson Carneiro	Atribui às Secretarias de Agricultura dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo, soja e arroz que devam caber a cada produtor rural.	Em tramitação
152/84	Gastão Müller	Torna obrigatória, nas sindicâncias que envolvam a apuração das causas de acidentes aéreos, a presença de um membro designado pelo Sindicato dos Aeronautas.	Em tramitação

Nº	Autor	Assunto	Resultado
157/84	Gastão Müller	Proíbe o trabalho em horas extraordinárias nas empresas que, no último quinquênio, tenham reduzido o número de empregados.	Em tramitação
167/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Estatística, a produção de informações estatísticas e dá outras providências.	Em tramitação
187/84	Gastão Müller	Dispõe sobre programação de interesse local nas emissoras de televisão.	Em tramitação
194/84	Gastão Müller	Torna obrigatório o laudo de peritos da Secretaria do Patrimônio Artístico Nacional nas obras de arte e dá outras providências.	Em tramitação
231/84	Gastão Müller	Dispõe sobre a extração e transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências.	Em tramitação
106/85	Gastão Müller	Institui a Semana Nacional da Democracia, cujo Patrono é Tancredo de Almeida Neves.	Em tramitação
154/85	Gastão Müller	Denomina Rodovia Presidente Tancredo Neves a BR-158, que liga Altamira, no Pará, a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.	Em tramitação
182/85	Virgílio Távora	Altera o "caput" do art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982.	Em tramitação
216/85	Gastão Müller	Modifica o "caput" do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, para permitir que analfabetos possam obter carteira de habilitação para conduzir veículo automotor.	Em tramitação
289/85	Jutahy Magalhães	Altera a base de cálculo e alíquotas do Imposto único sobre Lubrificantes e Combustíveis, de que trata o Decreto-lei nº 1.785, de 13 de maio de 1980 e dá outras providências.	Em tramitação
309/85	Heráclito Rollemberg	Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Idoso — Funabel, e dá outras providências.	Em tramitação
317/85	Gastão Müller	Altera o art. 95 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir, desde que não ofensivo à moralidade pública, o registro do cognome do candidato.	Em tramitação
319/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo e dá outras providências.	Em tramitação
320/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aviários, nas funções que especifica.	Em tramitação
353/85	Nivaldo Machado	Isenta do Imposto de Renda os ex-combatentes da Segunda Guerra e dá outras providências.	Em tramitação
358/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a profissão de Zootecnista.	Em tramitação
360/85	Gastão Müller	Retira do alienante as exigências de apresentação de certidões, quando o imóvel alienado já for financiado pelo SFH e estiver sendo objeto de transferência a terceiro.	Em tramitação
363/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de métodos ou sistemas de proteção à fauna aquática, quando da existência de barragens.	Em tramitação

Nº	Autor	Assunto	Resultado
367/85	Gastão Müller	Fixa o valor da taxa de inscrição e expediente cobrada pelo agente financeiro nas operações de transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
373/85	Gastão Müller	Obriga a devolução de importâncias antecipadas como sinal ou início de pagamento de imóvel financiado pelo SFH, quando não concretizada a transação.	Em tramitação
376/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a referência obrigatória às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas nos rótulos dos produtos industrializados.	Em tramitação
14/86	Affonso Camargo	Altera dispositivo da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito.	À Câmara
32/86	Gastão Müller	Acrescenta parágrafos ao art. 6º e modifica a redação do parágrafo único do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.063, de outubro de 1983, que dispõe sobre a regulamentação para execução de serviços de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências.	Em tramitação
73/86	José Fragelli	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.	À Câmara
88/86	Gastão Müller	Institui o salário profissional do músico.	Em tramitação
98/86	César Cals	Regula a sistemática de registro e controle do transporte rodoviário, a granel, de álcool para fins de combustíveis e de derivados de petróleo para fins energéticos, exceto GLP.	Em tramitação
99/86	Severo Gomes	Estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.	Em tramitação
108/86	Gastão Müller	Cria a Residência Fonoaudiológica para os formandos em Fonoaudiologia e dá outras providências.	Em tramitação
109/86	Jutahy Magalhães	Faculta aos herdeiros a compensação do Imposto de Renda lançado contra espólio.	Em tramitação
111/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a inclusão da licença-prêmio nas declarações de rendimentos do Imposto de Renda.	Em tramitação
113/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre isenção do Imposto de Renda para bolsas de estudo de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio para complementação de estudos universitários.	Em tramitação
114/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o calendário escolar nas zonas rurais e determina outras providências.	Em tramitação
115/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
120/86	Gastão Müller	Dispõe sobre o direito de preferência dos condutores autônomos na aquisição de caminhões e dá outras providências.	Em tramitação
124/86	Passos Pôrto	Autoriza o servidor civil da União a indicar pessoa que tenha como dependente para efeito de percepção de pensão e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Assunto	Resultado
127/86	Passos Pôrto	Altera disposições da Lei nº 6.695, de 9 de dezembro de 1981, que regula o exercício da profissão de fonoaudiólogo.	Em tramitação
129/86	Passos Pôrto	Dispõe sobre a proteção do trabalho do empregado em serviços domésticos e dá outras providências.	Em tramitação
150/86	Cesar Cals	Altera o Decreto-Lei nº 1.947, de 20 de dezembro de 1976, que reformula critérios de distribuição das quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980.	Em tramitação
158/86	Gastão Müller	Estabelece a obrigatoriedade de manutenção de posto de serviço bancário no caso de extinção ou fechamento de uma única agência bancária em determinado município.	Em tramitação
167/86	Gastão Müller	Institui a Residência em Psicologia Clínica, cria a Comissão Nacional de Residência em Psicologia Clínica e estabelece outras providências.	Em tramitação
169/86	Cesar Cals	Altera a legislação da Previdência Social Urbana.	Em tramitação
181/86	Gastão Müller	Torna obrigatória a especificação dos alimentos e bebidas que interferem na absorção ou no efeito das drogas e medicamentos nos rótulos, bulas e impressos dos mesmos.	Em tramitação
192/86	Cesar Cals	Estabelece percentual mínimo para preenchimento de vagas no serviço público federal, estadual e municipal, por deficientes físicos.	Em tramitação
220/86	Cesar Cals	Dispõe sobre a construção de cidades de idosos e dá outras providências.	Em tramitação
230/86	Gastão Müller	Assegura aos contribuintes do Imposto de Renda optar pela compensação do valor total ou parcial da restituição de que trata o art. 14 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com o imposto devido nas declarações de rendimentos dos exercícios de 1987 e seguintes, e dá outras providências.	Em tramitação
233/86	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 396 e seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
234/86	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo único ao art. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
235/86	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
245/86	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.140, de 26 de junho de 1984, dispondo sobre a carga horária do Odontólogo da Previdência Social.	Em tramitação
275/86	Cesar Cals	Sujeita à apreciação do Senado a escolha dos Presidentes e Diretores de Sociedades de Economia Mista.	Em tramitação

ac) Considerados definitivamente Arquivados

(Regimento Interno, art. 367, *in fine*)

Nº	Autor	Ementa
*78/68	Josaphat Marinho	Proíbe a dispensa de empregado que haja reclamado, ou dado motivo a reclamação, administrativa ou judicial.
*12/69	Vasconcelos Torres	Modifica o art. 142 da Consolidação das Leis do Trabalho.
12/75	Franco Montoro	Modifica a estrutura e o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, criado pela Lei nº 4.319/64 e modificado pela Lei nº 5.763/71.
280/77	José Sarney	Institui o voto distrital e dá outras providências.
3/79	Nelson Carneiro	Regulamenta o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e dá outras providências.
28/79	Franco Montoro	Promove reajustamento de benefícios previdenciários, restaura proporcionalidade entre tetos para contribuição, e dá outras providências.
39/79	Humberto Lucena	Altera a Lei nº 4.319/64, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).
51/79	Pedro Simon	Introduz alterações na CLT, no título referente à organização sindical, para o fim de compatibilizar os seus dispositivos com os preceitos constitucionais de liberdade de associação profissional e de convicção religiosa, política ou filosófica.
52/79	Henrique Santillo	Altera a Lei nº 4.319, de 1964.
74/79	Nelson Carneiro	Introduz alterações na CLT, para o fim de substituir a forma mensal de pagamento de salário pela forma quinzenal.
105/79	Amaral Furlan	Define conseqüências do concubinato.
131/79	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho. Introduz alteração na Lei Complementar nº 25, de 1975, que estabelece critério e limites para a fixação da remuneração de Vereadores.
145/79	Itamar Franco	Dispõe sobre a localização, no território nacional, de usina que opere com reator nuclear, e dá outras providências.
149/79	Pedro Simon	Altera os arts. 76 e 81 do Decreto-lei nº 5.452, de 1943 (CLT).
156/79	Humberto Lucena	Institui o seguro-desemprego, e determina outras providências.
170/79	Pedro Simon	Altera as Leis nºs 4.131/62, 4.390/64 e 4.728, de 1965, que disciplinam a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
180/79	Passos Pôrto	Institui diretrizes básicas para o desenvolvimento econômico, social, espacial e administrativo de Brasília.
233/79	Tarso Dutra	Institui o sistema eleitoral misto, e dá outras providências.
277/79	Nelson Carneiro	Determina prazo máximo para a instalação de telefones adquiridos através de financiamento e dá outras providências.
288/79	Itamar Franco	Fixa critérios para a participação acionária de entidades da administração pública no capital social de empresas de direito privado e dá outras providências.
304/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a comercialização dos produtos derivados de petróleo no território nacional.
309/79	Gabriel Hermes	Dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências.
332/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas.
336/79	Passos Pôrto	Altera o § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 1953.
40/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remessa de documentos complementares dos tratados, convenções e atos internacionais ao Senado e dá outras providências.
54/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a não aplicação de ressalva constante do art. 453 da CLT ao caso que especifica.
61/80	Humberto Lucena	Altera o art. 130 da CLT que trata da concessão de férias proporcionais ao trabalhador.
74/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivo e introduz alterações na Lei nº 6.620, de 1978, que define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências.
76/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a natureza jurídica dos contratos de serviço com cláusula de risco, a serem celebrados pela PETROBRÁS S.A., e dá outras providências.
90/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.889, de 1973.
98/80	Franco Montoro	Institui a estabilidade provisória da gestante, do trabalhador acidentado e do menor no ano de seu alistamento eleitoral.
100/80	Humberto Lucena	Revoga o art. 1º da Lei nº 6.339, de 1976, o Decreto-Lei nº 1.538, de 1977, e o Ato Complementar nº 104, de 1977.
128/80	José Sarney	Permite deduções no Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas, para fins culturais, a partir do exercício financeiro de 1981, ano-base de 1980, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
131/80	Nelson Carneiro	Obriga a apresentação semestral da conta corrente aos investidores dos incentivos fiscais.
133/80	Itamar Franco	Regulamenta o art. 80 da Constituição, e dá outras providências.
143/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remuneração mínima dos professores, e dá outras providências.
150/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a aplicação das garantias do art. 543 da CLT, aos Delegados Sindicais.
157/80	Pedro Simon	Altera o parágrafo único do art. 1º, modifica os arts. 2º, 3º, 4º e 8º da Lei nº 6.680, de 1979, que dispõe sobre as relações entre o corpo docente e a instituição de ensino superior e dá outras providências.
199/80	Henrique Santillo	Assegura o credenciamento médico pelo INAMPS nos casos que especifica, e dá outras providências.
202/80	Henrique Santillo	Proíbe a aquisição de imóveis rurais nos casos que especifica e dá outras providências.
208/80	Roberto Saturnino	Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 2º da Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
209/80	Helvídio Nunes	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, e dá outras providências.
214/80	Humberto Lucena	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
222/80	Henrique Santillo	Dispõe a respeito do máximo rigor à proteção e fiscalização dos alimentos de consumo humano, introduzindo alterações no Decreto-Lei nº 986, de 1969.
228/80	Lázaro Barboza	Dispõe sobre o exercício da profissão de fotógrafo.
232/80	Humberto Lucena	Considera crime de corrupção passiva recebimento de doações por titulares ou ex-ocupantes de função pública na forma que especifica.
235/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação do capital estrangeiro no caso que especifica e dá outras providências.
237/80	Eunice Michiles	Revoga o § 1º do art. 178 e o item IV do art. 219 do Código Civil — Lei nº 3.071, de 1916, corrigido pela Lei nº 3.725, de 1919.
241/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação do capital estrangeiro no ramo de atividade que especifica e dá outras providências.
246/80	Affonso Camargo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar dos rótulos ou vasilhames de bebidas, de qualquer espécie, os ingredientes que entram em sua composição.

Nº	Autor	Ementa
252/80	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a conceder aposentadoria especial ao professor, na forma que especifica.
253/80	Lázaro Barboza	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.527, de 1968 — restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei nº 3.807, de 1960.
256/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na CLT.
257/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre a atividade do médico residente, fixa seus direitos trabalhistas e dá outras providências.
268/80	Adalberto Sena	Dá nova redação ao art. 358 do Código Civil.
272/80	Henrique Santillo	Fixa normas para a escolha de dirigentes das Universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior.
278/80	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
281/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.691, de 1979, que alterou a legislação da Taxa Rodoviária Única.
286/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a organização e funcionamento de organizações sindicais.
294/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da Lei nº 6.019, de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.
304/80	Orestes Quércia	Institui o seguro desemprego.
306/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.404, de 1976.
308/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 201, de 1967.
317/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.
322/80	Humberto Lucena	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 3.373, de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua família.
326/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 73 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.
327/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio aos trabalhadores abrangidos pela CLT nas condições que especifica.
6/81	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 457 da CLT.
9/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações no Código de Mineração.
13/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da CLT.
30/81	Henrique Santillo	Regulamenta o exercício da profissão de guarda-vigilante e dá outras providências.
45/81	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Nº	Autor	Ementa
48/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre aval do cônjuge casado sob regime de comunhão de bens.
50/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da CLT.
51/81	Raimundo Parente	Dá nova redação ao § 1º do art. 39 da Lei nº 5.988, de 1973, que regulamenta o Direito Autoral no Brasil.
55/81	Itamar Franco	Veda a participação do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Governadores e Vice-Governadores, dos Prefeitos e Vice-Prefeitos nas campanhas eleitorais.
58/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à CLT.
72/81	Lázaro Barboza	Autoriza as cooperativas de produção agropecuárias a construírem miniusinas de álcool hidratado e dá outras providências.
76/81	Raimundo Parente	Altera dispositivos da CLT.
78/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um médico entre a tripulação das aeronaves que realizam vôos internacional e doméstico nos casos que especifica.
84/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.
86/81	Lázaro Barboza	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.540, de 1968, visando assegurar aos estudantes de curso superior o direito à transferência, nas condições que especifica.
96/81	Pedro Simon	Estabelece vedação ao uso de marcas de produtos e serviços estrangeiros por empresas nacionais e dá outras providências.
98/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao item III do art. 4º da Lei nº 4.595, de 1964 e determina a submissão ao Congresso Nacional do Orçamento Monetário.
104/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao art 7º da Lei nº 6.223, de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União pelo Congresso Nacional.
106/81	Itamar Franco	Disciplina a expedição de passaporte e visto de saída dos menores que especifica.
107/81	Henrique Santillo	Estabelece normas para a concessão de incentivos e isenção de impostos no Programa Grande Carajás e dá outras providências.
143/81	Humberto Lucena	Revoga a alínea b do art. 39 da Lei nº 3.807, de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
171/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao art. 72 da Lei nº 5.682, de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos.
183/81	Itamar Franco	Institui o adicional de regência de turma para os professores.
193/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao inciso VIII do art. 84 da Lei nº 4.215, de 1963.

Nº	Autor	Ementa
194/81	Itamar Franco	Disciplina o televisionamento e a retransmissão de espetáculos desportivos e dá outras providências.
199/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre apuração de saldos disponíveis em caderneta de poupança e dá outras providências.
205/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre coligação partidária e dá outras providências.
207/81	Roberto Saturnino	Determina critério para o reajustamento do preço de venda ao consumidor do GLP — Gás Liquefeito de Petróleo, e dá outras providências.
210/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo na CLT.
215/81	Pedro Simon	Cria taxa de contribuição em favor do Fundo Nacional de Bem-Estar do Menor — FUNABEM.
216/81	Itamar Franco	Determina o ressarcimento das despesas efetuadas pelo ferroviário designado para prestar serviços fora do estabelecimento.
218/81	Helvídio Nunes	Limita a aplicação da correção monetária e dá outras providências.
224/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na CLT.
230/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir um adicional sobre a carga tributária das pessoas físicas e jurídicas, revertendo o produto de sua arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.
231/81	João Calmon	Permite deduções no Imposto de Renda das pessoas jurídicas para fins de aplicação em programas de ensino de primeiro e segundo graus.
237/81	Pedro Simon	Dispõe sobre atualização do salário sempre que o custo de vida sofrer aumento igual ou superior a 10%.
246/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao § 1 do art. 4º da Lei nº 4.319, de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.
247/81	Itamar Franco	Assegura, às pessoas carentes de recursos, o direito ao desconto que especifica na aquisição de medicamentos.
248/81	Itamar Franco	Estabelece limite ao reajuste dos preços dos produtos farmacêuticos e medicamentos.
257/81	Adalberto Sena	Dispõe sobre a situação do servidor habilitado no mesmo concurso público e dá outras providências.
263/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre a comercialização, uso e controle dos defensivos agrícolas, instituindo receituário agrônomico e dando outras providências.
266/81	Roberto Saturnino	Autoriza o abatimento da renda bruta, das despesas com o pagamento de aluguéis de imóveis residenciais.
268/81	Lázaro Barboza	Altera a redação do parágrafo único do art. 354 da CLT.

Nº	Autor	Ementa
270/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 1966, permitindo a utilização da conta vinculada do FGTS para saldar empréstimos do Programa de Crédito Educativo.
285/81	Itamar Franco	Cria o Conselho para a Promoção dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Homem.
291/81	Humberto Lucena	Introduz modificação na Lei nº 4.090, de 1962, que instituiu a Gratificação de Natal, visando a tornar incontroverso o direito do trabalhador ao 13º salário, quando se encontre em gozo de benefício previdenciário.
295/81	Roberto Saturnino	Declara de utilidade pública a Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.
304/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre o serviço de vigilância em navios por vigias portuários, e determina outras providências.
311/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.527, de 1968.
313/81	Pedro Simon	Suprime a expressão "entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos", contida no § 1º do art. 461 da CLT.
320/81	Itamar Franco	Declara nulos os atos que tenham por objetivo assegurar direitos extraordinários aos acionistas minoritários das sociedades de economia mista.
329/81	Pedro Simon	Modifica a redação dos incisos I e II do art. 487 da CLT.
331/81	Itamar Franco	Veda a concessão dos incentivos que menciona às pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no exterior.
335/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor das bebidas alcoólicas, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.
346/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 605, de 1949, para o fim de determinar que o pagamento do repouso semanal remunerado compreenda também as horas extraordinárias.
350/81	Itamar Franco	Determina a aplicação do Decreto nº 22.626, de 1933 (Lei da Usura), às entidades integrantes do sistema financeiro.
352/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a representação por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo prevista no art. 119, item I, letra I, da Constituição Federal.
354/81	Jutahy Magalhães	Modifica a redação do art. 176, da Lei nº 4.737, de 1965, que institui o Código Eleitoral.
355/81	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 92, caput da Lei nº 4.737, de 1965, que institui o Código Eleitoral.
356/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da Lei nº 5.107, de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
361/81	Adalberto Sena	Acrescenta parágrafo à Lei nº 6.782, de 1981.

Nº	Autor	Ementa
364/81	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 11 da vigente CLT, compatibilizando o prazo prescricional de direitos do diploma consolidado com o da Lei nº 5.889, de 1973.
365/81	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.
374/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre a Política Econômica do Guaraná, cria a "Superintendência do Guaraná" e dá outras providências.
378/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.
8/82	Nelson Carneiro	Disciplina a proteção dos vertebrados pulmonados aquáticos nas águas jurisdicionais brasileiras.
12/82	Itamar Franco	Dispõe sobre as atividades brasileiras no Continente Antártico, e dá outras providências.
17/82	Laélia de Alcântara	Altera arts. do Código Civil — Lei nº 3.071, de 1916) com as alterações posteriores.
19/82	Laélia de Alcântara	Dá nova redação ao art. 370 do Código Civil.
20/82	Henrique Santillo	Altera o § 1º do art. 651 da CLT.
24/82	Pedro Simon	Acrescenta letra ao item II e modifica a redação do item III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.
31/82	Itamar Franco	Disciplina a expedição de credenciais, plenos poderes ou qualquer outro instrumento que habilite agente diplomático a firmar ato internacional em nome do País.
32/82	Itamar Franco	Dispõe sobre o envio regular de informações a respeito da evolução da política externa.
38/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente CLT, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de fixação de honorários em favor do advogado do trabalhador reclamante.
42/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. à Lei nº 6.717, de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognóstico da Loteria Federal, regida pelo Decreto-lei nº 204, de 1967, e dá outras providências.
43/82	Humberto Lucena	Autoriza o Poder Executivo a estender aos dependentes dos servidores regidos pela CLT a pensão especial de que trata a Lei nº 6.782, de 1980.
51/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. à Lei nº 6.168, de 1974, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e dá outras providências.
53/82	Raimundo Parente	Assegura à filha solteira, maior de 21 anos, não ocupante de cargo público, a pensão temporária de que trata a Lei nº 3.373, de 1958.
58/82	Bernardino Viana	Altera o art. 47 do Decreto-lei nº 277, de 1967 — Código de Mineração — acrescentando-lhe § 2º e reenumerando seu parágrafo único.

Nº	Autor	Ementa
61/82	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 477 da CLT.
62/82	Lázaro Barboza	Fixa data para a transferência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para Brasília.
65/82	Itamar Franco	Dispõe sobre a responsabilidade subsidiária dos acionistas ou sócios das empresas pelas obrigações decorrentes do vínculo empregatício.
71/82	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 1.521, de 1951, para o fim de considerar crime contra a economia popular a cobrança de taxa de juros de 4% ao mês.
78/82	Nelson Carneiro	Altera a redação do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 1958.
90/82	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 601, do Código de Processo Civil.
107/82	Itamar Franco	Assegura ao empregado contratado no Brasil para prestar serviços no exterior à assistência médico-hospitalar.
110/82	Itamar Franco	Submete à apreciação do Congresso Nacional a exportação, reexportação ou trânsito pelo território nacional, de equipamento bélico de qualquer natureza.
113/82	Eunice Michiles (Tramita conj. com o PLC nº 118/84)	Reduz o limite de idade para efeito de adoção, alterando o art. 368, caput , e parágrafo único da Lei nº 3.071 de 1916 (Código Civil), bem como o art. 32, caput , da Lei nº 6.697, de 1979 (Código de Menores).
115/82	Itamar Franco	Institui o seguro obrigatório para cobrir os riscos decorrentes da atividade industrial poluente.
126/82	Raimundo Parente	Dispõe sobre o prazo extinto do direito de lançamento do Imposto sobre a Renda.
140/82	Pedro Simon	Fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda descontado na fonte.
151/82	Pedro Simon	Revoga o Decreto-lei nº 1.910, de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social.
155/82	Pedro Simon	Fixa prazo para atualização de valores previstos em tabelas de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, e dá outras providências.
161/82	Itamar Franco	Determina o pagamento em dobro da parcela salarial impugnada sem relevante fundamento jurídico.
165/82	Lázaro Barboza	Dispõe sobre a proibição da exigência de saldo médio bancário para as pequenas e médias empresas nas operações de crédito, desconto ou financiamento.
185/82	Itamar Franco	Submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira.
191/82	Itamar Franco	Inclui entre os crimes contra a economia popular, a evasão de divisas.

Nº	Autor	Ementa
192/82	Itamar Franco	Disciplina a venda das reservas de ouro do País no mercado internacional, e dá outras providências.
217/82	Martins Filho	Altera disposições da legislação eleitoral.
221/82	Martins Filho	Altera disposição da legislação partidária.
6/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, para disciplinar o intervalo de repouso na jornada de trabalho.
14/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão das donas-de-casa nos planos da Previdência Social, na condição de seguradas facultativas.
15/83	Odacir Soares	Estabelece normas de proteção e defesa ao consumidor e dá outras providências.
16/83	Pedro Simon	Revoga o Decreto-lei nº 2.012, de 1983, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.708, de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.
17/83	Itamar Franco	Assegura aos empregados optantes pelo Fundo de Garantia o direito ao adicional de 10% nos casos de rescisão indireta do contrato de trabalho e dá outras providências.
20/83	Henrique Santillo	Altera dispositivo da Lei nº 5.869, de 1973 (Código de Processo Civil) atribuindo impenhorabilidade ao imóvel utilizado como residência da família do devedor e aos móveis de uso doméstico.
22/83	Mário Maia	Revoga o Decreto-lei nº 1.866, de 1981, alterado pelo Decreto-lei nº 1.937, de 1982, que dispõe sobre a nomeação de prefeito em município declarado de interesse da segurança nacional.
24/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 6.708, de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.
27/83	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação de um Fundo Especial para o desenvolvimento integrado na região geoeconômica de Brasília.
31/83	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 1978, de modo a possibilitar, expressamente, a cumulatividade da pensão especial nela prevista com benefício previdenciário, em favor do ex-combatente.
34/83	Itamar Franco	Determina que as normas e regulamentos baixados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear sejam publicados na íntegra e em idioma nacional.
35/83	Henrique Santillo	Introduz alterações na CLT, no capítulo concernente ao aviso prévio, visando a ampliar o seu prazo em favor do trabalhador.
36/83	Itamar Franco	Fixa novo critério para o cálculo do salário mínimo segundo determina a Convenção 131 da Organização Internacional do Trabalho.
37/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na parte da CLT que disciplina o aviso prévio.

Nº	Autor	Ementa
38/83	Henrique Santillo	Altera dispositivo da CLT, no capítulo concernente à segurança e medicina do trabalho, para determinar que os percentuais relativos ao adicional de insalubridade incidam sobre o salário percebido pelo trabalhador.
40/83	Itamar Franco	Submete às categorias profissionais os critérios de fixação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor e dá outras providências.
42/83	Mário Maia	Dispõe sobre o cálculo de parcelas da remuneração devida aos servidores públicos civis da União e dá outras providências.
43/83	Álvaro Dias	Modifica a redação do caput do art. 24 da Lei nº 5.772, de 1971 (Código de Propriedade Industrial).
44/83	Nelson Carneiro	Modifica a redação do § 6º da Lei nº 5.890, de 1973, visando a possibilitar que o exercício de cargo ou função de confiança e de chefia, nas condições que especifica, seja considerado na fixação do salário de benefício do segurado que se aposentar por tempo de serviço.
45/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre abono de permanência em serviço.
46/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura a representação dos interessados na administração da Previdência Social.
50/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Lei nº 7.016 de 1982, que dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação instituído pela Lei nº 5.645, de 1970.
51/83	Itamar Franco	Dá nova redação aos arts. que menciona da Lei nº 6.380, de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.
56/83	Álvaro Dias	Altera o art. 4º da Lei nº 6.178, de 1979.
60/83	Itamar Franco	Dispõe sobre o ensino obrigatório, em todos os cursos jurídicos do País, da disciplina "Direitos Humanos Fundamentais".
62/83	Humberto Lucena	Dispõe sobre a venda de combustível aos motoristas profissionais de táxis.
64/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 1981, estabelecendo piso para os benefícios previdenciários de prestação continuada.
67/83	Helvídio Nunes	Dispõe sobre a cobrança de juros, acessórios e multa nos contratos civis e dá outras providências.
68/83	Roberto Saturnino	Altera a redação do § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 1953.
69/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre incentivo à aquisição de veículo utilitário, movido a álcool, por produtor rural, nas condições que especifica.
71/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre a efetiva integração da assistência técnica no sistema de crédito rural, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
72/83	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 6.708, de 1979.
73/83	Mário Maia	Cria o Fundo de seguro-desemprego e dá outras providências.
74/83	Murilo Badaró	Revoga o art. 5º e seu parágrafo único da Lei nº 6.708, de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.
75/83	Alvaro Dias	Dispõe sobre o seguro-desemprego.
77/83	Fábio Lucena	Revoga dispositivos da Lei de Segurança Nacional.
79/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na CLT, no Título V, concernente à Organização Sindical, para o fim de instituir o representante sindical.
80/83	Pedro Simon	Assegura ao estudante matriculado em qualquer estabelecimento de ensino autorizado, registrado ou reconhecido por órgão competente, o direito a pagar metade do preço do ingresso nos cinemas, teatros e circos no território nacional.
81/83	Itamar Franco	Estabelece critério para o reajustamento das prestações dos imóveis residenciais financiados por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação.
84/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 6.045, de 1974, e ao seu § 1º
86/83	Mário Maia	Dispõe sobre a profissão de Técnico em Enfermagem, regula o seu exercício, e dá outras providências.
88/83	Henrique Santillo	Acrescenta os §§ 2º e 3º renumerando 1º o atual parágrafo único do art. 4º do Decreto-lei nº 1.083, de 1970, que dispõe sobre a incidência e cobrança do Imposto Único sobre Minerais, concede isenções e dá outras providências, modificado pelos Decretos-leis nºs 1.402, de 1975 e 1.496, de 1976.
90/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de seguro nos hospitais e estabelecimentos similares, nas condições e para o fim que especifica.
92/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente CLT.
93/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 3.807, de 1960, no capítulo concernente aos dependentes do segurado.
94/83	Roberto Saturnino	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 1958
95/83	Alvaro Dias	Circunscreve à pessoa do marido inadimplente a conseqüente restrição de crédito, quando a respectiva mulher possui renda própria, e dá outras providências.
97/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na CLT.

Nº	Autor	Ementa
99/83	Marco Maciel	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 4.215, de 1963, que dispõe sobre os Estatutos da Ordem dos Advogados do Brasil.
100/83	Roberto Saturnino	Introduz alterações na Lei nº 6.649, de 1979, para o fim de limitar os reajustes dos aluguéis residenciais a 50% da variação do valor nominal das ORTN.
102/83	Jutahy Magalhães	Altera a Lei nº 6.708, de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial, e dá outras providências.
104/83	Itamar Franco	Assegura ao locatário, responsável pelo pagamento da quota-parte relativa a despesas comuns do condomínio, o direito de participar das assembleias.
105/83	Alvaro Dias	Suprime dispositivo da Lei nº 6.367, de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.
106/83	Itamar Franco	Estabelece limite para o reajuste de preço público ou tarifa sujeita a controle governamental, e dá outras providências.
107/83	Itamar Franco	Proíbe a alteração da Lei Orçamentária por Decreto-lei.
109/83	Itamar Franco	Faculta ao usuário de serviço de telefonia requerer a instalação de aparelho medidor de impulsos, e dá outras providências.
110/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.266, de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador.
111/83	Nelson Carneiro	Introduz alterações na CLT.
112/83	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 1º do art. 478 da CLT, para o fim de garantir direito à indenização ao trabalhador despedido sem justa causa antes de completado um ano de serviço.
116/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT.
117/83	Itamar Franco	Dispõe sobre o relacionamento externo da União e dá outras providências.
118/83	Alvaro Dias	Altera a redação da alínea c do item II do art. 8º da Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
119/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura assistência do sindicato ou do Ministério do Trabalho na despedida de empregado doméstico com mais de um ano de serviço.
120/83	Fernando Henrique Cardoso	Admite, para contagem de tempo de atividade, a inscrição em autarquia controladora do exercício profissional.
122/83	Alvaro Dias	Altera a redação dos arts. 5º e 10 da Lei nº 5.890, de 1973, que alterou a legislação da Previdência Social.

Nº	Autor	Ementa
123/83	Henrique Santillo	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Telefonia Rural, e dá outras providências.
125/83	Nelson Carneiro	Revoga a alínea b do art. 62 da CLT.
126/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura estabilidade provisória, na condição especificada, ao empregado que se alistar para a prestação de serviço militar
128/83	Humberto Lucena	Altera o art. 15 da Lei nº 6.649, de 1979, que regula a locação urbana e inclui dispositivo na Lei nº 6.426, de 1977, que estabelece base para correção monetária e dá outras providências.
129/83	Gastão Müller	Obriga os passageiros e tripulantes de embarcações a usar colete salva-vidas durante as travessias fluviais e lacustres.
130/83	Marco Maciel	Estabelece normas gerais de elaboração legislativa.
131/83	Roberto Saturnino	Dá nova redação ao caput do art. 487 da CLT, fixando novos prazos para o aviso prévio.
132/83	Roberto Saturnino	Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a isentar os táxis de pagamento de pedágio nas rodovias federais.
139/83	Roberto Campos	Institui Programa de Repartição de Capital.
146/83	Itamar Franco	Disciplina a expedição de atestado médico por órgão integrante do sistema previdenciário.
147/83	Itamar Franco	Autoriza o desdobramento do período de férias para todas as faixas etárias.
148/83	Fernando Henrique Cardoso	Interpreta dispositivo legal esclarecendo que o reajuste dos benefícios previdenciários obedecerá aos mesmos critérios instituídos pela política salarial.
149/83	Itamar Franco	Cria procedimento sumaríssimo para as reclamações trabalhistas versando sobre salário retido e dá outras providências.
150/83	Fernando Henrique Cardoso	Reduz o prazo da correção automática dos salários, da Lei nº 6.708, de 1979, e dá outras providências.
151/83	Pedro Simon	Dá nova redação ao art. 9º do Decreto nº 88.371, de 1983, que dispõe sobre o reajustamento das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.
153/83	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a participação dos empregados na direção das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas à União.
154/83	Alvaro Dias	Extingue o confisco sobre o café.
155/83	Fernando Henrique Cardoso	Institui a Comissão Nacional do Custo de Vida no Ministério do Trabalho, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
156/83	Moacyr Dalla	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para aquisição, pelas Prefeituras Municipais, de veículos automotores movidos a álcool.
157/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT.
161/83	Henrique Santillo	Determina que o Congresso Nacional passe a ter atribuições para opinar sobre o projeto dos planos de desenvolvimento da SUDENE, SUDECO, SUDAM e SUDESUL, bem como sobre os planos especiais de obras de abastecimento e de assistência às populações flageladas e sobre o acompanhamento dos projetos a serem executados.
163/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.889, de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.
164/83	Pedro Simon	Estabelece normas para quitação, baixa da hipoteca e escritura de imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal, Banco Nacional da Habitação e seus agentes financeiros.
166/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura o amparo da Previdência Social aos inválidos congênitos.
169/83	Mário Maia	Exclui da relação de municípios declarados de interesse da segurança nacional os municípios que menciona, no Estado do Acre, e dá outras providências.
170/83	Hélio Gueiros	Fixa jornada de trabalho para o empregado doméstico.
171/83	Hélio Gueiros	Fixa jornada de trabalho para os advogados que prestam serviços profissionais em regime de emprego.
172/83	Hélio Gueiros	Extingue a cobrança de pedágio nas rodovias, pontes e outras obras viárias cuja construção já esteja paga.
173/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre garantia contra a corrosão da lataria dos veículos, a serem concedidas pelas indústrias automobilísticas em atividade no território nacional.
175/83	Hélio Gueiros	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 1973 (Código de Processo Civil).
177/83	Eunice Michiles	Dispõe sobre o exercício da profissão de Esteticista e Cosmetologista e dá outras providências.
180/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a vinculação de funcionários públicos municipais ao INPS, nas condições que especifica e dá outras providências.
181/83	Nelson Carneiro	Introduz alterações na CLT, para o fim de determinar a incidência de juros e correção monetária nos atrasos de pagamento de salários.
184/83	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos.

Nº	Autor	Ementa
186/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 1966, impondo novo encargo à empresa que rescinde contrato de trabalho de empregado sem justa causa.
188/83	Nelson Carneiro	Estabelece exigências a serem cumpridas pelos estabelecimentos que comercializam botijões de gás liquefeito de petróleo.
190/83	Nelson Carneiro	Manda aplicar aos representantes comerciais e vigilantes, na forma que especifica, os benefícios fiscais concedidos aos taxistas para aquisição de veículo a álcool.
191/83	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao art. 30 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.
195/83	Nelson Carneiro	Altera o Capítulo IV Título III do Livro II do Código Civil (Lei n 3.071, de 1916), relativo aos prazos da prescrição.
196/83	Mário Maia	Altera o Decreto-lei nº 2.040, de 1983, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.
197/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações na CLT, para o fim de impor multa à empresa que atrasar na transferência ao sindicato respectivo, das importâncias correspondentes à contribuição sindical descontada na folha de seus empregados.
201/83	Henrique Santillo	Inclui na área de atuação da SUDENE a região do Estado de Goiás compreendida no Polígono das Secas, constituída dos municípios que especifica.
202/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 1966, que instituiu o FGTS.
203/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre a restituição de insígnias, medalhas, comendas e outras honrarias, oficialmente concedidas, e que tenham sido cassadas por motivos políticos ou ideológicos.
204/83	Helvídio Nunes	Acrescenta inciso ao art. 171, § 2º do Código Penal.
206/83	Jaison Barreto	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.950, de 1982, na parte que estimula a capitalização das pessoas jurídicas através da incorporação imobiliária.
209/83	Fernando Henrique Cardoso	Exclui a cidade de Castilho, no Estado de São Paulo, da relação dos municípios declarados de interesse da segurança nacional, revogando parcialmente o Decreto-lei nº 1.105, de 1970.
210/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na legislação acidentária do trabalho, visando fixar prazo certo para o pagamento dos benefícios nela previstos.
212/83	Mauro Borges	Introduz modificação no Código Penal — Decreto-lei nº 2.848, de 1940.
214/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de refeições no local, a cargo da empresa e mediante desconto salarial, nas condições que especifica.

Nº	Autor	Ementa
215/83	Henrique Santillo	Dispõe sobre a integração da região que menciona na área de execução do POLONORDESTE.
216/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na CLT, na parte concernente à estabilidade.
218/83	Alvaro Dias	Revoga o item VI do art. 1º da Lei nº 5.449, de 1968, e dá outras providências.
223/83	Alvaro Dias	Dispõe sobre as emissões de papel-moeda, de Letras do Tesouro Nacional e de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.
224/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais, e dá outras providências.
227/83	Mauro Borges	Revoga dispositivo do Decreto-lei nº 1.541, de 1977, que institui as sublegendas para as eleições de Senador e Prefeito, eliminando o critério de considerar suplente do Senador eleito o candidato a Senador não eleito.
228/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre a substituição por "Ana Lídia" do nome "Rogério Pithon Faria", no logradouro público de Brasília, anteriormente conhecido como Parque da Cidade.
229/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.015, de 1973 (Registros Públicos), visando a eliminar a exigência de pagamento de multa por registro de nascimento feito fora do prazo.
233/83	Nelson Carneiro	Considera perigosas, para efeito da vantagem adicional prevista em lei, as atividades dos manobeiros de pátios e guarda-chaves ferroviários.
234/83	Itamar Franco	Garante desconto do Imposto sobre a Renda de salários pagos a empregados e dá outras providências.
235/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a tributação de medicamentos e produtos farmacêuticos nos casos de remarcação ilegal.
237/83	Nelson Carneiro	Modifica toda a Seção III do Capítulo I do Título V da CLT, concernente à administração do Sindicato.
239/83	Lázaro Barboza	Introduz dispositivo legal na Lei Orgânica da Previdência Social.
241/83	Martins Filho	Dispõe sobre a instalação de aparelho de alarme para proteção contra incêndio em hotéis e estabelecimentos similares.
243/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 5.861, de 1972, que autoriza o desmembramento da NOVACAP, mediante alteração de seu objetivo e constituição da TERRACAP, e dá outras providências.
245/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, na parte relativa aos deveres dos sindicatos.
246/83	Lázaro Barboza	Institui obrigação das Empresas de Mineração investirem nos municípios em que se encontram suas minas.

Nº	Autor	Ementa
248/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 1.711, de 1952, definindo como de efetivo exercício, para efeito de direito a quinquênios, o tempo de licença especial não gozada pelo servidor.
249/83	Lázaro Barboza	Institui o Regime Especial da Permissão da Lavra Garimpeira, para o aproveitamento imediato de substâncias minerais e introduz alterações no Código de Mineração.
253/83	Lázaro Barboza	Introduz alterações no Código de Mineração.
254/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.107, de 1966, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
255/83	Lázaro Barboza	Introduz alterações no Código de Mineração.
257/83	Marco Maciel	Dispõe sobre a inclusão de obras de arte nas construções que especifica, e dá outras providências.
259/83	Alvaro Dias	Altera a redação do caput e do § 1º do art. 7º da Lei nº 6.194, de 1974, que dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, às pessoas transportadas ou não.
260/83	Lázaro Barboza	Institui a figura do ACHADO MINERAL.
261/83	Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da CLT, elevando para 50 anos o limite de idade exigido dos candidatos a ingresso na magistratura trabalhista.
262/83	Alvaro Dias	Institui nas empresas industriais e comerciais com mais de 500 empregados o serviço de assistência social.
263/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao § 1º do art. 250 da Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), e dá outras providências.
264/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente CLT, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de fixação de honorários em favor do advogado do trabalhador reclamante.
265/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente CLT, na parte concernente ao aviso prévio.
268/83	Marco Maciel	Dispõe sobre a aquisição de passagens aéreas e marítimas pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.
269/83	Benedito Ferreira	Concede anistia a infratores das normas do crédito rural.
272/83	Milton Cabral	Autoriza o Poder Executivo a isentar as empresas do recolhimento do FGTS de empregado recrutado para prestação de Serviço Militar.
274/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 4.131, de 1962, e dá outras providências.
275/83	Nelson Carneiro	Autoriza o Governo do Distrito Federal a alienar os imóveis que especifica, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
276/83	Albano Franco	Dispõe sobre a criação do Conselho Econômico e Social, define sua competência, e dá outras providências.
277/83	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 2º do art. 24 da Lei nº 6.649, de 1979.
278/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 157, de 1967, com previsão de providência para a revogação do incentivo nele previsto.
279/83	Nelson Carneiro	Restabelece o art. 62 da Lei nº 5.108, de 1966 (Código Nacional de Trânsito), vetado, com nova redação dispondo sobre o direito de o proprietário de veículo conservar os números de sua placa nas eventuais mudanças desde que o permitam.
280/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, visando a restabelecer salário mínimo específico para menores com base no grupo etário.
281/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.045, de 1974.
282/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.708, de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários.
284/83	Carlos Chiarelli	Introduz alterações na Lei nº 6.515, de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, para dispor sobre a guarda dos filhos, e dá outras providências.
289/83	Fernando Henrique Cardoso	Restaura a redação do § 2º do art. 67 da Lei Orgânica da Previdência Social.
293/83	Odacir Soares	Estabelece limite de remuneração para servidores ou empregados de entidades estatais da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.
294/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.889, de 1973.
295/83	Roberto Saturnino	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para a aquisição de automóveis a álcool, por deficiente físico, nas condições que especifica.
297/83	Henrique Santillo	Institui penalidade para empresa, pelo descumprimento de legislação salarial e de decisão final da Justiça Trabalhista e dá outras providências.
298/83	Albano Franco	Altera a redação do § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 1953.
299/83	Pedro Simon	Estabelece que sejam semestrais e que não exceda em 80% do INPC os aumentos de preços de medicamentos que contenham produtos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — RENAME.
300/83	Virgílio Távora	Altera a redação do art. 7º da Lei nº 6.223, de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União pelo Congresso Nacional, modificada pela Lei nº 6.525, de 1978.

Nº	Autor	Ementa
301/83	Iris Célia	Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, a elaborar o projeto do novo Código Tributário Nacional.
2/84	Carlos Chiarelli	Institui, facultativamente, o sistema de garantia do tempo de serviço do empregado doméstico e dá outras providências.
3/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o trabalho do menor sem qualificação profissional, em regime especial, e dá outras providências.
5/84	Carlos Chiarelli	Acrescenta um inciso ao art. 487, da CLT, para adicionar dois dias de aviso prévio por ano de serviço prestado ao mesmo empregador.
6/84	Carlos Chiarelli	Institui fator de correção salarial proporcional ao salário mínimo, sobre o qual deve incidir o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
7/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a proibição do fabrico, exposição, comercialização e divulgação de brinquedos belicosos.
11/84	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 11 da vigente CLT, compatibilizando o prazo prescricional de direitos do diploma consolidado com o da Lei nº 5.889, de 1973.
14/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.435, de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada.
15/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a dedução das despesas realizadas com a aquisição de medicamentos nas declarações do Imposto de Renda.
16/84	Jaison Barreto	Modifica a redação do art. 7º e do § 2º do art. 8º da LOPS, de modo a estabelecer que o trabalhador desempregado, mesmo perdendo a qualidade de segurado por ter deixado de contribuir, não ficará privado de assistência médica previdenciária.
19/84	Nelson Carneiro	Acrescenta à legislação orgânica da previdência social (Lei nº 3.807, de 1960), ampliando o alcance do benefício de auxílio-funeral.
20/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.649, de 1979, estabelecendo privilégio em favor dos locatários com mais de 80 anos de idade, no caso de despejo.
21/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, mandando computar as horas extras trabalhadas para efeito de aposentadoria.
22/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na CLT, de modo a elevar o valor da remuneração das horas extraordinárias.
24/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a autorização para transferência de permissão de exploração de bancas de jornais e revistas no Distrito Federal, nas condições que especifica.
25/84	Marco Maciel	Dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto às Casas do Congresso Nacional para os fins que especifica, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
26/84	Fernando Henrique Cardoso	Concede estabilidade provisória à gestante, ao trabalhador acidentado e ao menor no ano de seu alistamento militar.
27/84	Itamar Franco	Torna obrigatória a referência ao domicílio das partes nos contratos versando sobre direitos reais.
30/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre limitação dos valores das prestações mensais de amortização dos empréstimos para aquisição da casa própria.
31/84	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação no DO da União, de dados relativos ao Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
33/84	Murilo Badaró	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 6.879, de 1980, que dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas aos servidores civis da União e dá outras providências.
35/84	Mário Maia	Dispõe sobre o pagamento dos financiamentos dos contratos imobiliários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema de Financiamento e Empréstimos sob garantia hipotecária.
37/84	Nelson Carneiro	Altera os §§ 1º e 3º do art. 477 da CLT, de modo a deixar estabelecido na lei que haja assistência aos empregados em todos os casos de demissão, independentemente do tempo de serviço.
38/84	Fernando Henrique Cardoso	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 4.090, de 1962.
41/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao item III do art. 131 da CLT.
42/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social, determinando a manutenção, pela Previdência Social, de assistência especializada aos idosos.
44/84	Nelson Carneiro	Altera o art. 589 da CLT para o fim de destinar parte da arrecadação das contribuições sindicais às associações de aposentados.
45/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 1981, que dispõe sobre contribuições para custeio da Previdência Social, com vistas à criação e manutenção de clínicas geriátricas, na assistência médica previdenciária.
46/84	Carlos Chiarelli	Revoga o art. 2º do Decreto-lei nº 2.087, de 1983.
47/84	Fernando Henrique Cardoso	Altera a redação de dispositivos da CLT, relativos à segurança e medicina do trabalho.
50/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária dos medicamentos, drogas etc., com vistas a determinar a utilização de embalagens econômicas.

Nº	Autor	Ementa
52/84	Pedro Simon	Dispõe sobre o processo para cobrança de crédito hipotecário vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação.
53/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas ao estabelecimento de maiores garantias para os representantes dos empregados nas CIPAs.
54/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre critérios de aplicação de recursos do Sistema Financeiro de Habitação, transferências de imóvel pelo mutuário, e dá outras providências.
55/84	Carlos Chiarelli	Introduz alteração no § 1º do art. 21 da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que instituiu as entidades de previdência privada e acrescenta mais dois parágrafos ao mesmo artigo.
56/84	Hélio Gueiros	Estabelece normas para movimentação das contas bancárias dos órgãos federais da administração direta e indireta e dá outras providências.
58/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a estabelecer que o trabalhador alcance a estabilidade no emprego a partir do 91º dia de vigência do contrato de trabalho.
61/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a considerar legalmente estável o trabalhador que houver completado vinte e oito anos de contribuição para a Previdência Social, independentemente do tempo de serviço prestado a uma mesma empresa.
64/84	Itamar Franco	Sujeita à prévia aprovação do Congresso Nacional a instalação ou transferência de sede de representação diplomática para localidade situada em território de soberania disputada.
66/84	Milton Cabral	Altera o art. 126, § 2º, letras d e f , do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.
67/84	Milton Cabral	Dispõe sobre normas a serem obedecidas nos processos relativos à privatização de empresas estatais.
68/84	Henrique Santillo	Altera o art. 38, caput , da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e dá outras providências.
69/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social (nº 3.807) de modo a estender ao cônjuge do sexo masculino o direito à pensão pela morte da mulher contribuinte.
71/84	Fernando Henrique Cardoso	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
73/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, determinando o sobrestamento das prestações e demais encargos de compra da casa própria em favor do trabalhador desempregado.

Nº	Autor	Ementa
74/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento.
76/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na legislação orgânica da Previdência Social (nº 3.807, de 26 de agosto de 1960), com vistas à redução para 90 dias do período de carência para a concessão do benefício de auxílio-doença.
77/84	Carlos Chiarelli	Introduz alterações na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.
78/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos.
82/84	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 1º do art. 457, da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a determinar que o pagamento de horas extras habituais passe a integrar o salário.
83/84	Carlos Chiarelli	Revoga o art. 6º, incisos e parágrafos da Lei nº 6.650, de 23 de maio de 1979, que dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 200, e dá outras providências.
84/84	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.445, de 4 de outubro de 1977, que dispõe sobre consignações em folha de pagamento de servidores etc., para o fim de atribuir às consignações a que se refere a Lei nº 1.134, de 14-6-50, o caráter de obrigatórias.
87/84	Nelson Carneiro	Introduz alterações na legislação que define e disciplina o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade, com vistas a conceituar como tal o descumprimento de leis sobre controle de poluição.
89/84	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental.
90/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação previdenciária.
92/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências, visando proibir discriminação creditícia por efeito de idade avançada.
93/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências.
94/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, determinando que o presidente e vice-presidente da CIPA sejam eleitos dentre seus membros.

Nº	Autor	Ementa
96/84	Benedito Ferreira	Dá nova redação aos arts. 23 e 65, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).
97/84	Nelson Carneiro	Determina a percepção do adicional de insalubridade pelos trabalhadores da categoria que especifica.
99/84	Nelson Carneiro	Permite que as entidades sindicais de âmbito local e regional obtenham empréstimo junto ao Sistema Financeiro de Habitação, para a construção ou aquisição de sede própria.
101/84	Itamar Franco	Proíbe às entidades integrantes do sistema financeiro público a realização de qualquer negócio jurídico visando assegurar a liquidez ou a solvabilidade de empresa integrante do sistema financeiro privado.
104/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, tratando de isentar da contribuição previdenciária, parte do empregador, as associações sindicais de trabalhadores.
105/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a tornar expresso que o pagamento por horas extras e por gratificações tacitamente ajustadas integram o salário, desde que habituais.
108/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente à proteção do trabalho da mulher.
109/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS, de modo a determinar que a competência para apreciar litígios acidentários seja a da Justiça do Trabalho.
110/84	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a determinar que a data da constatação de que o trabalho se realize em condições perigosas ou insalubres seja a mesma a partir da qual o trabalhador fará jus aos pagamentos de adicionais correspondentes.
112/84	Nelson Carneiro	Dá nova redação aos arts. 85, acrescido de parágrafo único, e 117 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.
113/84	Marco Maciel	Modifica dispositivos da Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, que dispõe sobre a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor, acrescenta-lhe novas disposições e dá outras providências.
115/84	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 210 do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
116/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que dispõe sobre o FGTS, com vistas a possibilitar que o empregado optante utilize sua conta vinculada na aquisição ou edificação de casa própria sem a vinculação obrigatória ao Sistema Financeiro de Habitação.
117/84	Gabriel Hermes	Dá nova redação ao art. 18 do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.
118/84	Itamar Franco	Fixa procedimento para apuração da dívida externa e estabelece critérios para o respectivo acompanhamento mensal.
119/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo privilégio para os trabalhadores que freqüentam curso regular de alfabetização.
124/84	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, com vistas a permitir a utilização do FGTS também na construção de moradia própria.
125/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com a finalidade de impor pesada multa, que reverterá ao trabalhador prejudicado, no caso de descumprimento de exigência legal relativa à isonomia salarial.
126/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, com vistas a permitir o cômputo das horas extras habituais ao tempo de serviço, para efeito de aposentadoria.
127/84	Jaison Barreto	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S.A.
128/84	Nelson Carneiro	Faculta ao trabalhador aposentado readmissão na empresa, na condição que especifica.
130/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei Orgânica da Previdência Social, de modo a determinar que a restituição de contribuições prevista no § 3º do art. 64 se faça invariavelmente com correção monetária e juros moratórios.
131/84	Fernando Henrique Cardoso	Estabelece a correção automática integral dos salários e dá outras providências.
133/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a correção automática dos salários, reajustes das prestações dos imóveis residenciais adquiridos pelo Sistema Financeiro de Habitação, dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social e dá outras providências.
134/84	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, parte referente às comissões internas de prevenção de acidentes — CIPAs — com vistas à ampliação dos direitos de seus integrantes, representantes dos empregados.
136/84	Jaison Barreto	Faculta o pagamento parcelado dos débitos dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
138/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a permitir a sindicalização da categoria de trabalhadores que menciona.
142/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 2º do art. 79 da Lei Orgânica da Previdência Social, a fim de isentar os proprietários de habitações populares da responsabilidade solidária perante a Previdência Social.
143/84	Amaral Furlan	Dá nova redação ao item IV do art. 8º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.
144/84	Itamar Franco	Dispõe sobre anotação obrigatória da vacinação contra a hepatite tipo B e dá outras providências.
145/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de ser designado um representante do sindicato dos aeronautas para acompanhar os inquéritos destinados a apurar causas de acidentes com aviões.
146/84	Pedro Simon	Estabelece a correção trimestral dos salários, fixa critérios para esta correção e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.065, de 26-10-83.
149/84	Gabriel Hermes	Altera disposições do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969.
151/84	Nelson Carneiro	Declara de utilidade pública os serviços de radio-amador e de rádio do cidadão, dando outras providências.
155/84	Roberto Saturnino	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), incluindo entre os bens absolutamente impenhoráveis os que especifica.
156/84	Pedro Simon	Acrescenta item ao § 1º do art. 27 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, a fim de incluir pelo menos dois mutuários no Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação (BNH).
159/84	Alvaro Dias	Libera de restrições a moagem colonial de trigo.
162/84	Nelson Carneiro	Autoriza o pagamento do 13º salário em parcelas mensais, a partir do primeiro mês do ano, na condição que especifica.
164/84	Nelson Carneiro	Institui o Estatuto das Empresas Estatais, dispondo sobre a fiscalização de seus atos, criando formas de co-gestão e determinando outras providências.
165/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, visando a restabelecer o privilégio da indenização dobrada ao trabalhador que conta mais de 10 anos de serviço e é despedido sem justa causa.
168/84	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.
169/84	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 73, caput , da CLT, com vistas a elevar para 25 o percentual do acréscimo da hora noturna.

Nº	Autor	Ementa
170/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, para o fim de isentar de contribuição previdenciária os aposentados por invalidez.
171/84	Carlos Chiarelli	Introduz alterações nos incisos II e III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para permitir que o empregado com mais de 10 anos de serviço numa mesma empresa possa retirar 50% do valor do depósito bancário.
172/84	Carlos Chiarelli	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 6.210, de 4 de junho de 1975, para permitir que o segurado aposentado por invalidez possa retornar à atividade laborativa, em caráter parcial, mediante autorização da Previdência Social.
174/84	Fernando Henrique Cardoso	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.
175/84	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer que o adicional de insalubridade incidirá sobre o salário percebido pelo trabalhador, salvo se se tratar de profissional com profissão regulamentada.
178/84	Fernando Henrique Cardoso	Revoga o item VIII do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho.
179/84	Henrique Santillo	Altera dispositivos da Lei nº 6.538, de 1978, que dispõe sobre os serviços postais, e dá outras providências.
181/84	Nelson Carneiro	Altera o art. 35 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para modificar a atual denominação do Ministério da Indústria e do Comércio.
182/84	Nelson Carneiro	Estabelece critérios para os reajustes semestrais automáticos dos valores de benefício de prestação continuada da Previdência Social.
183/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá ao empregado doméstico a proteção da legislação de acidentes do trabalho.
185/84	Nelson Carneiro	Autoriza o Banco do Brasil a realizar empréstimos pessoais simples em favor de servidores públicos aposentados, nas condições que especifica.
186/84	Mário Maia	Denomina Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek a BR-364 e dá outras providências.
189/84	Gabriel Hermes	Dispõe sobre o registro de profissionais e de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões e dá outras providências.
190/84	Gabriel Hermes	Revoga os arts. 373, 374, 375, 376, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385 e 386 da CLT e altera a redação do § 1º do item IV do art. 389 do mesmo diploma consolidado.
192/84	Moacyr Duarte	Altera o Decreto-Lei nº 5.998, de 1943, e a Lei nº 4.870, de 1965, acrescentando artigo ao Decreto-Lei nº 3.855, de 1941.
195/84	Carlos Chiarelli	Institui o Registro Nacional de Propriedade Automotora e dá outras providências.
196/84	Roberto Saturnino	Introduz modificações na CLT.

Nº	Autor	Ementa
199/84	Itamar Franco	Estabelece limite à fixação de preço público pelo fornecimento de bens ou serviços essenciais.
200/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aumentando para 2 (duas) horas o tempo de descanso concedido à mulher para o aleitamento do filho.
201/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a atribuir aos sindicatos de empregados a prerrogativa de fornecer atestados de desemprego a seus filiados ou a outros trabalhadores da categoria representada.
202/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de treinador de futebol, e dá outras providências
204/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a legislação da previdência social, objetivando permitir aos segurados progredir na escala de contribuições na forma e condição que especifica.
206/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público e privado, com vistas a permitir o cômputo do tempo de duração do curso universitário para efeito de aposentadoria do regime aí estabelecido.
207/84	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a isentar da cobrança de multas e de correção monetária os débitos relativos no ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) e a contribuição devida ao INCRA, incidentes sobre imóveis situados na Amazônia Legal, e dá outras providências.
203/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.
209/84	Nelson Carneiro	introduz modificação na Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, estendendo a todos os servidores, mesmo não estatutários, o direito à pensão especial.
210/84	Gabriel Hermes	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, alterada pela Lei nº 6.458, de 1º de novembro de 1977, dispondo sobre o pagamento de duplicatas em data posterior à de seus vencimentos.
211/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, na parte concernente à proteção à maternidade, concedendo à mãe adotiva, na condição que especifica, o direito a descanso para amamentação.
212/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 4º do art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.
213/84	Roberto Saturnino	Altera o Decreto-lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975.
215/84	Gabriel Hermes	Altera o art. 4º do Decreto-lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969.

Nº	Autor	Ementa
216/84	Nelson Carneiro	Estabelece critério para o reajustamento das prestações da casa própria do mutuário profissional liberal.
217/84	Galvão Modesto	Torna obrigatória a prática, nas faculdades de Ciências Agrícolas de ensino médio, de disciplina referente aos agrotóxicos e de outras biocidas e dá outras providências.
218/84	Amaral Furlan	Isenta do pagamento de direitos autorais previstos no art. 73 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, os pequenos e médios comerciantes e industriais.
219/84	Gabriel Hermes	Integra o sistema de eclusas aos projetos de engenharia para aproveitamento hidrelétrico e dá outras providências.
221/84	Carlos Chiarelli	Altera a redação da alínea c do inciso II do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para incluir, expressamente, como necessidade grave e premente, enfermidade pessoal ou familiar do trabalhador.
222/84	Roberto Saturnino	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo, na forma do disposto no art. 142 da Constituição Federal, a delimitação da competência da Justiça do Trabalho.
223/84	Nelson Carneiro	Estende às pensões percebidas por viúvas de militares os benefícios da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980.
224/84	Jaison Barreto	Dispõe sobre a autorização para taxa de câmbio especial, nos casos que especifica.
225/84	Nelson Carneiro	Estabelece o piso de 100% do INPC para os reajustes salariais que se realizarem no País, qualquer que seja a sua periodicidade.
226/84	Nelson Carneiro	Revoga o Decreto-lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982.
228/84	Nelson Carneiro	Autoriza deduzir da renda bruta das pessoas físicas, sujeitas à tributação do imposto de renda, as despesas com aquisição de aparelho para surdez, na forma que especifica.
229/84	Nelson Carneiro	Altera a Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que regula o exercício da enfermagem profissional, com vistas a nela incluir, definindo as respectivas atribuições, o Técnico de Enfermagem.
230/84	Eunice Michiles	Proíbe a adição do bromato de potássio à farinha de trigo, nos produtos de sua fabricação, pelas panificadoras e confeitarias.
234/84	Nelson Carneiro	Restabelece o art. 398 da CLT, com nova redação, visando a estender à mãe adotiva, na condição que especifica, as regras de proteção à maternidade dos arts. 392 e 396.
236/84	Jorge Bornhausen	Acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

Nº	Autor	Ementa
237/84	Jorge Bornhausen	Dispõe sobre a constituição de blocos parlamentares e dá outras providências.
238/84	Raimundo Parente	Dispõe sobre isenções tributárias, de taxas e serviços que menciona, às instituições de educação ou de assistência social, e dá outras providências.
239/84	Nelson Carneiro	Autoriza as instituições de ensino superior vinculadas à União a manterem cursos noturnos.
240/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, com vistas a estabelecer a compatibilidade entre o FGTS e o sistema indenizatório da CLT.
241/84	Pedro Simon	Dispõe sobre a produção, comercialização, uso, fiscalização e importação de agrotóxicos e afins e dá outras providências.
247/84	João Lobo	Disciplina a aplicação dos recursos do PIN-PROTERRA.
248/84	Lenoir Vargas	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, renumerando os artigos que indica, a fim de corrigir monetariamente os valores de títulos protestados, a partir dos respectivos vencimentos.
251/84	Raimundo Parente	Destina recursos combinados do FGTS e do FINSOCIAL para a solução do problema habitacional das áreas carentes do Nordeste e do Norte do País e dá outras providências.
252/84	João Lobo	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.
254/84	Nelson Carneiro	Assegura aposentadoria especial à categoria de trabalhador que especifica.
256/84	João Lobo	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.
257/84	Raimundo Parente	Dispõe sobre a instituição da Licença Remunerada para fins educativos e dá outras providências.
258/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à proteção à maternidade, concedendo à mãe adotiva, na condição que especifica, o direito a descansos para amamentação.
259/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à legislação do FGTS, restabelecendo, em favor do trabalhador, com mais de dez anos de serviço, despedido sem justa causa, o privilégio da indenização dobrada.
260/84	Virgílio Távora	Dispõe sobre os direitos relativos ao software e dá outras providências.
261/84	Jorge Kalume	Estabelece critérios para a fixação das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, dos reajustamentos dessas prestações e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
262/84	Helvídio Nunes	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 1.272, de 29 de maio de 1973, e dá outras providências.
264/84	Nelson Carneiro	Institui o Código de Aplicações das Normas Jurídicas.
265/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social, de modo a estabelecer que a pensionista do sexo feminino mantenha direito à sua cota da pensão em casos de novo matrimônio, com pequeno desconto para a finalidade que especifica.
266/84	Marco Maciel	Dispõe sobre o Ouvidor-Geral e dá outras providências.
5/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.958, de 1973, de modo a permitir que a opção retroativa pelo regime do FGTS se faça sem a concordância do empregador.
6/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da CLT, com vistas a redefinir o alcance do adicional de insalubridade.
7/85	Álvaro Dias	Descaracteriza como de interesse da segurança nacional os municípios que especifica.
9/85	Morvan Acayaba	Autoriza o Poder Executivo a considerar extintos os débitos fiscais das microempresas para com a Fazenda Federal e dá outras providências.
11/85	Nelson Carneiro	Altera o inciso IV do art. 496, acrescenta parágrafo único ao art. 530 e modifica a epígrafe do Capítulo IV, do Título X, do Livro I, da Lei nº 5.869, de 1973 (Código de Processo Civil).
12/85	Mário Maia	Altera o art. 91 da Lei nº 4.737, de 1965 — Código Eleitoral, e dá outras providências.
13/85	Carlos Chiarelli	Acrescenta um parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
15/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações, de modo a estabelecer a possibilidade de o inquilino votar nas assembleias gerais, quando a isso não se oponha o proprietário.
16/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, com vistas a determinar que se transfira ao marido o direito a ter filho sob a vigilância e assistência de creche mantida pelo empregador, no caso de separação e condições que especifica.
18/85	Nelson Carneiro	Inclui o marido como dependente da segurada.
18-A/85	José Sarney	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto sobre a Renda atribuídos a operações de caráter cultural ou artística.
20/85	Nelson Carneiro	Declara a nulidade de despedidas de empregados, nos casos que especifica, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
21/85	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 6.903, de 1981, que dispõe sobre a aposentadoria dos Juizes Temporários da União, de que trata a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.
22/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à nacionalização do trabalho, com vistas a determinar a atribuição de pesos aos robôs importados e considerá-los trabalhadores estrangeiros.
23/85	Jorge Kalume	Regulamenta a profissão de Treinador de Futebol e dá outras providências.
26/85	Álvaro Dias	Dispõe sobre isenções fiscais para o transporte coletivo urbano visando a reduzir seus custos e tarifas.
27/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre prorrogação de prazo de validade de concursos públicos, nos casos e condições que especifica.
28/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a prescrição dos direitos do trabalhador, assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho.
29/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, a fim de permitir a utilização do FGTS também para gastos com ampliação e reforma da casa própria.
32/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo limite mínimo de gratificação para os bancários que exercem cargos de confiança.
33/85	Hélio Gueiros	Altera a redação do art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.
34/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação no Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974, com vistas a permitir resgate antecipado de aplicações no Fundo 157, no caso que especifica.
35/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de deixar expressa a possibilidade de os aposentados participarem da direção de associação sindical.
36/85	Roberto Saturnino	Estabelece critérios para as contribuições previdenciárias das empresas e dá outras providências.
37/85	Roberto Saturnino	Institui indenização a ser paga pelo empregador no caso de despedida sem justa causa.
38/85	Alexandre Costa	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
40/85	João Castelo	Isenta do imposto de renda as pensões e os proventos de inatividade das pessoas físicas maiores de 65 anos.
41/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre a concessão de empréstimo especial por motivo de casamento.

Nº	Autor	Ementa
43/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, com vistas a reformular o critério de enquadramento sindical de proprietário agrícola.
47/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, impondo ao empregador o encargo de obrigações trabalhistas em dobro, quando não as cumprir dentro do prazo certo.
49/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a determinar que as cobranças judiciais de contribuições sindicais em atraso se façam por intermédio da Justiça do Trabalho.
50/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a limpeza obrigatória de imóveis não edificados, no Distrito Federal, a cargo do proprietário, nas condições que especifica.
51/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre as Professoras Normalistas e seu engajamento na educação nacional.
53/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 6.150, de 3 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de iodação do sal destinado ao consumo humano, etc.", para o fim de também determinar a fluoretação do produto, nas condições que especifica.
54/85	Nelson Carneiro	Estabelece valores para as bolsas de estudos distribuídas pelo Programa Especial de Bolsas de Estudos (PEBE).
55/85	João Castelo	Institui adicional sobre o IPI de bebidas alcoólicas e de derivados de fumo, para aplicação nos serviços de saúde pública.
56/85	Jorge Kalume	Altera dispositivos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.
57/85	Nelson Carneiro	Trata da fixação de honorários de perito.
58/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da legislação previdenciária, com vistas a determinar que as filhas solteiras de qualquer condição permaneçam como dependentes dos segurados da previdência, independentemente de limite de idade.
59/85	Nelson Carneiro	Altera o critério de cobrança da taxa de ocupação pela posse e uso de espaço em próprios do Distrito Federal, e dá outras providências.
60/85	Hélio Gueiros	Dispõe sobre a substituição e sucessão temporária do Governador do Distrito Federal.
62/85	Lenoir Vargas	Regula a concessão de carteiras de habilitação a pessoas qualificadas como analfabetas, e acrescenta um parágrafo ao art. 70, da Lei nº 5.108, de 21 de dezembro de 1966, modificada pela Lei nº 6.731, de 4 de dezembro de 1979.
64/85	Jorge Kalume	Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias o material fotográfico nacional.

Nº	Autor	Ementa
65/85	Nelson Carneiro	Disciplina seguro obrigatório de veículos automotores.
67/85	Carlos Alberto	Dispõe sobre a autonomia das universidades federais.
68/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a exigência de quadro de instrumentador cirúrgico nos hospitais da rede particular, como condição para credenciamento pela previdência social.
70/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, com vistas a estabelecer critérios de preferência na admissão e demissão de aeronautas, quando esta se tornar imperiosa por motivo de ordem econômica.
71/85	João Lobo	Dispõe sobre a denominação de "Presidente Tancredo Neves" à atual Praça dos Três Poderes, em Brasília, DF.
73/85	Fernando Henrique Cardoso	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
74/85	João Castelo	Dispõe sobre o cálculo do imposto de renda das pessoas físicas que são obrigadas a apresentar declaração de rendimentos dentro do ano-base.
75/85	Nelson Carneiro	Estabelece regra especial de fiscalização dos veículos oficiais, e dá outras providências.
76/85	Jorge Kalume	Estabelece a obrigatoriedade do exame de sanidade física e mental para os candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente na República.
77/85	Nelson Carneiro	Modifica a proporcionalidade de empregados brasileiros, alterando o art. 354 da CLT, e dá outras providências.
78/85	Itamar Franco	Determinando que os procedimentos instaurados para apurar causa de acidente aéreo sejam integrados, paritariamente, por militares, aeronautas e aeroviários.
79/85	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 51 da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que "regula o exercício da profissão de aeronauta".
80/85	Lenoir Vargas	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982.
82/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, com a finalidade de estabelecer critério especial de concessão de férias ao aeronauta, e dá outras providências.
85/85	Roberto Saturnino	Altera dispositivo da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984.
90/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre Referência Especial de Salário Mínimo profissional de nível superior, e dá outras providências.
94/85	Nelson Carneiro	Determinando que os conjuntos residenciais construídos com recursos do Sistema Financeiro de Habitação sejam aparelhados com módulos esportivos de uso comum da comunidade.

Nº	Autor	Ementa
97/85	Carlos Alberto	Modifica a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências" visando a permitir a movimentação da conta vinculada no caso de calamidade pública decorrente de enchente ou inundação.
100/85	Carlos Alberto	Isenta do imposto de renda na fonte os rendimentos do trabalho assalariado até Cr\$ 6.662.400.
102/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a ampliar as oportunidades de trabalho dos estivadores.
103/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre a forma de escolha dos dirigentes das universidades mantidas pela União e dá outras providências.
104/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal".
107/85	Roberto Saturnino	Altera o inciso IX do art. 659 da Consolidação das Leis do Trabalho.
108/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações no Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973), com vistas a restabelecer o antigo recurso de revista, sob a denominação de embargos de divergência, no lugar do atual procedimento de uniformização de jurisprudência.
109/85	Carlos Alberto	Assegura aos empregados domésticos férias anuais remuneradas iguais às dos trabalhadores em geral.
110/85	Carlos Chiarelli	Acrescenta uma alínea ao art. 1º da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, para conceder aposentadoria especial aos exercentes de atividades com Raios "X" e substâncias radioativas.
111/85	Roberto Saturnino	Garante emprego dos empregados em empresas sob fusão, incorporação, privatização ou intervenção.
112/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, dispondo sobre a incidência de correção monetária nas indenizações que lhes forem devidas, estabelecendo foro privilegiado em seu favor e dando outras providências.
115/85	Raimundo Parente	Destina 5% (cinco por cento) da Renda Líquida da Loteria de Números (LOTO) ao atendimento de deficientes físicos.
116/85	João Castelo	Dispõe sobre o cálculo do Imposto de Renda na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado.
117/85	José Ignácio Ferreira	Institui regime de fiscalização intensiva a ser aplicado pelo Banco Central do Brasil nas instituições que menciona, altera a Lei de Falência (Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945), e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
118/85	Carlos Alberto	Estabelece limites à revisão e reajuste dos contratos administrativos de concessão dos serviços públicos de fornecimento de água e saneamento básico, distribuição de energia elétrica e telefonia.
119/85	Humberto Lucena	Restitui aos civis e militares as condecorações nacionais que foram retiradas em decorrência de cassação de mandato e de suspensão de direitos políticos, através de atos de exceção.
120/85	João Calmon	Estabelece padrões mínimos de remuneração para o magistério.
121/85	Raimundo Parente	Permite o desmembramento de terrenos de mansão com área igual ou superior a 2 ha (dois hectares) e dá outras providências.
123/85	Carlos Alberto	Acrescenta parágrafo e altera a redação do artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".
125/85	Nivaldo Machado	Altera a redação dos artigos 143 e 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dá outras providências.
126/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, com vistas a beneficiar os integrantes da Marinha Mercante que especifica.
129/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a vedar a concessão de férias a empregado em período que coincida com sua convocação para servir ao júri.
130/85	Carlos Alberto	Altera a redação dos artigos 116, 145 e 146, e insere o artigo 151 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.
131/85	Raimundo Parente	Cria o "Fundo de Recreação Turística" e determina outras providências.
132/85	Nelson Carneiro	Modifica a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, acrescentando-lhe um artigo, sob nº 18, para o fim de determinar que serviços aéreos sejam organizados em carreira, e dá outras providências.
134/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a concessão de prazo para purgação da mora nos aforamentos de terrenos pertencentes à União.
135/85	Carlos Alberto	Altera o § 5º do art. 3º da Lei nº 5.890, de 6 de junho de 1973.
136/85	Alfredo Campos	Dá o nome de "Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek" ao Aeroporto Internacional de Brasília, no Distrito Federal.
137/85	Nelson Carneiro	Dá nova disciplinação à política salarial e revoga a Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984.
138/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
139/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito de greve.
140/85	Gabriel Hermes	Dispõe sobre as atribuições do bacharel em ciências contábeis e do técnico em contabilidade.
142/85	Lomanto Júnior	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Pró-Município, e dá outras providências.
144/85	João Castelo	Elimina o impedimento dos servidores públicos para o exercício da advocacia para a propositura de ação popular.
146/85	Nelson Carneiro	Determina a inclusão de um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura na Comissão Nacional do Alcool.
147/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um representante dos produtores de cada Estado na administração das Centrais de Abastecimento S.A. — CEASA.
148/85	Carlos Alberto	Dispõe sobre a criação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento do Nordeste.
149/85	Lenoir Vargas	Acrescenta parágrafo ao artigo 86 da Lei número 7.210, de 11 de julho de 1984 — Lei de Execução Penal.
150/85	Nelson Carneiro	Estabelece limite máximo de comprometimento da renda do trabalhador para pagamento de prestações de casa própria, adquirida através do Sistema Financeiro de Habitação.
152/85	Nelson Carneiro	Estabelece salário mínimo profissional para os controladores de tráfego aéreo e técnicos de informações aeronáuticas.
155/85	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei de Imprensa, com vistas a excluir a possibilidade de apreensão de periódicos por ato do Ministro da Justiça.
156/85	Guilherme Palmeira	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1943.
158/85	César Cals	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para táxis com motor a álcool e caminhões, para condutores autônomos, e abre linhas de crédito para financiamento desses veículos.
159/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, de modo a tornar abrangidos pelo benefício os sindicatos de empregados, no caso que especifica.
161/85	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 474 da Consolidação das Leis do Trabalho.
162/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, altera dispositivos da CLT, etc.

Nº	Autor	Ementa
163/85	Nivaldo Machado	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que “regula a profissão de aeronauta e dá outras providências”.
165/85	César Cals	Cancela débitos para com a Fazenda Nacional.
166/85	Nelson Carneiro	Regula a indenização aos dependentes e dá outras providências.
167/85	Nivaldo Machado	Acrescenta § 2º ao art. 116 e dá nova redação ao art. 117 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União).
168/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a extensão do benefício da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, ao deficiente físico, na condição que especifica.
169/85	Nelson Carneiro	Estabelece privilégio para a obtenção de registro de nascimento extemporâneo, destinado a instruir o pedido de Carteira de Trabalho.
171/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o término dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, e dá outras providências.
173/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que “dispõe sobre o Estatuto da Terra”, com vistas a estabelecer restrições à alienação de terras havidas através da distribuição da reforma agrária”.
174/85	Roberto Saturnino	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984.
175/85	Carlos Alberto	Institui o reajuste trimestral do salário mínimo.
176/85	Carlos Alberto	Dá nova redação ao art. 45 da Lei nº 6.251, de 9 de outubro de 1975, que “institui normas gerais sobre desportos”.
177/85	Alfredo Campos	Altera a alínea “a” dos itens I e II e elimina o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o plano de assistência do funcionário, estendendo ao marido e a filha maior de 21 anos o direito a pensão.
178/85	Alfredo Campos	Dá nova redação ao item I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, estendendo ao marido e à filha maior de 21 (vinte e um) anos o direito à pensão, na forma que estabelece.
181/85	Nelson Carneiro	Estabelece normas de assistência ao excepcional e autoriza a criação da Fundação de Assistência ao Excepcional — FUNASE, e dá outras providências.
183/85	Gabriel Hermes	Apoio à produção nacional de insumos básicos à indústria farmacêutica.
185/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que regula o exercício da profissão de aeronauta.

Nº	Autor	Ementa
186/85	João Castelo	Institui a obrigatoriedade do Ensino Profissionalizante de 2º grau nas empresas estatais.
187/85	Itamar Franco	Dá nova redação ao Capítulo III, do Título X do livro I, do Código de Processo Civil.
189/85	Mário Maia	Proíbe o desmatamento das margens dos rios e dispõe sobre a proteção das matas ciliares.
190/85	Carlos Chiarelli	Altera o caput do art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para acrescer de 10% (dez por cento) para 20% (vinte por cento), o montante devido pelo empregador, quando da rescisão do contrato de trabalho.
191/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974, na parte em que permitiu o exercício do direito de voto aos eleitores residentes no DF mas inscritos em outros Estados, com vistas a estender tal prática aos eleitores residentes em quaisquer municípios.
192/85	Carlos Alberto	Institui a estabilidade provisória no emprego para todos os trabalhadores.
193/85	Carlos Alberto	Institui o 13º salário para o empregado doméstico.
194/85	Carlos Alberto	Concede subsídio para pagamento das contas de água e luz, para os trabalhadores que percebem salário mínimo.
196/85	Benedito Ferreira	Torna obrigatório, nos pagamentos à vista, em estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, que utilizem o sistema de cartões de crédito, um desconto de 10% (dez por cento) mais a correção monetária do mês da operação sobre o preço da mercadoria ou serviço adquirido.
203/85	Henrique Santillo	Concede moratória aos produtores de soja e algodão e dá outras providências.
204/85	João Castelo	Dispõe sobre o cálculo do lucro tributável pelo Imposto de Renda da pessoa física, nas alienações de imóvel adquirido por herança.
205/85	Nelson Carneiro	Considera insalubres as atividades dos operadores de telex e teletipo, e dá outras providências.
206/85	Jorge Kalume	Permite o uso dos créditos em Fundos do Decreto-lei nº 157, para amortização de prestações do Sistema Financeiro de Habitação.
207/85	Mário Maia	Altera a redação dos artigos 116 e 123 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).
209/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, de modo a não permitir qualquer diferença de direitos trabalhistas entre homem e mulher, assim como desses em relação aos menores, no trabalho rural.
210/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a destinação de um (1) concurso de prognóstico da Loteria Esportiva Federal (Decreto-lei nº 594, de 27-5-69) ao Fundo de Assistência ao Atleta Profissional (FAAP).

Nº	Autor	Ementa
211/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a prever o ressarcimento das despesas realizadas pelo reclamante com o comparecimento, seu e das testemunhas, às audiências, na situação que especifica.
212/85	Guilherme Palmeira	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 19-5-1943.
213/85	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a não permitir jornadas maiores de oito horas de trabalho para vigias.
214/85	Roberto Saturnino	Atribui à rede bancária oficial a função dos tributos federais.
215/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a aperfeiçoar o mecanismo de funcionamento do Enquadramento Sindical.
217/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para o fim de definir, como crime contra a economia popular, a remarcação de mercadorias em supermercados e estabelecimentos congêneres.
219/85	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a garantir indenização também ao trabalhador despedido antes de completar um ano de serviço, desde que sem justa causa.
222/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei n.º 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.
223/85	Nivaldo Machado	Dá nova redação ao artigo 1º da Lei n.º 6.592, de 17 de novembro de 1978, e dá outras providências.
224/85	Nelson Carneiro	Acrescenta item ao art. 232 do Código de Processo Civil, disciplinando o conteúdo dos editais.
225/85	Cesar Cals	Amplia as finalidades da Fundação de Assistência ao Estudante, a que se refere a Lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983.
227/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que "define os crimes contra a segurança nacional", de modo a redefinir o crime de entrega de documento sigiloso a estrangeiro.
228/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a estabelecer nova condição para os casos de despedimento por justa causa.
229/85	Jorge Kalume	Institui a gratificação de Natal para os funcionários públicos, ativos e inativos e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
233/85	Nelson Carneiro	Restabelece a plenitude do direito de associação e de opinião dos estudantes.
234/85	Odacir Soares	Autoriza o Presidente da República a criar o título de "Cidadão Benemérito do Brasil".
236/85	Marcondes Gadelha	Altera a redação do parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 6.433, de 15 de julho de 1977.
237/85	Nelson Carneiro	Amplia os efeitos da Lei de Anistia e dá outras providências.
238/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão obrigatória das doenças cardiovasculares entre as doenças profissionais de que trata a legislação acidentária do trabalho.
239/85	Galvão Modesto	Modifica a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", para o fim de permitir que, sem distinção de sexo, o empregado que venha a casar-se, na vigência do contrato de trabalho, possa utilizar a sua conta vinculada.
240/85	Galvão Modesto	Dispõe sobre a periodicidade e a base dos reajustes dos servidores públicos civis e militares federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.
241/85	Galvão Modesto	Dispõe sobre o enquadramento de servidor público egresso de Tabelas Especial ou Temporária e dá outras providências.
243/85	Galvão Modesto	Altera a redação dos arts. 67 e 68 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
244/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a Segurança Nacional, eliminando a prisão cautelar policial e transferindo para o juiz a faculdade de determinar a custódia do indiciado.
245/85	Nivaldo Machado	Altera a Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, que "dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência Social, e dá outras providências.
247/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 4.090 de 13 de julho de 1962, para o fim de dispor sobre o pagamento integral da Gratificação Natalina ao trabalhador enfermo.
248/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o enquadramento sindical do trabalhador que exerce atividade de manuseio de lã.
250/85	Nelson Carneiro	Altera e acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a atribuir ao TST a competência para expedir instruções sobre eleições sindicais.
252/85	João Lobo	Dispõe sobre a distribuição de linhas aéreas regulares internacionais, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
253/85	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a instituir a zona franca na cidade de Cruzeiro do Sul, município do Estado do Acre, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.
259/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, para determinar a incidência de correção monetária nos títulos entregues a cartório de protesto, a partir do vencimento.
260/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do ramo de agrotóxicos e fertilizantes manterem engenheiro agrônomo como técnico responsável, e dá outras providências.
261/85	Nelson Carneiro	Obriga os estabelecimentos comerciais do ramo de produtos veterinários a manterem um técnico responsável.
263/85	Nivaldo Machado	Altera a Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964 e dá outras providências.
264/85	Alfredo Campos	Determina a impressão da data de fabricação e dos preços do fabricante e de venda ao consumidor, na embalagem de produtos de fabricação nacional e dá outras providências.
265/85	Nelson Carneiro	Disciplina a aplicação da equivalência salarial no pagamento das prestações na aquisição da casa própria, e dá outras providências.
267/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o plantio de árvores frutíferas às margens das rodovias asfaltadas e dá outras providências.
268/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a composição do Conselho Monetário Nacional.
269/85	Jutahy Magalhães	Prevê a destinação do produto líquido da arrecadação de dois testes anuais da Loteria Esportiva Federal para a implantação, conservação ou reforma dos campos de treinamento ou competição dos clubes, dos estádios municipais ou estaduais.
271/85	Raimundo Parente	Estabelece a competência do Juizado de Pequenas Causas para o processo das Contravenções Penais.
272/85	Murilo Badaró	Denomina "Ponte Deputado Pedro Dutra" a ponte existente em Cataguases, Minas Gerais.
273/85	Nelson Carneiro	Obriga a doação de livros, pelas editoras, às bibliotecas públicas, na forma que especifica.
274/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social, para o fim de excluir a restrição ali contida contra o marido de mulher segurada.
276/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1960, que institui o FGTS, para o fim de determinar que a conta individualizada do empregado não optante também seja transferida aos dependentes, no caso de seu falecimento.

Nº	Autor	Ementa
277/85	Jutahy Magalhães	Altera a Lei nº 3.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática de salários, modifica a política salarial e dá outras providências.
278/85	Amaral Peixoto	Dispõe sobre prestação de assistência, na área de fisioterapia, através de empresas de serviços médicos, em regime de convênio ou contrato com a Previdência Social.
281/85	João Lobo	Assegura ao professor, contribuinte da Previdência Social, aposentadoria por tempo de serviço com valor integral do seu salário.
282/85	Alfredo Campos	Dispõe sobre a aplicação de percentual da parcela mensal de Imposto de Renda retido na fonte para a amortização de débito junto ao Sistema Financeiro da Habitação.
283/85	Luiz Viana e outros	Cria Distritos de Exportação de Informática e Automação, em regiões metropolitanas do Nordeste, e dá outras providências.
284/85	Carlos Chiarelli	Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, para fixar novos critérios de nomeação de Administrador Regional.
285/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para o fim de garantir a qualidade de segurado ao dirigente sindical, durante o prazo correspondente ao exercício do mandato.
286/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um técnico em Turismo, de nível superior, pelas agências de viagens e turismo do País.
287/85	Guilherme Palmeira	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.
288/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, considerando insalubre o trabalho realizado em hospitais e estabelecimentos similares, para efeito de percepção de adicional.
290/85	João Lobo	Altera dispositivos da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, e dá outras providências.
291/85	Nelson Carneiro	Estabelece critério especial de reajustamento das prestações de aquisição de casa própria para mutuários do Sistema Financeiro de Habitação que sejam profissionais liberais.
292/85	Milton Cabral	Dispõe sobre a participação de militares inativos em atividade político-partidária.
293/85	Cid Sampaio	Cria o Instituto Nordestino de Tecnologia e Ciência — INTC, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e dá outras providências.
294/85	Mário Maia	Concede pensão provisória às viúvas dos funcionários civis, até o recebimento da definitiva.

Nº	Autor	Ementa
295/85	Mário Maia	Equipara os servidores aposentados por tempo de serviço aos inativos por incapacidade física.
296/85	Nivaldo Machado	Assegura ao ex-combatente, contribuinte da Previdência Social, aposentadoria com valor correspondente ao seu salário.
298/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o estágio de estudantes de engenharia civil nas empresas do ramo, e dá outras providências.
299/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a possibilidade de reintegração liminar ou pagamento dos salários a dirigente sindical despedido por justa causa.
304/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a proibição de importar produtos agropecuários de que o País seja tradicional produtor, ressalvados os casos que especifica.
305/85	Aloysio Chaves	Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências
306/85	Eunice Michiles	Institui incentivo fiscal destinado à implantação ou manutenção de empreendimentos de proteção à fauna silvestre.
307/85	Alcides Saldanha	Dispõe sobre o resgate de investimentos incentivados, aplicados de acordo com o art. 3º do Decreto-lei nº 157/67 e legislação posterior.
308/85	Alcides Saldanha	Estende aos policiais militares a isenção de que trata o art. 33 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972.
310/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, para o fim de isentar de contribuição previdenciária o aposentado ou pensionista sob tratamento médico.
313/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5.108, de 1966), com vistas a estabelecer prazo de validade dos exames de sanidade física e mental dos condutores de veículos que especifica.
314/85	Roberto Wypych	Dispõe sobre a criação de Escolas Agrícolas Federais nos Municípios de Marechal Cândido Rondon, Capanema e Cafelândia, no Estado do Paraná, a nível de 2º Grau.
315/85	Nelson Carneiro	Disciplina a publicidade nos uniformes esportivos dos atletas profissionais, de qualquer modalidade, e dá outras providências.
316/85	Cesar Cals	Cria a Tarifa Aérea Universitária e dá outras disposições.
321/85	Nelson Carneiro	Visa proibir, ao Banco Nacional da Habitação — BNH, e aos agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE, cobrança aos interessados nas operações relacionadas com a aquisição da casa própria, qualquer valor pela prática de ato administrativo ou contratual.
322/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação da Polícia Ferroviária Federal, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
323/85	Nivaldo Machado	Autoriza o Poder Executivo a reestruturar os Planos de Cargos e Salários dos docentes e do pessoal técnico e administrativo das Instituições Federais de Ensino Superior.
324/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, equiparando os radialistas aos jornalistas profissionais, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.
325/85	Nelson Carneiro	Autoriza a instalação de representação do sindicato dos aeroviários nos aeroportos, e dá outras providências.
326/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, para o fim de estabelecer penalidades aos infratores das normas relativas à correção automática dos salários.
327/85	Nivaldo Machado	Dispõe sobre o título de livre-docente.
328/85	Nelson Carneiro	Atribui à carteira de radialista a qualidade de prova de identidade para todos os efeitos legais.
330/85	Odacir Soares	Estende aos Agentes Florestais a Gratificação por Operações Especiais de que trata o Decreto-lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979.
331/85	Odacir Soares	Revoga o art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho e altera o art. 3º da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974.
332/85	Jorge Kalume	Reduz a jornada de trabalho da Caixa Econômica Federal de oito horas para seis horas.
333/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, que dispõe sobre a ação de alimentos, para o fim de deixar expresso que a citação do requerido se fará mediante isenção também das despesas postais.
334/85	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 16 da Consolidação das Leis do Trabalho, passando o parágrafo único a § 1º e criando um § 2º para dispor que as exigências para o fornecimento de Carteiras de Trabalho e Previdência Social ao menor de 18 anos somente serão feitas por ocasião da admissão no emprego.
335/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que incidam juros e correção monetária sobre todos os valores monetários discutidos e julgados em dissídio coletivo, a partir da instauração da instância.
339/85	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências.
340/85	Alfredo Campos	Dá nova redação ao caput do art. 7º e ao parágrafo 2º do art. 9º e elimina o § 5º do art. 7º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que criou o Banco Nacional da Habitação — BNH.

Nº	Autor	Ementa
341/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre isenção de pagamento de passagem nos transportes coletivos, em favor dos deficientes físicos, e dá outras providências.
342/85	Cesar Cais	Dispõe sobre o pagamento de débitos de Contribuições Previdenciárias.
343/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Código Nacional de Trânsito, com vistas a proibir a imobilização de veículos pela autoridade do trânsito.
344/85	Nivaldo Machado	Isenta do pagamento da contribuição previdenciária os ex-combatentes.
345/85	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo do Decreto-lei nº 1.695, de 18 de setembro de 1979, com vistas a isentar do imposto de renda na fonte os salários atrasados pagos a trabalhadores em geral.
346/85	Carlos Chiarelli	Altera a redação do caput do art. 16 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, acrescentando-lhe mais um parágrafo, para permitir que o empregador possa depositar a indenização anterior à opção na conta bancária do empregado, em parcelas mensais, deduzindo-as do Imposto de Renda.
347/85	Roberto Wypych	Dá a denominação de "WILLY BARTH" à rodovia BR-467.
348/85	Nivaldo Machado	Altera os anexos dos Decretos-leis nºs 2.191 e 2.200, de 26 de dezembro de 1984.
349/85	Alfredo Campos	Dispõe sobre a criação de uma Escola Agrícola Federal no Município de Iturama, no Estado de Minas Gerais, a nível de 2º grau.
350/85	Alfredo Campos	Dispõe sobre o retorno ao Serviço Federal dos servidores do extinto Departamento Federal de Segurança Pública, transferidos para o extinto Estado da Guanabara.
351/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a estabelecer prazo para a decisão final nos processos de dissídios coletivos.
354/85	Carlos Alberto	Assegura à viúva de ex-combatente a pensão especial instituída pela Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978.
355/85	Aloysio Chaves	Assegura aos membros de congregações religiosas o direito de designar dependentes para os efeitos de percepção de benefícios previdenciários.
356/85	José Lins	Prorroga o prazo de vigência de incentivos fiscais previstos na legislação do imposto de renda.
357/85	José Lins	Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Nº	Autor	Ementa
359/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a estabelecer uma nova prerrogativa para os sindicatos de empregados.
362/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a regalia da prisão especial em favor do radialista.
365/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na legislação previdenciária, extinguindo o instituto da perda da qualidade de segurado e instituindo, em seu lugar, o do sobrestamento temporário da qualidade de segurado.
366/85	Alcides Saldanha	Dispõe sobre a obrigatoriedade de concurso público para admissão em emprego nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta e nas funções instituídas ou mantidas pela União, e fixa critérios para estabelecimento de limite de idade para inscrição em concursos públicos.
368/85	Galvão Modesto	Dispõe sobre a política de atendimento à infância e à adolescência.
370/85	Nelson Carneiro	Determina a aplicação, aos aposentados da área médica, da gratificação dos Decretos-leis nºs 2.114/84, 2.140/84 e 2.240/85.
371/85	Roberto Wypych	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Zona Franca da Região Oeste do Paraná, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.
372/85	Nivaldo Machado	Proíbe a remuneração do fornecedor de sangue, a bancos de sangue, postos de coleta e serviços de hemoterapia em geral, e dá outras providências.
375/85	Henrique Santillo	Amplia a área de jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Anápolis, Goiás.
377/85	Alcides Saldanha	Acrescenta parágrafo ao art. 100 do Código de Processo Civil, que dispõe sobre competência de foro.
379/85	Severo Gomes	Cria, no Estado do Amazonas e Território Federal de Roraima, o Parque Indígena Yanomani, com os limites que estabelece, e dá outras providências.
380/85	Nelson Carneiro	Regula o exercício da profissão de oficial-de-náutica e dá outras providências.
381/85	Henrique Santillo	Determina a restituição integral do imposto de renda na fonte, descontado a maior, sobre proventos de aposentadoria ou reforma por invalidez decorrente de doença não especificada em lei, no prazo que indica.
382/85	Mário Maia	Dispõe sobre o pagamento de pensão a beneficiário de funcionário público falecido e dá outras providências.
3/86	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 523 da Consolidação das Leis do Trabalho, estendendo ao delegado sindical a estabilidade provisória do art. 543.

Nº	Autor	Ementa
4/86	Severo Gomes	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a legislação tributária.
5/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, com vistas a determinar a participação de aposentados e representantes de APAES nos órgãos de administração previdenciária que especifica.
6/86	Amaral Furlan	Determina que a atividade das instituições financeiras em operação no País passa a constituir monopólio público.
7/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente à proteção do trabalho da mulher, com vistas a estabelecer sanção específica para os casos de não atendimento das exigências dos §§ 1º e 2º do art. 389.
8/86	Alvaro Dias	Dispõe sobre a atividade dos trabalhadores na movimentação de mercadorias em geral e dá outras providências.
9/86	Aloysio Chaves	Institui a nulidade da dispensa arbitrária.
10/86	Murilo Badaró	Dispõe sobre a emissão de papel-moeda prevista no item I do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.
11/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a assegurar o pagamento das horas em que os ferroviários, mesmo os de estações do interior que realizem serviço intermitente ou de pouca densidade, ficam à disposição da empresa.
15/86	Severo Gomes	Condiciona a importação de produtos químicos à permissão do seu uso no País de origem.
17/86	Nelson Carneiro	Estabelece reserva de vagas para paraplégicos nas empresas.
18/86	Murilo Badaró	Estabelece normas para a realização de eleições em 1986 e dá outras providências.
19/86	Murilo Badaró	Modifica a redação do art. 41 do Decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986.
20/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a transferência da matrícula de universitários servidores públicos.
21/86	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.
25/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.
26/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.334, de 31 de maio de 1976, para o fim de proibir qualquer cobrança de taxa na inscrição de candidatos em concurso público.
27/86	Alvaro Dias	Equipara direitos de sociedades Corretoras de Mercadorias aos de Leiloeiros.

Nº	Autor	Ementa
28/86	Martins Filho	Autoriza depósitos em moeda estrangeira em Bancos do País e dá outras providências.
29/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.877, de 9 de dezembro de 1980, para o fim de incluir entre seus beneficiários os Agentes de Fiscalização.
30/86	Moacyr Duarte	Institui o rito sumaríssimo para as ações constitutivas de serviço legal de aqueduto.
31/86	Benedito Ferreira	Dispõe sobre retificação das declarações de bens apresentadas até o exercício de 1986 e dá outras providências.
34/86	Nelson Carneiro	Estabelece isenção do pagamento de pedágio, para os táxis e transportes de cargas.
35/86	Nelson Carneiro	Fixa o salário mínimo profissional do Técnico de Contabilidade de 2º grau, e dá outras providências.
36/86	José Ignácio Ferreira	Altera a legislação do imposto sobre a renda das pessoas físicas.
37/86	José Ignácio Ferreira	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 que "define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.
38/86	José Ignácio Ferreira	Institui adicional à contribuição previdenciária das empresas com elevado faturamento; modifica o sistema indenizatório por tempo de serviço no regime do FGTS e da CLT e cria modalidade de seguro-desemprego.
39/86	José Ignácio Ferreira	Estende aos dependentes que menciona o direito ao salário-família, instituído pela Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.
40/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre o sistema nacional de identificação civil, torna obrigatória a identificação civil do cidadão brasileiro e altera o Código de Processo Penal no relativo à identificação criminal do indiciado em inquérito policial.
41/86	José Ignácio Ferreira	Modifica os arts. 827, inciso V, e 844 do Código Civil.
42/86	José Ignácio Ferreira	Altera o art. 4º da Lei nº 6.494, de 7-12-77, que "dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau e supletivo e dá outras providências".
44/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.
45/86	Hélio Gueiros	Dispõe sobre aplicação parcial de lucros em medidas de preservação do meio ambiente nas atividades que causam danos à ecologia e dá outras providências.
46/86	Raimundo Parente	Dispõe sobre o transporte marítimo de carga por empresas nacionais que operam no Sistema ROLL-ON/ROLL-OFF.
48/86	Jorge Kalume	Dispõe sobre a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
49/86	Raimundo Parente	Institui o Programa de Atendimento ao Pequeno Produtor Rural — RURAM, e dá outras providências.
50/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos ao Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.639, de 3 de outubro de 1941).
51/86	Hélio Gueiros	Estabelece normas relativas ao trabalho externo e interno dos presos e condenados e dá outras providências.
52/86	Nelson Carneiro	Prorroga até 31 de dezembro de 1988 o prazo de validade do concurso para Fiscal do Trabalho, realizado em outubro de 1984.
53/86	Nelson Carneiro	Estabelece a legitimação processual de órgãos, entidades ou associações de classe nos casos e condições que especifica.
54/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à proteção do trabalho da mulher, vedando a exigência de realização de testes de gravidez por ocasião da admissão.
55/86	Alfredo Campos	Institui o pagamento de indenização aos Estados ou Territórios e Municípios pelo aproveitamento de substâncias minerais e cria o Fundo de Exaustão Mineral.
56/86	Cid Sampaio	Autoriza o Poder Executivo a implementar medidas para a criação de uma Moeda e uma Câmara de Compensação Latino-Americanas.
57/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo novas exigências a serem cumpridas no recibo de pagamento de salários.
58/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a atribuir validade, no caso que especifica, a atestado médico fornecido por profissional a serviço do sindicato e de outras instituições.
59/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a estabelecer direito de saída antecipada em favor da gestante, na condição que especifica.
60/86	José Ignácio Ferreira	Amplia os poderes de representação das entidades que menciona, na esfera dos direitos transindividuais ou difusos.
61/86	José Ignácio Ferreira	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que “altera a legislação de previdência social e dá outras providências”.
62/86	José Ignácio Ferreira	Revoga o art. 2º do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que “dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social e dá outras providências”.
63/86	José Ignácio Ferreira	Altera o inciso V do art. 520 do Código de Processo Civil.

Nº	Autor	Ementa
64/86	Nelson Carneiro	Modifica a Lei de Acidentes do Trabalho, e dá outras providências.
65/86	Hélio Gueiros	Libera operações de câmbio vinculadas à cobrança e pagamento internacionais para exportadores e importadores e dá outras providências.
66/86	Nelson Carneiro	Amplia a competência da Polícia Rodoviária Federal, nas estradas, atribuindo-lhe também a tarefa de fiscalizar anotações relativas a registro de empregado exercente da atividade de condutor de veículos, nas respectivas carteiras profissionais.
68/86	Itamar Franco	Assegura ao empregado matriculado em estabelecimento de ensino, período de licença remunerada nos dias de prova.
69/86	Nelson Carneiro	Disciplina o uso do solo e dá outras providências.
70/86	Milton Cabral	Obriga as empresas a declararem em suas demonstrações financeiras anuais gastos com pesquisa e desenvolvimento e com recursos humanos em ciência e tecnologia e dá outras providências.
71/86	Itamar Franco	Dispõe sobre a coligação de partidos políticos nos pleitos majoritários.
72/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a aposentadoria voluntária da mulher, segurada da Previdência Social, após vinte e cinco anos de tempo de serviço com proventos proporcionais.
76/86	Helvídio Nunes	Dispõe sobre benefícios de prestação continuada da Previdência Social.
77/86	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Lei de Imprensa, a fim de redefinir crime nela previsto.
78/86	José Ignácio Ferreira	Acrescenta dispositivos ao Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).
79/86	Nelson Carneiro	Estabelece novo disciplinamento para o trabalho em horário noturno, revogando o art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.
81/86	Martins Filho	Altera o § 3º do art. 11 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984.
82/86	Nivaldo Machado	Altera dispositivos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.
83/86	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), com vistas a ampliar, em favor dos parceiros, locatários, posseiros, comodatários e outros que explorem diretamente o imóvel rural, o direito de preempção já atribuído aos arrendatários.
84/86	Jorge Kalume	Revoga o art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Nº	Autor	Ementa
85/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a representatividade de associações civis de servidores públicos ou autárquicos, não sindicalizados.
86/86	José Ignácio Ferreira	Institui o seguro de garantia fidejussória.
87/86	João Castelo	Dispõe sobre isenção do imposto de renda para o lucro de pessoa física, na conferência de bens como subscrição de capital.
89/86	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, para o fim de melhor garantir ao sócio minoritário o direito de fiscalizar as despesas realizadas pela sociedade.
90/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de, ampliando o conceito de empregador rural, nele incluir os proprietários de chácaras e sítios de recreio localizados na área rural, que mantenham empregados.
91/86	Jorge Kalume	Altera a redação do art. 1º, caput , da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, modificado pela Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986.
92/86	Jaison Barreto	Dispõe sobre a Política Aeronáutica Nacional, no setor de transportes aéreos civis, públicos e privados, e dá outras providências.
93/86	Alvaro Dias	Acrescenta o inciso X ao art. 649 do Código de Processo Civil e dispõe sobre impenhorabilidade do módulo rural.
94/86	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, garantindo ao acidentado no trabalho e ao portador de doença profissional o direito de exercer, na mesma empresa, funções compatíveis com o seu estado físico.
96/86	Jamil Haddad	Dá nova redação ao caput do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.
100/86	Aloysio Chaves	Estende às regiões do Baixo Amazonas, Xingu e Tapajós os benefícios fiscais concedidos às áreas da Amazônia Ocidental.
101/86	Nelson Carneiro	Altera o art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, estabelecendo a equivalência entre o FGTS e a indenização da CLT, no caso de despedida sem justa causa.
102/86	Aloysio Chaves	Altera a redação da alínea c , inciso II do artigo 702, e da alínea b , do artigo 894 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
103/86	Odacir Soares	Inclui o Fotógrafo, como Profissão Diferenciada, no Quadro de Atividades e Profissões, a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho.
104/86	Alfredo Campos	Institui o pagamento de indenização aos Municípios que tiverem áreas de seus territórios inundadas pelas águas de reservatórios destinados à produção de energia elétrica e cria o "Fundo de Desenvolvimento dos Municípios Inundados".

Nº	Autor	Ementa
105/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, assegurando ao empregado que exerce substituição por mais de noventa dias o direito a continuar percebendo a diferença a ela correspondente.
106/86	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço no meio rural para fins de aposentadoria dos segurados do INPS.
110/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o arrendamento de parcelas de latifúndio para os efeitos que especifica.
112/86	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 6º do artigo 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "dispõe sobre as sociedades por ações", para estimular a criação de empregos através do aumento de capital por subscrição pública e dá outras providências.
116/86	Helvídio Nunes	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Faculdade de Pedagogia e Letras na Cidade de São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí.
117/86	José Ignácio Ferreira	Altera a legislação do imposto sobre a renda das pessoas físicas.
118/86	Américo de Souza	Obriga a utilização da Língua Portuguesa nos invólucros, rótulos e impressos de frascos, recipientes, vasilhames e embalagens de qualquer espécie, de apresentação ao público dos produtos fabricados no País, destinados à venda no mercado interno, e dá outras providências.
119/86	Nelson Carneiro	Estende ao vigia noturno o direito à aposentadoria especial do art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.
121/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a fixação ou reajuste do aluguel nas locações prediais urbanas.
122/86	Odacir Soares	Isenta do imposto de importação os bens que especifica.
123/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, de modo a determinar que o tempo de licença especial não gozada seja considerado para efeito de percepção de quinquênios.
125/86	Odacir Soares	Altera a Lei nº 6.044, de 14-5-74, para estender a toda a Magistratura Federal o benefício prescrito em seu art. 1º
126/86	Odacir Soares	Dá nova redação aos arts. 665 e 666 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre férias e remuneração de juizes classistas.
128/86	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo do Código de Minas, para o fim de dispor sobre o restabelecimento da prioridade ao proprietário do solo.
130/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que a eleição dos representantes dos empregados nas CIPAs seja convocada com trinta dias de antecedência, assegurada ampla publicidade e notificação ao sindicato respectivo.

Nº	Autor	Ementa
132/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão da tenossinovite entre as doenças profissionais e dá outras providências.
133/86	Jamil Haddad	Revoga a Lei nº 4.611, de 2 de abril de 1965, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos arts. 121, § 3º, e 129, § 6º, do Código Penal.
136/86	João Castelo	Dispõe sobre o abatimento de despesas farmacêuticas e com aparelhos para correção visual, para fins de apuração de renda líquida das pessoas físicas sujeitas a imposto de renda.
137/86	Nelson Carneiro	Dispensa a identificação criminal sempre que o indiciado exibir cédula de identidade.
138/86	Itamar Franco	Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de declaração de bens e rendimentos quando do término de mandato eletivo e dá outras providências.
139/86	Itamar Franco	Fixa em sete horas a jornada de trabalho.
140/86	Odacir Soares	Restabelece a competência do Congresso Nacional para a fiscalização dos recursos de que trata o Decreto-lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980, cuja redação modifica parcialmente.
141/86	Pedro Simon	Prorroga o prazo de vigência da Lei nº 7.416, de 10 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a isenção do IPI para automóveis de passageiros adquiridos por motoristas profissionais.
142/86	Benedito Ferreira	Dispõe sobre a criação de Clube de Investimento Popular — CIP, operado pelas Caixas Econômicas, e dá outras providências.
143/86	Milton Cabral	Dispõe sobre limites ao endividamento externo do País, modifica o Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e dá outras providências.
144/86	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte que trata dos componentes variáveis do salário.
145/86	Jamil Haddad	Altera a redação dos artigos 6º e 23 do Código de Processo Penal.
146/86	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
147/86	Jamil Haddad	Dispõe sobre a data do pagamento de salários aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
149/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, para o fim de proibir o uso de livros descartáveis em tais níveis de educação.
151/86	Albano Franco	Concede isenção do Imposto de Renda aos proventos e pensões pagos pelos cofres públicos e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
152/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao item II do artigo 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que instituiu o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família.
153/86	Mauro Borges	Altera a redação dos artigos 48 e 143 do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código das Águas), para determinar que todo projeto de utilização de água contenha previsão de aproveitamento múltiplo integrado do curso d'água.
155/86	Helvídio Nunes	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Faculdade de Direito de Picos, na cidade de Picos, no Estado do Piauí, e dá outras providências.
156/86	Enéas Faria	Concede aos Oficiais e Sargentos da Força Aérea Brasileira as vantagens da Lei nº 1.782, de 24 de dezembro de 1952.
157/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre oportunidade de formação profissional para pessoa excepcional e dá outras providências.
160/86	Murilo Badaró	Disciplina a distribuição das vagas do Senado nas eleições de 1986.
161/86	Martins Filho	Dispõe sobre o controle dos produtos fitossanitários e dá outras providências.
162/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com vistas a estabelecer limite às taxas de juros cobradas nas operações de empréstimos.
163/86	Odacir Soares	Acrescenta alínea ao art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a fim de tornar obrigatória a inclusão das impressões digitais no assento do registro civil de pessoas naturais.
164/86	Jamil Haddad	Altera a redação do art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.
165/86	Murilo Badaró	Acrescenta parágrafo ao art. 150 da Lei nº 1.711, de 20 de outubro de 1952.
166/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.
168/86	Albano Franco	Altera a Legislação da Previdência Social Urbana.
171/86	Jorge Kalume	Autoriza o Supremo Tribunal Federal — STF, a criar cargos de Inspetor de Segurança Judiciária e dá outras providências.
172/86	Alfredo Campos e Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da Lei nº 7.493, de 17 de junho de 1968.
173/86	César Cals	Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos e dá outras providências.
175/86	César Cals	Estabelece a base de cálculo para a concessão de pensão à família de servidor público e dá outras providências.
176/86	Jorge Kalume	Assegura aos ex-Senadores o direito a passaporte diplomático em qualquer hipótese.

Nº	Autor	Ementa
177/86	Odacir Soares	Altera a redação do art. 876, do caput do art. 879, acrescenta parágrafo ao art. 879, altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 899 e revoga o § 6º do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
178/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a utilização de "robôs" nas atividades industriais insalubres.
179/86	Jamil Haddad	Acrescenta parágrafo ao art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho.
180/86	Maurício Leite	Dispõe sobre a produção de veículos automotores, sua segurança, e dá outras providências.
183/86	Fernando Henrique Cardoso	Disciplina os vencimentos máximos dos servidores dos Três Poderes, Federais, Estaduais e Municipais.
184/86	Nelson Carneiro	Isenta do Imposto de Renda os adicionais de insalubridade e periculosidade previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.
185/86	Jorge Kalume	Extingue o concurso vestibular.
186/86	Odacir Soares	Dispõe sobre a transformação da SUNAB em Superintendência Nacional do Abastecimento e Defesa do Consumidor; cria a Procuradoria-Geral do Consumidor, as Procuradorias Regionais do Consumidor e dá outras providências.
188/86	Nelson Carneiro	Regulamenta o exercício da profissão de Controlador de Tráfego Aéreo, disciplina sua habilitação como controlador dessa função, regulamenta o regime de trabalho e dá outras providências.
189/86	Eunice Michiles	Dispõe sobre a liberação dos funcionários públicos federais eleitos dirigentes de associações de classes, sindicatos e associações de comunidades.
190/86	Cesar Cals	Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985.
191/86	Jorge Kalume	Dá nova redação ao art. 117, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dá outras providências.
194/86	Murilo Badaró	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os veículos automotores para viajantes comerciais.
195/86	Murilo Badaró	Altera a partilha e os critérios de distribuição do Imposto Único sobre Energia Elétrica.
196/86	Pedro Simon	Estabelece prazo para lançamento de novos modelos e marcas de automóveis nacionais e veículos afins, e dá outras providências.
199/86	Cesar Cals	Considera insalubre o trabalho do pescador profissional, para os efeitos que especifica.
200/86	Albano Franco	Cria incentivo para as empresas que contratarem empregados menores de 18 (dezoito) anos.

Nº	Autor	Ementa
201/86	Raimundo Parente	Altera o art. 2º da Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967.
202/86	Jamil Haddad	Dispõe sobre o exercício da profissão de Instrumentador Cirúrgico e dá outras providências.
203/86	Nelson Carneiro	Assegura um dia de folga por mês aos Presidentes de Associações de Classe, para tratar dos interesses da entidade, remunerando-se a falta.
204/86	Nivaldo Machado	Dispõe sobre o exercício de vendedor de jornais e revistas.
205/86	Fernando Henrique Cardoso	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reforma bancária, para obrigar a explicitação da taxa de juros efetivos empregada em todas as transações financeiras.
206/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade da transmissão aos colegas, pelos empregados da administração federal, direta e indireta, dos conhecimentos em estágio no exterior, custeado pela empresa.
207/86	Jamil Haddad	Define o crime de tortura e dá outras providências.
209/86	Amaral Peixoto	Dispõe sobre a produção, comercialização, o uso, a fiscalização, a importação e a exportação de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.
210/86	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a compensação de Imposto de Renda devido a pessoas físicas.
211/86	Carlos Chiarelli	Regulamenta o exercício da profissão de Ortopista e dá outras providências.
212/86	Nivaldo Machado	Dispõe sobre os direitos da pessoa deficiente de acordo com a Emenda Constitucional nº 12/78 e com o artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
213/86	Alfredo Campos	Institui o Dia da Preservação da Memória Nacional.
214/86	Jorge Kalume	Isenta, do Imposto sobre Produtos Industrializados, os veículos automotores nacionais quando especificadamente constituídos ou adaptados para permitir sua utilização por paraplégicos ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem de dirigir veículos comuns.
216/86	Jorge Kalume	Estabelece desconto de 20% nos preços das passagens aéreas, para a Amazônia.
217/86	Eunice Michiles	Dispõe sobre a adição das vitaminas A e D ao leite desnatado, em pó ou fluído, comercializado no País.
218/86	Eunice Michiles	Dispõe sobre a adição das vitaminas A e D ao leite em pó desnatado, e dá outras providências.
219/86	Jorge Kalume	Amplia as funções do Banco da Amazônia S.A. como banco comercial múltiplo.

Nº	Autor	Ementa
221/86	César Cals	Concede isenção do imposto sobre operações relativas à Circulação de mercadorias incidentes sobre os produtos hortifrutícolas, em geral, gado para abate, carne verde resfriada ou congelada de bovinos, ovinos, suínos e caprinos.
222/86	Hélio Gueiros	Institui facilidades cambiais para visitantes estrangeiros, coibe as práticas do "mercado paralelo" de moedas e dá outras providências.
223/86	Hélio Gueiros	Estabelece critérios de preferência nas concessões para instalar agências bancárias nas cidades do interior e dá outras providências.
224/86	Jamil Haddad	Dispõe sobre o cálculo de custos em processos trabalhistas e dá outras providências.
225/86	Jamil Haddad	Dá nova redação à letra a do art. 23 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
227/86	Nelson Carneiro	Altera a redação do artigo 192 da Consolidação das Leis do Trabalho.
228/86	Nelson Carneiro	Estende ao filho deficiente e necessitado, na falta dos pais, o benefício constante do § 2º do artigo 1.611, do Código Civil, enquanto solteiro e perdurar o estado de necessidade.
229/86	Nivaldo Machado	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 7.497, de 24 de junho de 1986.
231/86	Arno Damiani	Concede título a Augusto Ruschi de "Patrono da Ecologia do Brasil".
232/86	Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao art. 144 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "institui o Código Eleitoral".
236/86	João Lobo	Cria o Conselho Administrativo de Defesa Sanitária e dá outras providências.
237/86	Nivaldo Machado	Autoriza a criação de patrulhas mecanizadas do Exército, para a realização de trabalhos de infraestrutura econômica do Nordeste.
238/86	Afonso Sancho	Inclui os empregados domésticos no regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
239/86	Murilo Badaró	Acrescenta parágrafo ao art. 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.
241/86	Jamil Haddad	Disciplina o emprego de algemas e dá outras providências.
242/86	Afonso Sancho	Prorroga o prazo de vigência da Lei nº 7.416, de 10 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 7.500, de 25 de junho de 1986, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.
244/86	Nelson Carneiro	Dispensa da assinatura do ponto os Odontólogos da Previdência Social nos dias em que, comprovadamente, participarem de Congressos de Odontologia nacionais ou internacionais.

Nº	Autor	Ementa
246/86	Nivaldo Machado	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982, "que fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Técnico de Atividades Tributárias, do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, Código TAF-600, e dá outras providências.
247/86	Jutahy Magalhães	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que "dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins, mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências".
248/86	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 528 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar à Justiça do Trabalho competência para apreciar ocorrência de perturbação de entidade sindical.
250/86	Alaor Coutinho	Disciplina o comportamento do servidor público ocupante de cargo de confiança ou de função de chefia.
251/86	Arno Damiani	Regula a responsabilidade contratual e extracontratual das operadoras de serviços de transportes coletivos terrestres e por aquavias, objetos de concessão, permissão ou autorização do Poder Público.
252/86	Jorge Kalume	Altera a Lei Orgânica da Previdência Social, mantendo a cota de pensão de filha em virtude do casamento.
253/86	Alaor Coutinho	Autoriza o Poder Executivo a criar comissão destinada a planejar as comemorações do 5º Centenário do Descobrimento do Brasil.
256/86	José Ignácio Ferreira	Consolida, unifica e altera a legislação sobre mandado de segurança.
257/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre prazos de decadência e prescrição das ações civis e criminais por lesão corporal ou morte de pessoa presa, sob responsabilidade de autoridade pública, e dá outras providências.
258/86	José Ignácio Ferreira	Permite às pessoas jurídicas a dedução, do lucro tributável para efeito de Imposto sobre a Renda, do dobro das despesas realizadas com assistência médico-sanitária aos seus empregados e dependentes.
259/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a prestação de contas pelo exercício de mandato legislativo, altera o Código Eleitoral e determina outras providências.
260/86	José Ignácio Ferreira	Altera a legislação do imposto sobre a renda das pessoas físicas, no relativo aos abatimentos por despesas de locação e assemelhadas.
261/86	José Ignácio Ferreira	Permite excluir da renda bruta, para fins do Imposto sobre a Renda, o valor do saldo mínimo anual em cadernetas de poupança.
262/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a veiculação de "filmletes" ou excertos de obras cinematográficas em geral.

Nº	Autor	Ementa
263/86	José Ignácio Ferreira	Modifica dispositivos da Lei nº 4.438, de 26 de junho de 1964, que “estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança”.
264/86	José Ignácio Ferreira	Modifica o art. 4º do Decreto-lei nº 2.493, de 7 de dezembro de 1976, que “altera a Legislação do Imposto de Renda e dá outras providências”, no relativo aos abatimentos por despesas de instrução.
265/86	José Ignácio Ferreira	Altera a Legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, no relativo aos abatimentos por dependentes.
266/86	José Ignácio Ferreira	Altera a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que “regula a locação predial urbana e dá outras providências”, no relativo à retomada pelo adquirente do prédio.
267/86	José Ignácio Ferreira	Acrescenta dispositivo ao art. 4º do Decreto-lei nº 1.493, de 7 de dezembro de 1976, que “altera a Legislação do Imposto de Renda e dá outras providências”, sobre abatimentos por despesas com instrução e assemelhadas.
268/86	José Ignácio Ferreira	Altera a Legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, no relativo aos abatimentos por despesas de locação.
269/86	Cid Sampaio	Institui a anticoncepção cirúrgica voluntária e determina outras providências.
271/86	José Ignácio Ferreira	Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.
273/86	Jorge Kalume	Torna obrigatório o fornecimento gratuito de alimentação ao trabalhador de baixa renda e cria o “Vale Refeição”.
274/86	Américo de Souza	Altera dispositivos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.
276/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados Brasileiros na receita proveniente de custas judiciais arrecadadas nos Juízos e Tribunais da Justiça Federal Comum ou Especial.
279/86	Jorge Kalume	Isenta do Imposto de Renda os proventos de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma.
280/86	Jorge Kalume	Isenta do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano — IPTU, os proprietários de imóveis populares adquiridos através do Sistema Financeiro de Habitação.

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/87 DF	Poder Executivo	Altera a legislação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana do Distrito Federal, constante do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1986, e dá outras providências.	Retirado pelo autor
2/87 DF	Poder Executivo	Dá nova redação a dispositivo da Lei nº 7.435, de 19 de dezembro de 1985.	A sanção Lei nº 7.590, de 29-3-78.
3/87	Iram Saraiva	Revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983.	Em tramitação
4/87	Divaldo Suruagy	Dispõe sobre as medidas de incentivo e amparo à família, institui o Sistema de Compensações Diferenciais, regula o respectivo Fundo e dá outras providências.	Em tramitação
5/87	Divaldo Suruagy	Revoga o item I do art. 26 da Lei nº 5.682/71, que veda aos titulares de cargos executivos o exercício de funções executivas nos Diretórios Partidários.	Em tramitação
6/87	Maurício Corrêa	Cria o Serviço Social Bancário — SESB, nos moldes do SESI e SESC, com as modificações recomendáveis, criados, respectivamente, pelo Decreto-Lei nº 9.403, de 25-6-46 e Decreto-Lei nº 9.853, de 13-9-46.	Em tramitação
7/87	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o treinamento de menores nos estabelecimentos industriais, propiciando-lhes aprendizagem entre os 14 e os 18 anos.	Em tramitação
8/87	Louremberg Nunes Rocha	Dá nova redação ao art. 325, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e dá outras providências.	Em tramitação
9/87 DF	Poder Executivo	Dispõe sobre o reingresso de servidores no Quadro de Pessoal do Distrito Federal de que trata a Lei nº 5.920, de 19-9-73, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.598, de 11-5-87.
10/87	Edison Lobão	Altera a Lei nº 6.045, de 16 de maio de 1974 e dá outras providências.	Em tramitação
11/87 DF	Poder Executivo	Dispõe sobre o aproveitamento de funcionários, em cargos da carreira policial civil do Distrito Federal e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.603, de 20-5-87.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
12/87	Maurício Corrêa	Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Bancária — SENAB, nos moldes do Senai e Senac com as adaptações pertinentes, criados respectivamente pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22-1-42 e Decreto-Lei nº 8.621, de 10-1-46.	Em tramitação
13/87	Poder Executivo DF	Dispõe sobre as cartas-patentes dos Oficiais do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	Em tramitação
14/87	Poder Executivo DF	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Datilógrafo, do Grupo Serviços Auxiliares, e dá outras providências.	Em tramitação
15/87	Francisco Rollemberg	Disciplina a fiscalização do setor de alimentos por qualquer profissional de medicina.	Em tramitação
16/87	Poder Executivo DF	Acrescenta dispositivos na Lei nº 5.619, de 3 de dezembro de 1970, que dispõe sobre vencimentos, indenizações, proventos e outros direitos da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.609, de 6-7-87.
17/87 (Complementar)	Odacir Soares	Autoriza os empregados a utilizar o saldo do programa Pis/Pasep, para a aquisição de casa própria.	Em tramitação
18/87	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a presença de técnicos agropecuários no corpo docente das escolas públicas de 1º e 2º graus, localizadas na área rural.	Em tramitação
19/87	Affonso Camargo	Altera dispositivos da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o Vale-Transporte.	À Câmara Lei nº 7.619, de 30-9-87 com veto parcial
20/87	Marcondes Gadelha	Dispõe sobre a organização sindical e dá outras providências.	Em tramitação
21/87	Jarbas Passarinho	Obriga as emissoras de televisão a exibir, em suas programações diárias de filmes estrangeiros, pelo menos um filme com legendas em português.	Em tramitação
22/87	Carlos Chiarelli	Altera a legislação tributária federal para revogar incentivos fiscais relativos à exploração de empreendimentos industriais petroquímicos na área de atuação da Sudene e dá outras providências.	Em tramitação
23/87	Carlos Chiarelli	Autoriza o Poder Executivo a estender ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, disposições da Lei nº 7.388, de 23 de outubro de 1985.	Em tramitação
24/87	Irapuan Costa Júnior	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.	Em tramitação
25/87	Marcondes Gadelha	Cria, nos Municípios de Sousa e Antenor Navarro, no Estado da Paraíba, o Parque Nacional do Vale dos Dinossauros e dá outras providências.	Em tramitação
26/87	Francisco Rollemberg	Obriga os Cartórios de Registro Civil a comunicarem, por ofício, todo registro de nascimento ao Posto de Saúde da comarca correspondente.	Em tramitação
27/87	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre a reposição florestal obrigatória e dá outras providências.	À Câmara
28/87	Jamil Haddad	Define o crime de tortura e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
29/87	Jamil Haddad	Acrescenta parágrafo ao art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
30/87	Jamil Haddad (Tramita em conjunto com o PLC nº 175/84)	Altera a redação dos arts. 6º e 23 do Código de Processo Penal.	Em tramitação
31/87-DF	Poder Executivo	Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988.	À sanção Lei nº 7.633, de 3-12-87.
32/87	Jamil Haddad	Altera a redação do art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
33/87	Carlos Chiarelli	Cria os Conselhos Federal e Regionais de Economistas Domésticos, regula seu funcionamento, e dá outras providências.	Em tramitação
34/87	Jamil Haddad	Dispõe sobre a data do pagamento de salários dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
35/87	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre o ensino obrigatório da língua espanhola nos estabelecimentos de primeiro grau.	Em tramitação
36/87	Jamil Haddad	Revoga a Lei nº 4.611, de 2 de abril de 1965, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121 e § 3º, e 129, § 6º, do Código Penal.	Em tramitação
37/87	Nelson Carneiro	Determina a instalação de equipamento anti-polluição em veículos automotores de uso urbano.	À Câmara
38/87	Jamil Haddad	Dá nova redação ao caput do art. 73, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
39/87	Mauro Borges	Inclui a Ferrovia Norte/Sul na relação descritiva das ferrovias do Plano Nacional de Viação.	Em tramitação
40/87	Jamil Haddad	Disciplina o emprego de algemas e dá outras providências.	Em tramitação
41/87	Meira Filho	Dispõe sobre compensação do Imposto de Renda que especifica.	Em tramitação
42/87	Leite Chaves (Complementar)	Isenta o fubá de milho do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias.	Em tramitação
43/87	Edison Lobão	Institui o sistema oficial de indexação econômica.	Em tramitação
44/87	Francisco Rollemberg	Permite o abatimento das despesas de creche para fins de apuração da renda líquida sujeita ao imposto sobre a renda progressivo.	Em tramitação
45/87	Nelson Carneiro	Inclui despesas com seguros de saúde entre os abatimentos do Imposto de Renda.	Retirado
46/87-DF	Poder Executivo	Altera a legislação da Taxa de Limpeza Pública, instituída pela Lei nº 6.945, de 14 de setembro de 1981.	À sanção Lei nº 7.640, de 17-12-87
47/87-DF	Poder Executivo	Introduz alterações no Código Tributário do Distrito Federal, instituído pelo Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.641, de 17-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
48/87-DF	Poder Executivo	Introduz alterações no Código Tributário do Distrito Federal, instituído pelo Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências.	Em tramitação
49/87	Jamil Haddad	Dispõe sobre o cálculo de custas em processos trabalhistas e dá outras providências.	Em tramitação
50/87	Edison Lobão	Determina a equalização dos preços de energia elétrica.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes, os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei do Senado:

I — Total dos Projetos	267
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	217
desta Sessão Legislativa	50
Aprovados e enviados à sanção	8
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	1
desta Sessão Legislativa	7
Aprovados e enviados à Câmara	6
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	3
desta Sessão Legislativa	3
Em andamento	249
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	211
desta Sessão Legislativa	38
Retirado pelo Autor	3
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	1
desta Sessão Legislativa	2
Transformado em Projeto de Resolução (de sessão legislativa anterior)	1
(*) Arquivados definitivamente nos termos do art. 367 do Regimento Interno	965

(*) Os projetos arquivados definitivamente não se incluem no total dos projetos acima mencionados.

J.5.2 — PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
106/66	314/63	Dispõe sobre o consumo do carvão nacional nas empresas siderúrgicas a coque.	Em tramitação
115/75	1.411/73	Veda a ocupante de cargos de ministros e conselheiros a aposentadoria antes de quatro anos de exercício no cargo.	Em tramitação
88/76	1.106/75	Dá nova redação aos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 5.584, de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da CLT, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
49/77 (Tramita em conjunto com os PLC n.ºs 111/81, 124/83 e 38/84)	395/75	Altera a redação da letra "a" do art. 3º da Lei nº 4.769, de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.	Em tramitação
141/77	1.068/75	Dispõe sobre o trabalho de excepcional nas oficinas protegidas e em trabalho competitivo.	Em tramitação
19/78	838/75	Proíbe a cobrança ao adquirente de casa própria, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação, de obras de equipamento comunitário e de infra-estrutura urbana.	Em tramitação
37/78	2.252/76	Dispõe sobre a proteção contra incêndios.	Em tramitação
51/78	1.465/75	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Em tramitação
71/78	750/72	Regula a atividade profissional nos jornais de empresas.	Em tramitação
78/78	2.785/76	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 5.772, de 1971, que institui o Código de Propriedade Industrial.	Em tramitação
82/78	2.883/76	Estende a todas as espécies de animais o processo de abate com prévia insensibilização por métodos técnico-científicos.	Em tramitação
131/78	2.961/76	Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
68/79 (Tramita em conjunto com o PLS nº 262/79)	2.248/76	Define o comportamento exigível às empresas que operam no Território Nacional sob o controle de capital estrangeiro	Em tramitação
109/79	4.052/77	Dispõe sobre a proibição do fabrico e da venda de medicamentos e insumos farmacêuticos, cuja venda tenha sido interdita no país de origem da fórmula.	Em tramitação
21/80	1.015/79	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Em tramitação
25/80	920/79	Define como crime contra a Segurança Nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei.	Em tramitação
49/80	68/79	Dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas, e determina outras providências.	Em tramitação
53/80	1.045/79	Altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.591, de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, acrescentando-lhe novos parágrafos, regulamentando a realização de obras externas e internas nos edifícios, o quorum para decisões nas reuniões de condomínio, e da outras providências.	Em tramitação
96/80	144/79	Define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição.	Em tramitação
20/81	1.091/79	Altera dispositivos da Lei nº 5.764, de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, facultando-lhes permitirem ou não, em seus estatutos, a representação de associados nas assembleias gerais.	Em tramitação
49/81	946/79	Dispõe sobre a intervenção e liquidação extrajudicial de empresas beneficiadas com incentivos fiscais na área de atuação da SUDENE.	Em tramitação
51/81	1.468/79	Dispõe sobre a criação do Instituto de Energia Solar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN.	Em tramitação
54/81	435/79	Inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal, civil, militar ou autárquico.	Em tramitação
55/81	1.186/79	Torna obrigatória a licitação nos casos de alienação de bem público e em hipóteses de aquisição ou arrendamento de imóvel destinado ao Serviço Público, introduzindo alterações no Decreto-Lei nº 200, de 1967.	Em tramitação
66/81	1.412/79	Dispõe sobre alienação de imóveis da União, nas condições que menciona.	Em tramitação
70/81	10/79	Modifica dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.	Em tramitação
102/81	1.764/79	Dispõe sobre o acesso de interessados a estudos, pesquisas e demais trabalhos realizados e impressos por órgãos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
109/81	337/79	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da CLT.	Em tramitação
110/81	443/79	Torna obrigatória a existência de alojamento para motorista, nas empresas de ônibus que especifica.	Em tramitação
111/81 (Vide PLC nº 49/77)	2.665/80	Dispõe sobre a admissão de Técnicos de Administração pelas entidades que menciona.	Em tramitação
124/81	3.437/80	Regula o exercício da profissão de Agente da Propriedade Industrial.	Em tramitação
133/81	4.630/81	Estabelece, atendendo ao disposto no art. 175 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 12, de 1978, normas de amparo à pessoa deficiente, e determina outras providências.	Em tramitação
134/81 (Vide PLC nº 118/84)	1.270/79	Introduz alterações no art. 131 do Código Civil Brasileiro e no art. 40 do Código de Processo Penal.	Em tramitação
13/82	204/79	Fixa os níveis máximos permissíveis de sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
18/82	2.090/79	Regula o processo de fiscalização, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo, e dá outras providências.	Em tramitação
23/82	687/79	Assegura a contagem do tempo de serviço prestado por docentes, nas condições que especifica.	Em tramitação
25/82	413/79	Autoriza a pessoa física residente na Amazônia Legal a aplicar incentivo fiscal em Fundo para o Desenvolvimento Regional.	
34/82	452/79	Modifica a redação do "caput" do art. 10 da Lei nº 5.108, de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
37/82	1.299/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.504, de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
39/82 (Vide PLC nº 175/84)	4.104/80	Acrescenta parágrafo ao art. 668 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
41/82	1.652/79	Altera dispositivos da Lei nº 3.857, de 1960 e a Lei nº 6.533, de 1978, e dá outras providências.	Em tramitação
56/82 (Vide PLC nº 175/84)	1.078/79	Dá nova redação ao art. 6º do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-Lei nº 3.689, de 1941.	Em tramitação
57/82	2.074/79	Dispõe sobre a execução do Projeto Dom Bosco, resultante das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou o problema da criança e do menor carentes no Brasil.	Em tramitação
71/82	1.630/79	Cria incentivos à teleeducação.	Em tramitação
85/82	882/72	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 2.591, de 1912, que regula a emissão e a circulação de cheques.	Em tramitação
88/82	4.919/81	Acrescenta alínea ao § 2º do art. 9º da Lei nº 6.538, de 1978, que dispõe sobre os serviços postais.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
96/82	4.596/81	Dispõe sobre normas referentes aos tabelionatos e dá outras providências.	Em tramitação
98/82	362/79	Altera a redação do art. 189 da CLT e determina outras providências.	Em tramitação
100/82	4.022/80	Introduz alteração no art. 794 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
101/82	292/79	Determina que nos ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais sejam reservados lugares para passageiros não-fumantes, e dá outras providências.	Em tramitação
102/82	4.698/81	Altera a Lei nº 1.390, de 1951, que dispõe sobre o preconceito de raça ou de cor.	Em tramitação
104/82	2.004/79	Modifica a redação do art. 1º da Lei nº 4.281, de 1963, que institui abono especial, em caráter permanente, para aposentados da Previdência Social.	Em tramitação
110/82	1.569/79	Assegura a todo empregado o salário-assiduidade, e determina outras providências.	Em tramitação
114/82	1.713/79	Dispõe sobre a utilização obrigatória de fibras de algodão na composição de tecido e determina outras providências.	Em tramitação
117/82	5.268/81	Introduz modificação na Lei nº 6.251, de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Em tramitação
119/82	4.698/81	Estabelece a competência do Estado para distribuição de leite a mães e crianças carentes.	Em tramitação
126/82	1.226/79	Dá nova redação ao art. 3º e revoga o art. 5º e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 1.075, de 1970.	Em tramitação
128/82	4.465/79	Dá nova redação ao § 6º e acrescenta § 8º ao art. 6º da Lei nº 5.890, de 1973, dispondo sobre casos de aposentadoria por invalidez.	Em tramitação
138/82	3.226/82	Introduz alterações na Lei nº 4.504, de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
142/82	361/79	Altera a redação do art. 556 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
145/82	2.647/80	Dispõe sobre lançamento de detritos industriais em cursos de água.	Em tramitação
154/82	559/79	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.380, de 1964.	Em tramitação
155/82	3.391/80	Altera a redação do art. 9º do Decreto-Lei nº 891, de 1938, e do art. 4º da Lei nº 5.726, de 1971.	Em tramitação
1/83	3.027/80	Dispõe sobre a utilização do sistema de arbitramento na solução dos conflitos verificados na celebração de acordos ou convenções coletivas.	Em tramitação
2/83	3.366/80	Altera o "caput" do art. 492 da CLT e acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
3/83 (Vide PLC nº 175/84)	3.419/80	Altera o art. 408 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal, relativo à sentença de pronúncia.	Em tramitação
4/83	1.627/79	Institui o salário mínimo profissional dos farmacêuticos, e dá outras providências.	Em tramitação
5/83	5.356/81	Regulamenta as profissões da área de processamento eletrônico de dados e dá outras providências.	Em tramitação
10/83	170/82	Institui o seguro-desemprego.	Em tramitação
12/83	283/79	Não permite sejam os proventos da aposentadoria por invalidez de valor abaixo do salário mínimo regional.	Em tramitação
13/83	112/79	Dá nova redação ao art. 243 da CLT.	Em tramitação
14/83	191/79	Torna obrigatória a instalação de dispositivos de proteção à ictiofauna em usinas hidrelétricas.	Em tramitação
15/83	277/79	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, dispondo sobre o pagamento de percentuais ao empregado despedido sem justa causa.	Em tramitação
18/83	1.622/79	Altera a redação do art. 143 da CLT.	Em tramitação
23/83	5.199/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.711, de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civil da União.	Em tramitação
29/83	4.616/81	Revoga o art. 6º da Lei nº 3.419, de 1958, e determina outras providências.	Em tramitação
30/83	4.563/81	Altera a redação do art. 446 da CLT.	Em tramitação
31/83	4.524/81	Torna obrigatória a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação — CRS, quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, para os fins que menciona.	Em tramitação
32/83	330/79	Dispõe sobre a concessão de financiamentos agrícolas, e dá outras providências.	Em tramitação
33/83 (Tramita em conjunto com o PLC nº 71/83)	4.283/81	Acrescenta parágrafo ao art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
34/83	4.258/80	Introduz alteração no Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, determinando a reserva de parte dos terrenos de marinha para construção de casas de pescadores.	Em tramitação
36/83	3.776/80	Altera o art. 830 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
38/83	3.773/80	Estabelece normas sobre carga e descarga de mercadorias em transporte rodoviário, e dá outras providências.	Em tramitação
39/83	528/79	Dispõe sobre a contagem, para efeitos previdenciários, do tempo correspondente ao exercício do mandato de Prefeito Municipal.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
40/83	215/79	Acrescenta dispositivo ao art. 49 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
41/83	4.255/80	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
43/83	536/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas à prestação.	Em tramitação
44/83	193/79	Altera a redação dos arts. 76 e 81, caput , da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para acrescentar os itens previdência social, educação, saúde e lazer à cláusula que define salário mínimo.	Em tramitação
45/83	427/79	Considera insalubre as atividades do pessoal empregado nos serviços de limpeza urbana de coleta e destino de lixo e dá outras providências.	Em tramitação
47/83	5.615/81	Introduz alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana.	Em tramitação
48/83	5.019/81	Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Em tramitação
49/83	4.295/81	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
52/83	197/79	Autoriza os agentes do Sistema Nacional de Crédito Rural a adotarem medidas financeiras emergenciais, e dá outras providências.	Em tramitação
58/83	1.343/79	Altera a redação do parágrafo único do art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assegurando o direito de sindicalização aos empregados das empresas públicas.	Em tramitação
60/83	2.355/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, a fim de garantir ao empregado doméstico o direito à gratificação natalina instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.	Em tramitação
63/83	1.442/79	Dispõe sobre o afastamento de empregados eleitos para os Conselhos Federais e Regionais de entidades de fiscalização do exercício profissional.	Em tramitação
64/83	1.003/79	Dispõe sobre a desapropriação do imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender ao deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.	Em tramitação
65/83	1.916/79	Concede aposentadoria especial ao piloto agrícola e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
68/83	2.009/79	Acrescenta dispositivos aos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que "institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o Sistema Financeiro para a aquisição da Casa Própria, cria o Banco Nacional da Habitação — BNH, e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências".	Em tramitação
69/83	323/79	Dá nova redação ao inciso VI do art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias".	Em tramitação
71/83 (Vide PLC nº 33/83)	2.156/79	Altera o art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o pagamento de salários.	Em tramitação
72/83	1.180/79	Dispõe sobre a colocação de preços nos invólucros de leite.	Em tramitação
73/83	975/79	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Feira de Santana.	Em tramitação
74/83	603/83	Modifica a redação do art. 492 da CLT, assegurando a estabilidade do trabalhador a partir da data de sua admissão, e dá outras providências.	Em tramitação
77/83	1.559/79	Comete à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões relativas a contrato de locação entre empregado e empregador.	Em tramitação
78/83	1.263/79	Dá nova redação ao art. 487 da CLT.	Em tramitação
80/83	1.246/79	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 6.179, de 1974.	Em tramitação
81/83 (Tramita em conjunto com os PLC n.ºs 204 e 233/83; 252/84 e 132/85)	731/79	Dá nova redação ao § 3º do art. 670 da CLT.	Em tramitação
82/83	1.810/79	Isenta da incidência do Imposto de Renda os proventos da aposentadoria ou reforma.	Em tramitação
91/83	2.498/79	Acrescenta parágrafo ao art. 477 da CLT.	Em tramitação
92/83	2.984/80	Acrescenta § 3º ao art. 47 da Lei nº 5.764, de 1971, que define a política nacional de cooperativismo.	Em tramitação
93/83	3.471/80	Altera a redação do inciso II do art. 8º da Lei nº 5.107, de 1966, para permitir que o empregado do sexo feminino possa, por motivo de casamento, levantar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, na vigência do contrato de trabalho.	Em tramitação
94/83	3.496/80	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 1983, que altera a legislação da Previdência Social.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
95/83	2.580/80	Modifica dispositivos das Leis nºs 4.594, de 1964, e 6.435, de 1977, dispondo sobre Corretores de Seguros.	Em tramitação
99/83	3.358/77	Introduz alterações na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral, no que se refere à composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.	Em tramitação
102/83	3.059/80	Altera o Decreto-Lei nº 221, de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulos à pesca.	Em tramitação
104/83	1.768/79	Acrescenta parágrafo único ao art. 467 da CLT.	Em tramitação
105/83	2.693/80	Dispensa do pagamento de multas e penalidades os cidadãos que deixarem de providenciar em tempo hábil, os documentos que menciona.	Em tramitação
107/83	317/79	Acrescenta parágrafo ao art. 482 da CLT.	Em tramitação
108/83	2.456/79	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulo à pesca, e dá outras providências.	Em tramitação
109/83	508/79	Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da CLT.	Em tramitação
114/83	1.775/79	Proíbe às agências noticiosas fornecerem notícias aos órgãos de comunicação social com sede no local do fato.	Em tramitação
121/83	439/83	Acrescenta parágrafo ao art. 130 da CLT, para permitir que o período de férias seja desdobrado em dois.	Em tramitação
123/83	3.931/80	Proíbe ao condutor de veículo de transporte coletivo acumular a função de cobrador.	Em tramitação
124/83 (Vide PLC nº 49/77)	1.385/83	Altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.	Em tramitação
125/83	3.632/80	Altera a redação do caput do art. 392 da CLT.	Em tramitação
126/83	3.657/80	Considera insalubre a atividade profissional do linotipista.	Em tramitação
127/83	4.074/80	Altera a redação do caput do art. 1º da Lei nº 6.179, de 1974, que institui o amparo previdenciário para os maiores de 70 (setenta) anos e para os inválidos.	Em tramitação
128/83	4.013/80	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da CLT.	Em tramitação
130/83	3.832/80	Dá nova redação ao caput do art. 156 da CLT.	Em tramitação
131/83	4.546/81	Acrescenta parágrafo ao art. 195 da CLT.	Em tramitação
133/83	4.199/80	Autoriza o Poder Executivo a promover a realização de recenseamentos bianuais em regiões pioneiras.	Em tramitação
135/83	3.816/80	Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 605, de 1949 dispondo sobre descontos na remuneração de empregados.	Em tramitação
136/83	3.772/80	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 1.234, de 1950, que confere direitos e vantagens a servidores que operem com Raios X e substâncias radioativas.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
137/83	4.084/80	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
138/83	4.075/80	Altera a redação dos incisos II e III do art. 131 da CLT, que trata das faltas ao serviço não consideradas para efeito de concessão de férias.	Em tramitação
140/83	4.214/80	Dispõe sobre a complementação do 13º salário aos empregados em gozo de auxílio-doença.	Em tramitação
142/83	4.019/80	Altera a redação do art. 524 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
144/83	4.539/81	Dispõe sobre o fornecimento de água e luz ao trabalhador desempregado, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
145/83	4.077/80	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil, dispondo sobre o pagamento de honorários advocatícios nas ações de mandado de segurança.	Em tramitação
148/83	4.159/80	Dispõe sobre a organização e manutenção de bibliotecas escolares para os níveis de 1º e 2º graus e nível superior.	Em tramitação
149/83	4.506/81	Fixa em 6 (seis) horas a jornada diária de trabalho nos serviços de coqueria e bateria de fornos, e determina outras providências.	Em tramitação
150/83	4.791/81	Proíbe a divulgação, em veículo de comunicação social, da fotografia do indiciado ou suspeito de crime ou contravenção, e dá outras providências.	Em tramitação
151/83	4.748/81	Faculta ao pescador profissional filiar-se à Previdência Social Urbana, na qualidade de autônomo.	Em tramitação
152/83	4.746/81	Altera a redação do art. 201 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
153/83	4.702/81	Altera o caput do art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar, ao empregado, a conversão de um terço até a metade do período de férias em abono pecuniário.	Em tramitação
154/83	4.168/80	Altera o art. 288 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
163/83	5.237/81	Altera a redação do § 5º do art. 13 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, elevando o valor da contribuição mínima dos profissionais liberais.	Em tramitação
166/83	3.731/80	Dispensa de qualquer ônus o requerimento de segunda via do título de eleitor, revogando o art. 54 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação
167/83	5.419/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, sobre admissão de excepcionais no serviço público civil da União.	Em tramitação
168/83	4.989/81	Disciplina o exercício da profissão de Tecnólogo em Cooperativismo.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
169/83	5.043/81	Assegura ao servidor público o direito de afastar-se de seu cargo ou função, durante a campanha eleitoral, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, introduzindo modificação no Código Eleitoral.	Em tramitação
171/83	5.064/81	Introduz modificações na Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, para o fim de estabelecer a participação das Polícias Militares dos Estados, Territórios e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Trânsito.	Em tramitação
172/83	5.573/81	Autoriza o Poder Executivo a desapropriar a área de terra onde está localizado o Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte — MG, para a constituição de um Parque Público.	Em tramitação
173/83	5.567/81	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de conceder estabilidade provisória ao empregado que ingressar em juízo com reclamatória.	Em tramitação
174/83	5.365/81	Estende a ex-servidores da extinta Fundação Brasil Central e da antiga Prefeitura do Distrito Federal, os benefícios da Lei nº 6.890, de 11 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado por extranumerário, diarista ou tarefeiro, bem como pelo pessoal retribuído à conta de dotação global, na forma que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
175/83	5.670/81	Dispõe sobre a divulgação de documentos sigilosos e a proibição de destruí-los.	Em tramitação
177/83	5.197/81	Determina a adoção do princípio de sucumbência no processo judiciário trabalhista, mediante acréscimo de parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
178/83	4.945/81	Dispõe sobre o exercício do magistério no Sistema Braille, e dá outras providências.	Em tramitação
179/83	4.977/81	Reativa a faculdade prevista no art. 11 da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, que autoriza reajustamento adicional de benefícios previdenciários, e dá outras providências.	Em tramitação
180/83	3.713/80	Altera a redação do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 — Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em tramitação
181/83	5.551/81	Dispõe sobre a padronização do boletim de acidentes de trânsito.	Em tramitação
182/83	5.287/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre o condomínio em edificações...” para o fim de determinar a obrigatoriedade de instalação de medidores individuais em todos os serviços públicos remunerados mediante tarifa, em cada unidade autônoma.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
183/83	5.277/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei de Anistia, para o fim de beneficiar também servidoras públicas prejudicadas funcionalmente com a punição, imposta a seus maridos.	Em tramitação
184/83	5.704/81	Estabelece as normas a serem cumpridas pelas empresas que exploram os serviços públicos especificados.	Em tramitação
185/83	4.874/81	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
187/83	5.957/82	Introduz alteração na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Em tramitação
188/83	5.641/81	Dispõe sobre férias para os segurados autônomos.	Em tramitação
189/83	5.794/81	Define como crime de responsabilidade, dos Prefeitos municipais, pagar a seus servidores salários abaixo do valor correspondente ao salário mínimo da região, introduzindo disposição no art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
190/83	4.046/80	Dispõe sobre o uso de veículo oficial em fim de semana e dia feriado.	Em tramitação
193/83	5.921/82	Autoriza o Poder Executivo a criar um Fundo para o Alistamento Eleitoral.	Em tramitação
194/83	5.966/82	Dispõe sobre prazos de inscrição em concursos ou provas de habilitação da União, suas autarquias, empresas públicas e entidades mistas e dá outras providências.	Em tramitação
195/83	5.709/81	Altera a redação do art. 35 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal — para efeito de garantir à mulher casada o direito de queixa, e dá outras providências.	Em tramitação
196/83	3.642/80	Dispõe sobre a incorporação ao patrimônio público dos presentes e doações recebidos pelas autoridades que menciona e dá outras providências.	Em tramitação
197/83	5.729/81	Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que instituiu a modalidade de sorteio de números — LOTO.	Em tramitação
198/83 (Tramita em conjunto com o PLC nº 236/83)	803/83	Dispõe sobre a realização de concursos públicos e determina outras providências.	Em tramitação
199/83	263/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da Segurança Nacional, os municípios de Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã e Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
200/83	5.311/81	Assegura ao Guarda-noturno o direito à aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, e determina outras providências.	Em tramitação
202/83	5.109/81	Regula o exercício da profissão de Motorista, e determina outras providências.	Em tramitação
204/83 (Vide PLC nº 81/83)	4.969/81	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Em tramitação
207/83	6.011/82	Altera a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos.	Em tramitação
208/83	1.318/79	Dispõe sobre a criação de Junta de Conciliação e Julgamento no Município de Araras, Estado de São Paulo.	Em tramitação
209/83	236/83	Extingue o período de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez no âmbito da Previdência Social, e determina outras providências.	Em tramitação
210/83	4.294/81	Revoga o § 4º do art. 37 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 — Lei de Imprensa.	Em tramitação
212/83	4.802/81	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 5.474, de 18 de junho de 1968, que dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.	Em tramitação
213/83	761/83	Revoga o art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o horário dos ferroviários de estações do interior.	Em tramitação
214/83	6.038/82	Revoga o art. 2º do Decreto-Lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contribuição previdenciária por parte de aposentados e pensionistas.	Em tramitação
215/83	553/83	Altera o art. 1º e seu § 1º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, para ampliar as hipóteses de cabimento de ação popular e de legitimação para propô-la.	Em tramitação
217/83	505/75	Determina a obrigatoriedade da incidência de juros e correção monetária nos débitos de entidades públicas.	Em tramitação
218/83	566/75	Assegura o direito de preferência, dos atuais ocupantes de imóveis residenciais do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, à aquisição das unidades respectivas.	Em tramitação
219/83	405/75	Dispõe sobre a aplicação de produtos saneantes clorados.	Em tramitação
220/83	12/75	Institui o “Dia da Bíblia”, para ser comemorado anualmente em todo o território nacional no segundo domingo de dezembro.	Em tramitação
221/83	316/75	Acrescenta parágrafos ao art. 77 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
222/83	416/75	Dispõe sobre a anotação do salário, na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos barbeiros, cabeleireiros, manicures e massagistas.	Em tramitação
223/83	3.322/80	Assegura ao aposentado por invalidez que retorna à atividade, após se recuperar parcialmente, ou para trabalho diverso do que habitualmente exercia, direito a manter seus proventos.	Em tramitação
224/83	600/75	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
225/83	138/75	Institui o "Dia da Comunidade Afro-Brasileira" e determina outras providências.	Em tramitação
227/83	2.555/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo regime especial de férias para os tripulantes de unidades mercantes.	Em tramitação
228/83	5.566/81	Introduz alterações no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, para o fim de incluir o crime de porte de arma e seus consectários.	Em tramitação
229/83	593/75	Introduz alterações no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que trata da responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, dispondo sobre maior proteção do mandato legislativo dos Vereadores.	Em tramitação
230/83	5.480/81	Altera o art. 100 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
231/83	614/75	Erige em monumento nacional o túmulo de Getúlio Dornelles Vargas, na cidade de São Borja.	Em tramitação
233/83 (Vide PLC nº 81/83)	318/75	Concede dispensa de pagamento das prestações relativas à aquisição da casa própria, e dá outras providências.	Em tramitação
234/83	607/79	Altera dispositivo do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, retificado pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.	Em tramitação
235/83	4.141/80	Altera dispositivos da Lei nº 5.507, de 10 de outubro de 1968, estendendo seus benefícios aos filhos menores de policiais mortos em serviço.	Em tramitação
236/83 (Vide PLC nº 198/83)	6.064/82	Dispõe sobre a realização de concursos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação
238/83	4.009/80	Altera o art. 1º da Lei nº 5.589, de 3 de julho de 1970, para estender aos documentos que menciona a autenticação pelo processo de chancela mecânica.	Em tramitação
240/83	191/75	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.802, de 11 de setembro de 1972, que dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre docência, e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
243/83	6.200/82	Altera a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência.	Em tramitação
244/83	6.105/82	Determina a contratação, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, dos representantes do FUNRURAL que contem mais de 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.	Em tramitação
245/83	3.398/80	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
247/83	842/75	Altera dispositivos da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, que “dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins, e dá outras providências”.	Em tramitação
249/83	1.743/76	Altera o art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que “cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências”.	Em tramitação
250/83	1.833/76	Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a proibição de fixar valores diferentes do salário mínimo em um mesmo Estado, a partir de 1976.	Em tramitação
253/83	1.661/75	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 5.668, de 23 de junho de 1971, que “dispõe sobre a filiação dos empregados das Bolsas de Valores no sistema orgânico da Previdência Social, e dá outras providências”.	Em tramitação
254/83	905/75	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação ao pessoal à disposição do FUNRURAL, dispondo sobre a obrigatoriedade da apresentação do Certificado de Regularidade de situação e Certificado de Quitação, que serão exigíveis a partir de 1º de janeiro de 1976.	Em tramitação
256/83	1.327/75	Altera a redação do § 2º do art. 2º da Lei nº 6.210, de 4 de junho de 1975, que extingue as contribuições sobre benefícios da previdência social e a suspensão da aposentadoria por motivo de retorno à atividade.	Em tramitação
257/83	1.658/75	Acrescenta parágrafo ao art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
259/83	826/75	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a dispensa da gestante nas condições que especifica.	Em tramitação
261/83	648/75	Altera a redação do art. 9º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
262/83	1.619/75	Altera disposições da Lei n. 4.137, de 10 de setembro de 1962, que regula a repressão ao abuso do poder econômico, e dá outras providências.	Em tramitação
263/83	1.851/76	Eleva para 25% (vinte e cinco por cento) o acréscimo da remuneração do trabalho noturno sobre o diurno, e fixa o período noturno entre as 20:00 horas de um dia e as 06.00 horas do seguinte, modificando a redação ao art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
264/83	2.076/76	Dá nova redação ao inciso I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
266/83	2.120/83	Dispõe sobre o vestibular para os Cursos de Comunicação Social, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
278/83 (Poder Executivo)	4.941/81	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a transferir o imóvel que menciona, situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
279/83	1.370/83	Aplica aos denominados "Soldados da Borracha" disposições das Leis nºs 5.315, de 12 de setembro de 1967, e 5.698, de 31 de agosto de 1971, e dá outras providências.	Em tramitação
280/83	2.674/80	Estabelece condições de associado efetivo de entidade de Previdência Privada, e dá outras providências.	Em tramitação
282/83	6.030/82	Dá nova redação ao art. 133 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
283/83	1.013/83	Dispõe sobre o alistamento de quem venha a completar dezoito anos de idade entre a data de encerramento do alistamento e a véspera do dia da eleição.	Em tramitação
284/83	2.101/76	Acrescenta parágrafo único ao art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
285/83	2.353/76	Equipara as associações de classe aos sindicatos para os fins previstos no Decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro de 1966, que institui Programa Especial de Bolsas de Estudo.	Em tramitação
287/83	2.197/76	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação da previdência social.	Em tramitação
288/83	4.330/81	Altera os arts. 523 e 524 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
289/83	2.397/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aceitar inscrição, em concurso público, de candidato que, não estando de posse do diploma do curso escolar exigido, possa provar havê-lo concluído.	Em tramitação
291/83	661/83	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.271, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/84	2.445/76	Dispõe sobre a resistência de veículos, altera o art. 36 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, e dá outras providências.	Em tramitação
2/84	3.061/76	Dá nova redação à alínea g do art. 1º do Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969 — Lei da Organização Judiciária Militar.	Em tramitação
4/84	2.401/76	Dispõe sobre requisitos de segurança para fabricação de veículos automotores e dá outras providências.	Em tramitação
6/84	3.791/77	Limita a contratação de empréstimos pelos Prefeitos municipais e dá outras providências.	Em tramitação
12/84	2.518/76	Fixa a multa máxima permitida em casos de atrasos nos pagamentos de mensalidades ou anuidades escolares.	Em tramitação
13/84	2.716/76	Dá nova redação ao § 2º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com as modificações da legislação posterior.	Em tramitação
14/84	2.867/76	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar estabilidade provisória à mulher trabalhadora que contrair núpcias.	Em tramitação
15/84	2.760/76	Dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação previdenciária.	Em tramitação
16/84	3.013/76	Altera o Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, incluindo ligações na EF-116, no trecho Crato—Salgueiro.	Em tramitação
18/84	3.313/77	Acrescenta dispositivo ao texto da Lei nº 5.108, de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, objetivando facilitar o transporte de pessoas que necessitem de atendimento médico urgente.	Em tramitação
22/84	3.603/77	Amplia o traçado da ligação ferroviária EF-465, da Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 1973.	Em tramitação
23/84	126/79	Acrescenta dispositivo à CLT.	Em tramitação
27/84	2.567/83	Institui o "Dia da Solidariedade ao povo libanês" e dá outras providências.	Em tramitação
28/84	56/79	Dispõe sobre a aposentadoria especial para os motoristas profissionais.	Em tramitação
30/84	75/79	Assegura a transferência da matrícula de universitários funcionários públicos estaduais, nas condições que especifica.	Em tramitação
31/84	87/79	Proíbe a dispensa de empregado acidentado, até 12 (doze) meses após a sua volta ao trabalho, nas condições que menciona.	Em tramitação
32/84	32/79	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.958, de 10 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a retroatividade da opção pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
33/84	2.103/76	Revigora, por 180 dias, dispositivo do Decreto-lei nº 194, de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.	Em tramitação
34/84	91/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências.	Em tramitação
38/84 (Vide PLC nº 49/77)	753/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.726, de 1965, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e Atividades afins, e dá outras providências.	Em tramitação
39/84	611/79	Dispõe sobre não-incidência tributária nos casos que especifica.	Em tramitação
40/84	3.006/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de vacinação anti-féfica, e dá outras providências.	Em tramitação
44/84	619/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de Direito Agrário nas Faculdades de Agronomia e de Direito do País.	Em tramitação
46/84	615/79	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios, e dá outras providências.	Em tramitação
47/84 (Vide PLC nº 175/84)	702/79	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 2.848, de 1940 — Código Penal e do Decreto-lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
48/84	705/79	Altera a redação do § 1º do art. 475 da CLT.	Em tramitação
51/84 (Poder Executivo)	6/83	Estabelece normas sobre o processo de trabalho.	Em tramitação
53/84	66/79	Dispõe sobre a situação do empregado que se candidate ou que seja eleito vereador.	Em tramitação
57/84	577/83	Altera a redação do art. 237 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
58/84	3.886/77	Modifica a redação do Capítulo II da Convenção de Condomínio — do Título I da Lei nº 4.591, de 1964.	Em tramitação
60/84	4.152/80	Dispõe sobre a perda da pensão do cônjuge credor, introduzindo alteração no art. 29 da Lei nº 6.515, de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.	Em tramitação
61/84 (Vide PLC nº 175/84)	944/79	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
62/84	820/79	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975, para equiparar ao empregador rural os filhos maiores de idade.	Em tramitação
63/84	871/79	Inclui nos encargos de famílias as importâncias pagas a título de alimentos ou pensões, em nome da mãe adotiva, para efeito de abatimento da renda bruta do contribuinte do Imposto de Renda.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
64/84	1.447/79	Dispõe sobre a criação de 2 (duas) Escolas Agrícolas no Estado do Pará, a nível de 2º grau.	Em tramitação
67/84	818/79	Estabelece medidas de proteção ao trabalhador rural exposto a substâncias químicas nocivas.	Em tramitação
68/84	864/79	Dispõe sobre amparo a inválidos congênitos, introduzindo alterações na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.	Em tramitação
69/84	867/79	Autoriza as entidades públicas ou privadas, em todo o território nacional, a aproveitar a capacidade ociosa de suas instalações e do seu pessoal para fins educativos, e dá outras providências.	Em tramitação
70/84	928/79	Acrescenta parágrafos aos arts. 766 e 859 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e determina outras providências.	Em tramitação
71/84	1.174/79	Dá nova redação ao art. 39 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo.	Em tramitação
72/84	1.206/79	Estabelece condições para a alienação de empresas desestatizadas.	Em tramitação
73/84	1.223/79	Modifica o art. 237 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
79/84	1.224/79	Introduz alterações na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências.	Em tramitação
81/84 (Poder Executivo)	6.228/82	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.	Em tramitação
83/84	1.583/79	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de ampliar o alcance da estabilidade do art. 492 ao empregado que tenha exercido cargo de direção ou representação sindical, e dá outras providências.	Em tramitação
87/84	1.115/75	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.138, de 8 de novembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização do comércio de fertilizantes.	Em tramitação
89/84	307/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
92/84	170/79	Obriga o plantio de árvores nativas e frutíferas nos projetos de florestamento e reflorestamento.	Em tramitação
93/84	2.932/76	Introduz alterações na Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais, e dá outras providências.	Em tramitação
96/84	302/79	Altera a redação do art. 85 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Em tramitação
97/84	990/75	Dispõe sobre a prescrição dos processos ético-disciplinares contra profissionais liberais, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
98/84	235/79	Acrescenta § 2º ao art. 11 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.	Em tramitação
99/84	3.818/77	Dispõe sobre a plantação da árvore pau-brasil em parques nacionais, e dá outras providências.	Em tramitação
100/84	200/79	Dispõe sobre a preservação da fauna fluvial na hipótese que especifica.	Em tramitação
101/84	1.075/75	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador, e dá outras providências.	Em tramitação
102/84	389/75	Dispensa a exigência do visto de saída para brasileiro residente no exterior.	Em tramitação
104/84	282/79	Estabelece a gratuidade da expedição de atestados médicos e carteiras de saúde, pelos órgãos públicos federais.	Em tramitação
105/84	2.105/76	Dispõe sobre financiamentos a agricultores.	Em tramitação
106/84	231/83	Assegura os benefícios da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, aos que foram punidos por motivos políticos, embora sem fundamento nos Atos Institucionais e Complementares, e dá outras providências.	Em tramitação
107/84	291/79	Acrescenta § 4º ao art. 4º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 (com nova redação dada pela Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972), isentando as instituições filantrópicas do pagamento da "Taxa de Distribuição de Prêmios".	Em tramitação
108/84	586/75	Faculta o pagamento do empregado através de cheque, e determina outras providências, alterando a redação dos arts. 463 e 465 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
109/84	273/79	Institui o tombamento do sítio urbano constituído pela Lapa e Encosta de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Em tramitação
110/84	1.816/76	Assegura aos beneficiários do empregado não optante pelo regime do FGTS, quando de sua morte, a indenização prevista no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
111/84	192/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade de decisão no processo judiciário trabalhista estabelecer os honorários advocatícios quando vencido o empregador, alterando a redação do § 2º do art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
112/84 (Tramita em conjunto com o PLC nº 120/84)	1.473/79	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958 — Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, e dá outras providências.	Em tramitação
114/84	234/79	Institui o seguro obrigatório para atletas profissionais.	Em tramitação
115/84 (Poder Executivo)	295/79	Dispõe sobre a filiação facultativa da dona-de-casa ao regime da Previdência Social.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
118/84 (Poder Executivo) (Tramita em conjunto com os PLC nº 134/81 e PLS n.ºs 54/62; 110/81) n.ºs 54/62; e 110/81)	634/75	Institui o Código Civil.	Em tramitação
119/84	272/79	Institui o tombamento do sítio cultural denominado Cinelândia, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Em tramitação
120/84 (Vide PLC nº 112/84)	305/75	Altera a redação do art. 4º e acrescenta dispositivos ao art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao funcionário e sua família, e dá outras providências.	Em tramitação
121/84	496/79	Dispõe sobre a aplicação obrigatória da jornada-padrão de trabalho (arts. 58 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) aos vigilantes ou guardas de segurança em estabelecimentos de crédito.	Em tramitação
122/84	2.742/76	Introduz alterações na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, para o fim de compatibilizá-la integralmente com a Constituição em vigor.	Em tramitação
125/84	2.951/76	Torna obrigatória a criação, em todos os municípios brasileiros, de parques especificamente destinados à preservação do meio ambiente e dá outras providências.	Em tramitação
127/84	148/79	Dispõe sobre a comercialização de defensivos destinados à agropecuária, institui a obrigatoriedade de receituário agrônomo e veterinário para sua aquisição, e dá outras providências.	Em tramitação
128/84	547/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o trabalho noturno e o executado em condições de insalubridade.	Em tramitação
131/84	459/79	Altera a redação do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
132/84	764/75	Dispõe sobre a concessão de meia-entrada a estudantes em cinemas e teatros.	Em tramitação
133/84	553/79	Altera o art. 33 e o § 2º do art. 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
134/84	28/83	Torna eliminatória a prova de Língua Portuguesa no concurso vestibular.	Em tramitação
135/84	170/75	Dispõe sobre a contagem recíproca do tempo de serviço prestado pelo trabalhador como segurado do INPS e beneficiário do FUNRURAL.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
136/84	544/79	Altera o inciso IX do art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, incluindo a obtenção de empréstimo excedentes da capacidade de pagamento da receita orçamentária do município, durante o último ano de mandato, entre os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais.	Em tramitação
137/84	294/79	Altera a redação do caput do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
138/84	3.386/77	Dispõe sobre a velocidade máxima de 100 km/h (cem quilômetros horários) para veículos que trafegam em auto-estradas e 90 km/h (noventa quilômetros horários) nas demais rodovias pavimentadas em todo o Território Nacional.	Em tramitação
139/84	428/79	Dispõe sobre a suspensão do art. 555 e suas alíneas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
142/84 (Tramita em conjunto com o PLC nº 141/85)	329/79	Considera insalubre o trabalho de coleta, transporte e tratamento de lixo, para os efeitos que especifica.	Em tramitação
144/84	558/79	Dispõe sobre a criação de Escola Técnica Agrícola e de Economia Doméstica, no Município de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
145/84	486/79	Acrescenta § 3º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
146/84	2.394/76	Altera a redação dos §§ 4º e 5º do art. 23 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modifica a legislação de previdência social e dá outras providências.	Em tramitação
147/84	331/79	Altera a redação do inciso I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
148/84	401/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975, que regula a situação do aposentado pela Previdência Social que volta ao trabalho e a do segurado que se vincula ao seu regime, após completar 60 (sessenta) anos de idade.	Em tramitação
149/84 (Tramita em conjunto com o PLC nº 195/84)	322/79	Introduz alterações no art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
157/84 (Poder Executivo)	6.487/82	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Fonoaudiólogo, e dá outras providências.	A Câmara Lei nº 7.626, de 10-11-87
159/84	2.529/76	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
175/84	1.655/83 (Poder Executivo) (Tramita em conjunto com os PLC n.ºs 39 e 56/82; 3/83; 47 e 61/84)	Institui o Código de Processo Penal.	Em tramitação
177/84	2.039/79	Acrescenta parágrafos ao art. 450 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
178/84	2.241/79	Estabelece a obrigatoriedade de constar das capas de discos de músicas nacionais as respectivas letras e os dados biográficos dos seus autores e dá outras providências.	Em tramitação
179/84	1.521/79	Veja aos cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, entre si, até o 3º grau, pertencerem ao mesmo diretório partidário, acrescentando inciso ao art. 26 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	Em tramitação
180/84	379/79	Atribui aos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento a função de conciliar os dissídios individuais e dá outras providências.	Em tramitação
181/84	1.797/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reforma bancária, para o fim de determinar que as instituições financeiras privadas tornem públicas as suas tabelas de juros.	Em tramitação
182/84	2.106/79	Proíbe o fumo nas salas de aula, auditórios e bibliotecas dos estabelecimentos de todos os graus e modalidades de ensino e dá outras providências.	Em tramitação
184/84	1.578/83	Inclui, no cálculo dos proventos de aposentadoria, gratificações de complementação salarial e de serviço extraordinário percebidas por servidor público na atividade e dá outras providências.	Em tramitação
185/84	2.189/79	Dispõe sobre a criação de um Distrito Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, no Estado do Acre.	Em tramitação
186/84	871/83	Altera dispositivos da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências.	Em tramitação
187/84	386/83	Determina a devolução aos municípios do montante das retenções efetuadas a título de custeio do serviço de lançamento e arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.	Em tramitação
188/84	260/83	Acrescenta parágrafo ao art. 132 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
189/84	2.550/79	Modifica o Plano Nacional de Viação.	Em tramitação
190/84	2.804/80	Torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos residenciais de Cooperativas Habitacionais financiadas pelo Banco Nacional da Habitação — BNH.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
193/84	2.816/80	Estabelece multa pelo descumprimento do prazo previsto no art. 1º da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.	Em tramitação
195/84 (Vide PLC nº 149/84)	2.065/79	Altera o art. 50 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984.	Em tramitação
198/84	2.925/80	Veda a concessão de recursos oriundos de incentivos fiscais da área da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, às empresas que especifica.	Em tramitação
199/84	1.718/79	Dispõe sobre a contribuição para a Previdência Social de servidor público sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sobre a fixação do valor dos benefícios.	Em tramitação
200/84	504/70	Dispõe sobre a possibilidade de os sindicatos de trabalhadores poderem reclamar em juízo, independentemente de mandato procuratório, adicionais de insalubridade e periculosidade, em benefício de seus associados.	Em tramitação
201/84	2.232/79	Altera os arts. 29 e 53 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir penalidade para os casos de recusa de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social.	Em tramitação
202/84	1.735/79	Dispõe sobre o sistema previdenciário dos servidores municipais.	Em tramitação
203/84	2.516/79	Dispõe sobre o advogado dativo, modificando artigo do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, aprovado pela Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.	Em tramitação
204/84	2.762/80	Altera a redação do art. 18 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências.	Em tramitação
208/84	1.678/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
209/84	525/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na parte relativa ao adicional de periculosidade, e determina outras providências.	Em tramitação
210/84	522/79	Acrescenta parágrafo ao art. 489 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a rescisão do contrato de trabalho, sem ônus para o empregado, durante o período do aviso prévio.	Em tramitação
213/84	586/79	Dispõe sobre a concessão de salário-família aos empregados domésticos.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
215/84 (Poder Executivo)	635/75	Institui a Lei das Contravenções Penais.	Em tramitação
216/84	380/79	Dispõe sobre reescalonamento de débitos bancários dos produtores do Vale do São Francisco atingidos por inundações.	Em tramitação
221/84	1.850/79	Modifica legislação sobre supervisão ministerial e dá outras providências.	Em tramitação
222/84	1.959/79	Revoga incisos do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
223/84	2.099/79	Modifica a redação do art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
224/84	1.907/79	Acrescenta Seção ao Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a Segurança e Medicina do Trabalho.	Em tramitação
225/84	2.170/79	Dá nova redação ao caput do art. 143 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 1984.	Em tramitação
227/84	1.737/79	Faculta ao Prefeito Municipal, na hipótese que menciona, a filiação à Previdência Social.	Em tramitação
228/84	1.759/79	Altera a redação do art. 469 da CLT.	Em tramitação
229/84	2.145/79	Acrescenta § 4º ao art. 6º do Decreto-lei nº 1.691, de 1979, para autorizar o Poder Executivo a fixar a porcentagem, de participação dos Municípios no produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, atendendo-se ao limite mínimo de 20% do total arrecadado.	Em tramitação
230/84	1.822/79	Altera a redação do inciso VI do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
231/84 (Complementar)	232/84	Dispõe sobre os empregados das empresas agroindustriais e agrocomerciais que exercem suas atividades no meio rural.	Em tramitação
232/84	2.045/79	Dá nova redação ao inciso II do art. 54 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.132, de 1984.	Em tramitação
234/84	4.493/84	Concede anistia aos que efetuaram conversão de- sautorizada em veículos.	Em tramitação
236/84	1.298/83	Disciplina e limita o comprometimento da renda familiar dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação — SFH, e os reajustes da casa própria.	Em tramitação
244/84	4.637/84	Altera a redação do art. 156 da Lei nº 7.210, de 1984 — Lei de Execução Penal.	Em tramitação
249/84	526/83	Altera os arts. 58, 59 e 374 da CLT, fixando a jornada semanal em 40 (quarenta) horas de trabalho.	Em tramitação
252/84 (Vide PLC nº 81/83)	3.031/84	Introduz modificação no Sistema Financeiro de Habitação — SFH, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
4/85	185/79	Altera dispositivo da CLT, para estender a exigência da proporcionalidade de 2/3 de empregados brasileiros a outros setores.	Em tramitação
6/85	4.352/81	Estende aos trabalhadores avulsos os benefícios da Lei nº 6.435, de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada e dá outras providências.	Em tramitação
13/85	3.413/80	Institui a obrigatoriedade de seguro, nos financiamentos de investimentos rurais, cobrindo o risco de morte ou invalidez permanente.	Em tramitação
15/85	4.248/80	Institui a Caderneta de Controle de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências.	Em tramitação
19/85	2.789/83	Dá o nome de “Guarulhos” ao aeroporto em construção no município paulista do mesmo nome e determina outras providências.	Em tramitação
23/85	1.558/83	Altera o art. 1º da Lei nº 883, de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.	Em tramitação
24/85	4.211/84	Dispõe sobre os pré-requisitos para o desempenho de cargos de chefia e assessoramento do Grupo-DAS, na Secretaria da Receita Federal.	Em tramitação
25/85	818/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da segurança nacional, os Municípios de Cubatão, São Sebastião, Paulínea e Castilho, no Estado de São Paulo.	Em tramitação
26/85	3.365/77	Estabelece a obrigatoriedade de divulgação, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dos dados que especifica.	Em tramitação
29/85	5.163/85	Dispõe sobre o processo de liquidação extrajudicial de entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e dá outras providências.	Em tramitação
34/85	1.969/83	Altera dispositivos do Código Nacional de Trânsito, aprovado pela Lei nº 5.108, de 1966, para assegurar a municipalização do trânsito.	Em tramitação
35/85	129/79	Introduz alterações no texto da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências.	Em tramitação
36/85	1.371/75	Estabelece a obrigatoriedade de qualidade artística para os cartazes publicitários localizados ao longo das rodovias e dá outras providências.	Em tramitação
37/85	2.988/80	Altera os arts. 293 e 294 da CLT, para o fim de assegurar direitos especiais aos trabalhadores em minas de carvão e fluorita e em quaisquer atividades que liberem poeiras minerais e orgânicas.	Em tramitação
38/85	2.981/80	Altera o art. 147 da CLT, para o fim de assegurar direito as férias proporcionais aos empregados que pedirem demissão, com menos de um ano de serviço.	Em tramitação
40/85	458/79	Concede aposentadoria, aos 25 anos de serviço, aos trabalhadores em áreas perigosas das refinarias de petróleo e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
58/85 (Poder Executivo)	3.012/84	Aprova a participação acionária das Centrais Elétricas de Roraima S.A., no capital social do Banco de Roraima S.A.	A sanção Lei nº 7.589, de 18-3-87
68/85	2.043/83	Atribui vantagens aos ocupantes de cargos ou funções em comissão.	Em tramitação
70/85	1.310/83	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.857, de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências.	Em tramitação
71/85	727/83	Introduz modificações nas disposições penais da Lei nº 6.435, de 1977, e dá outras providências.	Em tramitação
72/85	4.721/81	Altera a redação de dispositivo da Lei nº 5.584, de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da CLT, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
77/85	2.816/83	Dá o nome de José Antônio Mendes Sansano à CEASA — Campinas.	Em tramitação
78/85	525/83	Torna privativo dos bacharéis em Direito o cargo de Diretor de Secretaria dos Tribunais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento.	Em tramitação
79/85	1.243/83	Obriga a realização de exames pré-anestésicos em pacientes sujeitos a cirurgia, para evitar choques anestésicos.	Em tramitação
82/85	632/83	Acrescenta dispositivo ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a realização de exame ou teste de gravidez por ocasião da admissão de emprego.	Em tramitação
86/85 (Poder Executivo)	3.541/84	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA o imóvel que menciona.	Em tramitação
87/85	322/83	Introduz dispositivos na Lei nº 6.727, de 21 de novembro de 1979, que “acrescenta parágrafo ao art. 10 do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.	Em tramitação
88/85	815/83	Revoga o parágrafo único do art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 descaracterizando a prática de ato atentatório à segurança nacional como justa causa para dispensa de empregado.	Em tramitação
90/85	286/83	Permite ao cônjuge não cabeça do casal declarar em separado, para incidência do Imposto de Renda, os rendimentos de seu trabalho e de seus bens.	Em tramitação
93/85	3.724/84	Dispõe sobre a conservação do Memorial de Juscelino Kubitschek.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
94/85	1.261/83	Altera dispositivo da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, para permitir que seja adotado sistema de votação através de meios eletrônicos e determina outras providências.	Em tramitação
96/85	1.762/83	Dispõe sobre o transporte rodoviário de passageiros em veículos de carga.	Em tramitação
98/85	1.579/83	Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.	Em tramitação
101/85 (Complementar)	93/83	Modifica a Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que "estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.	Em tramitação
102/85	3.305/84	Dispõe sobre a criação de uma Escola Técnica Federal, no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Em tramitação
103/85	2.527/83	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, destinando 5% (cinco por cento) sobre o total do preço de transferência ao sindicato profissional do atleta.	Em tramitação
104/85	3.138/84	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 6.999, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral.	Em tramitação
105/85	2.569/76	Fixa a Capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos.	Em tramitação
106/85	4.543/84	Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, instituindo o Estatuto Nacional dos Portuários, e dá outras providências.	Em tramitação
107/85 (Poder Executivo)	4.791/84	Altera as redações dos §§ 2º e 3º do art. 139, da alínea a do art. 140, e do art. 141, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 — Código de Águas.	Em tramitação
112/85	1.675/85	Permite a utilização, como combustível de gás de gasogênio, biogás, gás de pântano e assemelhados, nos veículos automotores.	Em tramitação
113/85	378/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Jacuí, em Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
117/85	92/83	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 856, parágrafo único ao art. 862 e parágrafo, a ser numerado como § 1º, ao art. 872, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
119/85	343/83	Estabelece normas sobre a utilização dos livros didáticos e dá outras providências.	Em tramitação
124/85	4.014/84	Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.	Em tramitação
129/85	3.076/80	Altera a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para incluir a dona-de-casa entre os segurados facultativos da Previdência Social.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
132/85	3.157/80 (Vide PLC nº 81/83)	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, dispondo sobre a utilização da conta vinculada pelo empregado para o fim de adquirir moradia.	Em tramitação
133/85	3.379/80	Libera o transporte de material esportivo referente ao esporte do vôo livre.	Em tramitação
134/85	3.469/80	Proíbe a utilização de chapas de cor amarela em veículos utilizados pela Administração Pública Federal Direta e Indireta, inclusive Fundações.	Em tramitação
135/85	3.736/80	Declara de utilidade pública a Associação dos Criadores da Mata Norte do Estado de Pernambuco.	Em tramitação
136/85	3.098/84	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Minas.	Em tramitação
138/85	3.844/80	Dispõe sobre a correção monetária incidente sobre honorários advocatícios, inclusive em mandado de segurança, e dá outras providências.	Em tramitação
139/85	3.782/80	Torna obrigatória a instalação de tacógrafos nos veículos automotores, de passageiros e de carga, destinados ao transporte rodoviário.	Em tramitação
140/85	3.760/80	Estende os financiamentos e demais benefícios do PRÓALCOOL às miniusinas de álcool destinadas a consumo próprio.	Em tramitação
141/85	1.914/83 (Vide PLC nº 142/84)	Considera insalubre a atividade profissional dos empregados nos serviços de coleta, transportes e tratamento de lixo, e determina outras providências.	Em tramitação
145/85	4.362/84	Denomina "Senador Nilo Coelho" a Rodovia BR-428, que liga Cabrobó a Petrolina, no Estado de Pernambuco.	Em tramitação
146/85	4.324/85	Autoriza a criação, em Guarulhos, no Estado de São Paulo, de Escola Técnica Federal, em nível de 2º grau.	Em tramitação
147/85	1.297/83	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, que concede amparo aos ex-combatentes julgados incapazes definitivamente para o serviço militar.	Em tramitação
148/85	3.295/84	Dispõe sobre a isenção de limite mínimo de idade para admissão de professores às escolas oficiais em decorrência de concurso público.	Em tramitação
150/85	4.118/80	Determina o afastamento da autoridade responsável por violação dos direitos humanos e dá outras providências.	Em tramitação
151/85	3.908/84	Declara de utilidade pública o Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor — IAJES, com sede em Andradina, Estado de São Paulo.	Em tramitação
152/85	4.086/80	Acrescenta parágrafo, a ser numerado como § 1º, ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
153/85	2.061/83	Acrescenta parágrafos ao art. 239 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "dispõe sobre as sociedades por ações".	Em tramitação
154/85	2.270/83	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.	Em tramitação
155/85	2.622/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Rio Pardo, em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
156/85	2.751/83	Altera o Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências".	Em tramitação
158/85	1.586/83	Dispõe sobre a obrigatória utilização de legendas nos programas de televisão que especifica, visando a possibilitar a sua percepção por deficientes auditivos.	Em tramitação
159/85	1.087/83	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que disciplina o exercício da profissão de jornalista.	Em tramitação
160/85	1.322/83	Eleva a cidade de Oeiras, no Estado do Piauí, à condição de monumento nacional.	Em tramitação
163/85 (Poder Executivo)	5.661/81	Dispõe sobre medidas aplicáveis às empresas beneficiárias de recursos dos Fundos de Investimentos criados pelo Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e dá outras providências.	Em tramitação
164/85	3.122/80	Extingue a censura prévia para o livro, teatro e cinema e dá outras providências.	Em tramitação
166/85	2.975/83	Altera a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, acrescentando alínea ao art. 3º e modificando a redação do art. 7º, instituindo a obrigatoriedade de assistência social nas delegacias.	Em tramitação
167/85	3.622/84	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Gurupi, no Estado de Goiás, e dá outras providências.	Em tramitação
168/85	2.935/83	Estabelece o salário mínimo profissional para os diplomados em Ciências Econômicas.	Em tramitação
169/85	2.247/83	Dispõe sobre a criação da Escola Agrotécnica de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
172/85	2.266/83	Autoriza a desapropriação e o tombamento, por necessidade pública, do imóvel em que nasceu Graciliano Ramos, em Quebrangulo, no Estado de Alagoas.	Em tramitação
173/85	1.080/83	Assegura autonomia às organizações sindicais e estabelece elegibilidade dos dirigentes de sindicato destituídos por atos do Poder Executivo.	Em tramitação
174/85	5.499/81	Dispõe sobre autorização do Poder Executivo para eletrificação do metrô de superfície na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
176/85	1.224/83	Modifica o art. 84 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.	Em tramitação
186/85 (Poder Executivo)	5.083/85	Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis da União.	Em tramitação
216/85	2.929/83	Altera a redação da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Em tramitação
221/85	6.876/85	Autoriza o Poder Executivo a promover a publicação das obras completas de José Américo de Almeida, nas condições que especifica.	Em tramitação
8/86 (Poder Executivo)	6.933/85	Dispõe sobre a utilização de imóveis residenciais de propriedade da União, das entidades da Administração Federal e das fundações sob supervisão ministerial, localizados no Distrito Federal.	A Câmara
16/86 (Poder Executivo)	5.325/85	Altera o caput do art. 9º do Decreto-lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966.	Retirado
17/86	6.692/85	Dispõe sobre as unidades orgânicas das Indústrias Gráficas na Administração Federal e dá outras providências.	Em tramitação
25/86	6.793/85	Altera as contribuições dos segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.	Em tramitação
27/86	5.967/85	Proíbe a demissão imotivada do trabalhador, e dá outras providências.	Em tramitação
36/86	7.457/86	Dispõe sobre o abuso do poder econômico na campanha eleitoral de 1986.	Em tramitação
39/86	6.777/85	Institui o Programa Nacional de Minerais Estratégicos, e dá outras providências.	Em tramitação
45/86	7.675/86	Dispõe sobre o direito à percepção da remuneração correspondente ao grau hierárquico superior a inativos e pensionistas dos Ministérios Militares, nas condições que especifica.	Em tramitação
48/86	5.055/85	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Caxias, no Estado do Maranhão.	Em tramitação
49/86	6.462/85	Autoriza o Poder Executivo a transformar a "Escola Estadual Américo René Giannetti" situada em Uberlândia, Minas Gerais, em "Escola Técnica Federal de Uberlândia", e dá outras providências.	Em tramitação
50/86	3.158/84	Introduz alteração no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
51/86	3.001/80	Dispõe sobre o exercício da profissão de Bacharel em Relações Internacionais e dá outras providências.	Em tramitação
52/86	5.159/85	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal em Imperatriz, no Estado do Maranhão.	Em tramitação
53/86	3.319/84	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
56/86	5.114/85	Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, permitindo ao município decretar feriado municipal na data de sua fundação ou emancipação, mesmo quando esta data não coincida com feriado religioso.	Em tramitação
57/86	4.559/84	Dispõe sobre o reconhecimento dos profissionais em Educação Física e cria seus respectivos Conselhos Federal e Regionais.	Em tramitação
58/86	1.597/83	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, que alterou a legislação referente às contribuições compulsórias recolhidas pelo IAPAS à conta de diversas entidades.	Em tramitação
59/86	3.332/84	Altera dispositivos da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para estender aos empregados da indústria petroquímica e de refinação de petróleo, sujeitos ao regime de escala de revezamento, direito à jornada de trabalho de 6 (seis) horas.	Em tramitação
60/86	3.424/84	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas contra países que dificultem as exportações brasileiras de bens e serviços.	Em tramitação
61/86	3.895/84	Torna obrigatória o emprego de substâncias e produtos retardantes de combustão em materiais, utensílios e peças suscetíveis de queima, usados nas indústrias de construção civil e automobilística, e dispõe sobre normas para sua fabricação.	Em tramitação
62/86	4.351/84	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais dos Arquivistas.	Em tramitação
63/86	4.048/84	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS e dá outras providências.	Em tramitação
64/86	4.138/84	Dispõe sobre a profissão de Garçom, fixa o salário mínimo profissional, e determina outras providências.	Em tramitação
65/86	4.138/84	Dispõe sobre o diagnóstico precoce da Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo congênito nos hospitais e maternidades do País.	Em tramitação
67/86	4.329/84	Autoriza o Ministério da Agricultura a doar ao Município de Viçosa do Ceará os imóveis que indica.	Em tramitação
68/86	5.072/85	Obriga a instalação de telefones públicos em locais densamente povoados.	Em tramitação
70/86	4.280/81	Altera a redação do inciso III do art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
71/86	7.598/86	Estabelece medidas destinadas à comemoração dos setenta anos de existência do Código Civil.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
72/86	1.934/83	Garante a todo contribuinte da Previdência Social com 10 (dez) ou mais anos de contribuição, e a seus dependentes, assistência médica integral.	Em tramitação
73/86	7.658/86	Obriga as instituições financeiras oficiais a divulgar as concessões de crédito subsidiado.	Em tramitação
74/86	3.363/84	Acrescenta parágrafo ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
75/86	4.251/84	Dá nova redação ao inciso III do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
76/86	5.391/85	Institui a obrigatoriedade de declaração de bens para o exercício de cargos ou funções, e dá outras providências.	Em tramitação
77/86	5.131/85	Altera o art. 102 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
78/86	1.945/83	Inclui o fotógrafo autônomo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
79/86	5.217/85	Considera patrimônio histórico nacional a cidade de Ubatuba, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.	Em tramitação
80/86	7.162/86	Determina a obrigatoriedade do pagamento de indenização aos Estados, Territórios e Municípios pelos titulares de direitos minerários.	Em tramitação
81/86	4.818/84	Introduz dois parágrafos ao art. 626 da CLT, fixando a competência dos sindicatos para exercer a fiscalização das normas de proteção ao Trabalho.	Em tramitação
82/86	1.561/83	Dispõe sobre atos relativos aos servidores públicos civis da União, dos Estados e Municípios em período eleitoral, e dá outras providências.	Em tramitação
83/86	1.476/83	Institui o dia 23 de junho como o "Dia Olímpico" e determina outras providências.	Em tramitação
84/86	4.799/84	Reduz o prazo para o pagamento de salários.	Em tramitação
85/86	3.137/84	Declara de utilidade pública a Associação São Pedro de Pesquisas Científicas, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo.	Em tramitação
86/86	2.388/83	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar maior autonomia de trabalho aos membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes — CIPA.	Em tramitação
89/86	647/79	Dispõe sobre a permissão de misturar outras farinhas de origem vegetal à farinha de trigo, e dá outras providências.	Em tramitação
90/86	4.099/84	Modifica a redação do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
91/86	1.894/83	Torna obrigatória a inclusão de espetáculos musicais ao vivo nas casas de diversões.	Em tramitação
92/86 (Complementar)	201/84	Inclui os Municípios de Cascavel e Pacajus na Região Metropolitana de Fortaleza, alterando o § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
93/86	2.033/83	Dispõe sobre a venda de imóveis residenciais da União, situados na área urbana de Boa Vista, Roraima, e dá outras providências.	Em tramitação
95/85	1.594/83	Obriga a adição de 10% (dez por cento), no mínimo, de farinha de milho à farinha de trigo e determina outras providências.	Em tramitação
96/86	3.839/77	Dispõe sobre os depósitos judiciais feitos perante a Justiça Federal.	Em tramitação
97/86	5.002/85	Erige à condição de Monumento Histórico Nacional a cidade de Vigia, no Estado do Pará.	Em tramitação
98/86	2.743/83	Revoga a Lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1933, que "altera a redação do § 2º do art. 72, da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito".	Em tramitação
99/86	5.289/85	Regula a profissão de Supervisor Educacional e determina outras providências.	Em tramitação
100/86	2.213/79	Dispõe sobre a revisão do cálculo do benefício aos segurados da Previdência Social que se aposentaram durante a vigência do art. 3º da Lei nº 5.890, de 1973, em sua redação original.	Em tramitação
101/86	344/83	Acrescenta parágrafo ao art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, transferindo ao empregador o ônus de provar a inocorrência ou atenuação de periculosidade e insalubridade.	Em tramitação
102/86	390/83	Manda computar no cálculo do descanso semanal remunerado as horas extras habitualmente prestadas.	Em tramitação
103/86	962/83	Altera dispositivo da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para garantir aos geólogos o regime de trabalho assegurado ao pessoal do setor de exploração, beneficiamento e transporte de petróleo.	Em tramitação
104/86	1.797/83	Fixa em 60 (sessenta) anos a idade para aposentadoria por velhice de ex-combatente.	Em tramitação
105/86 (Poder Executivo)	7.679/86	Atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da Administração Indireta e Fundações, das transferências de recursos federais.	Em tramitação
106/86	3.149/80	Dispõe sobre o aproveitamento de cegos nas empresas estatais de telecomunicações e de serviços postais e dá outras providências.	Em tramitação
107/86	3.083/84	Institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
108/86	84/83	Obriga a indicação do preço e do prazo de validade na embalagem de produtos colocados à disposição do consumidor e dá outras providências.	Em tramitação
109/86 (Complementar)	60/80	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, permitindo a liberação dos saldos dos depósitos que menciona para pagamento das prestações da casa própria.	Em tramitação
111/86 (Complementar)	171/80	Institui a co-gestão dos trabalhadores e funcionários públicos no fundo PIS-PASEP.	Em tramitação
112/86	3.850/84	Substitui a abreugrafia pelos hemogramas periódicos, como exigência para a obtenção de carteira de saúde pelos que lidam com radiações ionizantes no trabalho cotidiano.	Em tramitação
113/86	69/83	Assegura pensão vitalícia aos excepcionais, a partir dos 21 (vinte e um) anos de idade, no valor de 1 (uma) vez o salário mínimo, alterando a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que ampara os idosos e inválidos.	Em tramitação
114/86	2.036/83	Cria o Polígono Castanheiro da Amazônia, e dá outras providências.	Em tramitação
115/86	2.237/83	Autoriza a criação da Fundação Universidade de Uruguaiana, e dá outras providências.	Em tramitação
117/86	6.703/82	Dispõe sobre a profissão de Barbeiro e Cabeleireiro e define o seu exercício.	Em tramitação
118/86 (Complementar)	138/80	Introduz alterações na Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 — Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	Em tramitação
120/86	6.631/85	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica Agrícola no Município de Quixerambim, no Estado do Ceará.	Em tramitação
121/86	3.082/80	Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964, que institui a fiscalização democrática das empresas de capital estrangeiro mediante a obrigatoriedade de divulgação de dados, e dá outras providências.	Em tramitação
122/86 (Poder Executivo)	5.780/85	Concede isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias, das taxas pelo exercício do poder da polícia e remissão de créditos tributários às microempresas estabelecidas nos Territórios Federais do Amapá e de Roraima, e dá outras providências.	Em tramitação
124/86 (Poder Executivo)	5.566/85	Altera os arts. 1º e 3º do Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, que institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL, e dá outras providências.	A Câmara Lei nº 7.611, de 8-7-87 com veto parcial

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
126/86	5.989/85	Dispõe sobre a criação e extinção de cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região e dá outras providências.	À sanção vetado totalmente
127/86	6.623/85	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.	Em tramitação
133/86 (Poder Executivo)	6.057/85	Altera o Anexo II da Lei nº 7.324, de 18 de junho de 1985, que "cria a 13ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.593, de 3-4-87
142/86	7.750/86	Autoriza o Poder Executivo a construir uma base naval em São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.	Em tramitação
147/86	6.379/85	Dispõe sobre honorários advocatícios.	Em tramitação
152/86	4.490/84	Dispõe sobre a aposentadoria dos professores, conforme o previsto no inciso XX do art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação
153/86	797/79	Dispõe sobre as compensações dos municípios detentores de potenciais de energia hidráulica, explorados por concessionária com sede em Estado diverso, e determina outras providências.	Em tramitação
154/86	3.085/84	Altera a Lei nº 3.099, de 24 de fevereiro de 1957, para impor sanção à quebra de sigilo e à prestação de informação errada, praticada por empresas de informações reservadas ou confidenciais.	Em tramitação
155/86 (Poder Executivo)	4.696/84	Dispõe sobre a criação da Escola Nacional da Magistratura e Ministério Público, denominada Instituto Teixeira de Freitas e dá outras providências.	Retirado
156/86 (Poder Executivo)	6.694/85	Dispõe sobre o registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.	Em tramitação
161/86 do Poder Executivo	8.414/86	Altera dispositivo da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, que dispõe sobre a remuneração de militares inativos convocados ou designados para o serviço ativo ou exercício de cargo ou função nas Forças Armadas.	À sanção Lei nº 7.594, de 8-4-87
162/86 (Poder Executivo)	8.088/86	Dispõe sobre a criação de cargos na Categoria Funcional de Técnico de Controle Externo do Grupo-Atividades de Controle Externo do Quadro Permanente da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.592, de 1-4-87
165/86 (Poder Executivo)	8.389/86	Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.595, de 8-4-87

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/87 (Poder Executivo)	5/87	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969 e pelo Decreto-Lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.596, de 10-4-87
2/87	5.047/85	Altera dispositivos da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, que autoriza a inclusão de recursos orçamentários da União e dá outras providências.	Em tramitação
3/87 (Poder Executivo)	2/87	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.801, de 18 de agosto de 1980, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, bem como sobre o Fundo da Marinha Mercante.	À sanção Lei nº 7.597, de 14-4-87
4/87 (Poder Executivo)	7.133/86	Autoriza o Poder Executivo a adquirir imóvel, nas condições que especifica, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.606, de 28-5-87
5/87 (Poder Executivo)	78/87	Dispõe sobre gratificação a ser concedida a engenheiros agrônomos e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.600, de 15-5-87
6/87 (Poder Executivo)	82/87	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.601, de 15-5-87
7/87 (Poder Executivo)	79/87	Altera dispositivo da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, que autoriza a inclusão de recursos da União, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.599, de 15-5-87
8/87 (Poder Executivo)	124/87	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cz\$ 380.393.034.000,00, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.602, de 19-5-87
9/87 (Poder Executivo)	83/87	Dispõe sobre a transferência e movimentação dos servidores da Administração Federal direta e das autarquias federais.	À sanção Lei nº 7.605, de 28-5-87
10/87	8.318/86	Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.627, de 10-11-87
11/87 (Poder Executivo)	61/87	Faculta às Comissões Executivas Nacionais dos Partidos Políticos decidir sobre a realização de convenções e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.607, de 28-5-87
12/87 (Poder Executivo)	60/87	Dispõe sobre a atualização de benefícios da Previdência Social, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.604, de 26-5-87 com veto parcial
13/87 (Poder Executivo)	7.678/86	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.617, de 8-9-87

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
14/87 (Poder Executivo)	125/87	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.613, de 13-7-87
15/87 (Poder Executivo)	8.420/86	Dispõe sobre a liquidação de débitos previdenciários de sindicatos e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.636, de 17-12-87
16/87 (Poder Executivo)	113/87	Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.608, de 30-6-87
17/87 (Poder Executivo)	8.419/86	Dispõe sobre a liquidação de débitos previdenciários de entidades esportivas e recreativas.	À sanção Lei nº 7.637, de 17-12-87
18/87 (Poder Executivo)	8.384/86	Dispõe sobre a liquidação de débitos previdenciários de instituições educacionais e culturais.	À sanção Lei nº 7.621, de 9-10-87
19/87 (Poder Executivo)	8.421/86	Dispõe sobre a isenção de contribuições previdenciárias para instituições beneficentes de assistência social e dá outras providências.	Retirado
20/87 (Poder Executivo)	3/87	Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S.A. — ECEX no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER.	À Câmara Lei nº 7.625, de 10-11-87 com veto parcial
21/87 (Poder Executivo) Complementar	236/84	Declara não sujeitas à contribuição incidente sobre o produto rural para custeio do Prorural, às indústrias pesqueiras.	À sanção Lei Complementar nº 55, de 10-7-87
22/87 (Poder Executivo)	8.057/86	Concede imunidade tributária às Instituições que menciona, torna impenhoráveis os seus bens e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.615, de 14-8-87
23/87 (Poder Executivo)	132/87	Altera o valor do vencimento do cargo que especifica e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.610, de 7-7-87
24/87 (Poder Executivo)	8.551/86	Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual sobre programas para computadores e sua comercialização no País e dá outras providências.	À Câmara
25/87 (Poder Executivo)	22/87	Altera o Decreto-Lei nº 1.370, de 9 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a tributação dos rendimentos auferidos por garimpeiros matriculados e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.629, de 13-11-87
26/87 (Poder Executivo)	163/87	Dispõe sobre a suspensão dos processos de despejo e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.612, de 9-7-87 com veto parcial
27/87 (Poder Executivo)	8.331/86	Autoriza a Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás e a Petrobrás Distribuidora S.A. — BR a, nas condições que estabelece, participarem do capital de outras sociedades.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
28/87 (Poder Executivo)	172/87	Autoriza a realização, em caráter extraordinário, de operações de crédito a conta e risco do Tesouro Nacional, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.614, de 14-7-87 com veto parcial
29/87	5.084/85	Dispõe sobre a regulamentação da atividade de zelador e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.644, de 18-12-87
30/87	211/87	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cz\$ 319.562.900.000,00 e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.616, de 4-9-87
31/87 (Poder Executivo)	180/87	Reorganiza o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha — CAFRM.	À sanção Lei nº 7.622 de 9-10-87
32/87 (Poder Executivo)	7.782/86	Fixa os valores de retribuição do Grupo-Atividades de Fiscalização de Combustíveis e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.623, de 9-10-87
33/87 (Poder Executivo)	130/87	Acrescenta e altera dispositivos da Lei n.º 7.301, de 29 de março de 1985, que reorganiza os Quadros Complementares de Oficiais da Marinha.	À sanção Lei nº 7.618, de 30-9-87
34/87	126/87	Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências	À sanção Lei nº 7.631, de 17-11-87
35/87	5.532/85	Dispõe sobre a profissão de trabalhador de bloco e determina outras providências.	À sanção Vetado totalmente
36/87	197/87	Altera dispositivos da Lei nº 7.604, de 26 de maio de 1987 e determina outras providências.	À sanção Vetado totalmente
37/87 (Poder Executivo)	184/87	Regulamenta a transferência de recursos do Imposto Sobre Transportes — IST, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.635, de 14-12-87 com veto parcial
38/87 (Poder Executivo)	29/87	Cria cargos na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas, São Paulo, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.638, de 17-12-87
39/87 (TFR)	161/87	Altera o art. 4º da Lei nº 7.562, de 19 de dezembro de 1986, que inclui a Categoria Funcional de Inspetor de Segurança Judiciária no Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.630, de 13-11-87
40/87 (Poder Executivo)	198/87	Autoriza a instituição de fundações e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.624, de 5-11-87
41/87	185/87	Dispõe sobre os preços mínimos da uva.	À sanção Lei nº 7.628, de 13-11-87 com veto parcial
42/87 (Poder Executivo)	187/83	Autoriza a criação de municípios no Território Federal do Amapá e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.639, de 17-12-87

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
43/87	193/87	Dispõe sobre pensões, proventos e benefícios.	Em tramitação
44/87	5.438/85	Dispõe sobre o cálculo do salário-benefício e o reajustamento dos benefícios da aposentadoria.	À sanção Vetado totalmente
45/87 complementar	9/87	Altera dispositivos da Lei complementar nº 48, de 10 de dezembro de 1984.	À sanção Lei Comple- mentar nº 57, de 18-12-87
46/87 (Poder Executivo) complementar	12/87	Dá nova redação à Lista de Serviços a que se refere o art. 8º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, e dá outras providências.	À sanção Lei Comple- mentar nº 56, de 15-12-87 com veto parcial
47/87 (Poder Executivo)	264/87	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de Cz\$ 105.000.000.000,00 e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.634, de 3-12-87
48/87	9/87	Dispõe sobre a criação e extinção de cargos nos Quadros Permanentes das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.645, de 18-12-87
49/87	2.350/83	Cria o Serviço Social dos Bancários e Securitários — SESBS.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei da Câmara:

Total dos Projetos	558
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	509
desta sessão legislativa	49
Aprovados e enviados à sanção	42
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	1
desta sessão legislativa	41
Emendados e devolvidos à Casa de origem	5
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	2
desta sessão legislativa	3
Em andamento	509
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	505
desta sessão legislativa	4
Retirados	2
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	1
desta sessão legislativa	1

J.5.3 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
22/83	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo denuncie, no prazo de 48 horas, o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.	Em tramitação
24/83	6/83	Aprova a correção do artigo XV, alínea b do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — INTELSAT, assinado pelo Brasil em Washington, a 20 de agosto de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 87, de 5 de dezembro de 1972, e promulgado pelo Decreto nº 74.130, de 28 de maio de 1974.	Em tramitação
8/84	44/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil, e o Governo da Espanha, celebrada em Brasília, a 12 de maio de 1983.	Em tramitação
10/84	17/83	Aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite — INMARSAT, concluído em Londres, a 1º de dezembro de 1981.	Em tramitação
16/84	58/84	Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.	Em tramitação
18/84	50/84	Aprova os textos da Convenção nº 140 e da Recomendação nº 148, referente à “licença remunerada para estudos, adotadas na 59ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1974.	Em tramitação
23/84	62/84	Aprova o texto do Ato Constitutivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-americana — RITLA, celebrado em Brasília, a 26 de outubro de 1983.	Em tramitação
25/84	70/84	Aprova o texto da Convenção nº 133, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre alojamento a bordo de navios (disposições complementares), adotada em Genebra a 30 de outubro de 1970, durante a 55ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
29/84	69/84	Aprova o texto da Convenção nº 119, sobre "Proteção das Máquinas", adotado na 47ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, realizada em Genebra, em junho de 1963.	Em tramitação
3/85	64/84	Aprova o texto da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de Imposto sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas, celebrado em Brasília, a 29 de setembro de 1983.	Em tramitação
4/85	59/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Energia Nuclear para fins pacíficos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 30 de novembro de 1983.	Em tramitação
5/85	31/83	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1981, no valor de Cr\$ 150.000.000.000.	Em tramitação
6/85	73/84	Aprova os textos da Convenção nº 137, e da Recomendação nº 145, da Organização Internacional do Trabalho, relativas às repercussões sociais dos novos métodos de processamento de carga nos portos, adotados em Genebra, em 25 de junho de 1973, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
7/85	77/81	Aprova o texto da Recomendação nº 131, referente a aposentadoria por invalidez e por velhice e pensões por morte, adotada na 51ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1967.	Em tramitação
8/85	85/85	Aprova os textos da Convenção nº 136 e da Recomendação nº 144, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre "proteção contra os riscos de intoxicação provocados pelo benzeno", adotadas em Genebra, a 30 de junho de 1971, durante LVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
(*) 9/85	90/85	Aprova o texto do Acordo Básico sobre Privilégios e imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Americano de Cooperação para a Agricultura, celebrado em Brasília, a 17 de julho de 1984.	Em tramitação
12/85	98/85	Aprova o texto do protocolo adicional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha ao Acordo cultural de 25 de junho de 1960, assinado em Brasília em 1º de fevereiro de 1984.	Em tramitação
13/85	81/85	Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, firmado em Brasília, a 1º de agosto de 1984.	A promulgação Decreto Legislativo nº 6, de 16-11-87

(*) Por equívoco, não constou do Relatório anterior.

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
16/85	94/85	Aprova o texto do Adendo ao Acordo para funcionamento do Escritório de Área da Organização Pan-americana de Saúde — OPAS, Organização Mundial de Saúde — OMS, no Brasil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-americana, assinado em Brasília, a 21 de dezembro de 1984.	Em tramitação
18/85	96/85	Aprova as contas do Presidente da República relativas ao exercício financeiro de 1983.	Em tramitação
19/85	72/84	Aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, concluído em Brasília, a 26 de junho de 1984.	Em tramitação
21/85	73/84	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em Brasília, a 26 de junho de 1984.	À promulgação Decreto Legislativo nº 7, de 16-11-87
22/85	83/85	Aprova o texto da Convenção nº 134, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Prevenção de Acidentes de Trabalho dos Marítimos, adotada em Genebra, a 30 de outubro de 1970, durante a LV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
23/85	84/85	Aprova o texto da Recomendação nº 116, da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Redução da Duração do Trabalho, adotada em Genebra, a 26 de junho de 1962, durante a XLVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
25/85	88/85	Aprova o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos, concluído em Fez, a 10 de abril de 1984.	À promulgação Decreto Legislativo nº 8, de 16-11-87
26/85	92/85	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tailândia.	À promulgação Decreto Legislativo nº 11, de 25-11-87
31/85	111/85	Aprova, com reservas, os textos da Convenção Internacional de 1973 para Prevenção da Poluição causada por navios, concluída em Londres, a 2 de novembro de 1973, e o Protocolo de 1978 relativo à Convenção Internacional para a prevenção da poluição causada por navios, concluído a 17 de fevereiro de 1978, em Londres.	À promulgação Decreto Legislativo nº 4, de 9-11-87
32/85	107/85	Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluído em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982.	À promulgação Decreto Legislativo nº 5, de 9-11-87
33/85	102/85	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Pequim, a 11 de outubro de 1984.	À promulgação Decreto Legislativo nº 12, de 25-11-87

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
34/85	74/85	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1983, nos valores de Cr\$. . 950.000.000.000.	Em tramitação
36/85	51/84	Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Paquistão, concluído em Brasília a 18 de novembro de 1982.	À promulgação Decreto Legislativo nº 13, de 25-11-87
37/85	91/85	Aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o funcionamento do Escritório em Brasília da Comissão Econômica para a América Latina, concluído em Santiago, Chile, em 27 de julho de 1984.	Em tramitação
2/86	97/85	Aprova o texto da Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares, concluída em Viena, a 21 de maio de 1963.	Em tramitação
3/86	113/85	Aprova o texto do Acordo sobre Gratuidade Parcial na Execução de Cartas Rogatórias, celebrado, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 5 de outubro de 1978.	Em tramitação
4/86	96/85	Aprova o texto da Convenção nº 138, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, relativa à Idade Mínima para Admissão em Emprego, adotada, a 26 de junho de 1973, em Genebra, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
5/86	104/85	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em São Domingos, a 8 de fevereiro de 1985.	À promulgação Decreto Legislativo nº 9, de 25-11-87
7/86	99/85	Aprova o texto do Acordo Internacional relativo ao Serviço de Radiodifusão em Ondas Médias, firmado pelo Brasil, em 19 de dezembro de 1981, por ocasião da Conferência Administrativa Regional de Radiodifusão em Ondas Médias (Região 2), realizada no Rio de Janeiro.	À promulgação Decreto Legislativo nº 10, de 25-11-87
8/86	112/85	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão de papel-moeda, no exercício de 1984, no valor de Cr\$ 400.000.000.000 (quatrocentos bilhões de cruzeiros).	Em tramitação
9/86	116/86	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1984, no valor global de Cr\$ 1.900.000.000.000 (um trilhão e novecentos bilhões de cruzeiros).	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
10/86	117/86	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1985, no valor global de Cr\$ 10.000.000.000.000 (dez trilhões de cruzeiros).	Em tramitação
12/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a autorização ao Presidente da República para ausentar-se do País no período compreendido entre 1º de julho de 1986 a 31 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação
14/86	124/86	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, concluído em Atenas, a 12 de setembro de 1984.	A promulgação Decreto Legislativo nº 3, de 23-10-87
16/86	109/85	Aprova o texto do Acordo de Comércio, celebrado, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, a 12 de setembro de 1984.	Em tramitação
17/86	120/86	Aprova o texto do Protocolo Adicional à Convenção Internacional para Conservação do Atum e afins do Atlântico, aprovado pela Conferência de Plenipotenciários, em 9 e 10 de julho de 1984.	Em tramitação
18/86	122/86	Aprova o texto do Convênio Zossanitário para o Intercâmbio de Animais e de Produtos de Origem Animal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, a 14 de agosto de 1985.	Em tramitação
19/86	123/86	Aprova o texto do Acordo Internacional do Açúcar de 1984, concluído em Genebra, em 5 de julho de 1984.	Em tramitação
20/86	129/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em Moscou, a 10 de dezembro de 1985.	Em tramitação
21/86	130/86	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai na área de Rádio e Televisão, celebrado em Montevideu, em 14 de agosto de 1985.	Em tramitação
22/86	110/85	Aprova o texto do Acordo sobre a criação de Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Brasília, em 5 de julho de 1985.	Em tramitação
23/86	131/86	Aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em áreas de Fronteira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, a 16 de julho de 1985.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/87	2/87	Autoriza o Presidente da República a ausentar-se do País no período compreendido entre maio de 1987 e fevereiro de 1988.	Decreto Legislativo nº 1, de 15-5-87
2/87	153/86	Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, aprovada por Consenso na XXXIX Sessão (1984) da Assembleia Geral das Nações Unidas, e assinada em 23 de setembro de 1985, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.	Em tramitação
3/87	126/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Brasília, a 1º de novembro de 1985.	Decreto Legislativo nº 2 de 2-9-87
4/87	131/86	Aprova os textos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos aprovados, junto com o Protocolo Facultativo relativo a esse último Pacto, na XXI Sessão (1966) da Assembleia Geral das Nações Unidas.	Em tramitação
5/87	4/87	Aprova o texto do Tratado sobre a Proibição de Colocação de Armas Nucleares e Outras de Destruição em Massa nos Fundos Marinhos e Leitos Oceânicos e nos seus subsolos, concluído a 11 de fevereiro de 1971 nas cidades de Moscou, Londres e Washington e assinado pelo Brasil a 3 de setembro de 1971.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes, os dados numéricos referentes aos Projetos de Decreto Legislativo:

I — Total dos Projetos	56
Sendo:	
oriundos de Sessões Legislativas anteriores	51
desta Sessão Legislativa	5
Aprovados e promulgados	13
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	11
desta Sessão Legislativa	2
Permanecem em estudo	43
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	40
desta Sessão Legislativa	3
II — Os Projetos de Decreto Legislativo aprovados versaram sobre:	
Atos Internacionais	12
Autorização para o Presidente da República ausentar-se do País	1

J.5.4 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) ARQUIVADOS NA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR E DESARQUIVADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 367, **IN FINE**, DO REGIMENTO INTERNO.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
17/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o uso da Palavra e dá outras providências.	Em tramitação
278/86	Comissão Diretora	Cria, no Senado Federal, o Centro de Formação em Administração Legislativa e dá outras providências.	Resolução nº 124, de 1º-9-87
37/82	Jutahy Magalhães	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
149/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 344 do Regimento Interno.	Em tramitação
145/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre as Comissões e dá outras providências.	Em tramitação

Obs.: Os demais projetos de resolução arquivados na sessão legislativa anterior foram considerados definitivamente arquivados.

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/87	Comissão Diretora	Acrescenta dispositivos ao Regulamento Administrativo do Senado Federal.	Resolução nº 9, de 7-4-87
2/87	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Estabelece normas de elaboração legislativa do Senado, durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.	Resolução nº 1, de 10-3-87
3/87	Maurício Corrêa — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito, para os fins que especifica.	Resolução nº 2, de 11-3-87
4/87	Meira Filho — Relator	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito junto ao Finaime/BNDES.	Resolução nº 5, de 19-3-87
5/87	Mauro Benevides — Relator	Autoriza o Governo do Estado Ceará a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 47,400,000.00 (quarenta e sete milhões e quatrocentos mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 3, de 18-3-87
6/87	Dirceu Carneiro — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 42,500,000.00 (quarenta e dois milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 4, de 18-3-87
7/87	Comissão Diretora	Estende o disposto no Decreto-lei nº 2.270, de 13 de março de 1985, aos servidores do Senado Federal investidos em cargos de DAS.	Resolução nº 7, de 31-3-87
8/87	Comissão Diretora	Altera a Resolução nº 21, de 21 de maio de 1980.	Resolução nº 15, de 8-4-87
9/87	Nabor Júnior — Relator	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.310.000,00 OTN.	Resolução nº 6, de 25-3-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
10/87	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar à Empresa Santa Marta Agro-Indústria Ltda., terras públicas de sua propriedade, localizadas no Município de Moju e medindo até 12.000 hectares.	Resolução nº 83, de 30-6-87
11/87	Ronaldo Aragão — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 302.468,00 OTN.	Resolução nº 11, de 8-4-87
12/87	Leite Chaves — Relator	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 904.836,00 OTN.	Resolução nº 10, de 8-4-87
13/87	Ronaldo Aragão — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 151.233,00 OTN.	Resolução nº 13, de 8-4-87
14/87	José Fogaça — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Estrela (RS) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 6.906.228,00 (seis milhões, novecentos e sei mil, duzentos e vinte e oito cruzados).	Resolução nº 14, de 8-4-87
15/87	Carlos Alberto — Relator	Rerratifica a Resolução nº 392, de 1986.	Resolução nº 12, de 7-4-87
16/87	Louremberg Nunes Rocha	Altera a Resolução nº 1, de 1987, que estabelece normas de elaboração legislativa do Senado, durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.	Resolução nº 54, de 4-6-87
17/87	Itamar Franco	Institui o Museu Histórico do Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
18/87	Raimundo Lira — Relator	Autoriza o Hospital das Clínicas da Faculdade de São Paulo (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 991.730,00 OTN.	Resolução nº 18, de 10-4-87
19/87	Iram Saraiva — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luiz de Montes Belos (GO), a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados).	Resolução nº 17, de 10-4-87
20/87	José Fogaça — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Leopoldo (RS), a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 25.536.000,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil cruzados).	Resolução nº 19, de 10-4-87
21/87	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a autorização prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito Federal ao exterior, bem como da indicação do seu substituto eventual.	Em tramitação
22/87	João Calmon — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Domingos Martins (ES), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 363.919,81 (trezentos e sessenta e três mil, novecentos e dezenove cruzados e oitenta e um centavos).	Resolução nº 20, de 14-4-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
23/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 24.997,16 OTN.	Resolução nº 21, de 15-4-87
24/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 114.269,13 (cento e quatorze mil, duzentos e sessenta e nove cruzados e treze centavos).	Resolução nº 22, de 24-4-87
25/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 73.382,60 OTN.	Resolução nº 23, de 24-4-87
26/87	Wilson Martins — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mauá (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 446.400,00 OTN.	Resolução nº 24, de 24-4-87
27/87	Chagas Rodrigues — Relator	Rerratifica a Resolução nº 383, de 1986.	Resolução nº 25, de 24-4-87
28/87	Jamil Haddad — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 4.476.573,97, (quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e setenta e três cruzados e noventa e sete centavos).	Resolução nº 26, de 29-4-87
29/87	Mário Maia — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 248.108,09 OTN.	Resolução nº 27, de 29-4-87
30/87	Ronaldo Aragão — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Fronteira (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 638.47 OTN.	Resolução nº 28, de 4-5-87
31/87	Wilson Martins — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 94.417,98 OTN.	Resolução nº 29, de 4-5-87
32/87	Gerson Camata — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 409.754,86 OTN.	Resolução nº 30, de 6-5-87
33/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pato Branco (PR), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, e quinhentos e doze mil cruzados).	Resolução nº 31, de 6-5-87
34/87	Ivan Bonato — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Barboza Ferraz (PR), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.721.576,00 (três milhões, setecentos e vinte e hum mil, quinhentos e setenta e seis cruzados).	Resolução nº 32, de 6-5-87
35/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul (SC), a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões quinhentos e doze mil cruzados).	Resolução nº 33, de 6-5-87
36/87	Affonso Camargo — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 280.996,80 OTN.	Resolução nº 34, de 6-5-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
37/87	Leite Chaves — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arapongas (PR), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados).	Resolução nº 35, de 7-5-87
38/87	Nabor Júnior — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 152.916,76 OTN.	Resolução nº 36, de 7-5-87
39/87	Wilson Martins — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados (MS), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 103.322,63 OTN.	Resolução nº 37, de 11-5-87
40/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Mourão (PR), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados).	Resolução nº 38, de 11-5-87
41/87	Louremberg Nunes Rocha — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Adamantina (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 33.363,76 OTN.	Resolução nº 39, de 11-5-87
42/87	José Richa — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a ratificar a alienação de terras que trata o processo Incra/PF Corumbá/nº 763-75, de interesse do Senhor Horácio Sabino Coimbra.	Resolução nº 85, de 30-6-87
43/87	Nabor Júnior — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida (PR), a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados).	Resolução nº 40, de 15-5-87
44/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 72.161,00 OTN.	Resolução nº 42, de 15-5-87
45/87	Louremberg Nunes Rocha — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de S. Joaquim da Barra (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 44.230,77 OTN.	Resolução nº 43, de 15-5-87
46/87	Mário Maia — Relator	Rerratifica a Resolução nº 19, de 1987.	Resolução nº 45, de 15-5-87
47/87	Nelson Wedekin — Relator	Rerratifica a Resolução nº 319, de 1986.	Resolução nº 44, de 15-5-87
48/87	Francisco Rollemberg — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe (SE), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 23.528,43 OTN.	Resolução nº 46, de 21-5-87
49/87	Leite Chaves — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Palmas (PR), a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 3.721.576,00 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzados).	Resolução nº 47, de 22-5-87
50/87	Jamil Haddad — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mauá (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 180.677,83 OTN.	Resolução nº 48, de 22-5-87
51/87	Louremberg Nunes Rocha — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa (BA), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados).	Resolução nº 49, de 22-5-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
52/87	Leite Chaves — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Chopinzinho (PR) a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados).	Resolução nº 50, de 28-5-87
53/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 22.900,06 OTN.	Resolução nº 51, de 23-5-87
54/87	Nelson Wedekin — Relator	Rerratifica a Resolução nº 397, de 1986.	Resolução nº 52, de 28-5-87
55/87	Wilson Martins — Relator	Rerratifica a Resolução nº 346, de 1986.	Resolução nº 53, de 28-5-87
56/87	Ronaldo Aragão — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000,00 OTN, junto à Caixa Econômica Federal.	Resolução nº 86, de 30-6-87
57/87	Nelson Carneiro	Dispõe sobre operação de crédito dos Estados e Municípios, fixa critérios e condições.	Em tramitação
58/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 15.455,00 OTN.	Resolução nº 56, de 24-6-87
59/87	Nabor Júnior — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Capanema (PR) a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados).	Resolução nº 57, de 24-6-87
60/87	Ronaldo Aragão — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Anastácio (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.117,74 OTN.	Resolução nº 58, de 24-6-87
61/87	Mário Maia — Relator	Retifica a Resolução nº 335, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Umuarama (PR) a contratar operação de crédito no valor correspondente a 502.056 UPC.	Resolução nº 55, de 11-6-87
62/87	Comissão Diretora	Dispõe sobre a criação de órgãos na estrutura administrativa do Senado Federal e dá outras providências.	Resolução nº 60, de 26-6-87
63/87	Nabor Júnior — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco (SE) a contratar operação de crédito no valor de 8.823,16 OTN.	Resolução nº 71, de 30-6-87
64/87	Virgílio Távora — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 422.932,33 OTN.	Resolução nº 64, de 29-6-87
65/87	Mauro Benevides — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Juazeiro (CE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 74.256,09 OTN.	Resolução nº 66, de 29-6-87
66/87	Chagas Rodrigues — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 202.760,53 OTN.	Resolução nº 72, de 30-6-87
67/87	Irapuan Costa Júnior — Relator	Rerratifica a Resolução nº 191, de 1986.	Resolução nº 62, de 26-6-87
68/87	Chagas Rodrigues — Relator	Rerratifica a Resolução nº 244, de 19 de setembro de 1986.	Resolução nº 61, de 26-6-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
69/87	José Ignácio Ferreira — Relator	Rerratifica a Resolução nº 322, de 1986.	Resolução nº 65, de 29-6-87
70/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Martinópolis (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 8.478,18 OTN.	Resolução nº 73, de 30-6-87
71/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itatiba (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 21.280.000,00 (vinte e um milhões, duzentos e oitenta mil cruzados).	Resolução nº 74, de 30-6-87
72/87	Leite Chaves — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos (PR) a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 3.721.576,00 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzados).	Resolução nº 67, de 29-6-87
73/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dom Aquino (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 37.427,00 OTN.	Resolução nº 68, de 29-6-87
74/87	Leite Chaves — Relator	Rerratifica a Resolução nº 32, de 6 de maio de 1987.	Resolução nº 75, de 30-6-87
75/87	Nelson Wedekin — Relator	Rerratifica a Resolução nº 330, de 5 de dezembro de 1986.	Resolução nº 76, de 30-6-87
76/87	Francisco Rollemberg — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Miguel Aleixo (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 17.646,32 OTN.	Resolução nº 77, de 30-6-87
77/87	José Fogaça — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mauá (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 97.537,67 OTN.	Resolução nº 78, de 30-6-87
78/87	José Fogaça — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campinas (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.880.510,827 OTN.	Resolução nº 69, de 29-6-87
79/87	Afonso Camargo — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cz\$ 414.960.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões e novecentos e sessenta mil cruzados) o montante de sua dívida consolidada interna.	Resolução nº 63, de 26-6-87
80/87	Leite Chaves — Relator	Rerratifica a Resolução nº 329, de 4 de dezembro de 1986.	Resolução nº 79, de 30-6-87
81/87	Leite Chaves — Relator	Rerratifica a Resolução nº 40, de 15 de maio de 1987.	Resolução nº 70, de 30-6-87
82/87	Leite Chaves — Relator	Rerratifica a Resolução nº 31, de 6 de maio de 1987.	Resolução nº 80, de 30-6-87
83/87	Itamar Franco — Relator	Rerratifica a Resolução nº 255, de 22 de setembro de 1986.	Resolução nº 81, de 30-6-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
84/87	Fernando Henrique Cardoso — Relator	Autoriza, em caráter excepcional, a elevação temporária dos limites a que se refere a Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, das operações que especifica.	Resolução nº 87, de 30-6-87
85/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 50.000,00 OTN.	Resolução nº 88, de 30-6-87
86/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 7.494,37 OTN.	Resolução nº 82, de 30-6-87
87/87	Mauro Benevides — Relator	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 220.927,80 OTN.	Resolução nº 89, de 30-6-87
88/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 36.017,81 OTN.	Resolução nº 90, de 30-6-87
89/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.076,20 OTN.	Resolução nº 91, de 30-6-87
90/87	Ronan Tito — Relator	Rerratifica a Resolução nº 250, de 22 de setembro de 1986.	Resolução nº 92, de 30-6-87
91/87	Pompeu de Sousa — Relator	Rerratifica a Resolução nº 337, de 1986.	Resolução nº 84, de 30-6-87
92/87	Nelson Wedekin — Relator	Rerratifica a Resolução nº 391, de 5 de dezembro de 1986.	Resolução nº 93, de 30-6-87
93/87	Aureo Mello — Relator	Rerratifica a Resolução nº 35, de 7 de maio de 1987.	Resolução nº 94, de 30-6-87
94/87	Raimundo Lira — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.102,52 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 95, de 7-8-87
95/87	Francisco Rollemberg — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Senador Rui Palmeira, Estado de Alagoas, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.878,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 96, de 7-8-87
96/87	João Menezes — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulista, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.559,12 OTN.	Resolução nº 97, de 7-8-87
97/87	Nelson Wedekin Relator	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cz\$ 1.205.683.727,82 (um bilhão, duzentos e cinco milhões, seiscentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e sete cruzados e oitenta e dois centavos), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 98, de 14-8-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
98/87	Ronan Tito — Relator	Rerratifica a Resolução nº 49, de 1987.	Resolução nº 100, de 17-8-87
99/87	Affonso Camargo — Relator	Rerratifica a Resolução nº 168, de 1986.	Resolução nº 103, de 17-8-87
100/87	Leite Chaves — Relator	Rerratifica a Resolução nº 57, de 1987.	Resolução nº 101, de 17-8-87
101/87	Martins Filho — Relator	Suspende a execução do art. 9º da Lei nº 2.322 de 2 de agosto de 1982, do Município de Paulista, Estado de Pernambuco.	Resolução nº 144, de 23-9-87
102/87	Nelson Wedekin — Relator	Rerratifica a Resolução nº 380, de 1986.	Resolução nº 104, de 17-8-87
103/87	Meira Filho — Relator	Rerratifica a Resolução nº 292, de 1986.	Resolução nº 99, de 14-8-87
104/87	Francisco Rollemberg — Relator	Rerratifica a Resolução nº 74, de 1987.	Resolução nº 102, de 17-8-87
105/87	Meira Filho Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Olho d'Água do Casado (AL) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.826,15 OTN.	Resolução nº 111, de 24-8-87
106/87	Nelson Carneiro — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itacoatiara (AM) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 70.063,06 OTN.	Resolução nº 112, de 24-8-87
107/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a contratar operação de crédito no valor corres- pondente, em cruzados, a 90.557,67 OTN.	Resolução nº 113, de 24-8-87
108/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 48.072,13 OTN.	Resolução nº 106, de 21-8-87
109/87	Marcio Lacerda — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itiquira (MT) a contratar operação de crédito no valor corres- pondente, em cruzados, a 51.892,67 OTN.	Resolução nº 114, de 24-8-87
110/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poá (SP) a contratar operação de crédito no valor corres- pondente, em cruzados, a 69.832,47 OTN.	Resolução nº 107, de 21-8-87
111/87	Mendes Canale — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 40.000,00 OTN.	Resolução nº 115, de 24-8-87
112/87	Mendes Canale — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim (MS) a contratar operação de crédito no valor corres- pondente a Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, qua- trocentos e quarenta e três mil, cento e cinqüen- ta e dois cruzados).	Resolução nº 109, de 21-8-87
113/87	Edison Lobão — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Maria (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 240.000,00 OTN.	Resolução nº 110, de 24-8-87
114/87	Mauro Benevides — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sorocaba (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 73.065,40 OTN.	Resolução nº 108, de 21-8-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
115/87	Ruy Bacelar — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ipiaú (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 122, de 1-9-87
116/87	Jamil Haddad — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Diadema (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 419.400,00 OTN.	Resolução nº 116, de 27-8-87
117/87	Nabor Júnior — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jacareí (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000,00 OTN.	Resolução nº 117, de 27-8-87
118/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Penápolis (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 178.571,43 OTN.	Resolução nº 118, de 27-8-87
119/87	Ruy Bacelar — Relator	Rerratifica a Resolução nº 362, de 1986.	Resolução nº 121, de 28-8-87
120/87	Louremberg Nunes Rocha — Relator	Rerratifica a Resolução nº 47, de 1987.	Resolução nº 120, de 28-8-87
121/87	Jamil Haddad — Relator	Rerratifica a Resolução nº 389, de 1986.	Resolução nº 119, de 27-8-87
122/87	Louremberg Nunes Rocha — Relator	Rerratifica a Resolução nº 399, de 1986.	Resolução nº 123, de 1-9-87
123/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Indaiatuba (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 128.315,00 OTN.	Resolução nº 125, de 2-9-87
124/87	Pompeu de Sousa Relator	Autoriza a Universidade de São Paulo/Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 802.111,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 129, de 2-9-87
125/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piracicaba (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000,00 OTN.	Resolução nº 130, de 2-9-87
126/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piracicaba (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 281.955,00 OTN.	Resolução nº 131, de 2-9-87
127/87	Chagas Rodrigues — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 120.000,00 OTN.	Resolução nº 126, de 2-9-87
128/87	Mauro Borges — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Verde (GO) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 125.000,00 OTN.	Resolução nº 127, de 2-9-87
129/87	Louremberg Nunes Rocha — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedra Preta (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 35.000,00 OTN.	Resolução nº 128, de 2-9-87
130/87	Louremberg Nunes Rocha — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 132, de 2-9-87
131/87	Edison Lobão — Relator	Rerratifica a Resolução nº 110, de 1980.	Resolução nº 133, de 2-9-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
132/87	Edison Lobão — Relator	Rerratifica a Resolução nº 351, de 1986.	Resolução nº 134, de 2-9-87
133/87	Mauro Benevides — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Taquara (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 135, de 9-9-87
134/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Almenara (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 85.000,00 OTN.	Resolução nº 136, de 9-9-87
135/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araujos (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 17.885,34 OTN.	Resolução nº 137, de 9-9-87
136/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bambuí (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 40.000,00 OTN.	Resolução nº 138, de 9-9-87
137/87	Mauro Benevides — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belém (PA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 186.090,22 OTN.	Resolução nº 139, de 9-9-87
138/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Despacho (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 39.393,53 OTN.	Resolução nº 140, de 9-9-87
139/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Brumadinho (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 110.000,00 OTN.	Resolução nº 141, de 9-9-87
140/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guaíba (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 209.863,30 OTN.	Resolução nº 142, de 9-9-87
141/87	Mário Maia — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 240.000,00 OTN.	Resolução nº 143, de 9-9-87
142/87	Mansueto de Lavor — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Petrolina (PE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 145, de 23-9-87
143/87	Itamar Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araujos (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.114,66 OTN.	Resolução nº 146, de 23-9-87
144/87	Almir Gabriel — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belém (PA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 440.996,24 OTN.	Resolução nº 148, de 23-9-87
145/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Buritis (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 39.935,78 OTN.	Resolução nº 147, de 23-9-87
146/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coromandel (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 46.992,46 OTN.	Resolução nº 149, de 23-9-87
147/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iguatama (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.796,99 OTN.	Resolução nº 150, de 23-9-87
148/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Moema (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.114,66 OTN.	Resolução nº 151, de 23-9-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
149/87	Mário Maia — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Três Passos (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 152, de 28-9-87
150/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 153, de 28-9-87
151/87	Itamar Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Perdígão (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 25.000,00 OTN.	Resolução nº 154, de 28-9-87
152/87	Leopoldo Peres — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 20.676,69 OTN.	Resolução nº 155, de 28-9-87
153/87	Chagas Rodrigues — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 439.743,04 OTN.	Resolução nº 156, de 28-9-87
154/87	Itamar Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coromandel (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 56.390,98 OTN.	Resolução nº 157, de 28-9-87
155/87	Itamar Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São João Evangelista (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 43.642,63 OTN.	Resolução nº 158, de 28-9-87
156/87	Itamar Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Serra do Salitre (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.007,13 OTN.	Resolução nº 159, de 28-9-87
157/87	Chagas Rodrigues — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 407.777,00 OTN.	Resolução nº 160, de 28-9-87
158/87	Edison Lobão — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 209.863,31 OTN.	Resolução nº 161, de 28-9-87
159/87	Comissão Diretora	Altera dispositivos da Resolução nº 73, de 1984, do Senado Federal, e dá outras providências.	Resolução nº 182, de 4-11-87
160/87	José Paulo Bisol — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir títulos de sua responsabilidade, no valor de Cz\$ 197.853.367,20 (quatrocentos e noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e sete cruzados e vinte centavos).	Resolução nº 162, de 8-10-87
161/87	José Fogaça — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cz\$ 1.917.745.482,51 (um bilhão, novecentos e dezessete milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e dois cruzados e cinquenta e um centavos), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 163, de 8-10-87
162/87	José Paulo Bisol — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Prata (MG) a contratar operação de crédito no valor equivalente, em cruzados, a 100.000,00 OTN.	Resolução nº 165, de 13-10-87
163/87	Itamar Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.000,00 OTN.	Resolução nº 166, de 13-10-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
164/87	Itamar Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ubá (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 240.000,00 OTN.	Resolução nº 167, de 13-10-87
165/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea da Palma (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 77.067,67 OTN.	Resolução nº 168, de 13-10-87
166/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 96.167,71 OTN.	Resolução nº 169, de 13-10-87
167/87	Alexandre Costa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 525.159,00 OTN.	Resolução nº 170, de 13-10-87
168/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Macaíba (RN) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 50.000,00 OTN.	Resolução nº 171, de 13-10-87
169/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.457,62 OTN.	Resolução nº 172, de 13-10-87
170/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cz\$ 11.405.766.900,00 (onze bilhões quatrocentos e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil e novecentos cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 164, de 8-10-87
171/87	Severo Gomes — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cravinhos (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.494.069,60 (três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, sessenta e nove cruzados e sessenta centavos).	Resolução nº 174-A, de 23-10-87
172/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.400,99 OTN.	Resolução nº 175, de 23-10-87
173/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar, temporariamente, em Cz\$ 732.551.232,00, o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 176, de 23-10-87
174/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea da Palma (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.533,83 OTN.	Resolução nº 177, de 23-10-87
175/87	Iram Saraiva — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 31.954,89 OTN.	Resolução nº 178, de 23-10-87
176/87	Nabor Júnior — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Felix do Piauí (PI) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.692,16 OTN.	Resolução nº 179, de 23-10-87
177/87	Ronaldo Aragão — Relator	Rerratifica a Resolução nº 14, de 4 de abril de 1987.	Resolução nº 180, de 23-10-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
178/87	José Paulo Bisol — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar, em Cz\$ 13.973.850.000,00 (treze bilhões, novecentos e setenta e três milhões, oitocentos e cinquenta mil cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 181, de 29-10-87
179/87	Meira Filho — Relator	Rerratifica a Resolução nº 264, de 22 de setembro de 1986.	Resolução nº 186, de 6-11-87
180/87	Márcio Lacerda — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 83.740,60 OTN.	Resolução nº 193, de 10-11-87
181/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 187, de 6-11-87
182/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 171.659,374 OTN.	Resolução nº 188, de 6-11-87
183/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Tefé (AM) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 34.853,81 OTN.	Resolução nº 183, de 6-11-87
184/87	Mauro Benevides — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Birigui (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000,00 OTN.	Resolução nº 189, de 6-11-87
185/87	Ronaldo Aragão — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Miguel d'Oeste (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 470.000,00 OTN.	Resolução nº 185, de 6-11-87
186/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itabuna (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 240.000,00 OTN.	Resolução nº 190, de 6-11-87
187/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itabuna (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 250.000,00 OTN.	Resolução nº 191, de 6-11-87
188/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itabuna (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 300.000,00 OTN.	Resolução nº 192, de 6-11-87
189/87	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1973, e dá outras providências.	Retirado
190/87	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 93, do Decreto-Lei nº 37, de 1966, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.	Resolução nº 436, de 5-12-87
191/87	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da expressão "bacalhau", constante do § 21 que o Decreto nº 14.737, de 15-2-80, do Estado de São Paulo acrescentou ao art. 5º do Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias, aprovado pelo Decreto nº 5.410, de 30-12-74, daquele Estado.	Resolução nº 437, de 5-12-87
192/87	Comissão Diretora	Dá nova redação ao § 1º do art. 405 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.	Resolução nº 194, de 16-11-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
193/87	Leite Chaves — Relator	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de crédito externo no valor de US\$ 174.000.000,00 (cento e setenta e quatro milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 195, de 16-11-87
194/87	Albano Franco — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 78.021.322,63 (setenta e oito milhões, vinte e um mil, trezentos e vinte e dois cruzados e sessenta e três centavos).	Resolução nº 197, de 30-11-87
195/87	Leite Chaves — Relator	Rerratifica a Resolução nº 38, de 11 de maio de 1987.	Resolução nº 198, de 30-11-87
196/87	Leopoldo Peres — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 465.000,00 OTN.	Resolução nº 199, de 30-11-87
197/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia (GO) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 60.000,00 OTN.	Resolução nº 200, de 30-11-87
198/87	Mendes Canale — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aral Moreira (MS), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.914,47 OTN.	Resolução nº 201, de 30-11-87
199/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poconé (MT), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 14.528.800,00, correspondente a 80.000 OTN de Cz\$ 181,61, vigente em março de 1987.	Resolução nº 202, de 30-11-87
200/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poconé (MT), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.393,07 OTN.	Resolução nº 203, de 30-11-87
201/87	Ronaldo Aragão — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pontal (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 31.551,91 OTN.	Resolução nº 204, de 30-11-87
202/87	Ronaldo Aragão — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Batatais (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.183,16 OTN.	Resolução nº 205, de 30-11-87
203/87	Itamar Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.400,00 OTN.	Resolução nº 206, de 30-11-87
204/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 255.141,12 OTN.	Resolução nº 251, de 4-12-87
205/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.921,05 OTN.	Resolução nº 207, de 30-11-87
206/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.282,33 OTN.	Resolução nº 208, de 30-11-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
207/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bragança Paulista (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 207.869,00 OTN.	Resolução nº 209, de 30-11-87
208/87	João Menezes — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Brotas (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 93.984,96 OTN.	Resolução nº 210, de 30-11-87
209/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caçador, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.555,73 OTN.	Resolução nº 329, de 5-12-87
210/87	João Menezes — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cajamar (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 16.917,29 OTN.	Resolução nº 211, de 30-11-87
211/87	Chagas Rodrigues — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Maior (PI), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.471,64 OTN.	Resolução nº 212, de 30-11-87
212/87	Cid Sabóia de Carvalho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coronel Macedo (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.297,39 OTN.	Resolução nº 213, de 30-11-87
213/87	Cid Sabóia de Carvalho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.903,67 OTN.	Resolução nº 282, de 5-12-87
214/87	Cid Sabóia de Carvalho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Indaiatuba (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 202.400,00 OTN.	Resolução nº 214, de 30-11-87
215/87	Aureo Mello Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itacoatiara (AM) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 79.936,93 OTN.	Resolução nº 215, de 30-11-87
216/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itiquira (MT), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.123,55 OTN.	Resolução nº 216, de 30-11-87
217/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaciara (MT), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 79.997,18 OTN.	Resolução nº 316, de 5-12-87
218/87	Mendes Canale — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim (MS), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 7.500,00 OTN.	Resolução nº 259, de 4-12-87
219/87	Mendes Canale — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim (MS), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 16.818,00 OTN.	Resolução nº 217, de 30-11-87
220/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Joaçaba (SC), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.760,29 OTN.	Resolução nº 230, de 5-12-87
221/87	Francisco Rollemberg — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Lagarto (SE), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.148,73 OTN.	Resolução nº 218, de 30-11-87
222/87	Leopoldo Peres — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 877.106,00 OTN.	Resolução nº 219, de 30-11-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
223/87	Wilson Martins — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Anaurilândia (MS), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 7.057,05 OTN.	Resolução nº 220, de 30-11-87
224/87	Albano Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 83.368,83 OTN.	Resolução nº 244, de 4-12-87
225/87	Albano Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 58.539,25 OTN.	Resolução nº 308, de 5-12-87
226/87	Francisco Rollemberg — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pacatuba (SE), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 16.180,88 OTN.	Resolução nº 221, de 30-11-87
227/87	Leopoldo Peres — Relator	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 42.360,70 OTN.	Resolução nº 222, de 30-11-87
228/87	Leopoldo Peres — Relator	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 48.974,87 OTN.	Resolução nº 223, de 30-11-87
229/87	José Fogaça — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Passo Fundo (RS), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 57.062,03 OTN.	Resolução nº 224, de 30-11-87
230/87	Cid Sabóia de Carvalho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Patos (PB), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 6.053,19 OTN.	Resolução nº 225, de 30-11-87
231/87	José Fogaça — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Batatais (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 10.556,03 OTN.	Resolução nº 226, de 30-11-87
232/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.400,00 OTN.	Resolução nº 227, de 30-11-87
233/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.400,00 OTN.	Resolução nº 228, de 30-11-87
234/87	José Fogaça — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bragança Paulista (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 53.023,00 OTN.	Resolução nº 380, de 5-12-87
235/87	Albano Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cristinápolis (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 14.035,30 OTN.	Resolução nº 229, de 30-11-87
236/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Içara (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 552,55 OTN.	Resolução nº 331, de 5-12-87
237/87	Francisco Rollemberg — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Indiaroba (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.569,50 OTN.	Resolução nº 230, de 30-11-87
238/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Irani (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.080,83 OTN.	Resolução nº 332, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
239/87	Nelson Wedekin — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Joaçaba (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 17.652,26 OTN.	Resolução nº 333, de 5-12-87
240/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 149.513,92 OTN.	Resolução nº 238, de 4-12-87
241/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Moema (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 45.985,10 OTN.	Resolução nº 231, de 30-11-87
242/87	Maurício Corrêa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 36.259,10 OTN.	Resolução nº 232, de 30-11-87
243/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São João Evangelista (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 549.81 OTN.	Resolução nº 233, de 30-11-87
244/87	Maurício Corrêa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São João do Piauí (PI) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 29.292,00 OTN.	Resolução nº 234, de 30-11-87
245/87	Wilson Martins — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 465.039,04 OTN.	Resolução nº 381, de 5-12-87
246/87	Wilson Martins — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 465.039,04 OTN.	Resolução nº 382, de 5-12-87
247/87	Wilson Martins — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sidrolândia (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.000,00 OTN.	Resolução nº 235, de 30-11-87
248/87	Francisco Rollemberg — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Solânea (PB) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 15.090,52 OTN.	Resolução nº 236, de 30-11-87
249/87	Jamil Haddad — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresópolis (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 52.881,82 OTN.	Resolução nº 289, de 5-12-87
250/87	Mendes Canale — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 108.058,81 OTN.	Resolução nº 260, de 4-12-87
251/87	Gerson Camata — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 10.725,40 OTN.	Resolução nº 348, de 5-12-87
252/87	Gerson Camata — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 37.222,63 OTN.	Resolução nº 349, de 5-12-87
253/87	Gerson Camata — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 461.000 OTN.	Resolução nº 272, de 5-12-87
254/87	Wilson Martins — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aquidauana (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 7.133,60 OTN.	Resolução nº 261, de 4-12-87
255/87	Francisco Rollemberg — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 289.111,53 OTN.	Resolução nº 283, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
256/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracruz (ES) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 26.921,13 OTN.	Resolução nº 350, de 5-12-87
257/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paranaíba (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 65.240,00 OTN.	Resolução nº 262, de 4-12-87
258/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Patos (PB) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.946,81 OTN.	Resolução nº 286, de 5-12-87
259/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piraju (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 20.203,00 OTN.	Resolução nº 383, de 5-12-87
260/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piuma (ES) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.182,25 OTN.	Resolução nº 351, de 5-12-87
261/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poá (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 38.541,21 OTN.	Resolução nº 384, de 5-12-87
262/87	Antonio Farias — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bragança Paulista (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 17.827,00 OTN.	Resolução nº 255, de 4-12-87
263/87	Chagas Rodrigues — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Maior (PI) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 20.016,27 OTN.	Resolução nº 288, de 5-12-87
264/87	José Paulo Bisol — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Chiapetta (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 8.373,88 OTN.	Resolução nº 256, de 4-12-87
265/87	Itamar Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Contagem (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 104.774,48 OTN.	Resolução nº 373, de 5-12-87
266/87	Francisco Rollemberg — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cristinápolis (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 6.681,64 OTN.	Resolução nº 245, de 4-12-87
267/87	Wilson Martins — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cuité (PB) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 66.000,00 OTN.	Resolução nº 285, de 4-12-87
268/87	Chagas Rodrigues — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Duas Estradas (PB) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.041,61 OTN.	Resolução nº 287, de 5-12-87
269/87	Dirceu Carneiro — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 57.403,30 OTN.	Resolução nº 334, de 5-12-87
270/87	Dirceu Carneiro — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Içara (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.576,22 OTN.	Resolução nº 335, de 5-12-87
271/87	Itamar Franco — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 160.195,50 OTN.	Resolução nº 252, de 4-12-87
272/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.018,85 OTN.	Resolução nº 266, de 4-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
273/87	Antonio Farias — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Aurora (PR) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 12.421,05 OTN.	Resolução nº 240, de 4-12-87
274/87	José Paulo Bisol — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sananduva (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.244,36 OTN.	Resolução nº 257, de 4-12-87
275/87	Ronaldo Aragão — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Helena (MA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 29.382,72 OTN.	Resolução nº 343, de 5-12-87
276/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São João Evangelista (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.681,05 OTN.	Resolução nº 253, de 4-12-87
277/87	Chagas Rodrigues — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São João do Piauí (PI) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.430,61 OTN.	Resolução nº 346, de 5-12-87
278/87	Chagas Rodrigues — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São João do Piauí (PI) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 6.247,17 OTN.	Resolução nº 347, de 5-12-87
279/87	Dirceu Carneiro — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 7.690 OTN.	Resolução nº 336, de 5-12-87
280/87	Ronaldo Aragão — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 377.576,75 OTN.	Resolução nº 258, de 4-12-87
281/87	Wilson Martins — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Brilhante (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.600,00 OTN.	Resolução nº 263, de 4-12-87
282/87	Mendes Canale — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Brilhante (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 6.203,01 OTN.	Resolução nº 264, de 4-12-87
283/87	Jamil Haddad — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresópolis (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 129.702,94 OTN.	Resolução nº 294, de 5-12-87
284/87	Jamil Haddad — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresópolis (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 10.336,41 OTN.	Resolução nº 295, de 5-12-87
285/87	Jamil Haddad — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresópolis (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 8.264,66 OTN.	Resolução nº 290, de 5-12-87
286/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.902,00 OTN.	Resolução nº 265, de 4-12-87
287/87	Marcio Lacerda — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Upanema (RN) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 19.762,63 OTN.	Resolução nº 242, de 4-12-87
288/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uberaba (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 14.576,93 OTN.	Resolução nº 273, de 5-12-87
289/87	João Calmon — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 14.879,36 OTN.	Resolução nº 352, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
290/87	Mendes Canale — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Amambaí (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.338,69 OTN.	Resolução nº 267, de 4-12-87
291/87	Mendes Canale — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Seguro (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 200.067,92 OTN.	Resolução nº 355, de 4-12-87
292/87	Mendes Canale — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Seguro (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 45.848,90 OTN.	Resolução nº 356, de 5-12-87
293/87	Mendes Canale — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Seguro (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 74.083,00 OTN.	Resolução nº 357, de 5-12-87
294/87	José Fogaça — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 50.000 OTN.	Resolução nº 299, de 5-12-87
295/87	Wilson Martins — Relator	Rerratifica a Resolução nº 109, de 1987.	Resolução nº 268, de 4-12-87
296/87	Saldanha Derzi — Relator	Rerratifica a Resolução nº 43, de 1983.	Resolução nº 269, de 5-12-87
297/87	Mansueto de Lavor — Relator	Rerratifica a Resolução nº 67, de 1987.	Resolução nº 320, de 5-12-87
298/87	Jutahy Magalhães — Relator	Rerratifica a Resolução nº 334, de 1986.	Resolução nº 358, de 5-12-87
299/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Areia Branca (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.372,76 OTN.	Resolução nº 246, de 4-12-87
300/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Areia Branca (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.780,73 OTN.	Resolução nº 247, de 4-12-87
301/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Areia Branca (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 8.496,94 OTN.	Resolução nº 284, de 5-12-87
302/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Areia Branca (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 9.500,00 OTN.	Resolução nº 309, de 5-12-87
303/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aral Moreira (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 20.353,46 OTN.	Resolução nº 321, de 5-12-87
304/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piraju (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 41.331,78 OTN.	Resolução nº 385, de 5-12-87
305/87	Louremberg Nunes Rocha — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poconé (MT), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 8.437,37 OTN.	Resolução nº 317, de 5-12-87
306/87	Louremberg Nunes Rocha — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.400,00 OTN.	Resolução nº 278, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
307/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coronel Macedo (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.662,70 OTN.	Resolução nº 386, de 5-12-87
308/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Corumbá (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.825,20 OTN.	Resolução n.º 322, de 5-12-87
309/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Divina Pastora (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.251,88 OTN.	Resolução nº 248, de 4-12-87
310/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guaimbé (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.233,08 OTN.	Resolução nº 387, de 5-12-87
311/87	Jorge Bornhausen — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itá (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.639,10 OTN.	Resolução nº 337, de 5-12-87
312/87	Jorge Bornhausen — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Joaçaba (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.991,00 OTN.	Resolução nº 338, de 5-12-87
313/87	Louremberg Nunes Rocha — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Juara (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 50.000 00 OTN.	Resolução nº 318, de 5-12-87
314/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Marília (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.413,00 OTN.	Resolução nº 388, de 5-12-87
315/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 465.415,35 OTN.	Resolução nº 389, de 5-12-87
316/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória (SE), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 12.367,63 OTN.	Resolução nº 250, de 4-12-87
317/87	Leite Chaves — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Aurora (PR) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.130,71 OTN.	Resolução nº 240, de 4-12-87
318/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Osasco (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 255.286,27 OTN.	Resolução nº 391, de 5-12-87
319/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 43.000,00 OTN.	Resolução nº 243, de 4-12-87
320/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Francisco (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 254, de 4-12-87
321/87	José Fogaça — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Gabriel (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000 UPC.	Resolução nº 300, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
322/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 462.363,28 OTN.	Resolução nº 390, de 5-12-87
323/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Simão (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 97.502,37 OTN.	Resolução nº 241, de 4-12-87
324/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sidrolândia (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 77.800,00 OTN.	Resolução nº 270, de 5-12-87
325/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Tambaú (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 15.178,46 OTN.	Resolução nº 393, de 5-12-87
326/87	Maurício Corrêa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresópolis (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 49.567,56 OTN.	Resolução nº 291, de 5-12-87
327/87	Maurício Corrêa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresópolis (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 8.977,71 OTN.	Resolução nº 292, de 5-12-87
328/87	Maurício Corrêa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresópolis (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 59.077,23 OTN.	Resolução nº 293, de 5-12-87
329/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 14.867,84 OTN.	Resolução nº 323, de 5-12-87
330/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Anastácio (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 16.863,96 OTN.	Resolução nº 306, de 5-12-87
331/87	José Fogaça — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ajuricaba (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.803,65 OTN.	Resolução nº 301, de 5-12-87
332/87	Marcio Lacerda — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.136,00 OTN.	Resolução nº 319, de 5-12-87
333/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Tapiraí (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.639,10 OTN.	Resolução nº 274, de 5-12-87
334/87	Mauro Borges — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 254.547,32 OTN.	Resolução nº 249, de 4-12-87
335/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 15.000,00 OTN.	Resolução nº 271, de 5-12-87
336/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em CzS 3.871.723.610,34, o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 280, de 5-12-87
337/87	Jorge Bornhausen — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Praia Grande (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 10.742,48 OTN.	Resolução nº 340, de 5-12-87
338/87	Jorge Bornhausen — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Praia Grande (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.293,80 OTN.	Resolução nº 341, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
339/87	Leite Chaves — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.451.520,00 OTN.	Resolução nº 303, de 5-12-87
340/87	Leite Chaves — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.782.788,00 OTN.	Resolução nº 304, de 5-12-87
341/87	Leite Chaves — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 12.045.580,00 OTN no valor de Cz\$ 401,69, vigente em setembro de 1987.	Resolução nº 305, de 5-12-87
342/87	Mauro Borges — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN, no valor de Cz\$ 366,49, vigente em julho de 1987.	Resolução nº 315, de 5-12-87
343/87	Marcio Lacerda — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 33.909.410,00 OTN, no valor de Cz\$ 424,51, vigente em outubro de 1987.	Resolução nº 320, de 5-12-87
344/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ponta-Porã (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 510.447,00 OTN, no valor de Cz\$ 424,51, vigente em outubro de 1987.	Resolução nº 324, de 5-12-87
345/87	José Fogaça — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cz\$ 11.867.127.670,00 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 237, de 3-12-87
346/87	Jorge Bornhausen — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cz\$ 2.046.766.325,19, o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 339, de 5-12-87
347/87	Meira Filho — Relator	Rerratifica a Resolução nº 174-A, de 23 de outubro de 1987.	Resolução nº 275, de 5-12-87
348/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cabo Frio (RJ), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 36.365,02 OTN.	Resolução nº 296, de 5-12-87
349/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cabo Frio (RJ), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 218.674,75 OTN.	Resolução nº 362, de 5-12-87
350/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cabo Frio (RJ), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 44.766,27 OTN.	Resolução nº 297, de 5-12-87
351/87	Meira Filho — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cabo Frio (RJ), a contratar operação de crédito, em cruzados, a 62.546,52 OTN.	Resolução nº 363, de 5-12-87
352/87	Severo Gomes — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pompéia (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 17.678,57 OTN.	Resolução nº 392, de 5-12-87
353/87	Mauro Borges — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itumbiara (GO), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 448.261,07 OTN.	Resolução nº 307, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
354/87	Francisco Rollemberg — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 397.803,00 OTN.	Resolução nº 404, de 5-12-87
355/87	Lourival Baptista — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 371.280,00 OTN.	Resolução nº 367, de 5-12-87
356/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 391.695,00 OTN.	Resolução nº 359, de 5-12-87
357/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 25.000.000 OTN, no valor de Cz\$ 377,67, vigente em agosto de 1987.	Resolução nº 360, de 5-12-87
358/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.000.000 OTN, no valor de Cz\$ 424,51, vigente em outubro de 1987.	Resolução nº 325, de 5-12-87
359/87	Severo Gomes — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 198.619,00 OTN.	Resolução nº 310, de 5-12-87
360/87	Severo Gomes — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 200.000 OTN, no valor de Cz\$ 366,49, vigente em julho de 1987.	Resolução nº 311, de 5-12-87
361/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 600.000 OTN, no valor de Cz\$ 377,67, vigente em agosto de 1987.	Resolução nº 279, de 5-12-87
362/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jussara (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 169.247,00 OTN.	Resolução nº 409, de 5-12-87
363/87	Leite Chaves — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá (PR), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 28.774,00 OTN.	Resolução nº 403, de 5-12-87
364/87	Saldanha Derzi — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.310.742.520,00.	Resolução nº 326, de 5-12-87
365/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cz\$ 12.050.700.000,00 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 374, de 5-12-87
366/87	Mário Maia — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Branco (AC), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 386.478,05 OTN.	Resolução nº 313, de 5-12-87
367/87	Meira Filho — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, em caráter excepcional e temporariamente, o limite de sua dívida consolidada.	Resolução nº 364, de 5-12-87
368/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cz\$ 3.616.907.823,00 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 298, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
369/87	Alexandre Costa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Inês (MA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 280.000 OTN.	Resolução nº 344, de 5-12-87
370/87	Alexandre Costa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Inês (MA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 30.451,13 OTN.	Resolução nº 345, de 5-12-87
371/87	Ronaldo Aragão — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Turvo (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.400,00 OTN.	Resolução nº 342, de 5-12-87
372/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 399.600,00 OTN.	Resolução nº 361, de 5-12-87
373/87	Comissão Diretora	Revoga disposições do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972 e alterações posteriores.	Resolução nº 399, de 5-12-87
374/87	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal.	Resolução nº 312, de 5-12-87
375/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Feira de Santana (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 400.000,00 OTN.	Resolução nº 410, de 5-12-87
376/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Feira de Santana (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 453.600,00 OTN.	Resolução nº 411, de 5-12-87
377/87	Jutahy Magalhães — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibicarai (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 350.000,00 OTN.	Resolução nº 412, de 5-12-87
378/87	José Ignácio Ferreira — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 6.172,87 OTN.	Resolução n. 369, de 5-12-87
379/87	José Ignácio Ferreira — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.356,78 OTN.	Resolução nº 370, de 5-12-87
380/87	José Ignácio Ferreira — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 336.080,33 OTN.	Resolução nº 371, de 5-12-87
381/87	João Calmon -- Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 110.757,77 OTN.	Resolução nº 366, de 5-12-87
382/87	João Calmon — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 452.142,00 OTN.	Resolução nº 372, de 5-12-87
383/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uberaba (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 157.439,86 OTN.	Resolução nº 281, de 5-12-87
384/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.157,89 OTN.	Resolução nº 353, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
385/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 17.857,14 OTN.	Resolução nº 354, de 5-12-87
386/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 52.274,44 OTN.	Resolução nº 413, de 5-12-87
387/87	Aureo Mello — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Gabriel (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 72.000,00 OTN.	Resolução nº 415, de 5-12-87
388/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 59.455,83 OTN.	Resolução nº 414, de 5-12-87
389/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Simões Filho (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 454.000,00 OTN.	Resolução nº 416, de 5-12-87
390/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Brumadinho (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.283,83 OTN.	Resolução nº 375, de 5-12-87
391/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carmo da Cachoeira (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 50.000,00 OTN.	Resolução nº 429, de 5-12-87
392/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Contagem (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 156.993,62 OTN.	Resolução nº 430, de 5-12-87
393/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibitité (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.000,00 OTN.	Resolução nº 431, de 5-12-87
394/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Matozinhos (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 204.801,27 OTN.	Resolução nº 432, de 5-12-87
395/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Medeiros (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 14.100,00 OTN.	Resolução nº 376, de 5-12-87
396/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Francisco de Sales (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.500,00 OTN.	Resolução nº 433, de 5-12-87
397/87	Aluizio Bezerra — Relator	Rerratifica a Resolução nº 126, de 1986, do Senado Federal.	Resolução nº 314, de 5-12-87
398/87	Fernando Henrique Cardoso — Relator	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de crédito externo, no valor de US\$ 63,200,000.00 (sessenta e três milhões e duzentos mil dólares norte-americanos)	Resolução nº 394, de 5-12-87
398-A/87	José Agripino e outros	Cria o Serviço de Auditoria às Comissões Parlamentares de Inquérito, para os fins que especifica.	Resolução nº 328, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
399/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ipirá (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 94.246,24 OTN.	Resolução nº 417, de 5-12-87
400/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coaraci (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 366.619,64 OTN.	Resolução nº 418, de 5-12-87
401/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dias D'Ávila (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 293.961,94 OTN.	Resolução nº 419, de 5-12-87
402/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itajuípe (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 362.296,39 OTN.	Resolução nº 420, de 5-12-87
403/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piritiba (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 342.755,02 OTN.	Resolução nº 421, de 5-12-87
404/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Presidente Dutra (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 115.310,24 OTN.	Resolução nº 422, de 5-12-87
405/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uibaí (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 38.359,00 OTN.	Resolução nº 423, de 5-12-87
406/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 354.590,40 OTN.	Resolução nº 424, de 5-12-87
407/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 395.101,55 OTN.	Resolução nº 425, de 5-12-87
408/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 285.401,39 OTN.	Resolução nº 426, de 5-12-87
409/87	Meira Filho — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 20.760.000,00 (vinte milhões, setecentos e sessenta mil dólares americanos).	Resolução nº 398, de 5-12-87
410/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.400,00 OTN.	Resolução nº 434, de 5-12-87
411/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.400,00 OTN.	Resolução nº 377, de 5-12-87
412/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.400,00 OTN.	Resolução nº 378, de 5-12-87
413/87	Nelson Carneiro — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 71.744,88 OTN.	Resolução nº 405, de 5-12-87
414/87	Meira Filho — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 419.204,00 OTN.	Resolução nº 400, de 5-12-87
415/87	Meira Filho — Relator	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 81.869,35 OTN.	Resolução nº 368, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
416/87	Nelson Carneiro — Relator	Autoriza o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Limeira (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.032.653,24 OTN.	Resolução nº 276, de 5-12-87
417/87	Nelson Carneiro — Relator	Autoriza o Departamento de Água e Esgoto de Sumaré (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 236.500,00 OTN	Resolução nº 438, de 5-12-87
418/87	Gerson Camata — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aroeiras (PB), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 21.327.821,46 OTN.	Resolução nº 395, de 5-12-87
419/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Buritizeiro (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.000,00 OTN.	Resolução nº 435, de 5-12-87
420/87	Nelson Carneiro — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cantagalo (RJ), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 124.627,62 OTN.	Resolução nº 365, de 5-12-87
421/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caratinga (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 125.373,74 OTN.	Resolução nº 439, de 5-12-87
422/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 56.000,00 OTN.	Resolução nº 447, de 5-12-87
423/87	Alfredo Campos — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Contagem (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.400,00 OTN.	Resolução nº 440, de 5-12-87
424/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Contagem (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 441.729,32 OTN.	Resolução nº 441, de 5-12-87
425/87	José Paulo Bisoletti — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Criciúma (SC), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 16.250,00 OTN.	Resolução nº 406, de 5-12-87
426/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Gongogi (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 43.703,01 OTN.	Resolução nº 427, de 5-12-87
427/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibiá (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 75.000,00 OTN.	Resolução nº 442, de 5-12-87
428/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibirité (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 200.000,00 OTN.	Resolução nº 443, de 5-12-87
429/87	Nelson Carneiro — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Limeira (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.964.148,60 OTN.	Resolução nº 277, de 5-12-87
430/87	Gerson Camata — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mamanguape (PB), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 401, de 5-12-87
431/87	Nelson Carneiro — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 215.260,00 OTN.	Resolução nº 407, de 5-12-87

Nº	Autor	Ementa	Resultado
432/87	Nelson Carneiro — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu (SP), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 170.341,19 OTN.	Resolução nº 408, de 5-12-87
433/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 247.000,00 OTN.	Resolução nº 444, de 5-12-87
434/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Lima (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000,00 OTN.	Resolução nº 445, de 5-12-87
435/87	Gerson Camata — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pombal (PB), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 396, de 5-12-87
436/87	Gerson Camata — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Tinto (PB), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 397, de 5-12-87
437/87	Pompeu de Sousa — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 428, de 5-12-87
438/87	Gerson Camata — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Serraria (PB), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 62.000,00 OTN.	Resolução nº 327, de 5-12-87
439/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sete Lagoas (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 217.630,11 OTN.	Resolução nº 379, de 5-12-87
440/87	Ronan Tito — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Unaí (MG), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 36.560,60 OTN.	Resolução nº 446, de 5-12-87
441/87	José Paulo Bisol — Relator	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uruguaiana (RS), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 206.487,12 OTN.	Resolução nº 402, de 5-12-87

c) SÚMULA

Eis os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

Total dos projetos	447
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	5
apresentados nesta sessão legislativa	442
Aprovados	439
Sendo:	
desta sessão legislativa	438
de sessões legislativas anteriores	1
Em tramitação	7
Sendo:	
desta sessão legislativa	3
de sessões legislativas anteriores	4
Retirado	1
 Os Projetos de Resolução aprovados versaram sobre:	
empréstimos ou financiamentos externos	5
operações de crédito internas	417
suspensão de execução de dispositivos legais	3
assuntos da administração interna do Senado Federal	9
alienação de terras	2
alteração do Regimento Interno	3

J.5.5 — REQUERIMENTOS

a) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1	Líderes do PMDB, PFL e PSB	Eleição, em um único escrutínio, de Membros da Mesa	Aprovado
2	Raimundo Lira	Homenagem de pesar	Aprovado
3	José Ignácio Ferreira	Criação de Comissão Especial	Retirado
4	Líderes do PFL, PDS, PMDB e PSB	Criação de Comissão Especial	Retirado
5	Itamar Franco	Informações	Aprovado
6	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PTB e PDT	Urgência (371, b)	Aprovado
7	Itamar Franco	Destaque	Rejeitado
8	Affonso Camargo	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
9	Nelson Carneiro e outros	Destinação da Hora do Expediente para homenagem	Aprovado
10	Ruy Bacelar	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
11	Itamar Franco	Informações	Aprovado
12	Itamar Franco	Criação de Comissão Especial	Em tramitação
13	Rachid Saldanha Derzi	Informações	Aprovado
14	Carlos Chiarelli	Adiamento de discussão	Aprovado
15	José Ignácio Ferreira	Retirada de requerimento	Deferido
16	Carlos Chiarelli	Retirada de requerimento	Deferido
17	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PSB e PDT	Criação de Comissão Especial	Aprovado
18	José Agripino Maia	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
19	Severo Gomes	Desarquivamento de projeto	Aprovado
20	Líderes do PMDB e PFL	Adiamento de discussão	Aprovado
21	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
22	Roberto Campos	Adiamento de discussão	Aprovado
23	Alexandre Costa	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
24	Carlos Chiarelli	Destaque	Aprovado
25	Meira Filho	Desarquivamento de projeto	Prejudicado
26	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PL, PDC e PDT	Instalação de Comissão	Aprovado

Obs.: Os requerimentos arquivados na sessão legislativa anterior não foram desarquivados na presente sessão legislativa.

Nº	Autor	Assunto	Resultado
27	Itamar Franco	Informações	Aprovado
28	Leopoldo Perez	Homenagem de pesar	Aprovado
29	Jamil Haddad	Prorrogação de prazo para apresentação de emendas	Aprovado
30	José Fogaça	Adiamento de discussão	Aprovado
31	José Ignácio Ferreira	Informações	Aprovado
32	José Fogaça	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
33	Carlos Chiarelli	Adiamento de discussão	Aprovado
34	José Fogaça	Adiamento de discussão	Aprovado
35	João Menezes e outros	Realização de sessão especial	Aprovado
36	Pompeu de Sousa	Desarquivamento de projeto	Aprovado
37	Líderes do PMDB e PFL	Adiamento de discussão	Aprovado
38	José Fogaça	Adiamento de discussão	Aprovado
39	João Menezes	Adiamento de apreciação de mensagem do Executivo	Aprovado
40	Líderes do PMDB e PFL	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
41	José Fogaça	Adiamento de discussão	Retirado
42	José Fogaça	Retirada de requerimento	Deferido
43	Líderes do PMDB, PFL e PDT	Reabertura de discussão	Aprovado
44	Roberto Campos	Adiamento de discussão	Aprovado
45	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
46	Fábio Lucena	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
47	Alfredo Campos e outros	Instalação de Comissão	Aprovado
48	Jamil Haddad	Adiamento de apreciação de mensagem do Executivo	Aprovado
49	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
50	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
51	Roberto Campos	Desarquivamento de projeto	Aprovado
52	Roberto Campos	Desarquivamento de projeto	Aprovado
53	Roberto Campos	Desarquivamento de projeto	Aprovado
54	Roberto Campos	Desarquivamento de projeto	Aprovado
55	Roberto Campos	Desarquivamento de projeto	Aprovado
56	Roberto Campos	Desarquivamento de projeto	Aprovado
57	Roberto Campos	Desarquivamento de projeto	Aprovado
58	Roberto Campos	Desarquivamento de projeto	Aprovado
59	Roberto Campos	Desarquivamento de projeto	Aprovado
60	Roberto Campos	Desarquivamento de projeto	Aprovado
61	José Fogaça	Adiamento de discussão	Aprovado
62	Jamil Haddad	Adiamento de votação	Aprovado
63	José Fogaça	Adiamento de apreciação de mensagem do Executivo	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
64	Jamil Haddad e Itamar Franco	Informações	Aprovado
65	Itamar Franco	Desarquivamento de projeto	Arquivado
66	Carlos Chiarelli	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
67	Fernando Henrique Cardoso	Audiência de Comissão	Aprovado
68	Fernando Henrique Cardoso	Adiamento de discussão	Aprovado
69	Leite Chaves	Adiamento de votação	Aprovado
70	Fernando Henrique Cardoso	Adiamento de discussão	Aprovado
71	Leite Chaves	Adiamento de votação	Retirado
72	Odacir Soares	Adiamento de apreciação de Mensagem do Executivo	Rejeitado
73	Irapuan Costa Júnior e outros	Criação de Comissão Especial	Aprovado
74	Lavoisier Maia	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
75	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
76	José Fogaça	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
77	Roberto Campos	Audiência de Comissão	Aprovado
78	José Fogaça	Adiamento de discussão	Aprovado
79	Jutahy Magalhães	Transcrição nos Anais	Em tramitação
80	José Agripino	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
81	José Richa	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
82	Leite Chaves	Retirada de requerimento	Deferido
83	Virgílio Távora	Desarquivamento de projeto	Aprovado
84	Maurício Corrêa	Informações	Aprovado
85	José Fogaça	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
86	Líderes do PSB e do PMDB	Não realização de sessão	Aprovado
87	Cid Sabóia de Carvalho	Informações	Aprovado
88	Leopoldo Peres e outros	Homenagem de pesar	Aprovado
89	Marcondes Gadelha	Realização de sessão especial	Aprovado
90	Carlos Chiarelli	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
91	Divaldo Suruagy	Criação de Comissão Especial	Em tramitação
92	Leopoldo Peres	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
93	Odacir Soares	Adiamento de votação	Aprovado
94	José Fogaça	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
95	José Ignácio Ferreira	Reexame de Comissão	Retirado
96	Fernando Henrique Cardoso	Adiamento de votação	Aprovado
97	José Agripino	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
98	Itamar Franco	Adiamento de votação	Aprovado
99	Mauro Benevides	Adiamento de votação	Aprovado
100	Roberto Campos	Adiamento de discussão	Aprovado
101	Rui Bacelar	Retirada de emenda	Aprovado
102	Roberto Campos	Adiamento de discussão	Retirado
103	Jarbas Passarinho	Desarquivamento de projeto	Aprovado
104	Francisco Rollemberg	Desarquivamento de projeto	Aprovado
105	Líderes do PMDB e PDS	Urgência (371, "b")	Aprovado
106	Líderes do PMDB e PDS	Urgência (371, "b")	Prejudicado
107	Mauro Benevides	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
108	Líderes do PMDB e PDS	Urgência (371, "b")	Prejudicado
109	Líderes do PMDB e PDS	Urgência (371, "b")	Prejudicado
110	Líderes do PMDB e PDS	Urgência (371, "b")	Aprovado
111	Líderes do PMDB e PDS	Urgência (371, "b")	Aprovado
112	Alfredo Campos	Retirada de emenda	Aprovado
113	Aluizio Bezerra	Retirada de emenda	Aprovado
114	Líderes do PFL e PMDB	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
114-A	Aluizio Bezerra	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido (RI art. 45)
115	Roberto Campos	Exame de Comissão	Aprovado
116	Roberto Campos	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
117	Líderes do PFL e PMDB	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
118	Roberto Campos	Retirada de requerimento	Deferido
119	Fernando Henrique Cardoso	Exame de Comissão	Aprovado
120	Líderes do PFL e PMDB	Audiência de Comissão	Aprovado
121	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
122	Mauro Benevides	Desarquivamento de projeto	Aprovado
123	Mauro Benevides e outros	Realização de sessão especial	Aprovado
124	Marco Maciel	Realização de sessão especial	Aprovado
125	Cid Sabóia de Carvalho	Homenagem de pesar	Aprovado
126	Humberto Lucena	Homenagem de pesar	Aprovado
127	Nelson Wedekin	Adiamento de votação	Aprovado
128	Hugo Napoleão	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido
129	Leopoldo Perez	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido
130	Jamil Haddad	Informações	Aprovado
131	Humberto Lucena e outros	Realização de sessão especial	Aprovado
132	José Ignácio Ferreira	Retirada de requerimento	Deferido
133	Alfredo Campos	Desarquivamento de projeto	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
134	Pompeu de Sousa e outros	Realização de sessão especial	Aprovado
135	Líderes do PFL e PMDB	Adiamento de discussão	Aprovado
136	Mansueto de Lavor	Adiamento de discussão	Aprovado
137	José Agripino Maia	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
138	Líderes do PFL e PMDB	Urgência (371, "b")	Aprovado
139	Fernando Henrique Cardoso e outros	Homenagem de pesar	Aprovado
140	Carlos Chiarelli e outros	Homenagem de pesar	Aprovado
141	Humberto Lucena	Realização de sessão especial	Aprovado
142	Nelson Carneiro	Transcrição nos Anais	Aprovado
143	Dirceu Carneiro	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
144	Jamil Haddad	Destinação do Expediente	Aprovado
145	Teotônio Vilela Filho	Informações	Aprovado
146	Humberto Lucena	Homenagem de pesar	Aprovado
147	Nelson Carneiro e Jarbas Passarinho	Homenagem de pesar	Aprovado
148	Irapuan Costa Júnior	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
149	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
150	Affonso Camargo	Desarquivamento do Projeto	Aprovado
151	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
152	Maurício Corrêa	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
153	Mauro Benevides	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido (art. 45 do R.I.)
154	José Agripino	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido (art. 45 do R.I.)
155	Carlos Chiarelli	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
156	Líderes do PFL e PMDB	Urgência (371, "b")	Aprovado
157	Líderes do PFL e PMDB	Urgência (371, "b")	Aprovado
158	Pompeu de Sousa	Transcrição nos Anais	Em tramitação
159	Nelson Carneiro	Criação de Comissão Especial	Retirado
160	Divaldo Suruagy	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido (art. 45 do R.I.)
161	Meira Filho	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido (art. 45 do R.I.)
162	Edison Lobão	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
163	Edison Lobão	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
164	Edison Lobão	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
165	Edison Lobão	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
166	Edison Lobão	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
167	Edison Lobão	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
168	Mauro Benevides	Adiamento de votação	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
169	Lourival Baptista	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
170	José Agripino	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
171	Carlos Chiarelli	Prorrogação de Prazo de Comissão Especial	Aprovado
172	Carlos De'Carli	Autorização para aceitar missão do Executivo.	Aprovado
173	Fernando Henrique Cardoso e outros	Não realização de sessão	Aprovado
174	Luiz Viana Filho	Informações	Em tramitação
175	Fernando Henrique Cardoso	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
176	Nelson Carneiro	Retirado de requerimento	Deferido
177	Alfredo Campos	Adiamento de discussão	Aprovado
178	Carlos Criarelli	Informação	Aprovado
179	João Menezes	Adiamento de discussão	Em tramitação
180	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
181	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
182	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
183	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
184	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
185	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
186	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
187	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
188	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
189	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
190	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
191	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
192	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
193	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
194	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
195	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
196	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
197	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
198	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
199	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
200	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
201	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
202	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
203	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
204	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
205	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
206	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
207	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
208	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
209	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
210	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
211	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
212	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
213	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
214	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
215	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
216	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
217	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
218	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
219	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
220	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
221	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
222	Márcio Lacerda	Desarquivamento de projeto	Aprovado
223	Marcondes Gadelha	Prorrogação de prazo CPI	Aprovado
224	Itamar Franco	Informações	Aprovado
225	Roberto Campos	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
226	Itamar Franco	Adiamento de discussão	Retirado
227	Carlos Chiarelli	Desarquivamento de projeto	Aprovado
228	Francisco Rollemberg	Desarquivamento de projeto	Aprovado
229	Francisco Rollemberg	Desarquivamento de projeto	Aprovado
230	Francisco Rollemberg	Desarquivamento de projeto	Aprovado
231	Francisco Rollemberg	Desarquivamento de projeto	Aprovado
232	Francisco Rollemberg	Desarquivamento de projeto	Aprovado
233	Francisco Rollemberg	Desarquivamento de projeto	Aprovado
234	Francisco Rollemberg	Desarquivamento de projeto	Aprovado
235	Nabor Júnior	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido
236	Comissão Diretora	Retirada de projeto	Aprovado
237	Raimundo Lira	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
238	Alfredo Campos	Adiamento de discussão	Aprovado
239	Itamar Franco	Retirada de requerimento	Deferido
240	Itamar Franco	Informações	Aprovado
241	Líderes do FL e PMDB	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
242	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (371, b)	Aprovado
243	Saldanha Derzi	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
244	Francisco Rollemberg	Desarquivamento de projeto	Aprovado
245	Carlos Chiarelli	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
246	Lourival Baptista	Prorrogação de prazo de Comissão Especial Mista	Aprovado
247	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (371, b)	Prejudicado
248	José Agripino	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
249	Irapuan Costa Júnior	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
250	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
251	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
252	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
253	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
254	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
255	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
256	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
257	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
258	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
259	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
260	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
261	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
262	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
263	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
264	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de projeto	Aprovado
265	Nelson Carneiro	Retirada de projeto	Aprovado
266	João Menezes	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
267	Odacir Soares	Adiamento de votação	Rejeitado
268	João Menezes	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
269	Lavoisier Maia	Adiamento de discussão	Em tramitação
270	Guilherme Palmeira e outros	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
271	Carlos Chiarelli	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
272	José Ignácio Ferreira	Destaque	Rejeitado
273	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (371, b)	Prejudicado
274	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PDT	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
275	Líderes do PMDB e PTB	Urgência (371, b)	Aprovado
276	Líderes do PMDB e PTB	Urgência (371, b)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
277	Roberto Campos	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
278	Fernando Henrique Cardoso	Adiamento de discussão	Aprovado
279	Roberto Campos	Adiamento de Votação	Rejeitado
280	Carlos Chiarelli	Desarquivamento de projeto	Aprovado
281	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (371, b)	Aprovado
282	Wilson Martins e outros	Homenagem de pesar	Aprovado
283	Líderes do PMDB e PDS	Urgência (371, b)	Aprovado
284	Líderes do PMDB e PDS	Urgência (371, b)	Aprovado
285	Líderes do PMDB e PDS	Urgência (371, b)	Aprovado
286	Aureo Mello	Destaque	Rejeitado
287	Líderes do PDS e PMDB	Urgência (371, b)	Prejudicado

b) SÚMULA

Requerimentos apresentados nesta sessão legislativa:

Adiamento de apreciação de Mensagem	4
Adiamento de Discussão	24
Adiamento de Votação	11
Audiência de Comissão	3
Autorização para aceitar missão do Executivo	10
Convocação de Ministro de Estado	8
Criação de Comissão Especial Externa	1
Criação de Comissão Especial Interna	6
Desarquivamento de Projeto	98
Destaque	4
Destinação do Expediente	2
Eleição em um único escrutínio	1
Exame de Comissão	2
Homenagem de pesar	10
Informações	19
Instalação de Comissão	2
Inversão da Ordem do Dia	20
Licença para tratamento de saúde	1
Não realização de Sessão	2
Prorrogação de prazo de Comissão Especial	7
Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	7
Prorrogação de prazo para apresentação de emendas	1
Reabertura de discussão	1
Realização de Sessão Especial	6
Reexame de Comissão	1
Retirada de Emenda	3
Retirada de Projeto	2
Retirada de Requerimento	8
Transcrição nos Anais	4
Urgência	20
Total	288

J.5.6 — PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1/87	Itamar Franco	Aplicação ilegal de verbas públicas no mercado financeiro, por parte da Comissão Nacional de Energia Nuclear e conta secreta (Delta Três).	Em tramitação

J.5.7 — ESCOLHA DE AUTORIDADES

Nos termos do disposto no item III do art. 42 da Constituição, compete ao Senado manifestar-se sobre a escolha de magistrados, em casos determinados, dos Ministros do Tribunal de Contas da União, do Governador do Distrito Federal e dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Para cumprimento dessas atribuições privativas, foram submetidas ao Senado as seguintes Mensagens:

a) recebidas na sessão legislativa anterior

Mensagem nº		Nome	Cargo
SF	PR		
509/86	727/86	Amaury Banhos Porto de Oliveira	Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.
510/86	729/86	Ronald Leslie Moraes Small	Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

b) recebidas nesta sessão legislativa

Mensagem nº		Nome	Cargo
SF	PR		
33/87	828/86	Jayme Villa-Lobos	Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.
34/87	829/86	Carlos Alberto Leite Barbosa	Embaixador do Brasil junto à República da Albânia (função cumulativa).
35/87	20/87	Luiz Fernando do Couto Nazareth	Embaixador do Brasil junto ao Reino do Lesoto (função cumulativa).
36/87	21/87	Oswaldo Biato	Embaixador do Brasil junto à República da Libéria (função cumulativa).
37/87	22/87	Aloysio Moraes Dias Gomide	Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.
38/87	23/87	José Guilherme Alves Mesquita	Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

SF	PR	Nome	Cargo
Mensagem			
39/87	24/87	Guy Mendes Pinheiro de Vasconcelos	Embaixador do Brasil junto à República da Guiné (função cumulativa).
40/87	26/87	Cláudio Garcia de Souza	Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética.
41/87	37/87	Sérgio Paulo Rouanet	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.
42/87	35/87	Francisco de Assis Toledo	Ministro do Tribunal Federal de Recursos.
43/87	40/87	Almirante-de-Esquadra Luiz Leal Ferreira	Ministro do Superior Tribunal Militar.
(*) 45/87	42/87	Rubens Antonio Barbosa	Embaixador Chefe da Delegação para o Desarmamento e os Direitos Humanos.
50/87	60/87	Fernando Silva Alves	Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad Tobago.
51/87	61/87	Moacyr Moreira Martins Ferreira	Embaixador do Brasil junto à República da Coréia.
56/87	70/87	Asdrubal Pinto de Ulysséa	Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.
57/87	71/87	José Ferreira Lopes	Embaixador do Brasil junto à República de Seychelles (função cumulativa).
58/87	72/87	Luiz Fernando do Couto Nazareth	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suazilândia (função cumulativa).
79/87	122/87	Paulo Nogueira Batista	Embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas.
80/87	123/87	Marcos Castrioto de Azambuja	Embaixador Chefe da Delegação do Brasil para o Desarmamento e os Direitos Humanos, com sede em Genebra.
81/87	125/87	Rubens Ricupero	Embaixador junto à Delegação Permanente do Brasil em Genebra.
92/87	148/87	Enaldo Camaz de Magalhães	Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.
114/87	178/87	Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro	Embaixador do Brasil junto à República do Peru.
115/87	179/87	José Olympio Rache de Almeida	Embaixador do Brasil junto à República Federativa da Iugoslávia.
116/87	180/87	Luiz Augusto Pereira Souto Maior	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.
117/87	190/87	Carlos Luezilde Hildebrant	Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.
119/87	194/87	Dra. Élvia Lordello Castelo Branco	Ministro do Tribunal de Contas da União.
120/87	195/87	Dr. Jorge Vargas	Ministro do Tribunal de Contas da União.
122/87	204/87	Sérgio Martins Thompson Flôres	Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.
123/87	205/87	Marcos Henrique Camillo Côrtes	Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu (função cumulativa).
136/87	231/87	Carlos Norberto de Oliveira Pares	Embaixador do Brasil junto à República de Gana.

(*) Retirada pela Mensagem nº 86/87 (nº 132/87, na Presidência da República).

Mensagem		Nome	Cargo
SF	PR		
137/87	232/87	Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho	Embaixador do Brasil junto à República Democrática Alemã.
138/87	233/87	Edmundo Radwanski	Embaixador do Brasil junto à Jamaica.
140/87	236/87	José Jerônimo Moscardo de Souza	Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica.
145/87	242/87	Murillo Gurgel Valente	Embaixador do Brasil junto à República da Islândia (função cumulativa).
157/87	257/87	Ronaldo Costa	Embaixador do Brasil junto à República do Chile.
158/87	258/87	Octávio Rainho da Silva Neves	Embaixador do Brasil junto ao Reino de Nepal e à República de Srilanka (função cumulativa).
186/87	294/87	Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto	Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.
204/87	317/87	Renato Bayma Denys	Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.
205/87	318/87	Luiz Villarinho Pedroso	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita.
206/87	319/87	Aderbal Costa	Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas (funções cumulativas).
210/87	334/87	Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa	Embaixador do Brasil junto à República Popular do Congo (função cumulativa).
211/87	335/87	Guy Marie de Castro Brandão	Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia (função cumulativa).
228/87	381/87	General-de-Exército Jorge Frederico Machado de Sant'Anna	Ministro do Superior Tribunal Militar
229/87	382/87	General-de-Exército Haroldo Herichsen da Fonseca	Ministro do Superior Tribunal Militar
230/87	391/87	João Hermes Pereira de Araujo	Embaixador do Brasil junto à República Francesa.
231/87	392/87	Jayme Villa-Lobos	Embaixador do Brasil junto à República Guiné-Equatorial (função cumulativa).
237/87	407/87	Francico Thompson-Flôres Netto	Embaixador do Brasil junto à República Argentina.
387/87	575/87	Edson Carvalho Vidigal	Ministro do Tribunal Federal de Recursos.
445/87	642/87	Sérgio Seabra de Noronha	Embaixador do Brasil junto ao Estado do Coveite.
446/87	643/87	Raymundo Nonato Loyola de Castro	Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

L — O SENADO FEDERAL EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

L.1 — ELEMENTOS DE LIGAÇÃO

Atuaram como elementos de ligação junto ao Senado Federal:

Órgãos	Assessores
Presidência da República	Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves
Ministério da Aeronáutica	Ten.-Cel.-Aviador Pedro Josino Cordeiro
Ministério do Exército	Cel. Werlon Coaracy de Roure
Ministério da Marinha	Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz Paulo Aguiar Reguffe
Ministério da Administração	José Wild de Oliveira Cabral
Ministério da Agricultura	Paulo Soares Azevedo
Ministério da Ciência e Tecnologia	Arthur Pinto de Araújo Corrêa
Ministério das Comunicações	Álvaro Alberto de Araújo Sampaio
Ministério da Cultura	João Ribeiro de Oliveira e Souza
Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	Idair Ceccato Guancino
Ministério da Educação	João Paulo Machado Peixoto
Ministério da Fazenda	José Reinaldo Paes Leme
Ministério da Indústria e do Comércio	Pedro Wilson Carrano Albuquerque
Ministério do Interior	José Carlos Lopes
Ministério da Justiça	Nísio Tostes
Ministério das Minas e Energia	Luiz Adolfo Corrêa Pinheiro
Ministério da Previdência Social	Ricardo Pires de Mello
Ministério das Relações Exteriores	Embaixador Affonso Celso de Ouro Preto
Ministério da Saúde	Leila Maria Magalhães
Ministério do Trabalho	Gizelda Caldas Bandeira João Quirino Júnior — 2-10-87
Ministério dos Transportes	Lilian G. Nelson de S. Santos
EMFA	Cel. Engenheiro Tiago Castro de Castro
INCRA	Antonio Dionísio Batista Vieira
Governo do Distrito Federal	José Flávio de Oliveira
Secretaria de Planejamento	Silvio de Carvalho Grossi

L.2 — JORNALISTAS CREDENCIADOS

O Comitê de Imprensa junto ao Senado Federal funcionou com a seguinte composição:

Jornalistas	Órgãos
João Emílio Falcão Costa Filho José Tarcísio Saboya de Hollanda	Agência de Notícias dos Diários Associados (ANDA)
Flamarion Mossri Antônio Arrais de Oliveira	Agência Estado (O Estado de S. Paulo)
Milton Roberto Monteiro Ribeiro Eduardo Bentes Monteiro Kin-Ir-Sen Pires Leal	Agência Imprensa Livre Ltda (AGIL) (Fotojornalismo)
Jankiel Gonczarowka Francisco C. N. Lacerda Filho	Agência Jornalística do Planalto (APLAN)
Alfredo Obliziner Givaldo de Lima Barbosa Antônio Carlos Antunes Scartezini Josemar Toscano Dantas	Correio Braziliense S/A
Amália Maranhão Calmon Rubem de Azevedo Lima	Folha de S. Paulo
Adão Osmar dos Santos Oliveira	Empresa Jornalística Caldas Júnior (Correio do Povo)
Evandro Fonseca Paranaguá Jorge Faria de Souza	Jornal da Tarde (O Estado de S. Paulo)
Helena Maria de Freitas Chagas	Agência Globo (Empresa Jornalística Brasileira Ltda.)
Roberto Reis Stefanelli João Aurélio Franco Mendes de Abreu	Jornal O Globo (Empresa Jornalística Brasileira Ltda.)
Francisco José Lustosa da Costa	Diário do Nordeste (Editora Verdes Mares Ltda.)
Mônica Silva Silveira	Jornal O Popular de Goiânia (Jornal de Brasília)
José Haroldo Hollanda Ivaldo Cavalcante Alves Luiz José Magalhães Joca Luiz Eduardo da Costa	Jornal de Brasília
Vicente Limongi Neto Dilson Ribeiro de Souza	Jornal Tribuna da Imprensa (S.A. Editora)

Jornalistas	Órgãos
Maria da Graça Costa Ramos Menandro Luiz Antônio de Souza Ribeiro Mariângela Hamú Jorge Luiz de Souza Ottoni Guimarães Fernandes	Revista IstoÉ (Gazeta Mercantil)
José Milano Lopes	Jornal O Povo
Antônio Carlos Silva Santos	Rádio O Povo
Hermano de Deus Nobre Alves Sérgio Rubens Angeli	Diário Popular (SP)
Júlio Cezar Ramos Silva Sandra Costa de Oliveira	Jornal do Congresso Nacional
Jaime Balderrama Herrera	Voz da América (La Voz de Los Estados Unidos de América en Brasil)
Giselda Caixeta Patrícia Leite Lima Sylvia Regina Gadelha Millon Lincoln Brum Almiro da Cunha Leite Júnior Elizabeth Belmonte de Athayde Bohrer	FUNTEVE (Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa) Min. Educação
Sonia Cristina Ferreira da Silva Edeval Lago	Shopping Brasília (Editora Jornalística Ltda.)
Renato Augusto da Costa	Bizerra & Gebrim Ltda (BG Fotojornalismo)
Paulo José Araújo da Cunha	Televisão Verdes Mares
Ossian da Silveira Brito	O Liberal
Ilara Maria Viotti	Revista Senhor
Marcos de Oliveira	Correio do Brasil
João Batista Pereira Saraiva	Televisão Capital Ltda
Antônio Araújo Santos	Jornal Paulista Ltda
Alicia Gonçalves Santiago	Rádio Bandeirantes S/A (SP)
Dario Macedo	José — Jornal da Semana Inteira (DF — Repórter)
Francisco das Chagas Leite Filho	Bom Dia (DF — Repórter)
Thaís Bastos Nogueira Camargo Riomar Bessio da Trindade	Gazeta Mercantil
Josiane Louvain Monteiro de Souza	Tribuna do Ceará (Editora Tribuna do Ceará Ltda.)
Luiz Alencar Monteiro Manoel Vilela de Magalhães Carlos Chagas Jorge Rosa	O Estado de S. Paulo
Maria Nilza Pereira da Silva Portocarero Wanderval Calaça de Mendonça Esaú Afonso de Carvalho	OBN (Organização Brasileira de Notícias)
Rita Maria Francisco Pereira Lyra Antônio Francisco da Cruz Leila dos Santos Rosa Maria Wasem Magalhães Luiz Recena Grassi Ruy Lopes	EBN (Empresa Brasileira de Notícias)

Jornalistas**Órgãos**

Rejane Sousa de Oliveira
Rita de Cássia Nardelli Lontra

Ruy Fabiano Batista Rabello
Sérgio Chacon

Sebastião Baptista da Silva

Cláudio Renato Kuck

Ary Cícero de Moraes Ribeiro
Ana Márcia Costalonga Seraphim

Luiz Einar Neri Solano

Leda Beatriz de Souza Guedes

Antônio de Pádua Aranha Araújo

Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo

José Fábio de Andrade Mendes
Márcia Macedo Ferreira de Andrade

Benedito Eustáquio Mendonça
Walter Luiz Álvares de Carvalho

Sílvio Leite Campos

João Ramid B. Borges

Aldo Renato Soares

Jorge Cesar Bellez Wamburg

Manuel Ricardo Hollanda

Rádio Planalto (FM) (**Correio Braziliense**)

Rádio Planalto (AM) (**Correio Braziliense**)

TV Brasília — Canal 6 (**Correio Braziliense**)

Rádio Eldorado (AM) **O Estado de S. Paulo**

Rádio Eldorado (FM) **O Estado de S. Paulo**

Jornal Tribuna de Brasília (Editora
Jornalística Tribuna de Brasília Ltda.)

Diário da Tarde (MG)

Rádio Nacional de Brasília (AM) (Radiobrás)
— Empresa Brasileira de Radiodifusão

Rádio Nacional de Brasília (FM) (Radiobrás)

Revista **Visão**

Revista **Manchete** (Bloch Editores S/A)

Futura (Comunicação Social)

Revista **Veja** (Editora Abril)

Revista **Exame** (Editora Abril)

Rádio Globo de Brasília Ltda (Sistema
Globo de Rádio)

Empresa Editora A Tarde S/A (Salvador
BA.)

V – O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO

A — SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 41 sessões conjuntas, sendo 38 para tratar de matéria legislativa e 3 solenes.

As sessões solenes foram as seguintes:

Data	Finalidade
19-3-87	Instalação dos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura.
26-3-87	Recepção ao Senhor Mário Soares, Presidente da República Portuguesa. (Oradores: Deputados Fernando Gasparian e Senador Jarbas Passarinho)
28-5-87	Homenagem à memória do Senador Teotônio Vilela. (Oradores: Deputada Rose de Freitas e Senadores Divaldo Suruagy e Teotônio Vilela Filho)

B — COMISSÕES MISTAS

B.1 — PARA ESTUDO DE MATÉRIA LEGISLATIVA

Nesta sessão legislativa foram constituídas 3 Comissões Mistas, sendo:

Para exame de Propostas de Emenda à Constituição 2

Para exame de projeto de lei 1

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987-CN, que introduz disposições especiais no Regimento Comum a vigorarem durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, foi dispensada a constituição de Comissão Mista, sendo designado relator para:

Exame de decretos-leis 166

Exame de vetos Presidenciais 70

B.2 — PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

a) CPMI DA SECA NO NORDESTE

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a avaliar os prejuízos da seca no Nordeste, foi criada através da Resolução nº 2/87-CN, oriunda de requerimento de iniciativa do Deputado Cesar Cals Neto e subscrito por um terço dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Ao término da sessão legislativa passada, integravam a Comissão os seguintes Congressistas:

Senadores

Deputados

PMDB

Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Raimundo Lira
Mansueto de Lavor
Teotônio Vilela Filho
Ruy Bacelar
Fernando Henrique Cardoso

Celso Dourado
Paulo Silva
Gonzaga Patriota
Ubiratan Aguiar
Cássio Cunha Lima
Ismael Wanderley

PFL

João Lobo
Guilherme Palmeira

Orlando Bezerra
Edme Tavares
Antônio Ferreira

PDS

Virgílio Távora
Lavoisier Maia

Cesar Cals Neto

PDT

Moema São Thiago

Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. Senador Teotônio Vilela Filho e Deputado Ismael Wanderley, cabendo a função de Relator ao Deputado Cesar Cals Neto.

Prestaram depoimento perante a CPMI as seguintes personalidades:

- Dr. Vicente Cavalcante Fialho, Ministro de Estado da Irrigação;
- Sr. José Francisco da Silva, Presidente da CONTAG;
- Dr. João Alves, Ministro de Estado do Interior;
- Dr. Uirande Augusto Borges, Diretor-Geral do DNOCS;
- Dr. Waldir Pires, Governador do Estado da Bahia;
- Prof. Carlos Girardi, do Centro de Tecnologia Aero-Espacial da Aeronáutica;
- Dr. Fernando Collor de Mello, Governador do Estado de Alagoas.

Em 6-11-87 a Comissão realizou viagem de inspeção a Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).
O prazo de duração da Comissão esgotar-se-á em 25-4-88.

b) CPMI DO CIMI

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias de conspiração internacional envolvendo restrições à soberania nacional sobre a Região Amazônica foi criada pela Resolução nº 3/87-CN, oriunda de requerimento de iniciativa do Dep. Cardoso Alves e subscrito por um terço dos membros da Câmara e do Senado.

Ao final da sessão legislativa integravam a Comissão os seguintes Parlamentares:

Senadores

Ronan Tito
Severo Gomes
Almir Gabriel
Nelson Wedekin
Pompeu de Sousa
Olavo Pires

Deputados

PMDB

Gidel Dantas
José Carlos Sabóia
Octávio Elísio
Cardoso Alves
Vasco Neto

PFL

Alexandre Costa
Odaeir Soares

Eraldo Trindade
Ricardo Fiúza

PDS

Jarbas Passarinho

Gerson Peres

PDT

Lysâneas Maciel

Foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. Deputados Cardoso Alves e Ricardo Fiúza, sendo designado Relator o Sr. Senador Ronan Tito.

As seguintes personalidades prestaram depoimento perante a Comissão:

— Jornalista Júlio de Mesquita Neto, Diretor-Responsável pelo jornal **O Estado de S. Paulo**;

— Prof. Oliveiros Ferreira, Diretor do jornal **O Estado de S. Paulo**.

— Dr. Antônio Carlos Vilanova, Perito Criminalista.

Prazo final da Comissão: 16-3-88.

c) CPMI DA POLÍTICA NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades pelo acidente com material radioativo, verificado em Goiânia, e avaliar a política nacional de energia nuclear, foi criada pela Resolução nº 4/87-CN, oriunda de requerimento do Dep. João Natal e outros Srs. Parlamentares.

Ao final da sessão legislativa, a Presidência aguardava indicação das lideranças para designação dos membros da Comissão.

d) CPMI DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar práticas de desrespeito e violência cometidas pelo Estado contra os elementares direitos da pessoa humana, especialmente os menos favorecidos de todo o território nacional, foi criada através da Resolução nº 5/87-CN, oriunda de requerimento de iniciativa do Sen. Pompeu de Sousa e subscrito por um terço dos membros do Senado e da Câmara.

Os membros da Comissão serão designados oportunamente.

Prazo: 12-5-88.

e) CPMI DO "GRUPO DOS TREZE"

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as causas da constituição do Chamado "Grupo dos Treze", que comporá a 1ª Divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol foi criada pela Resolução nº 6/87-CN, oriunda de requerimento do Dep. Francisco Amaral e outros Srs. Congressistas.

A Comissão, cujo prazo de duração esgotar-se-á em 12-5-88, terá seus membros designados oportunamente.

C — MATÉRIA LEGISLATIVA

C.1 — PROPOSTAS DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

a) De sessões legislativas anteriores

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
17/82	Dep. Lúcia Viveiros	Acrescenta item ao art. 112, nova Seção ao Capítulo VIII do Título I, e renumera os arts. 144 e 145, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
19/82	Dep. Nilson Gibson	Dá nova redação ao art. 195 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
20/82	Dep. Túlio Barcellos	Da nova redação ao art. 176, § 3º item VI, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
21/82	Dep. Salvador Julianelli	Altera a redação do § 4º, do art. 175, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
22/82	Sen. Pedro Simon	Acrescenta parágrafos ao art. 21 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
23/82	Dep. Juarez Furtado	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
24/82	Dep. Airton Sandoval	Acrescenta parágrafo ao art. 38 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
28/82	Dep. Edgard Amorim	Revoga a alínea e do § 2º do art. 156 e o art. 162, altera os arts. 165 e 166, e acrescenta artigo às Disposições Gerais e Transitórias da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
29/82	Dep. Antônio Moraes	Assegura aos professores em geral — inclusive aos rurais — dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios vencimentos não inferiores ao salário mínimo regional.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
31/82	Dep. Antônio Carlos de Oliveira	Revoga a alínea d do item VIII do art. 8º e dá nova redação ao § 8º do art. 153 da Constituição Federal, extinguindo a censura de diversões públicas.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
32/82	Dep. Hélio Duque	Altera a redação do § 35 do art. 153 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
34/82	Dep. Octacílio Almeida	Dá nova redação ao § 2º do art. 113 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
35/82	Dep. Juarez Furtado	Institui a Justiça Comercial.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
36/82	Dep. Juarez Furtado	Altera a redação do § 2º do art. 99.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
37/82	Dep. Paulo Lustosa	Altera dispositivos da Constituição Federal, referentes ao orçamento da União, e dá outras providências.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
38/82	Sen. Hugo Ramos	Acrescenta parágrafos ao art. 152 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
39/82	Dep. Walter de Prá	Altera a seção do texto constitucional referente ao Ministério Público.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
40/82	Dep. Ruy Codo	Determina que um terço dos membros dos Tribunais de Contas sejam nomeados mediante prévia aprovação em concurso público.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
42/82	Dep. Airton Sandoval	Altera o Capítulo VII do Título I e o Título V, para introduzir o regime de Governo Parlamentar.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
43/82	Dep. Carlos Bezerra	Altera a redação do art. 142 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
44/82	Dep. Henrique Brito	Altera o art. 184 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
45/82	Dep. Airton Sandoval	Determina que as modificações introduzidas, durante uma legislatura, na legislação eleitoral, somente possam vigorar a partir da legislatura subsequente.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
46/82	Dep. José de Castro Coimbra	Acrescenta parágrafo 5º ao art. 15 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
47/82	Dep. Modesto da Silveira	Altera a redação do § 11 do art. 153 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
48/82	Dep. Jorge Vianna	Dispõe sobre a aposentadoria dos servidores policiais sob o regime estatutário e da Consolidação das Leis do Trabalho aos vinte e cinco anos de serviço, acrescentando dizeres ao art. 165 do texto constitucional no seu item XX.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
49/82	Dep. Brabo de Carvalho	Dá nova redação ao § 4º, acrescenta parágrafos e renumera os atuais §§ 5º e 6º do art. 144 da Constituição Federal, dispondo sobre os vencimentos da magistratura.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
50/82	Dep. Maurício Fruet	Revoga a alínea "c" do parágrafo único do art. 30 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
51/82	Dep. Rogério Rego	Institui a Justiça Rural.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
52/82	Sen. Passos Pôrto	Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
53/82	Dep. Audálio Dantas	Restabelece a redação que a alínea d do § 1º do art. 144 tinha anteriormente à Emenda nº 7, de 1977, para o fim de devolver à Justiça Comum a competência para processar e julgar militares pela prática de crimes de natureza civil.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
54/82	Sen. Jutahy Magalhães	Altera o art. 153, § 10, da Constituição Federal	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
55/82	Sen. Lázaro Barboza	Altera os caput dos arts. 95 e 96 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
56/82	Dep. Audálio Dantas	Dispõe sobre a estabilidade dos servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração direta ou indireta, que à data da promulgação desta Emenda já tenham cinco ou mais anos de serviço, contínuos ou não.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
57/82	Sen. Jorge Kalume	Altera o art. 184 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
59/82	Dep. Victor Faccioni	Institui o sistema parlamentar de governo.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
60/82	Dep. Inocêncio Oliveira	Dá nova redação ao § 3º do art. 97 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
61/82	Dep. José Camargo	Altera a alínea d do item III do art. 19 da Constituição Federal, vedando a instituição de imposto sobre a tinta preta destinada à impressão do livro, do jornal e dos periódicos.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
62/82	Dep. Ronaldo Ferreira Dias	Altera a redação do inciso I do art. 165 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
2/83	Sen. Affonso Camargo	Altera o art. 98 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
3/83	Dep. Ruy Côdo	Dá nova redação ao art. 15, § 3º, alínea f , e ao art. 177, § 1º, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
4/83	Dep. Ary Kffuri	Dispõe sobre os reajustes dos vencimentos dos funcionários públicos.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
9/83	Dep. Dionísio Hage	Altera o item II do art. 176 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
10/83	Dep. José Carlos Teixeira	Acrescenta item ao art. 160 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
13/83	Dep. Myrthes Bevilacqua	Acrescenta dispositivos à Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
15/83	Sen. Mário Maia	Revoga os dispositivos que restringem a autonomia dos municípios brasileiros e dá nova organização política ao Distrito Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
16/83	Dep. Maurício Fruet	Restabelece eleições diretas para prefeitos dos municípios que especifica, cria a representação política do Distrito Federal e dá outras providências.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
17/83	Dep. Herbert Levy	Acrescenta as Disposições Transitórias para introduzir o regime de governo parlamentar.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
18/83	Dep. Fernando Bastos	Altera os arts. 4º, item II e o art. 5º da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
19/83	Dep. João Bastos	Estende aos Deputados Estaduais e aos Vereadores a inviolabilidade no exercício do mandato.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
21/83	Dep. João Bastos	Incorpora ao texto constitucional a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
25/83	Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta dispositivo ao art. 102 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
26/83	Dep. Mário Frota	Devolve à Justiça Comum a competência para processar e julgar os integrantes das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros pela prática de crimes de natureza civil.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
27/83	Dep. Luiz Henrique	Extirpa do texto constitucional os dispositivos que permitem ao Poder Executivo a expedição de decretos-leis.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
28/83	Dep. Paulo Lustosa	Dá nova redação ao § 1º do art. 104 da Constituição, facultando ao parlamentar a opção entre os rendimentos da parte fixa dos subsídios e os relativos ao emprego, cargo ou função.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
29/83	Dep. Paulo Lustosa	Introduz alterações no art. 60 da Constituição Federal, instituindo o critério de regionalização na lei orçamentária anual da União.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
30/83	Dep. Jonathas Nunes	Acrescenta parágrafo único ao art. 84 da Constituição, dispondo sobre a escolha de Ministros de Estado.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
32/83	Dep. Airon Rios	Dispõe sobre programas de combate à seca no Nordeste.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
34/83	Dep. José Camargo	Altera a redação da alínea "a" do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
35/83	Dep. Mozarildo Cavalcanti	Dispõe que a nomeação dos Governadores dos Territórios deverá ser feita a partir de indicação pelos Deputados Federais do respectivo Território.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
36/83	Dep. Airon Rios	Introduz alteração na Constituição Federal, na parte relativa ao Orçamento, visando regionalizar a fixação da despesa orçamentária.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
37/83	Dep. Oswaldo Lima Filho	Restabelece a destinação constitucional de três por cento da renda tributária na execução do plano de defesa contra os efeitos da seca do Nordeste.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
43/83	Dep. Dilson Fanchin	Altera o Capítulo III, no item I do art. 13, para introduzir as imunidades parlamentares para os Deputados Estaduais e Vereadores.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
44/83	Dep. Lélío Souza	Suprime o art. 57 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
45/83	Dep. Luiz Guedes	Revoga o inciso V do art. 46 e o art. 55 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
46/83	Dep. Daso Coimbra	Revoga o inciso V do art. 46 e o art. 55, seus incisos e parágrafos, todos da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
47/83	Dep. Aldo Arantes	Restabelece os poderes do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira e revoga o art. 57 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
1/84	Dep. Sérgio Murilo	Acrescenta parágrafo ao art. 32 da Constituição Federal, e dá nova redação ao seu § 4º	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
3/84	Sen. Henrique Santillo	Altera o art. 42 da Constituição Federal em seu inciso III, estendendo a competência do Senado Federal para aprovar previamente a indicação do Ministro-Chefe do SNI.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
4/84	Sen. Henrique Santillo	Altera o art. 43 da Constituição Federal em seu inciso II; o art. 65 em seu § 2º e o art. 66 e seus §§ 1º, 4º e 5º, para permitir ao Congresso Nacional discutir e votar a proposta do orçamento monetário.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
5/84	Dep. Dante de Oliveira	Altera a redação e revoga dispositivos da Constituição Federal, que contém restrições à exercitação do direito de greve.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
8/84	Dep. Adail Vettorazzo	Modifica a redação dos artigos 34 e 36 da Constituição Federal, assegurando aos Senadores e Deputados o direito de se licenciar para exercer novas funções na administração pública.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
9/84	Dep. Mário Frota	Dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros na Amazônia Legal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
10/84	Dep. Renato Cordeiro	Altera a redação do caput do art. 36, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
12/84	Dep. Renato Cordeiro	Amplia as hipóteses em que o Deputado ou o Senador pode exercer funções ou cargos sem perda do mandato.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
13/84	Dep. Coutinho Jorge	Altera a redação do art. 3º da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
17/84	Dep. Brandão Monteiro	Altera a redação dos arts. 21, 55 e 57 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
18/84	Dep. Onísio Ludovico	Altera a redação do item III do caput do art. 42, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
20/84	Dep. Fernando Lyra	Introduz modificações no § 3º do art. 75 da Constituição Federal, reduzindo para quatro anos o mandato do Presidente da República, respeitado o período de seis anos do atual mandato presidencial.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
22/84	Dep. Irma Passoni	Acrescenta parágrafo ao art. 3º do texto constitucional, estabelecendo a realização de plebiscito para a redivisão territorial.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
24/84	Dep. Wilmar Palis	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
26/84	Dep. Eduardo Matarazzo Suplicy	Modifica a redação do § 2º do art. 13 e do inciso I do art. 15 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
27/84	Dep. José Fogaça	Estabelece eleições em dois turnos para Governador e Vice-Governador de Estado.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
28/84	Dep. Artur Virgílio Neto	Retira, das atribuições do Presidente da República, a faculdade de editar decretos-lei.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
29/84	Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta § 5º ao art. 62 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
30/84	Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta parágrafo ao art. 163 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
31/84	Sen. Jorge Kalume	Dispõe sobre a aposentadoria de servidores municipais.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
32/84	Dep. Brandão Monteiro	Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
33/84	Dep. Farabulini Júnior	Assegura o direito de voto aos cabos e soldados das polícias militares dos Estados.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
34/84	Dep. Domingos Juvenil	Acrescenta o § 6º ao art. 15 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
35/84	Dep. Armando Pinheiro	Confere o direito de voto aos cabos e soldados das Polícias Militares.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
36/84	Dep. Jorge Carone	Acrescenta parágrafo único ao artigo 167 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
37/84	Sen. Benedito Ferreira	Obriga o Poder Público a solver seus débitos com correção monetária.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
38/84	Dep. Francisco Dias	Acrescenta parágrafo único ao art. 160 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
39/84	Dep. Fernando Lyra	Dá nova redação ao § 2º do art. 151 da Constituição Federal, para permitir a reassunção do Governador e do Prefeito que se desincompatibilizaram para a disputa de mandato eletivo.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
40/84	Dep. Jorge Arbage	Institui a Justiça Agrária.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
41/84	Dep. Francisco Dias	Dá nova redação ao art. 98 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
42/84	Dep. Ary Kffuri	Dispõe sobre a concessão, aos servidores civis e militares da União, de uma gratificação especial natalina.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
43/84	Dep. Jorge Leite	Altera a redação do § 2º do art. 147, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
44/84	Dep. Francisco Dias	Dá nova redação ao item III do art. 165.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
46/84	Dep. Nilton Alves	Altera e acrescenta dispositivos na Constituição Federal, de modo a tornar gratuito o ensino em todos os níveis, sob o encargo do poder público.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
48/84	Dep. Irma Passoni	Modifica a redação do item II do § 3º do art. 176 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
49/84	Dep. Jorge Carone	Altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
50/84	Sen. Mauro Borges	Modifica dispositivos da Constituição Federal, visando estabelecer nova organização política para o Distrito Federal, bem como assegurar-lhe representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e dá outras providências.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
51/84	Dep. João Batista Fagundes	Suprime o § 1º do art. 17 e o item V do art. 42, renumera os demais e acrescenta item ao art. 44 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
52/84	Dep. Arildo Teles	Altera dispositivos da Constituição referentes aos Territórios e ao Distrito Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
53/84	Dep. Múcio Athayde	Estabelece eleições para Governador, Senadores e Deputados Federais e Estaduais no Distrito Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
54/84	Dep. Aldo Arantes	Altera dispositivos da Constituição Federal, nas partes que dispõem sobre a competência, organização e funcionamento do Distrito Federal, e dá outras providências.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
55/84	Sen. Álvaro Dias	Dá nova redação ao item VIII do art. 13 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
56/87	Dep. Fernando Collor	Altera a redação do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução 1/87-CN
57/84	Dep. José Tavares	Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal estendendo a imunidade parlamentar aos vereadores.	Arquivada nos termos da Resolução 1/87-CN
58/84	Dep. Aldo Arantes	Acrescenta inciso III ao art. 15 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução 1/87-CN
59/84	Dep. Carlos Vinagre	Altera a redação do inciso IV do art. 176, acrescentando ao mesmo artigo um novo item, e um parágrafo ao art. 176, como segue.	Arquivada nos termos da Resolução 1/87-CN
60/84	Dep. Luiz Dulci	Acrescenta dispositivo à Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução 1/87-CN
61/84	Dep. Arthur Virgílio Neto	Altera o art. 13, em seus caput , incisos VI e VIII, §§ 1º, 2º, 3º, 5º e 6º; o art. 15, em seus caput e § 1º, alíneas a e b ; o art. 17, §§ 1º a 3º; o art. 34, incisos IV e V; o art. 35, § 4º; o art. 41, em seu caput , §§ 1º e 2º; o art. 42, itens III e V; o art. 47, em seu caput , incisos e parágrafos; o art. 51, § 3º; o art. 59, em seus caput e §§ 3º e 4º; o art. 152, §§ 5º e 6º; e acrescenta dois artigos no Título V da Constituição Federal, que trata das Disposições Gerais e Transitórias.	Arquivada nos termos da Resolução 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
62/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao § 7º do art. 23 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução 1/87-CN
64/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao item III do art. 42 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução 1/87-CN
65/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao art. 55 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução 1/87-CN
66/84	Dep. Freitas Nobre	Acrescenta parágrafo ao art. 62 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução 1/87-CN
67/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao art. 95 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução 1/87-CN
68/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação à alínea 1 do item I do art. 119 e acrescenta ao artigo o § 4º	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
69/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao art. 190 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
70/84	Dep. Fernando Collor	Acrescenta § 7º ao art. 13 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
71/84	Dep. Francisco Dias	Acrescenta dispositivo ao art. 19 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
72/84	Dep. Myrthes Bevilacqua	Altera a redação do item I, do art. 44 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
73/84	Dep. Dilson Fanchin	Atribui competência ao Congresso Nacional para autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, fazer operações de crédito, legislar sobre a dívida pública e estabelecer os meios de pagamento.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
74/84	Dep. Hugo Mardini	Condiciona à autorização do Congresso Nacional os empréstimos, operações ou acordos externos que importem ônus para o Tesouro Nacional.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
75/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação aos itens I e IV do art. 44 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
76/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao caput do art. 69, transformando-o em parágrafo único, com nova redação.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
77/84	Dep. Geovani Borges	Altera a redação do art. 41 da Constituição Federal, relativo à composição do Senado, para determinar a representação dos Territórios Federais nessa Casa do Congresso.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
78/84	Dep. Juarez Batista	Determina que a eleição de juiz de paz nos municípios será feita por sufrágio direto.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
79/84	Dep. Airton Sandoval	Cria o Fundo de Compensação dos Estados, Distrito Federal e Municípios; altera e acrescenta dispositivos da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
80/84	Dep. Victor Faccioni	Altera a redação dos arts. 19, 21 e 23 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
81/84	Sen. Alvaro Dias	Altera o § 3º do art. 23 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
82/84	Sen. Alvaro Dias	Dá nova redação aos §§ 8º e 9º do art. 23 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
83/84	Sen. Carlos Chiarelli	Propõe alteração nos arts. 19, 21, 23, 25 e 26 e acrescenta o art. 218 na Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
84/84	Dep. Paulo Zarzur	Altera a redação dos arts. 94, 95 e 96 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
85/84	Dep. Alvaro Valle	Modifica o art. 3º e seu parágrafo único e acrescenta outras alterações na Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
1/85	Dep. Lúcio Alcântara	Concede aos Estados o poder de legislar supletivamente sobre manejo florestal, proteção ambiental e proteção da biota.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
6/85	Dep. Flávio Bierrembach	Acrescenta parágrafo ao art. 170 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
7/85	Dep. Flávio Bierrembach	Acrescenta parágrafos ao art. 153 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
8/85	Dep. Siegfried Heuser	Acrescenta parágrafo ao art. 161 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
9/85	Dep. Valmor Giavarina	Altera redação dos arts. 101 e 102 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
10/85	Dep. Fernando Gomes	Institui o 13º salário para o funcionalismo público da União.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
12/85	Dep. Renato Vianna	Acrescenta parágrafos ao art. 102 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
13/85	Sen. Mário Maia	Dá nova redação ao item c, do art. 197 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
19/85	Dep. Hermes Zaneti	Altera o caput do art. 147 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
21/85	Dep. Alécio Dias	Altera o caput do art. 147 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
24/85	Dep. Amílcar de Queiroz	Dá nova redação a dispositivos da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
25/85	Dep. Mendes Botelho	Modifica a redação do § 4º do art. 99 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
26/85	Dep. Lélío Souza	Suprime as medidas de emergência, o estado de emergência e o Conselho Constitucional, instituindo o estado de sítio, decretado pelo Congresso Nacional, como única salvaguarda do Estado.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
27/85	Dep. Onísio Ludovico	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
28/85	Dep. Sérgio Cruz	Revoga os arts. 155 e 158 da Constituição, que dispõem sobre medidas coercitivas e estado de emergência.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
29/85	Dep. Clemir Ramos	Altera e exclui dispositivos da Constituição relativos às medidas e ao estado de emergência.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
30/85	Dep. Siqueira Campos	Altera a redação do inciso VIII do art. 8º, da Constituição Federal, para o fim de determinar a subordinação da Polícia Rodoviária Federal ao Ministério da Justiça.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
31/85	Sen. Itamar Franco	Exige prévia aprovação do Senado Federal para a realização de obras viárias nos parques nacionais.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
32/85	Dep. Hélio Manhães	Acrescenta item ao art. 57 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
33/85	Dep. Arnaldo Maciel	Cria o Tribunal Constitucional.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
34/85	Dep. Jorge Cury	Permite a um terço de cada Casa do Congresso Nacional propor emenda à Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
35/85	Dep. Evandro Ayres de Moura	Acrescenta artigo à Constituição Federal, referente à aplicação de recursos na área do Polígono das Secas.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
36/85	Dep. José Carlos Vasconcelos	Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros ao Nordeste.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
37/85	Dep. Manoel Gonçalves	Acrescenta parágrafo ao art. 62 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
38/85	Dep. Arnaldo Maciel	Acrescenta parágrafo ao art. 101.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
39/85	Dep. Myrthes Bevilácqua	Acrescenta item ao art. 165 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
40/85	Sen. Raimundo Parente	Acrescenta artigo à Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
41/85	Dep. Ricardo Ribeiro	Modifica a redação dos arts. 119, I, "a", e 122 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
42/85	Dep. Tidei de Lima	Dá nova redação ao item XIX do art. 165 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
45/85	Dep. Oswaldo Lima Filho	Restaura a competência do Congresso Nacional na elaboração do Orçamento, extingue os decretos-leis, regula a nomeação do Procurador-Geral da República, do Presidente do Banco Central do Brasil, a apreciação dos tratados, dos vetos, a representação sobre inconstitucionalidade e a disciplina do estado de sítio e de emergência.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
46/85	Dep. Freitas Nobre	Acrescenta parágrafo único ao art. 44 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
47/85	Sen. Cid Sampaio	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
48/85	Dep. Jessé Freire	Altera os arts. 29, 60, 62, 66, 70, 71 e 81 e acrescenta artigo à Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
49/85	Dep. Mário Hato	Permite o voto ao estrangeiro, sob condições.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
50/85	Dep. Haroldo Sanford	Modifica o disposto nas alíneas b , c e d do § 1º do art. 151 da Constituição, dispondo sobre ilegibilidades.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
51/85	Dep. Felipe Cheidde	Assegura ao estrangeiro, nas condições que especifica, o direito de votar e ser votado, restrito porém às eleições municipais.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
53/85	Dep. Myrthes Beviláqua	Inclui, entre os casos que permite, a falta a sessões ordinárias de Casa Legislativa a condição de gestante de parlamentar.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
54/85	Dep. Odilon Salmória	Acrescenta item IV ao art. 40 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
55/85	Dep. Siegfried Heuser	Altera o prazo de vigência da distribuição prevista no art. 26, item I, da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
56/85	Sen. Lomanto Júnior	Determina que a União aplique não menos de 30% de sua renda tributária anual na região Nordeste.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
62/85	Dep. Rubens Ardenghi	Altera a redação da alínea e do parágrafo único do art. 30 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
63/85	Dep. João Divino	Acrescenta parágrafos ao art. 200 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
64/85	Dep. Walmor de Luca	Acrescenta dispositivo ao art. 98 da Constituição Federal, determinando paridade nos reajustes dos rendimentos dos funcionários civis e militares.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
65/85	Dep. Irajá Rodrigues	Suspende o pagamento de dívidas contraídas pela União, Estados e Municípios, nas condições que especifica.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
66/85	Dep. Edme Tavares	Estende aos odontólogos o direito à acumulação remunerada de cargos ou funções públicas, constante do item IV, do art. 99 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
67/85	Dep. Francisco Rollemberg	Estende aos paramédicos o direito à acumulação remunerada de cargos ou funções públicas, constante do item IV, do art. 99 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
68/85	Dep. Clemir Ramos	Acrescenta dispositivo ao item IV, do art. 99 da Constituição Federal, estendendo aos odontólogos os benefícios da acumulação de cargos públicos.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
69/85	Sen. Amaral Furlan	Amplia os direitos dos brasileiros naturalizados.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
70/85	Sen. Alvaro Dias	Altera o § 10 do art. 23 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
71/85	Dep. Octacílio de Almeida	Dá nova redação ao art. 208 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
72/85	Dep. Darcy Passos	Acrescenta parágrafos ao art. 18 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
73/85	Sen. Albano Franco	Altera e acrescenta parágrafos ao art. 168 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
74/85	Dep. Gomes da Silva	Altera a redação dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 168 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
75/85	Dep. Samir Achôa	Estende o direito de voto aos cabos e soldados das Polícias Militares dos Estados.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
76/85	Dep. Hermes Zaneti	Acrescenta parágrafos ao art. 98 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
77/85	Dep. Renan Calheiros	Altera o art. 147 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
78/85	Dep. Denisar Arneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 169, tornando privativas das empresas nacionais a distribuição e comercialização de derivados de petróleo e álcool carburante.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
79/85	Dep. Francisco Dias	Altera o art. 36 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
80/85	Dep. Leur Lomanto	Altera a redação dos arts. 34 e 36, que dispõem sobre a perda de mandato de Senador e Deputado.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
81/85	Dep. Jorge Arbage	Dá nova redação ao caput do art. 147, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
82/85	Dep. Moacir Franco	Dá nova redação ao art. 92 da Constituição, estabelecendo o Serviço Agrícola Obrigatório.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
83/85	Dep. Altair Chagas	Dá nova redação aos arts. 17 e 217 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
84/85	Sen. Mário Maia	Dispõe sobre a autonomia do Distrito Federal, alterando os arts. 13, 17 e 42 da Constituição, acrescentando novo artigo ao seu Título V.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
85/85	Sen. Eunice Michiles	Atribui aos Estados competência para disciplinar a criação de municípios, alterando o art. 14 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
86/85	Dep. Celso Peçanha	Estende à justiça de paz os direitos, vantagens e garantias dos juizes temporários.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
87/85	Dep. Alcides Lima	Introduz modificação no § 3º do art. 1º da Constituição Federal, para permitir que os Territórios tenham símbolos próprios.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
88/85	Dep. Vivaldo Frota	Dá nova redação ao parágrafo terceiro do art. 72 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
1/86	Dep. Airton Sandoval	Altera os arts. 18, 19, 21, 24, 25 e 26 da Constituição Federal e dá outras providências.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
2/86	Dep. Ralph Biasi	Acrescenta dispositivo à Constituição Federal, no capítulo referente ao Sistema Tributário, para o fim de instituir a possibilidade de aplicação de alíquotas progressivas no IPTU.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
3/86	Dep. Marcondes Pereira	Institui a Reforma Tributária.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
4/86	Dep. Victor Faccioni	Propõe ajuste tributário emergencial, alterando a redação dos arts. 19, 21, 23 e 26 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
5/86	Dep. Nelson do Carmo	Altera dispositivos da Constituição Federal (arts. 18, § 5º; 23; 25. caput e incisos e 26).	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
6/86	Sen. Fábio Lucena	Acrescenta artigo ao Título V (Disposições Gerais e Transitórias) da Constituição Federal, dispondo sobre o provimento, em caso de vacância, dos cargos de Governador e Vice-Governador de Estado.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
7/86	Dep. Ademir Andrade	Introduz modificações no art. 165 da Constituição Federal, estabelecendo limite para a diferença entre o salário mínimo e a remuneração máxima; obrigando o pagamento de remuneração dobrada às horas trabalhadas além das oito normais e assegurando a qualquer membro do Congresso Nacional competência para dispor sobre a integração do seguro-desemprego no âmbito da Previdência Social.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

b) Da Presente Sessão Legislativa

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/87	Dep. Roberto Rollemberg	Modifica o art. 161 e seu parágrafo 2º, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
2/87	Dep. Luiz Guedes	Altera a redação do art. 48 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
3/87	Dep. JG de Araújo Jorge	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
4/87	Dep. Ralph Biasi	Acrescenta parágrafo ao art. 62 da Constituição Federal, fixando, no Orçamento da União, as parcelas atribuídas aos Poderes Legislativo e Judiciário.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
5/87	Sen. Henrique Santillo	Altera dispositivos da Constituição Federal, referentes ao Sistema Tributário Nacional.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
6/87	Dep. Raul Ferraz	Unifica as estruturas do Poder Judiciário e do Ministério Público.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
7/87	Dep. Sebastião Nery	Dá nova redação ao art. 92 da Constituição Federal e extingue o serviço militar obrigatório em tempo de paz.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
8/87	Dep. Ludgero Raulino	Estabelece eleições diretas em 1986 para Presidente da República, Prefeitos de Capitais, das Estâncias Hidrominerais, Áreas de Segurança Nacional e dá outras providências.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
9/87	Dep. João Cunha	Altera o art. 32 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
10/87	Dep. José Ribamar Machado	Altera o § 2º do art. 113 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
11/87	Dep. Ademir Andrade	Altera a redação do art. 161 da Constituição Federal, visando facilitar o processo de desapropriação de imóvel territorial rural, que contrarie os objetivos da função social da propriedade, para efeito de reforma agrária, estendendo este poder aos Estados.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
12/87	Dep. Farabulini Júnior	Altera o § 11 do art. 153 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
13/87	Dep. Maçao Tadano	Exclui a obrigatoriedade do voto.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
14/87	Dep. Amílcar de Queiroz	Assegura aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, vencimentos nunca inferiores ao salário mínimo regional.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
15/87	Dep. Jorge Cury	Altera a redação do § 2º do art. 113 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
16/87	Sen. Jorge Kalume	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, um por cento da renda resultante dos impostos, na promoção, difusão e incentivo de atividades culturais.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
17/87	Dep. Dante de Oliveira	Suprime competência da Justiça Militar.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
18/87	Dep. Jorge Cury	Modifica dispositivos dos artigos 144 e 193 e altera a redação do art. 202, todos da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
19/87	Dep. Jorge Cury	Altera a redação da alínea b do § 1º e do § 5º do art. 141 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
20/87	Dep. Ralph Biasi	Altera o art. 48 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
21/87	Dep. Ralph Biasi	Altera os §§ 3º e 4º do art. 51 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
22/87	Dep. Francisco Dias	Dá nova redação ao § 4º do art. 104 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
23/87	Dep. Del Bosco Amaral	Modifica os arts. 42, 62 e 170 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
24/87	Dep. Sarney Filho	Cria a Justiça Agrária.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
25/87	Dep. José Fogaça	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
26/87	Dep. Arnaldo Maciel	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
27/87	Dep. Jorge Leite	Altera a redação da alínea "b" do inciso II, do art. 15, da Constituição Federal, com vistas a permitir a instituição de polícia municipal nas capitais dos Estados.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
28/87	Dep. Eduardo Galil	Dispensa a prévia separação judicial para a dissolução do casamento.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
29/87	Dep. Renato Johnsson	Altera o art. 25 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
30/87	Sen. César Cals	Institui o Ministério da Defesa Nacional.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
31/87	Dep. Agnaldo Timóteo	Acrescenta o art. 218 à Constituição, relativo à nacionalidade de consortes e descendentes de brasileiros expatriados.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
32/87	Dep. Nyder Barbosa	Acrescenta parágrafo ao art. 38 e dá nova redação ao item III do art. 42 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
33/87	Dep. Paulo Maluf	Introduz alterações no art. 62 da Constituição Federal, determinando que o orçamento monetário e o das entidades autárquicas e paraestatais sejam aprovados pelo Congresso Nacional.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
34/87	Dep. Lúcia Viveiros	Altera o art. 74 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
35/87	Dep. Lélío Souza	Confere aos Estados e aos Municípios competência para fixação de subsídios de Deputados Estaduais e Vereadores.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
36/87	Dep. Epitácio Cafeteira	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 102 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
37/87	Dep. Luiz Leal	Modifica o § 2º do art. 102 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
38/87	Dep. Lélío Souza	Dá nova redação ao art. 14 e seu parágrafo único da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
39/87	Sen. Mário Maia	Altera o art. 41 e seus §§ 1º e 2º, para conferir aos Territórios Federais representação no Senado.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
40/87	Dep. Diogo Nomura	Concede nacionalidade brasileira aos estrangeiros após dez anos de residência no Brasil.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
41/87	Sen. Jutahy Magalhães	Revoga o item V do art. 55 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
42/87	Dep. Paulo Maluf	Altera a redação do art. 97 e seu § 1º da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
43/87	Sen. Mário Maia	Dispõe sobre a realização de eleições nos Territórios Federais do Amapá e Roraima, a 15 de novembro de 1986.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
44/87	Dep. Roberto Jefferson	Extingue o decurso de prazo e o decreto-lei.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
45/87	Dep. Roberto Jefferson	Torna obrigatória a assistência de advogado, nos autos de prisão em flagrante.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
46/87	Dep. Nelson Marchezan	Acrescenta parágrafo ao art. 13 e altera a redação do § 2º do art. 15 da Constituição.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
47/87	Dep. Paulo Mincarone	Dá nova redação aos arts. 97 e 99 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
48/87	Dep. Francisco Amaral	Altera a redação do item XVI do art. 165 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
49/87	Dep. Stélio Dias	Introduz na Constituição Federal dispositivos referentes à preservação do meio ambiente.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
50/87	Dep. Milton Reis	Acrescenta parágrafo único ao art. 197 da Constituição Federal, assegurando direitos aos deficientes físicos.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
51/87	Dep. Sérgio Lomba	Altera o caput e os §§ 2º, 3º e 4º do art. 39 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
52/87	Dep. Agnaldo Timóteo	Introduz o serviço de polícia rodoviária no âmbito da Polícia Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
53/87	Dep. Wolney Siqueira	Estabelece que o afastamento de Prefeito será definitivo apenas quando vier a candidatar-se a Vereador do mesmo Município.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
54/87	Dep. João Divino	Dá nova redação ao art. 144, item VII, § 4º da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
55/87	Dep. Wagner Lago	Permite ao juiz exercer o magistério, em qualquer grau de ensino.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
56/87	Dep. Carneiro Arnaud	Dispõe sobre a aposentadoria especial para médicos e médicas, respectivamente aos 30 (trinta) e 25 (vinte e cinco) anos de serviço.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
57/87	Dep. Osvaldo Melo	Dá nova redação ao § 1º do art. 168, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
58/87	Dep. Pedro Germano	Dispõe sobre a exoneração de Ministros de Estado.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
59/87	Sen. Galvão Modesto	Altera o art. 163 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
60/87	Sen. Galvão Modesto	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação, anualmente, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios de, pelo menos, 15% (quinze por cento) de suas receitas próprias em programas especiais de atendimento ao menor em situação irregular.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
61/87	Sen. Galvão Modesto	Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
62/87	Sen. Galvão Modesto	Altera o § 14 do art. 153 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
63/87	Sen. Alcides Saldanha	Amplia a competência do Tribunal do Juri.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
64/87	Sen. Nivaldo Machado	Altera a redação de dispositivo da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
65/87	Dep. Theodoro Mendes	Acrescenta parágrafo único ao art. 103, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
66/87	Dep. Solon Borges	Assegura direitos trabalhistas e previdenciários a servidores admitidos em serviços temporários e contratados para funções de natureza técnica especializada.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
67/87	Dep. Stélio Dias	Dispõe sobre a remuneração dos integrantes da Magistratura dos Estados.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
68/87	Dep. Armando Pinheiro	Introduz modificações nos arts. 4º e 5º da Constituição Federal, com vistas a redefinir os bens de domínio da União e dos Estados, particularmente no que se refere às ilhas marítimas.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
69/87	Dep. Armando Pinheiro	Altera a redação do art. 184 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
70/87	Dep. Darcy Pozza	Dispõe sobre a tributação e aposentadoria do deficiente.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
71/87	Dep. Francisco Dias	Acrescenta item X ao art. 44 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
72/87	Dep. Victor Faccioni	Dispõe sobre o sistema parlamentar de governo.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
73/87	Dep. Francisco Rollemberg	Altera redação do art. 99 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
74/87	Dep. Manoel Costa Júnior	Dispõe sobre a investigação de violações à lei e aos direitos fundamentais do cidadão, através da Promotoria Geral do Povo.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
75/87	Dep. Theodoro Mendes	Dá nova redação ao item XX do art. 165, da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
76/87	Dep. José Fernandes	Altera a alínea b do item II do art. 15 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
77/87	Dep. Solon Borges	Altera o caput do art. 176 para incluir a responsabilidade como um dos valores em que se inspirará a educação.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
78/87	Dep. Josué de Souza	Altera o § 2º do art. 39 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
79/87	Dep. Farabulini Júnior	Cria a Guarda Civil armada nas capitais dos Estados.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
80/87	Dep. Farabulini Júnior	Autoriza a criação de Tribunais Federais de Recurso no País.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
81/87	Dep. Oscar Alves	Altera a redação do caput e da alínea c do § 1º do art. 29 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
82/87	Dep. Francisco Dias	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
83/87	Sen. José Ignácio Ferreira	Altera o art. 8º, inciso XVII, alínea c , da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
84/87	Sen. José Ignácio Ferreira	Altera a alínea I do inciso I do art. 119 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
85/87	Dep. Bento Porto	Acrescenta dispositivo ao art. 44 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
86/87	Sen. Odacir Soares	Altera o caput do art. 147 da Constituição Federal, para permitir aos menores emancipados o exercício do direito de voto.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
87/87	Sen. Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 175 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
88/87	Dep. Paulo Lustosa	Institui o Imposto Único sobre a Receita das Microempresas.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
89/87	Dep. Paulo Lustosa	Dispõe sobre normas técnicas para a redação, alteração, numeração e controle da legislação brasileira.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
90/87	Dep. Francisco Amaral	Disciplina a estabilidade dos funcionários públicos.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
91/87	Dep. Júnia Marise	Dispõe sobre a aposentadoria para a funcionária pública.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
92/87	Dep. José Maranhão	Altera dispositivo da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
93/87	Sen. Américo de Souza	Dá nova redação ao § 1º do art. 175 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
94/87	Dep. Caio Pompeu de Toledo	Altera o § 4º do art. 176 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
95/87	Dep. Paulo Guerra	Altera a redação do § 2º do art. 17 da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
96/87	Dep. Jofran Frejat	Confere ao Congresso Nacional a atribuição de legislar para o Distrito Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
97/87	Dep. Evaldo Gonçalves	Altera dispositivo da Constituição Federal.	Arquivada nos termos da Resolução nº 1/87-CN
98/87	Sen. Leite Chaves	Institui na União o Sistema Parlamentar de Governo e faculta sua adoção pelos Estados e Municípios.	Em tramitação
99/87	Dep. Evaldo Gonçalves	Altera dispositivo da Constituição Federal.	Em tramitação

c) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Emenda à Constituição:

— Total das Propostas 310

Sendo:

— com tramitação iniciada em ~~sessões~~ sessões legislativas anteriores, todas de iniciativa parlamentar 211

— com tramitação iniciada nesta sessão legislativa, todas de iniciativa parlamentar 99

— Prejudicadas (todas de iniciativa parlamentar) 308

Sendo:

— com tramitação iniciada em sessões legislativas anteriores 211

— com tramitação iniciada nesta sessão legislativa 97

— Em tramitação (ambas de iniciativa parlamentar e apresentadas nesta sessão legislativa) 2

C.2 — PROJETO DE LEI

Da presente sessão legislativa

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1/87	151/87-CN (286/87), na origem)		Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1988.	Aprovado. Lei nº 7.632, de 3-12-87

C.3 — DECRETOS-LEIS

a) Com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.189.	de 26-12-84	46/86-CN (17/85, na origem)	Dispõe sobre a transformação de gratificação deferida aos Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.190.	de 26-12-84	49/86-CN (18/85, na origem)	Dispõe sobre os novos percentuais da Gratificação de Representação de Atividade Diplomática, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.191.	de 26-12-84	51/86-CN (19/85, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo

b) Com tramitação iniciada na presente sessão legislativa

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.192.	de 26-12-84	1/87-CN 20/85, na origem)	Restabelece a carreira de Procurador da Fazenda Nacional e fixa os respectivos vencimentos básicos.	Aprovado por decurso de prazo
2.193.	de 26-12-84	2/87-CN (21/85, na origem)	Inclui no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, a Gratificação de Desempenho das Atividades de Fiscalização de Abastecimento, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.194.	de 26-12-84	3/87-CN (22/85, na origem)	Dispõe sobre a transformação de gratificação deferida aos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.195.	de 26-12-84	4/87-CN (23/85, na origem)	Dispõe sobre a concessão do incentivo funcional a que alude o item II do art. 2º da Lei nº 6.433, de 15 de julho de 1977, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.196.	de 26-12-84	5/87-CN (24/85, na origem)	Dispõe sobre a incorporação da gratificação que menciona ao provento da aposentadoria e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.197.	de 26-12-84	11/87-CN 49/85, na origem)	Autoriza a compensação de imposto de exportação e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.198.	de 26-12-84	12/87-CN (50/85, na origem)	Aplica, no que couber, o disposto nos Decretos-leis n.ºs 2.114, de 23 de abril de 1984, e 2.140, de 28 de junho de 1984, aos Médicos e aos Dentistas, respectivamente, do Hospital das Forças Armadas.	Aprovado por decurso de prazo

Nº Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.199, de 26-12-84	13/87-CN (51/85, na origem)	Dispõe sobre a incorporação da Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional ao provento de aposentadoria.	Aprovado por decurso de prazo
2.200, de 26-12-84	14/87-CN (52/85, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.201, de 27-12-84	15/87-CN (53/85, na origem)	Reajusta o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares.	Aprovado por decurso de prazo
2.202, de 27-12-84	16/87-CN (54/85, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.203, de 27-12-84,	17/87-CN (55/85, na origem)	Dispõe sobre a equiparação de companhias abertas a empresas nacionais definidas no art. 12 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, nas condições e para os efeitos que estabelece, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.204, de 27-12-84	18/87-CN (56/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo bem como os das pensões e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.205, de 27-12-84	19/87-CN (57/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem como os das pensões e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo
2.206, de 28-12-84	20/87-CN (58/85, na origem)	Reajusta o limite de remuneração estabelecido pelo Decreto-lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982.	Aprovado por decurso de prazo
2.207, de 28-12-84	26/87-CN (59/85, na origem)	Autoriza a elevação do capital social do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. — BNCC e dá outras providências.	Em tramitação
2.208, de 28-12-84	27/87-CN (60/85, na origem)	Prorroga, até 31 de dezembro de 1985, o prazo estabelecido no Decreto-lei nº 1.846, de 30 de dezembro de 1980.	Em tramitação
2.209, de 28-12-84	28/87-CN (61/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.	Em tramitação
2.210, de 28-12-84	29/87-CN (62/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os das pensões e dá outras providências.	Em tramitação
2.211, de 31-12-84	30/87-CN (63/85, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 2 de agosto de 1974.	Em tramitação
2.212, de 31-12-84	36/87-CN (64/85, na origem)	Estabelece contenção de despesas orçamentárias para o exercício de 1985, e dá outras providências.	Em tramitação
2.213, de 31-12-84	39/87-CN (65/85, na origem)	Reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	Em tramitação

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.214,	de 31-12-84	40/87-CN (66/85, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
2.215,	de 03-01-85	41/87-CN (67/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	Em tramitação
2.216,	de 03-01-85	42/87-CN (68/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências.	Em tramitação
2.217,	de 03-01-85	48/87-CN (69/85, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.	Em tramitação
2.218,	de 03-01-85	49/87-CN (70/85, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências.	Em tramitação
2.219,	de 03-01-85	50/87-CN (71/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências.	Em tramitação
2.220,	de 07-01-85	51/87-CN (72/85, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências.	Em tramitação
2.221,	de 07-01-85	52/87-CN (73/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	Em tramitação
2.222,	de 07-01-85	53/87-CN (74/85, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
2.223,	de 07-01-85	54/87-CN (75/85, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, bem como os das pensões, e dá outras providências.	Em tramitação
2.224,	de 09-01-85	55/87-CN (76/85, na origem)	Inclui a Gratificação de Atividades de Apoio no Anexo II do Decreto-lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, e dá outras providências.	Em tramitação
2.225,	de 10-01-85	56/87-CN (77/85, na origem)	Cria a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos, e dá outras providências.	Em tramitação
2.226,	de 16-01-85	57/87-CN (78/85, na origem)	Autoriza o Tesouro Nacional a participar do capital da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio — COBEC, e dá outras providências.	Em tramitação
2.227,	de 16-01-85	58/87-CN (79/85, na origem)	Dispõe sobre processo de consulta, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.228,	de 17-01-85	59/87-CN (81/85, na origem)	Reajusta os atuais valores dos vencimentos, salários, proventos, pensões e da Gratificação de Dedicção Exclusiva dos servidores que menciona, e dá outras providências.	Em tramitação
2.229,	de 17-01-85	60/87-CN (82/85, na origem)	Estende aos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal o disposto no Decreto-lei nº 2.211, de 31 de dezembro de 1984.	Em tramitação
2.230,	de 17-01-85	61/87-CN (83/85, na origem)	Altera o percentual da representação mensal dos cargos que menciona.	Em tramitação
2.231,	de 21-01-85	62/87-CN (100/85, na origem)	Dispõe sobre a Gratificação pelo Desempenho de Atividade de Apoio.	Em tramitação
2.232,	de 21-01-85	63/87-CN (101/85, na origem)	Dá nova redação ao art. 5º do Decreto-lei nº 1.950, de 14 de julho de 1982.	Em tramitação
2.233,	de 21-01-85	64/87-CN (102/85, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 15.000.000.000, para o fim que especifica.	Em tramitação
2.234,	de 23-01-85	65/87-CN (103/85, na origem)	Limita a remuneração e demais vantagens devidas a Diplomatas casados, servindo juntos no exterior.	Em tramitação
2.235,	de 23-01-85	66/87-CN (104/85, na origem)	Acrescenta o nível 5 na escala de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores constante do Anexo II do Decreto-lei nº 1.462, de 29 de abril de 1976.	Em tramitação
2.236,	de 23-01-85	67/87-CN (105/85, na origem)	Altera a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.	Em tramitação
2.237,	de 24-01-85	73/87-CN (106/85, na origem)	Altera o art. 2º do Decreto-lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, que dispõe sobre as contribuições destinadas à aplicação nas atividades ligadas ao ensino profissional aeronáutico, e dá outras providências.	Em tramitação
2.238,	de 28-01-85	74/87-CN (107/85, na origem)	Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos materiais e equipamentos importados para a construção e manutenção de embarcações.	Em tramitação
2.239,	de 28-01-85	75/87-CN (108/85, na origem)	Inclui a Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa no Anexo II do Decreto-lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, e dá outras providências.	Em tramitação
2.241,	de 04-02-85	76/87-CN (115/85, na origem)	Estende até 31 de dezembro de 1985 o prazo a que se refere o art. 5º do Decreto-lei nº 2.061, de 19 de setembro de 1983.	Em tramitação
2.242,	de 05-02-85	37/87-CN (116/85, na origem)	Acrescenta disposições ao art. 1º do Decreto-lei nº 2.212, de 31 de dezembro de 1984.	Em tramitação
2.243,	de 11-02-85	77/87-CN (117/85, na origem)	Inclui parágrafo único no art. 3º do Decreto-lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.224,	de 14- 2-85	78/87-CN (118/85, na origem)	Restabelece a carreira de Procurador do Distrito Federal e fixa os respectivos vencimentos básicos.	Em tramitação
2.245,	de 14- 2-85	79/87-CN (119/85 na origem)	Dispõe sobre a composição das Categorias Direção Superior e Assessoramento Superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.	Em tramitação
2.246,	de 21- 2-85	80/87-CN (137/85, na origem)	Inclui no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização do Trabalho.	Em tramitação
2.247,	de 21- 2-85	81/87-CN (136/85, na origem)	Estende a isenção de impostos prevista no art. 1º do Decreto-lei nº 2.044, de 7 de julho de 1983, às hipóteses que indica.	Em tramitação
2.248,	de 25- 2-85	82/87-CN (138/85, na origem)	Concede isenção dos impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados aos bens destinados aos Censos Econômicos de 1985.	Em tramitação
2.249,	de 25- 2-85	83/87-CN (139/85, na origem)	Estende a concessão da Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa aos ocupantes de cargos e empregos de nível superior dos quadros e tabelas da Administração Federal direta e das autarquias federais.	Em tramitação
2.250,	de 26- 2-85	84/87-CN (140/85, na origem)	Prorroga o prazo de aplicação dos incentivos fiscais instituídos pelo Decreto-lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, e dá outras providências.	Em tramitação
2.251,	de 26- 2-85	85/87-CN (141/85, na origem)	Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.	Em tramitação
2.252,	de 4- 3-85	86/87-CN (148/85, na origem)	Revoga o art. 4º e seus parágrafos do Decreto-lei nº 1.924, de 20 de janeiro de 1982, que "destina ao Comitê Olímpico Brasileiro a renda líquida de um dos concursos de prognósticos esportivos nos anos em que não são realizados Jogos Olímpicos ou Jogos Pan-Americanos".	Em tramitação
2.253,	de 4- 3-85	87/87-CN (149/85, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), relativos à filiação dos empregados das missões diplomáticas e repartições consulares estrangeiras e dos membros destas.	Em tramitação
2.254,	de 4- 3-85	88/87-CN (150/85, na origem)	Inclui no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, a Gratificação de Desempenho de Atividades de Fiscalização Financeira e Orçamentária da União, e dá outras providências.	Em tramitação
2.255,	de 4- 3-85	89/87-CN (151/85, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Agrônoma no Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
2.256,	de 4- 3-85	90/87-CN (152/85, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária no Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.257, de 4- 3-85	91/87-CN (153/85, na origem)	Institui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias no Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.	Em tramitação
2.258, de 4- 3-85	92/87-CN (154/85, na origem)	Cria a Carreira Auditoria do Tesouro do Distrito Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.	Em tramitação
2.259, de 5- 3-85,	93/87-CN (174/85, na origem)	Estende a gratificação instituída pelo Decreto-lei nº 2.111, de 4 de abril de 1984, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 2.196, de 26 de dezembro de 1984, aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal.	Em tramitação
2.260, de 6- 3-85	94/87-CN (175/85, na origem)	Estende aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias o disposto no Decreto-lei nº 2.187, de 26 de dezembro de 1984.	Em tramitação
2.261, de 12- 3-85	95/87-CN (181/85, na origem)	Institui a Gratificação de Desempenho de Atividades de Fiscalização Financeira e Orçamentária do Distrito Federal, destinada aos integrantes da categoria que indica, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
2.262, de 12- 3-85	96/87-CN (182/85, na origem)	Estende aos ocupantes de cargos e empregos de nível superior do Quadro e Tabela de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal o disposto no Decreto-lei nº 2.200, de 26 de dezembro de 1984, e dá outras providências.	Em tramitação
2.263, de 12- 3-85	97/87-CN (183/85, na origem)	Acrescenta nível à escala de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores. Código TCDF-DAS-100, prevista no artigo 1º da Lei nº 6.002, de 19 de dezembro de 1973, alterada pelo artigo 1º da Lei nº 6.714, de 5 de novembro de 1979.	Em tramitação
2.264, de 12- 3-85	98/87-CN (184/85, na origem)	Dispõe sobre a venda de bens imóveis pelo Ministério da Fazenda, com aplicação do produto da operação em empreendimentos do seu interesse e dá outras providências.	Em tramitação
2.265, de 12- 3-85	99/87-CN (185/85, na origem)	Dispõe sobre o recolhimento dos débitos previdenciários das Fundações e Autarquias Educacionais de Ensino Superior, mantidas com recursos do Poder Público.	Em tramitação
2.266, de 12- 3-85	100/87-CN (186/85, na origem)	Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Civil do Distrito Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.	Em tramitação
2.267, de 13- 3-85	101/87-CN (188/85, na origem)	Transforma e cria cargos na carreira do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, fixa vencimentos e dá outras providências.	Em tramitação
2.268, de 13- 3-85	102/87-CN (189/85, na origem)	Dispõe sobre a remuneração dos Membros do Ministério Público Federal e dá outras providências.	Em tramitação

Nº Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.269, de 13-3-85	103/87-CN (190/85, na origem)	Estende a Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa aos ocupantes de cargos e empregos de nível superior do Quadro e das Tabelas de Pessoal do Distrito Federal e de suas autarquias.	Em tramitação
2.270, de 13-3-85	104/87-CN (191/85, na origem)	Dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis da União.	Em tramitação
2.271, de 13-3-85	105/87-CN (192/85, na origem)	Revoga o Decreto-lei nº 1.343, de 11 de setembro de 1974, e o art. 12 do Decreto-lei número 352, de 17 de junho de 1968.	Em tramitação
2.272, de 13-3-85	106/87-CN (193/85, na origem)	Dispõe sobre o cancelamento de débitos para com a Fazenda Nacional, de natureza não tributária, contraídos por entidades filantrópicas.	Em tramitação
2.273, de 15-3-85	107/87-CN (195/85, na origem)	Cria cargos no Ministério da Cultura e dá outras providências.	Em tramitação
2.274, de 15-3-85	108/87-CN (196/85, na origem)	Cria cargos no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.	Em tramitação
2.275, de 15-3-85	109/87-CN (197/85, na origem)	Cria cargos no Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.	Em tramitação
2.276, de 18-3-85	38/87-CN (198/85, na origem)	Altera disposições do Decreto-lei nº 2.212, de 31 de dezembro de 1984, e dá outras providências.	Em tramitação
2.277, de 2-4-85	110/87-CN (220/85 na origem)	Reajusta os limites de que trata o art. 1º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, alterado pelos Decretos-leis n.ºs 1.460, de 22 de abril de 1976, 1.562, de 19 de julho de 1977, 1.651, de 21 de dezembro de 1978, 1.756, de 31 de dezembro de 1979, e 2.048, de 26 de julho de 1983.	Em tramitação
2.278, de 19-11-85	111/87-CN (615/85, na origem)	Altera o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.477, de 26 de agosto de 1976, e dá outras providências.	Em tramitação
2.279, de 16-12-85	112/87-CN (20/86, na origem)	Dispõe sobre o reajustamento dos vencimentos dos funcionários de que tratam os Decretos-leis n.ºs 2.225, de 10 de janeiro de 1985, e 2.251, de 26 de fevereiro de 1985.	Em tramitação
2.280, de 16-12-85	113/87-CN (43/86, na origem)	Cria, mediante transformação, empregos na Administração Federal direta e nas autarquias federais e dá outras providências.	Em tramitação
2.281, de 17-1-86	114/87-CN (21/86, na origem)	Altera o percentual de reajuste de que trata a Lei nº 7.419, de 17 de dezembro de 1985, e dá outras providências.	Em tramitação
2.282, de 29-1-86	115/87-CN (55/86, na origem)	Altera o percentual de reajuste de que trata a Lei nº 7.425, de 17 de dezembro de 1985, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.285, de 23- 7-86	116/87-CN (384/86, na origem)	Estende aos fundos em condomínio a que se refere o artigo 50 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, o tratamento fiscal previsto no Decreto-lei nº 1.986, de 28 de dezembro de 1982, e dá outras providências.	Em tramitação
2.286, de 23- 7-86	117/87-CN (382/86, na origem)	Dispõe sobre cobrança de imposto nas operações a termo de bolsas de mercadorias e dá outras providências.	Em tramitação
2.287, de 23- 7-86	118/87-CN (383/86, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, e dá outras providências.	Em tramitação
2.288, de 23- 7-86	122/87-CN (385/86, na origem)	Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo e dá outras providências.	Em tramitação
2.289, de 9- 9-86	124/87-CN (621/86, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cz\$ 48.057.100.000,00 e dá outras providências.	Em tramitação
2.290, de 21-11-86	125/87-CN (831/86, na origem)	Estabelece normas sobre a desindexação da economia e dá outras providências.	Em tramitação
2.291, de 21-11-86	129/87-CN (832/86, na origem)	Extingue o Banco Nacional da Habitação — BNH e dá outras providências.	Em tramitação
2.292, de 21-11-86	130/87-CN (833/86, na origem)	Dispõe sobre a instituição, em benefício do trabalhador, de planos de poupança e investimento (PAIT), e dá outras providências.	Em tramitação
2.293, de 21-11-86	131/87-CN (834/86, na origem)	Dispõe sobre operações de crédito e financiamento, no âmbito da Administração Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
2.294, de 21-11-86	133/87-CN (835/86, na origem)	Dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos e dá outras providências.	Em tramitação
2.295, de 21-11-86	134/87-CN (836/86, na origem)	Isenta do imposto de exportação as vendas de café para o exterior e dá outras providências.	Em tramitação
2.296, de 21-11-86	135/87-CN (837/86, na origem)	Concede estímulos aos programas de previdência privada, para incentivar a formação de poupança a longo prazo, e dá outras providências.	Em tramitação
2.297, de 21-11-86	136/87-CN (838/86, na origem)	Isenta do Imposto de Renda o ganho auferido, por pessoas físicas, na alienação de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
2.298, de 21-11-86	137/87-CN (839/86, na origem)	Dispõe sobre o mercado de títulos e valores mobiliários incentivados.	Em tramitação
2.299, de 21-11-86	138/87-CN (840/86, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Em tramitação
2.300, de 21-11-86	139/87-CN (841/86, na origem)	Dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal e dá outras providências.	Em tramitação
2.301, de 21-11-86	140/87-CN (842/86, na origem)	Institui caderneta de poupança do tipo pecúlio.	Em tramitação

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.302,	de 21-11-86	141/87-CN (843/86, na origem)	Dispõe sobre escala móvel de salário e dá outras providências.	Em tramitação
2.303,	de 21-11-86	119/87-CN (844/86, na origem)	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	Em tramitação
2.304,	de 21-11-86	142/87-CN (845/86, na origem)	Dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset) e dá outras providências.	Em tramitação
2.305,	de 10-12-86	143/87-CN (846/86, na origem)	Revoga isenção do IPI sobre caminhões e tratores.	Em tramitação
2.306,	de 18-12-86	126/87-CN (8/87, na origem)	Altera a redação do § 4º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.290, de 21 de novembro de 1986.	Em tramitação
2.307,	de 18-12-86	132/87-CN (9/87, na origem)	Dispõe sobre operações de crédito e financiamento, no âmbito da Administração Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
2.308,	de 19-12-86	120/87-CN (10/87, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda.	Em tramitação
2.309,	de 22-12-86	144/87-CN (11/87, na origem)	Prorroga até 31 de dezembro de 1988, o prazo de isenção fiscal concedida às empresas siderúrgicas pelo Decreto-lei nº 569, de 7 de maio de 1969.	Em tramitação
2.310,	de 22-12-86	145/87-CN (12/87, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores civis e militares da União, dos Territórios e das autarquias federais, dos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e dos Territórios, do Tribunal de Contas da União, bem como os valores das pensões, e dá outras providências.	Em tramitação
2.311,	de 23-12-86	127/87-CN (13/87, na origem)	Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 6º e ao artigo 12 do Decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986 e ao § 3.º do artigo 2º do Decreto-lei nº 2.290, de 21 de novembro de 1986.	Em tramitação
2.312,	de 23-12-86	146/87-CN (14/87, na origem)	Revoga disposições sobre as atividades de programação e administração financeira da União, e dá outras providências.	Em tramitação
2.313,	de 23-12-86	121/87-CN (17/87, na origem)	Altera a redação do art. 3º do Decreto-lei nº 2.303, de 21 de novembro de 1986 e dá outras providências.	Em tramitação
2.314,	de 23-12-86	147/87-CN (16/87, na origem)	Altera a legislação do Imposto de Renda.	Em tramitação
2.315,	de 23-12-86	148/87-CN (15/87, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o limite de Cz\$ 5.000.000.000,00 para o fim que especifica.	Em tramitação
2.316,	de 23-12-86	149/87-CN (29/87, na origem)	Introduz alterações no Código Tributário do Distrito Federal, instituído pelo Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966.	Em tramitação

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.317,	de 29-12-86	150/87-CN (30/87, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores civis e da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, dos membros e dos servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências.	Em tramitação
2.318,	de 30-12-86	152/87-CN (28/87, na origem)	Dispõe sobre fontes de custeio da previdência social e sobre a admissão de menores nas empresas.	Em tramitação
2.319,	de 7-1-87	153/87-CN (50/87, na origem)	Dispõe sobre a participação da Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. em sociedades a serem constituídas no Brasil e no exterior.	Em tramitação
2.320,	de 26-1-87	154/87-CN (49/87, na origem)	Dispõe sobre o ingresso nas Categorias Funcionais da Carreira Polícia Federal e dá outras providências.	Em tramitação
2.321,	de 25-2-87	155/87-CN (48/87, na origem)	Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências.	Em tramitação
2.322,	de 26-2-87	128/87-CN 76/87, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 2.290, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.	Em tramitação
2.323,	de 26-2-87	157/87-CN (75/87, na origem)	Dispõe sobre a atualização monetária de débitos fiscais e dá outras providências.	Em tramitação
2.324,	de 30-3-87	158/87-CN (103/87, na origem)	Dispõe sobre incentivos à exportação de produtos manufaturados.	Em tramitação
2.325,	de 8-4-87	159/87-CN (104/87, na origem)	Altera a legislação do Imposto de Renda.	Em tramitação
2.326,	de 14-4-87	160/87-CN (105/87, na origem)	Altera a legislação do Imposto de Renda aplicável às pessoas físicas.	Em tramitação
2.327,	de 24-4-87	156/87-CN (124/87, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.	Em tramitação
2.328,	de 5-5-87	161/87-CN (133/87, na origem)	Extingue o Grupo Executivo das Terras do Araguaia—Tocantins — Getat, e dá outras providências.	Em tramitação
2.329,	de 20-5-87	123/87-CN (143/87, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, e dá outras providências.	Em tramitação
2.330,	de 22-5-87	162/87-CN (169/87, na origem)	Altera o limite percentual da Gratificação de Segurança de Vôo instituída pelo art. 5º da Lei nº 7.139, de 7 de novembro de 1983, e dá outras providências.	Em tramitação
2.331,	de 28-5-87	163/87-CN (167/87, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal, e dá outras providências.	Em tramitação
2.332,	de 9-6-87	164/87-CN (168/87, na origem)	Dispõe sobre a constituição de reserva especial no balanço de instituições financeiras, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.333, de 11-6-87	165/87-CN (225/87, na origem)	Concede aos membros da Advocacia Consultiva da União as vantagens que menciona e dá outras providências.	Em tramitação
2.334, de 11-6-87	166/87-CN (251/87, na origem)	Dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União.	Em tramitação
c) Aguardando leitura			
2.335, de 12-6-87	215/87-CN (352/87, na origem)	Dispõe sobre o congelamento de preços e aluguéis, reajustes mensais de salários e vencimentos, institui a Unidade de Referência de Preços (URP) e dá outras providências.	
2.336, de 15-6-87	216/87-CN (353/87, na origem)	Altera a redação de dispositivos do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987.	
2.337, de 18-6-87	217/87-CN (354/87, na origem)	Altera os arts. 13 e 14 do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, e dá outras providências.	
2.338, de 19-6-87	221/87-CN (355/87, na origem)	Dispõe sobre o pagamento da remuneração de que tratam os arts. 3º, 4º e 7º do Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982, que estabelece limite de retribuição dos servidores da administração direta e indireta da União, do Distrito Federal e dos Territórios Federais.	
2.339, de 26-6-87	218/87-CN (356/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, e dá outras providências.	
2.340, de 26-6-87	222/87-CN (357/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986.	
2.341, de 29-6-87	223/87-CN (358/87, na origem)	Dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras, para efeito de determinar o lucro real, e dá outras providências.	
2.342, de 10-7-87	219/87-CN (359/87, na origem)	Altera os arts. 13 e 14 do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987.	
2.343, de 10-7-87	220/87-CN (360/87, na origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 8º do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987.	
2.344, de 23-7-87	224/87-CN (361/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.333, de 11 de junho de 1987.	
2.345, de 23-7-87	225/87-CN (362/87, na origem)	Dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980.	
2.346, de 23-7-87	226/87-CN (363/87, na origem)	Cria no Ministério da Fazenda os cargos que especifica e dá outras providências.	
2.347, de 23-7-87	227/87-CN (378/87, na origem)	Cria na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República os cargos que especifica e dá outras providências.	

Nº Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.348, de 24-7-87	228/87-CN (364/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal.	
2.349, de 29-7-87	230/87-CN (365/87, na origem)	Dispõe sobre limite para a cobertura pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais — FCVS, e dá outras providências.	
2.350, de 31-7-87	231/87-CN (366/87, na origem)	Dispõe sobre o incentivo fiscal a que se refere a Lei nº 7.554, de 16 de dezembro de 1986, concedido às empresas controladas pela Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás (Grupo Siderbrás).	
2.351, de 7-8-87	232/87-CN (367/87, na origem)	Institui o Piso Nacional de Salário e o Salário Mínimo de Referência e dá outras providências.	
2.352, de 7-8-87	233/87-CN (368/87, na origem)	Concede abono salarial e dá outras providências.	
2.353, de 11-8-87	235/87-CN (369/87, na origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-Lei nº 1.960, de 23 de setembro de 1982.	
2.354, de 24-8-87	236/87-CN (370/87, na origem)	Altera a legislação do Imposto de Renda.	
2.355, de 27-8-87	237/87-CN (371/87, na origem)	Estabelece limite de retribuição na Administração Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	
2.356, de 28-8-87	238/87-CN (372/87, na origem)	Altera a tabela para o cálculo do Imposto de Renda na fonte.	
2.357, de 28-8-87	239/87-CN (373/87, na origem)	Institui Programa Trienal de Aperfeiçoamento da Arrecadação das Receitas Federais, e dá outras providências.	
2.358, de 4-9-87	240/87-CN (374/87, na origem)	Dispõe sobre a percepção de gratificações por servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e dá outras providências.	
2.359, de 16-9-87	241/87-CN (375/87, na origem)	Estende benefícios fiscais ao empreendimento integrante do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica.	
2.360, de 16-9-87	229/87-CN (376/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal.	
2.361, de 24-9-87	234/87-CN (377/87, na origem)	Dispõe sobre o reajuste de preços de contratos de prestação de serviços no caso que especifica.	
2.362, de 21-10-87	(398/87, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados no caso que especifica.	
2.363, de 21-10-87	(390/87, na origem)	Extingue o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, cria o Instituto Jurídico das Terras Rurais — INTER, e dá outras providências.	

Nº	Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.364,	de 22-10-87	(389/87, na origem)	Fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares.	
2.365,	de 27-10-87	(411/87, na origem)	Institui gratificação a ser deferida aos servidores que especifica e dá outras providências.	
2.366,	de 4-11-87	(412/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, e dá outras providências.	
2.367,	de 5-11-87	(408/87, na origem)	Institui gratificação a ser deferida aos servidores que especifica e dá outras providências.	
2.368,	de 5-11-87	(409/87, na origem)	Fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	
2.369,	de 11-11-87	(410/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, e dá outras providências.	
2.370,	de 17-11-87	(559/87, na origem)	Institui Programa Trienal de Aperfeiçoamento da Arrecadação das Receitas Tributárias do Distrito Federal, e dá outras providências.	
2.371,	de 18-11-87	(577/87, na origem)	Dispõe sobre os vencimentos e a representação mensal devida aos servidores que especifica e dá outras providências.	
2.372,	de 18-11-87	(562/87, na origem)	Dispõe sobre a gratificação por operações especiais, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979.	
2.373,	de 18-11-87	(563/87, na origem)	Dispõe sobre o posicionamento dos funcionários pertencentes à categoria de Técnico do Tesouro Nacional da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, instituída pelo Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985.	
2.374,	de 19-11-87	(596/87, na origem)	Dispõe sobre a aplicação do Decreto-Lei nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, aos servidores da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, e dá outras providências.	

d) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos decretos-leis:

— Total dos decretos-leis 183

Sendo:

— com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior 3

— com tramitação iniciada nesta sessão legislativa 140

— aguardando leitura 40

— Aprovados (todos por decurso de prazo) 18

Sendo:

— com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior 3

— com tramitação iniciada na presente sessão legislativa 15

— Em andamento 125

C.4 — PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA

a) De Sessões Legislativas anteriores

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
4/79	Dep. Ruben Figueiró	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Ministério da Produção Animal, e determinando outras providências.	Em tramitação
3/80	Dep. Sérgio Murilo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 2/83-CN)
1/82	Dep. Ruy Côdo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispendo sobre a criação do Ministério do Abastecimento.	Em tramitação
1/83	Dep. Paulo Mincarone	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social, e da Legislação do Trabalho.	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 3/83-CN)
1/84	Dep. Nilson Gibson	Delega competência ao Poder Executivo para regulamentar, mediante lei, a exploração da loteria denominada jogo do bicho.	Em tramitação
1/85	Dep. Brandão Monteiro, Líder do PDT	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispendo sobre a criação do Banco do Trabalho.	Em tramitação
2/85	Dep. Horácio Ortíz	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispendo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério da Energia.	Em tramitação
3/85	Sen. Marco Maciel	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criar uma Comissão Nacional com a incumbência de programar, desenvolver e coordenar estudos, debates e atividades comemorativas relativos ao Centenário da Proclamação da República.	Em tramitação

b) Aguardando Leitura

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
	Dep. Oscar Alves	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei alterando a base de incidência da contribuição patronal para a Previdência Social e dá outras providências.	

c) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Delegação Legislativa:

— Total das Propostas 9

Sendo:

— de sessões legislativas anteriores 8

— aguardando leitura 1

— Em tramitação, todas de sessões legislativas anteriores 8

C.5 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) De Sessões Legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
2/83	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação
3/83	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social e da Legislação do Trabalho.	Em tramitação
1/84	Sen. Henrique Santillo e outros	Altera o art. 146 do Regimento Comum do Congresso Nacional.	Em tramitação
2/84	Dep. Aluizio Campos	Substitui o parágrafo único do art. 72 do Regimento Comum.	Em tramitação
1/85	Dep. Francisco Amaral	Dispõe sobre a abertura das sessões.	Em tramitação
1/86	Mesas da Câmara e do Senado	Dispõe sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, durante o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, e dá outras providências.	Prejudicado em virtude da aprovação do PR nº 1/87-CN

b) Da presente Sessão Legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/87	Mesas da Câmara e do Senado	Introduz disposições especiais no Regimento Comum a vigorarem durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.	Aprovado. Resolução nº 1/87-CN

c) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

— Total dos projetos	7
Sendo:	
— de sessões legislativas anteriores	6
— desta sessão legislativa	1
— Aprovado (da presente sessão legislativa)	1
— Prejudicado (da sessão legislativa anterior)	1
— Em tramitação (todos de sessões legislativas anteriores)	5

C.6 — VETOS PRESIDENCIAIS

a) Da presente sessão legislativa

Nº Data	Projeto	Ementa	Resultado
6/87-CN (664/85, na origem)	PLC nº 206/85 (PL/6.968/85, na origem)	Dispõe sobre a inclusão de servidores da Administração Federal direta e das autarquias federais no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
7/87-CN (665/85, na origem)	PLC nº 207/85 (PL/6.906/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores civis e militares da União, dos Territórios e das autarquias federais, dos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e dos Territórios, do Tribunal de Contas da União, bem como os valores das pensões, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
8/87-CN (672/85, na origem)	PLC nº 149/85- Complementar (PL Complementar nº 48/83, na origem)	Altera a redação do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios.	Mantido o veto total por decurso de prazo
9/87-CN (685/85, na origem)	PLS nº 198/79 (PL/3.171/84, na Câmara)	Disciplina o exercício da profissão de detetive particular.	Mantido o veto total por decurso de prazo
10/87-CN (686/85, na origem)	PLC nº 58/80 (PL/1.693/79, na origem)	Acrescenta parágrafo ao artigo 458 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Mantido o veto total por decurso de prazo
21/87-CN (687/85, na origem)	PLC nº 34/81 (PL/3.658/80, na origem)	Acrescenta parágrafo ao artigo 234 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Mantido o veto total por decurso de prazo
22/87-CN (688/85, na origem)	PLC nº 48/81 (PL/4.708/78, na origem)	Introduz alterações no art. 243 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Mantido o veto total por decurso de prazo
23/87-CN (690/85, na origem)	PLC nº 81/81 (PL/3.123/80, na origem)	Assegura os direitos de autores teatrais.	Mantido o veto total por decurso de prazo

Nº Data	Projeto	Ementa	Resultado
24/87-CN (705/85, na origem)	PLS nº43/80- Complementar (PL Complementar nº 166/80, na Câmara)	Dispõe sobre novos requisitos para a criação de município, introduzindo alterações na Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.	Mantido o veto total por decurso de prazo
25/87-CN (706/85, na origem)	PLS nº 79/84 (PL/4.693/84, na Câmara)	Institui contribuição sobre os prêmios de seguro de vida e de acidentes pessoais, para fins de amparo aos idosos e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
31/87-CN (707/85, na origem)	PLC nº 219/85 (PL/6.971/85, na origem)	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
32/87-CN (708/85, na origem)	PLC nº 209/85 (PL/6.844/85, na origem)	Prorroga o prazo de vigência dos incentivos fiscais previstos nos arts. 80 e 81 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, fixado pelo Decreto-Lei nº 2.134, de 26 de junho de 1984.	Mantido o veto total por decurso de prazo
33/87-CN (709/85, na origem)	PLC nº 215/85 (PL/6.837/85, na origem)	Dispõe sobre a prorrogação de vigência de incentivo fiscal previsto na legislação do Imposto de Renda.	Mantido o veto total por decurso de prazo
34/87-CN (710/85, na origem)	PLC nº 214/85 (PL/6.822/85, na origem)	Prorroga o prazo de isenção do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, incidente nos álcoois etílico e metílico, para fins carburantes e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
35/87-CN (712/85, na origem)	PLS nº 4/85 (PL/6.446/85, na Câmara)	Modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
43/87-CN (715/85, na origem)	PLS nº 99/85 (PL/5.986/85, na Câmara)	Dispõe sobre a sistematização e ordenação das ações do Governo Federal no Nordeste, no que tange aos problemas das águas, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
44/87-CN (716/85, na origem)	PLC nº 60/77 (PL/397/75, na origem)	Estabelece normas de assistência ao excepcional, autoriza a criação da Fundação de Assistência ao Excepcional — Funase, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
45/87-CN (84/86, na origem)	PLC nº 220/85 (PL/6.250/85, na origem)	Cria Diretorias na estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
46/87-CN (127/86, na origem)	PLC nº 10/85 (PL/3.809/84, na origem)	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, a alienar, mediante venda, os imóveis urbanos que menciona, de sua propriedade.	Mantido o veto total por decurso de prazo
47/87-CN (134/86, na origem)	PLC nº 204/85 (PL/6.615/85, na origem)	Cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho, define áreas de Jurisdição e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
68/87-CN (204/86, na origem)	PLC nº 10/81 (PL/1.529/79, na origem)	Dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social.	Mantido o veto total por decurso de prazo

Nº Data	Projeto	Ementa	Resultado
69/87-CN (252/86, na origem)	PLC nº 27/85 (PL/273/83, na origem)	Define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
70/87-CN (260/86, na origem)	PLS nº 74/86 (PL/7.597/86, na Câmara)	Estabelece normas para a realização de eleições em 1986 e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
71/87-CN (280/86, na origem)	PLC nº 60/82 (PL/3.427/80, na origem)	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
72/87-CN (282/86, na origem)	PLC nº 14/86 (PL/7.169/86, na origem)	Altera o art. 5º da Lei nº 7.416, de 10 de dezembro de 1985, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
167/87-CN (309/86, na origem)	PLC nº 26/86 (PL/7.838/86, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a instituir programa de apoio à produção nacional do leite, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
168/87-CN (313/86, na origem)	PLC nº 24/86 (PL/7.793/86, na origem)	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto de Renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
169/87-CN (317/86, na origem)	PLC nº 7/86 (PL/4.629/84, na origem)	Institui normas para a propaganda eleitoral e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
170/87-CN (319/86, na origem)	PLC nº 54/84 (PL/880/79, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, com as alterações posteriores, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
171/87-CN (320/86, na origem)	PLC nº 161/85 (PL/183/83, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo profissional do advogado e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
172/87-CN (321/86, na origem)	(PLC nº 128/85 (PL/2.523/79, na origem)	Dispõe sobre o salário profissional do jornalista.	Mantido o veto total por decurso de prazo
173/87-CN (323/86, na origem)	PLC nº 197/84 (PL/953/83, na origem)	Institui o Programa Nacional do Milho — PROMILHO e determina outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
174/87-CN (324/86, na origem)	PLC nº 129/82 (PL/2.451/79, na origem)	Confere à usina da Companhia Energética de São Paulo — CESP, em construção no Porto Primavera, a denominação de Hidrelétrica Domingos Leonardo Cerávolo.	Mantido o veto total por decurso de prazo
175/87-CN (326/86, na origem)	PLC nº 23/86 (PL/7.825/86, na origem)	Assegura aos partidos políticos e candidatos o direito de usar os números a eles atribuídos na eleição anterior e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

Nº Data	Projeto	Ementa	Resultado
176/87-CN (337/86, na origem)	PLC nº 205/85 (PL/6.332/85, na origem)	Revoga o Decreto-Lei nº 251, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
177/87-CN (342/86, na origem)	PLC nº 95/85 (PL/2.219/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Território Federal de Roraima.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
178/87-CN (348/86, na origem)	PLC nº 35/86 (PL/4.010/84, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a criar, em Campinas, Estado de São Paulo, uma Vara de Justiça Federal.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
179/87-CN (354/86, na origem)	PLC nº 222/85 (PL/6.286/85, na origem)	Autoriza a extinção e a exclusão de créditos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural, à contribuição dos que exercem atividades rurais, à taxa de serviços cadastrais e à contribuição sindical rural, em Municípios do Nordeste, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
180/87-CN (361/86, na origem)	PLC nº 100/85 (PL/2.609/83, na origem)	Introduz modificações na legislação de amparo aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
181/87-CN (369/86, na origem)	PLC nº 34/86 (PL/7.417/86, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Oeste do Paraná e a Universidade Federal do Vale do Ivaí, no mesmo Estado, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
182/87-CN (371/86, na origem)	PLC nº 42/86 (PL/7.492/86, na origem)	Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN, e Caixa Forte — APE, do Piauí, transformadas em Sociedades de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
183/87-CN (502/86, na origem)	PLC nº 55/86 (PL/907/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Amapá.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
184/87-CN (519/86, na origem)	PLC nº 212/85 (PL/4.452/77, na origem)	Revoga a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, os Decretos-Leis nºs 594, de 27 de maio de 1969, 1.617, de 3 de março de 1968, e 1.924, de 20 de janeiro de 1982, o art. 48 da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, art. 3º do Decreto-Lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, dá nova redação ao inciso I e § 1º do art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, e fixa normas de instituição e funcionamento da Loteria Esportiva Federal.	Mantido o veto total por decurso de prazo
185/87-CN (520/86, na origem)	PLC nº 21/86 (PL/6.695/85, na origem)	Cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, a que se refere a Lei nº 7.324, de 18 de junho de 1985, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

Nº Data	Projeto	Ementa	Resultado
186/87-CN (526/86, na origem)	PLC nº 175/85 Complementar (PL Comple- mentar nº 180/81, na origem)	Altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional".	Mantido o veto total por decurso de prazo
187/87-CN (545/86, na origem)	PLC nº 87/83 (PL/1.372/79, na origem)	Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Oficial Cabeleireiro, Manicura, Maquilador, Esteticista Facial, Depilador e Pedicuro, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
188/87-CN (610/86, na origem)	PLC nº 26/84 (PL/3.004/80 na origem)	Regula a responsabilidade civil das empresas de ônibus no transporte de passageiros.	Mantido o veto total por decurso de prazo
189/87-CN (614/86, na origem)	PLC nº 28/86 (PL/7.446/86, na origem)	Suspende a execução de sentença em ações de despejo e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
190/87-CN (646/86, na origem)	PLC nº 189/85 (PL/5.465/85, na origem)	Dispõe sobre a criação e extinção de cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
191/87-CN (794/86, na origem)	PLC nº 149/86 (PL/2.195/83, na origem)	Autoriza a criação do Fundo para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Doce.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
192/87-CN (804/86, na origem)	PLC nº 66/86 (PL/3.802/84, na origem)	Disciplina o exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
193/87-CN (805/86, na origem)	PLC nº 13/86 (PL/3.284/85, na origem)	Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
194/87-CN (806/86, na origem)	PLC nº 54/86 (PL/7.634/86, na origem)	Dispõe sobre os órgãos da administração do Ministério Público do Distrito Federal e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
195/87-CN (807/86, na origem)	PLC nº 116/85 (PL/2.246/83, na origem)	Institui o PRÓ-FRUTI — Programa Nacional de Arborização Urbana com Árvores Frutíferas, e determina outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
196/87-CN (809/86, na origem)	PLC nº 88/86 (PL/6.101/85, na origem)	Acrescenta parágrafo único ao art. 18 da lei que regula a ação popular.	Mantido o veto total por decurso de prazo
197/87-CN (810/86, na origem)	PLC nº 94/86 (PL/5.183/85, na origem)	Restabelece direito de servidores públicos no caso que especifica.	Mantido o veto total por decurso de prazo
198/87-CN (811/86, na origem)	PLC nº 6/86 (PL Comple- mentar nº 316/85, na origem)	Dispõe sobre nova redação e revogação de artigos da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

Nº Data	Projeto	Ementa	Resultado
199/87-CN (812/86, na origem)	PLS nº 148/86 (PL/8.040/86, na Câmara)	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
200/87-CN (813/86, na origem)	PLC nº 15/86 (PL/4.645/84, na origem)	Dispõe sobre as condições de trabalho, carga horária, salário e área de atuação dos Assistentes Sociais.	Mantido o veto total por decurso de prazo
201/87-CN (816/86, na origem)	PLS nº 67/86 (PL/7.792/86, na Câmara)	Dá nova redação ao art. 237 do Código Eleitoral, dispondo sobre abusos do poder econômico.	Mantido o veto total por decurso de prazo
202/87-CN (851/86, na origem)	PLC nº 119/86 (PL/2.504/83, na Câmara)	Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho destinado ao trabalhador rural, a cargo da Previdência Social.	Mantido o veto total por decurso de prazo
203/87-CN (4/87, na origem)	PLC nº 25/83 (PL/4.979/81, na origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
204/87-CN (5/87, na origem)	PLC nº 146/86 (PL/6.881/85, na origem)	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.801, de 18 de agosto de 1980, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, bem como o Fundo de Marinha Mercante.	Mantido o veto total por decurso de prazo
205/87-CN (6/87, na origem)	PLC nº 144/86 (PL/8.086/86, na origem)	Dispõe sobre a criação de cargos e empregos permanentes na Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
206/87-CN (7/87, na origem)	PLC nº 22/86 (PL/3.544/80, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Norte de Minas e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
207/87-CN (136/87, na origem)	PLC nº 126/86 (PL/5.989/85, na origem)	Dispõe sobre a criação e extinção de cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
208/87-CN (141/87, na origem)	PLC nº 12/87 (PL/60/87, na origem)	Dispõe sobre a atualização de benefícios da Previdência Social, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
209/87-CN (185/87, na origem)	PLC nº 124/86 (PL/5.566/85, na origem)	Altera os arts. 1º, 3º e 6º do Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, que institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social — Finsocial, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
210/87-CN (186/87, na origem)	PLC nº 26/87 (PL/163/87, na origem)	Dispõe sobre a suspensão dos processos de despejo e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
211/87-CN (193/87, na origem)	PLC nº 28/87 (PL/172/87, na origem)	Autoriza a realização, em caráter extraordinário, de operações de crédito à conta e risco do Tesouro Nacional, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

b) Aguardando leitura

Nº	Data	Projeto	Ementa	Resultado
212/87-CN (325/87, na origem)	PLS nº 18/84 (PL/6.184/85, na Câmara)	Acrescenta a categoria profissional de Contador no grupo das profissões liberais.	Veto total	
213/87-CN (326/87, na origem)	PLS nº 19/87 (PL/199/87, na Câmara)	Altera dispositivos da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte.	Veto parcial	
214/87-CN (327/87, na origem)	PLC nº 131/86 (PL/7.245/86, na origem)	Concede pensão especial a Maria Barbosa da Silva e dá outras providências.	Veto parcial	
(386/87, na origem)	PLC nº 35/87 (PL/5.532/85, na origem)	Dispõe sobre a profissão de trabalhador de bloco e determina outras providências.	Veto total	
(402/87, na origem)	PLC nº 36/87 (PL/197/87, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 7.604, de 26 de maio de 1987, e determina outras providências.	Veto total	
(403/87, na origem)	PLC nº 20/87 (PL/3/87, na origem)	Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S.A. — Eceex, no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER.	Veto parcial	
(406/87, na origem)	PLC nº 41/87 (PL/185/87, na origem)	Dispõe sobre os preços mínimos da uva.	Veto parcial	

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos vetos:

— Total dos vetos (todos desta sessão legislativa)	77
— Mantidos (todos por decurso de prazo)	70
— Aguardando leitura	7

C.7 — REQUERIMENTOS

a) De Sessões Legislativas Anteriores

Nº	Data	Autor	Finalidade	Resultado
11/85	17- 5-85	Dep. Djalma Falcão	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar denúncias de irregularidades na admissão de pessoal para os serviços administrativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	Em tramitação
4/86	5- 5-86	Dep. Amaral Netto	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas das epidemias de dengue, febre amarela e meningite e as razões da escassez de soro antiofídico.	Em tramitação
5/86	9- 5-86	Dep. Matheus Schmidt	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar todos os aspectos do Programa Nuclear Brasileiro.	Em tramitação

b) Da Presente Sessão Legislativa

1/87	4- 5-87	Dep. Luiz Henrique e outros	Destaque para rejeição do art. 4º do Projeto de Resolução nº 1, de 1987-CN.	Aprovado
2/87	18-11-87	Dep. Gastone Righi e outros	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias sobre o levantamento de recursos destinados ao aliciamento de parlamentares, com vistas a alteração de decisões na Comissão de Sistematização.	Em tramitação

c) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Requerimentos:

— Total dos Requerimentos 5

Sendo:

— de sessões legislativas anteriores 3

— desta sessão legislativa 2

— Aprovado (desta sessão legislativa) 1

— Em tramitação 4

Sendo:

— de sessões legislativas anteriores 3

— desta sessão legislativa 1

D — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES PARLAMENTARES NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

Senadores	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Participação em Comissões Mistas						Relator designado (Res nº 1/87-CN)			
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Sessão Solene	PEC	PL	CPMI	Funções				Parecer	Voto em Separado	
														Presidente	Vice-Presidente	Relator				
Affonso Camargo	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Albano Franco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Alcides Saldanha	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alexandre Costa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Alfredo Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Almir Gabriel	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Américo de Souza	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Áureo Mello	—	—	—	2	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7
Carlos Alberto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
César Cals	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Chagas Rodrigues	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Cid Sabóia de Carvalho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Dirceu Carneiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Divaldo Suruagy	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Edison Lobão	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1	—	—	—	—	2	2	—	—
Fernando Henrique Cardoso	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Francisco Rollemberg	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	3	3	—	—
Galvão Modesto	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Gerson Camata	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guilherme Palmeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—

Senadores	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Participação em Comissões Mistas							Relator designado (Res nº 1/87-CN)	
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Sessão Solene	PEC	PL	CPMI	Funções			Parecer		Voto em Separado
														Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Mário Maia	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mauro Benevides	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	8
Mauro Borges	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—	—	—	1	1	—	—
Meira Filho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	15
Mendes Canale	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Nabor Júnior	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	2	2	—	13
Nelson Carneiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—
Nelson Wedekin	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	2
Nivaldo Machado	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Odacir Soares	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Olavo Pires	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Pompeu de Souza	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	1	1	—	11
Rachid Saldanha Derzi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	1	1	—	—
Raimundo Lira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	1	1	—	—
Roberto Campos	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	1	—
Ronan Tito	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	1
Ruy Bacelar	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Severo Gomes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Teotônio Vilela Filho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	2	1	—	—	—	—	—
Virgílio Távora	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Wilson Martins	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	12

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Participação em Comissões Mistas						Relator designado (Res. nº 1/87-CN)		
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Sessão Solene	PEC	PL	CPMI	Função				Parecer	Voto em Separado
														Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Gerson Peres	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Gidel Dantas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—
Gonzaga Patriota	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—
Haroldo Lima	—	—	—	2	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Henrique Eduardo Alves	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Hermes Zaneti	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Humberto Souto	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ibsen Pinheiro	—	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Irajá Rodrigues	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	1	—	—	—
Irma Passoni	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ismael Wanderley	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	1	—	—	—	—
Israel Pinheiro	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—
Jesualdo Cavalcanti	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Jesus Tajra	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
JG de Araújo Jorge	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Joaci Góes	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Agripino	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
João Alves	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	1	2	—	—
João Carlos Bacelar	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—
João Cunha	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Divino	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Machado Rollemberg	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	1	—	—
João Natal	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Joaquim Bevilácqua	—	—	17	—	1	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—

ERRATA DO RELATÓRIO ANTERIOR

Pág. 363, após a Mensagem nº 50/86-CN, relativa ao PLS nº 147/82, inclua-se:

2 — Aguardando leitura

Pág. 371, na linha referente à participação do Sen. Fábio Lucena, inclua-se “1” na coluna “Pela ordem”.

Pág. 373, na linha referente ao Sen. Severo Gomes, inclua-se “1” na coluna “Veto”.

Pág. 376, na linha referente ao Dep. Carlos Virgílio, inclua-se “1” na coluna “Decreto-lei”.

Pág. 376, na linha referente ao Dep. Celso Barros, substitua-se “2” por “4” na coluna “Relator”.

Pág. 376, na linha referente ao Dep. Darcy Passos, inclua-se “1” na coluna “Aparte”.

Pág. 378, na linha referente ao Dep. Geraldo Melo, inclua-se “3” na coluna “Decreto-lei”.